

Aprendendo com a natureza

e conservando nossos conhecimentos culturais



Aprendendo com a natureza

e conservando nossos conhecimentos culturais

OPIAC

Organização dos Professores
Indígenas do Acre



Fundação Nacional do Índio
Ministério da Justiça



RAINFOREST
FOUNDATION



SEMA / SEATER / SEE



MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE

Presidente da Republica
Luis Inácio Lula da Silva

Ministra do Meio Ambiente
Marina Silva

Secretario de Politicas para o Desenvolvimento Sustentável
Gilney Amorim Viana

Diretor de Gestão Ambiental Territorial
Roberto Vizentin

Diretor de Agroextrativismo e Desenvolvimento Sustentável
Jörg Zimmermann

Coordenadora-Geral do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Nazaré Lima Soares

Secretario Técnico do SPRN
Francisco J.B Cavalcanti

Ministério do Meio Ambiente
Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
Secretaria de Politicas para o Desenvolvimento Sustentável
Subprograma de Politicas de Recursos Naturais
Subprograma Projetos Demosntrativos para os Povos Indígenas

Esplanada dos Ministérios Bloco B 9º andar
70068-900 Brasilia/DF
Tel:55 614009-1968 Fax: 55 61 4009-1481
www.mda.gov.br

Governador

Jorge Viana

Vice-Governador

Arnóbio Marques

Secretario de Meio Ambiente

Carlos Edgar de Deus

Gerente do Zoneamento Ecologico-Econômico do Acre

Magaly Medeiros

Coordenadora do Projeto de Gestão Ambiental do Acre

Rosangela de Oliveira

016a Ochoa, Maria Luiza Pinedo & Teixeira, Gleyson de Araújo (orgs.)

Aprendendo com a natureza e conservando nossos conhecimentos culturais. -- Rio Branco -- Acre: Organização dos Professores Indígenas do Acre / Comissão Pró-Índio do Acre, 2006.

128p.: il; 20 X 28 cm.

1. População Indígena. 2. Floresta Amazônica. 3 .
Diversidade Socioambiental. 4. Acre I. Título.

CDD 574.981.12

Rio Branco - Acre

2006

Direitos Autorais:
Organização dos Professores Indígenas do Acre, OPIAC
Fone: (68)3223-3177
E-mail: opiac@uol.com.br

Organização
Maria Luiza Pinedo Ochoa
Gleyson de Araújo Teixeira

Levantamento e editoração
Maria Luiza Pinedo Ochoa
Gleyson de Araújo Teixeira
Camila Cordeiro de Melo

Digitação
Camila Cordeiro de Melo

Consultoria
Isaac da Silva Pinhanta
Joaquim Maná
Renato Gavazzi
Adriano Dias

Colaboradores
Adriano Dias, Julieta Freschi, Renato Gavazzi, Roberto Tavares, Vera Olinda Sena, Nietta Monte José Frank de Melo Silva, José de Lima Kaxinawá, Nilsón Sáboia, Dedé Maia, Mayara Montenegro, Marcos Roberto Araújo e Rodrigo Otávio Pereira Cerrando

Revisão da Língua Portuguesa
Rose Farias
Nietta Monte

Projeto Gráfico
GKNoronha / Maurício Lara

Produção Gráfica e Finalização
GKNoronha

Capa
Arte em fotomontagem, por Maurício Lara,
sobre foto de Gleyson de Araújo Teixeira

Apoio Institucional
Rainforest Foundation - Noruega
The Nature Conservancy/Fundation Moore

Realização
Comissão Pró-Índio do Acre-CPI/AC
Rua Pernambuco, 1026 - Bosque - Cep: 69907-580 - Rio Branco - Acre
Tele/fax: (0xx68) 3224-1426/9030 - E-mail: cpiacre@cpiacre.org.br

ÍNDICE

Cap. 1 - A floresta e seus recursos naturais

<i>A floresta amazônica.....</i>	<i>12</i>
<i>Conhecendo o Estado do Acre.....</i>	<i>13</i>
<i>Os rios.....</i>	<i>15</i>
<i>As terras altas e baixas.....</i>	<i>18</i>
<i>Os diferentes tipos de solos.....</i>	<i>18</i>
<i>Na floresta existem vários tipos de matas.....</i>	<i>19</i>
<i>Os animais da floresta.....</i>	<i>20</i>
<i>Biodiversidade e Sociodiversidade.....</i>	<i>22</i>

Cap. 2 - O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos

<i>História da origem do povo Katukina.....</i>	<i>26</i>
<i>Os povos indígenas e suas tradições.....</i>	<i>29</i>
<i>A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas.....</i>	<i>30</i>
<i>Impactos socioambientais do processo de ocupação.....</i>	<i>32</i>
<i>A conquista de um Tempo dos Direitos.....</i>	<i>34</i>
<i>Povos indígenas, suas terras e línguas.....</i>	<i>35</i>
<i>Os “Nawa kuĩ”.....</i>	<i>38</i>
<i>As associações indígenas.....</i>	<i>42</i>
<i>Associações indígenas no Estado do Acre.....</i>	<i>42</i>
<i>As várias etapas do movimento indígena.....</i>	<i>44</i>

Cap. 3 - Questões socioambientais no debate indígena atual

<i>Problemas ambientais relacionados a ocupação e uso da terra.....</i>	<i>46</i>
<i>A monocultura e suas conseqüências.....</i>	<i>47</i>
<i>Desmatamento e queimadas.....</i>	<i>48</i>
<i>A construção de estradas e seus impactos: o caso da TI Katukina do Campinas.....</i>	<i>49</i>
<i>Vantagens e desvantagens das estradas.....</i>	<i>50</i>
<i>Invasões em Terras Indígenas.....</i>	<i>51</i>

<i>Agenda 21 - um compromisso com todos.....</i>	<i>52</i>
<i>OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro.....</i>	<i>52</i>
<i>A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais.....</i>	<i>54</i>
<i>Etnomapeamento/Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre.....</i>	<i>57</i>
<i>Um olhar para a Terra Indígena.....</i>	<i>58</i>
<i>Grupo de trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú).....</i>	<i>60</i>
<i>Organização comunitária.....</i>	<i>64</i>

Cap. 4 - Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias:

propostas para políticas públicas

<i>Qualidade de vida na floresta.....</i>	<i>66</i>
<i>O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta.....</i>	<i>67</i>
<i>A riqueza dos povos da floresta.....</i>	<i>67</i>
<i>Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade.....</i>	<i>69</i>
<i>O uso dos recursos naturais.....</i>	<i>70</i>
<i>Da nossa floresta aproveitamos muita coisa.....</i>	<i>71</i>
<i>O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa.....</i>	<i>72</i>
<i>O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças.....</i>	<i>73</i>
<i>O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água.....</i>	<i>73</i>
<i>A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão.....</i>	<i>74</i>
<i>Agricultura de subsistência.....</i>	<i>75</i>
<i>O roçado e a tradição.....</i>	<i>76</i>
<i>Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande.....</i>	<i>77</i>
<i>Substratos.....</i>	<i>78</i>
<i>Alternativas sustentáveis ligadas à tradição.....</i>	<i>78</i>
<i>Uso das capoeiras para o plantio.....</i>	<i>79</i>
<i>Limpar sem queimar a floresta.....</i>	<i>79</i>
<i>Recuperação de áreas degradadas.....</i>	<i>80</i>
<i>O plantio de frutíferas.....</i>	<i>81</i>
<i>Manejo e segurança alimentar.....</i>	<i>82</i>
<i>O manejo tradicional dos Manchineri.....</i>	<i>83</i>

<i>Levantamentos dos recursos naturais.....</i>	<i>84</i>
<i>A situação da caça.....</i>	<i>85</i>
<i>Os locais de caça.....</i>	<i>86</i>
<i>Manejo de caça.....</i>	<i>86</i>
<i>O mito do Manikari.....</i>	<i>88</i>
<i>Pesca, uma prática tradicional.....</i>	<i>89</i>
<i>A situação da pesca.....</i>	<i>89</i>
<i>Manejo de tracajá.....</i>	<i>91</i>
<i>Manejo de pesca.....</i>	<i>92</i>
<i>Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena.....</i>	<i>92</i>
<i>O monitoramento ambiental.....</i>	<i>95</i>
<i>Propostas para o entorno das Terras Indígenas.....</i>	<i>96</i>
<i>Uso sustentável dos recursos da floresta.....</i>	<i>100</i>
<i>A regionalização da merenda escolar.....</i>	<i>101</i>
<i>Iniciativas comunitárias.....</i>	<i>103</i>
Cap. 5 - Educação e Meio Ambiente	
<i>Por uma educação diferenciada.....</i>	<i>108</i>
<i>O conhecimento tradicional e o conhecimento das leis</i>	<i>109</i>
<i>O incentivo à língua indígena.....</i>	<i>109</i>
<i>O valor da cultura na educação.....</i>	<i>111</i>
<i>A revitalização cultural.....</i>	<i>111</i>
<i>Entre diversas culturas.....</i>	<i>112</i>
<i>Pensando no futuro.....</i>	<i>113</i>
<i>O que entendemos por educação ambiental.....</i>	<i>113</i>
<i>A educação não está somente na sala de aula.....</i>	<i>114</i>
<i>Nossos sonhos.....</i>	<i>115</i>
Posfácio.....	119
Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas.....	124
Bibliografia.....	126

Apresentação

O livro *Aprendendo com a Natureza e Conservando Nossos Conhecimentos Culturais* foi elaborado a partir de discussões e reflexões com temas de interesse de representantes indígenas, professores, agentes agroflorestais, agentes de saúde e lideranças. São temas que estão ajudando a planificar o futuro das populações indígenas. As discussões acontecem durante os cursos de formação de professores e agentes agroflorestais, nos seminários e oficinas em aldeias.

Tivemos como material de apoio o primeiro Resumo Explicativo do Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE, que serviu para o estudo dos temas de interesse dos participantes; materiais de autoria indígena, produzidos através dos programas de educação e meio ambiente da Comissão Pró Índio do Acre, além de experiências com os diversos projetos comunitários implementados em várias terras indígenas.

O objetivo foi conhecer a nova realidade das Terras Indígenas, começando pela base, de dentro pra fora. Por isso, foi feito um trabalho de reconhecimento, numa perspectiva de mudanças ocorridas ao longo do tempo pelo contato com o mundo ocidental, pela dinâmica dos povos e da convivência dentro das terras indígenas. O que acontece no dia a dia.

Pensamos em organizar e sistematizar o registro desses debates e momentos, com o objetivo de produzirmos um novo material para as escolas indígenas, sobre os conhecimentos dos diversos povos indígenas, o uso dos recursos naturais e a relação das populações indígenas com o meio ambiente ao longo dos anos. Existem vários textos, interpretações, histórias, experiências e sugestões a respeito dos povos indígenas, que podem ou não estar de acordo com a realidade. Por isso pensamos nesta construção. Neste aspecto a linguagem é importante para a difusão de assuntos de interesse, então pensamos que o livro deve ser desenvolvido a partir de uma visão dos povos indígenas.

A intenção é trabalhar com a gestão territorial e ambiental, trazendo os problemas para dentro da sala de aula, para que se possa refletir e trabalhar a forma de pensar do aluno. Nesses conteúdos estarão os diversos atores; as lideranças, os agentes agroflorestais, os agentes de saúde, os professores e a comunidade. Todos pensando soluções e propostas, através de suas idéias, no material que foi construído.

Os representantes das terras indígenas que participaram dos seminários se reuniram e colocaram seu ponto de vista. Desenharam os recursos naturais, os lagos, os açudes, a mata, o roçado, etc.

Para o futuro, pensamos, que os representantes de cada comunidade estarão discutindo e produzindo o seu material específico. Vai depender da idéia de cada povo ou Terra Indígena, cada um produzindo o seu livro. Será um desafio na área da pesquisa. Outras versões também podem ser feitas.

Dessa maneira, os atores sociais vão entender a proposta e poderão tirar metas para trabalhar tanto na teoria, quanto na prática. Através do guia, discussões podem ser traçadas, políticas internas entre os atores, na condução do processo coletivo do uso dos recursos naturais.

Os antropólogos executaram as suas pesquisas, deram a sua contribuição. Agora, somos nós que temos que trabalhar com os nossos problemas: invasões, desenvolvimento sustentável. Refletir esses assuntos e trabalhar dentro da sala de aula e na comunidade.

A comunidade vai conhecer melhor a sua terra, sua riqueza. Os alunos vão poder saber o tamanho da sua terra: quantos igarapés existem, quantos rios existem.

Uma coisa muito importante é que o professor também poderá se aprofundar no conhecimento do processo de ocupação histórica da sua terra, da exploração desses recursos. Havendo a reflexão, os problemas ocorridos no passado podem ser trabalhados, pois até hoje são muitos. Isso é para que vejam como estão sendo aprofundados esses conhecimentos, para que planejem um futuro melhor.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

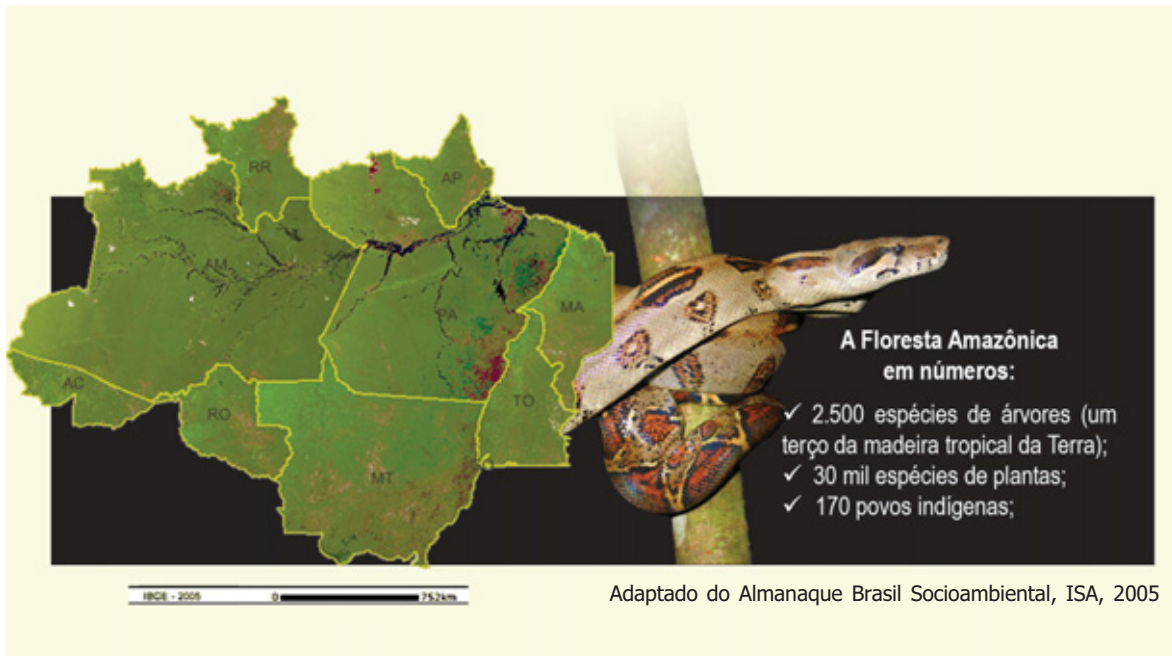
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

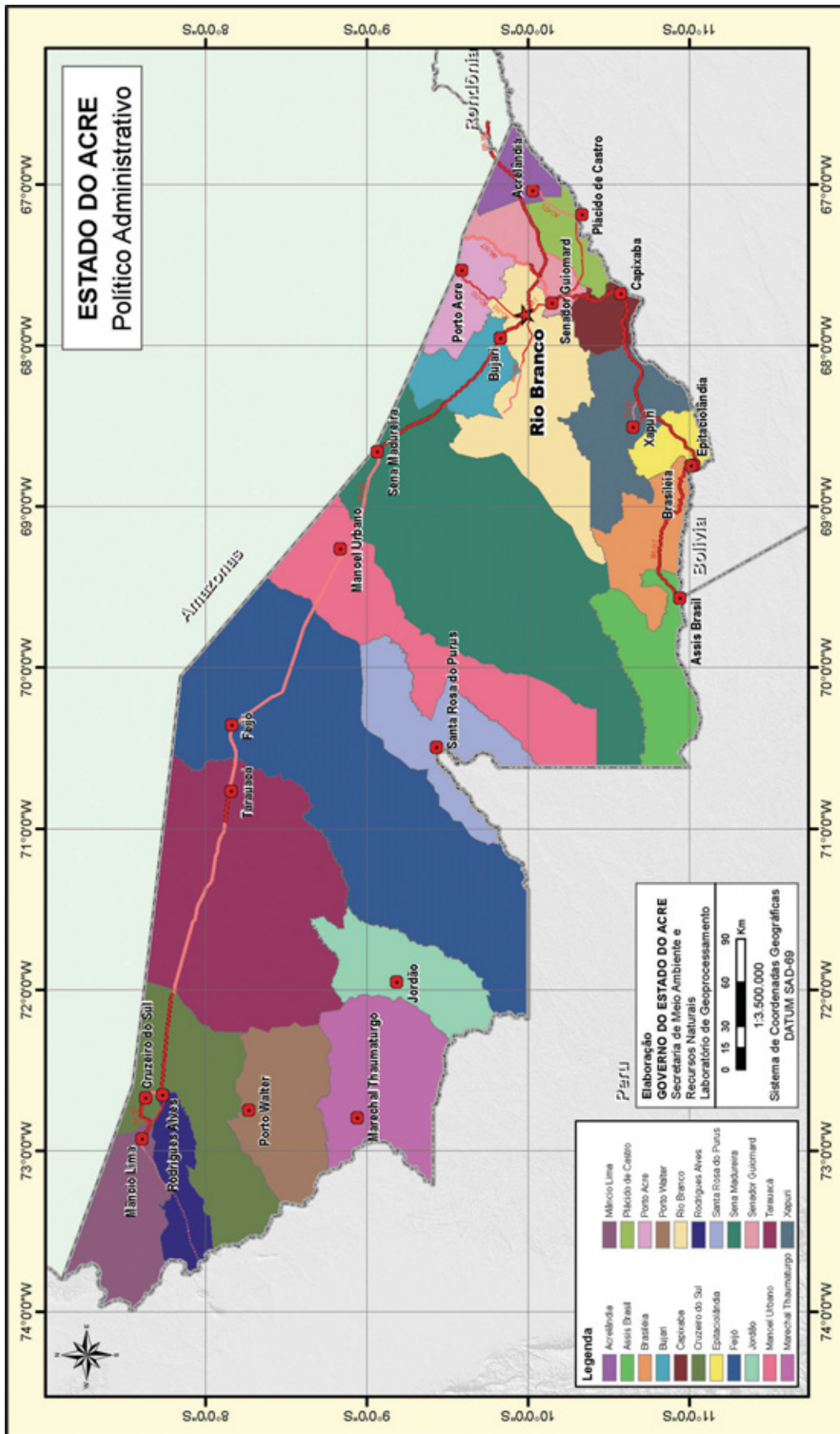
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

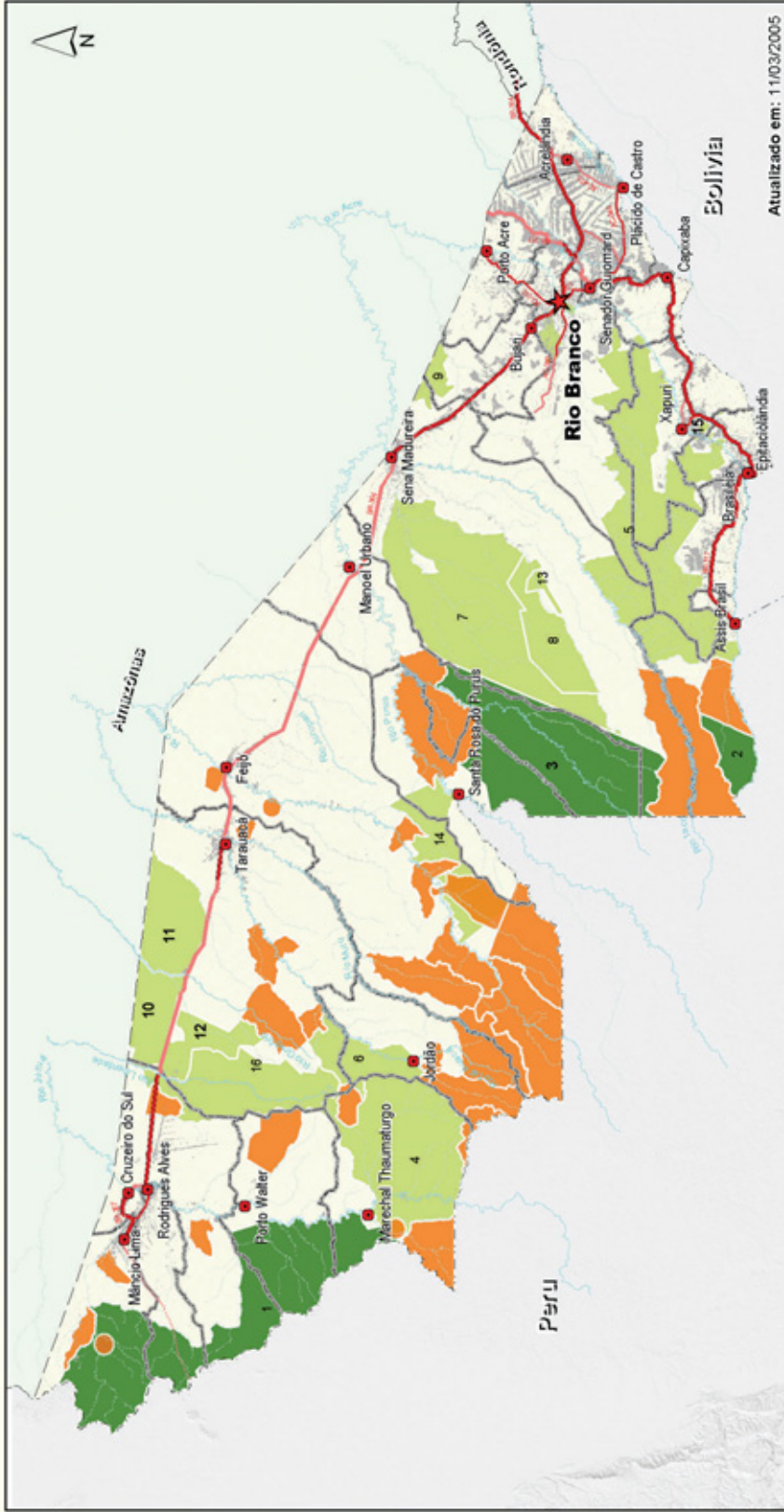


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Long-dashed line)

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral**: (Dark green box) 1.622.389 ha (9,88%)
- Áreas de Uso Sustentável**: (Light green box) 3.654.858 ha (22,26%)
- Áreas Desmatadas**: (Orange box) 1.817.108 ha (11,06%)
- Terras Indígenas**: (Red box) 2.767.746 ha (13,10%)

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade



Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades linguísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sôvaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

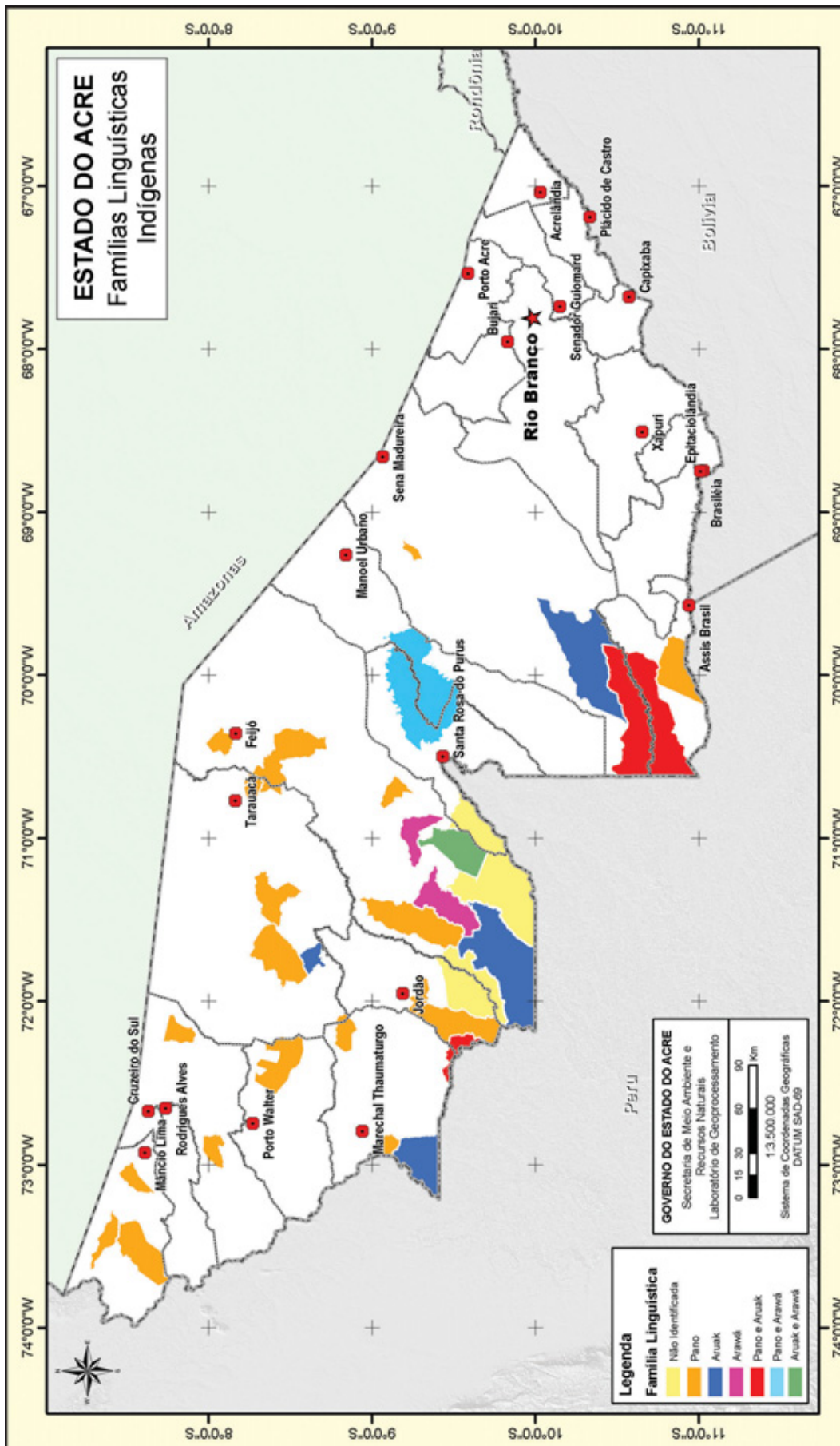
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

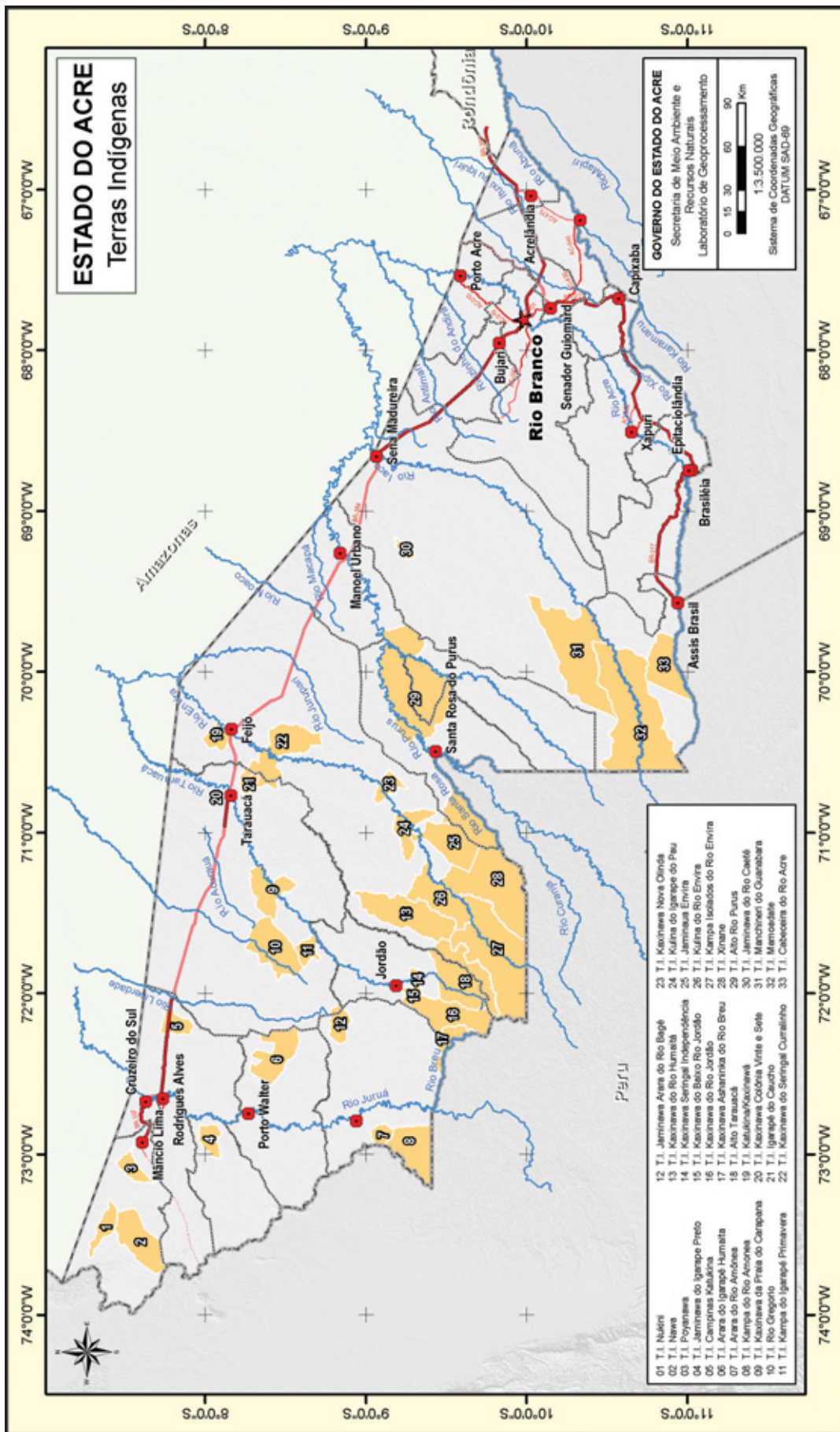
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kui do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agrofloretais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agrofloretais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agrofloretais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

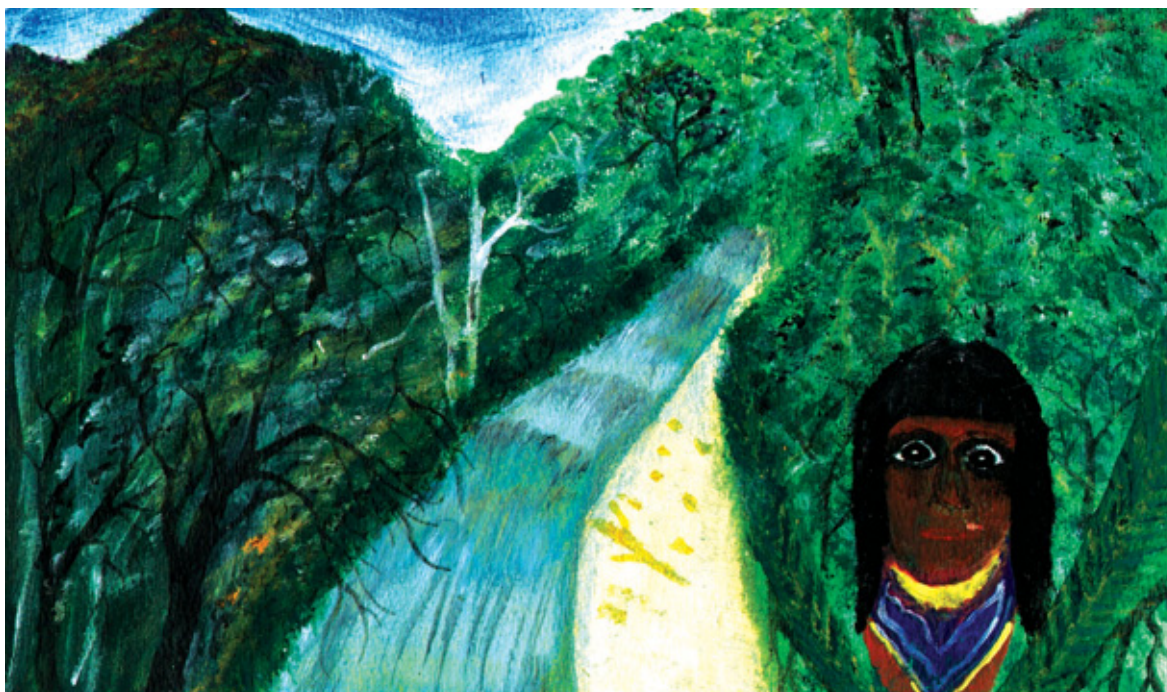
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectarea ou meio hectarea. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabuti	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatipuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestral faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestral.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.



Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumes
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fumes uma panela
de sã de a pupunha e fumes sã
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
mas, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
Fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo.

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na Terra Indígena do Rio Jordão, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Inca (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambiental* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

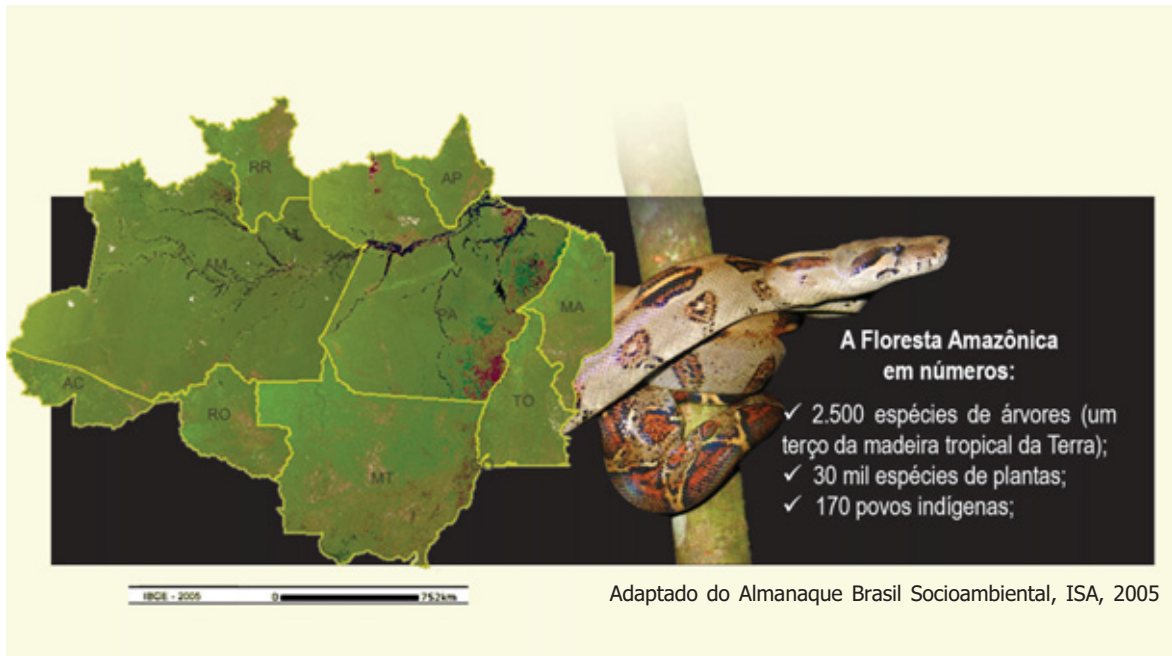
_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005



A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

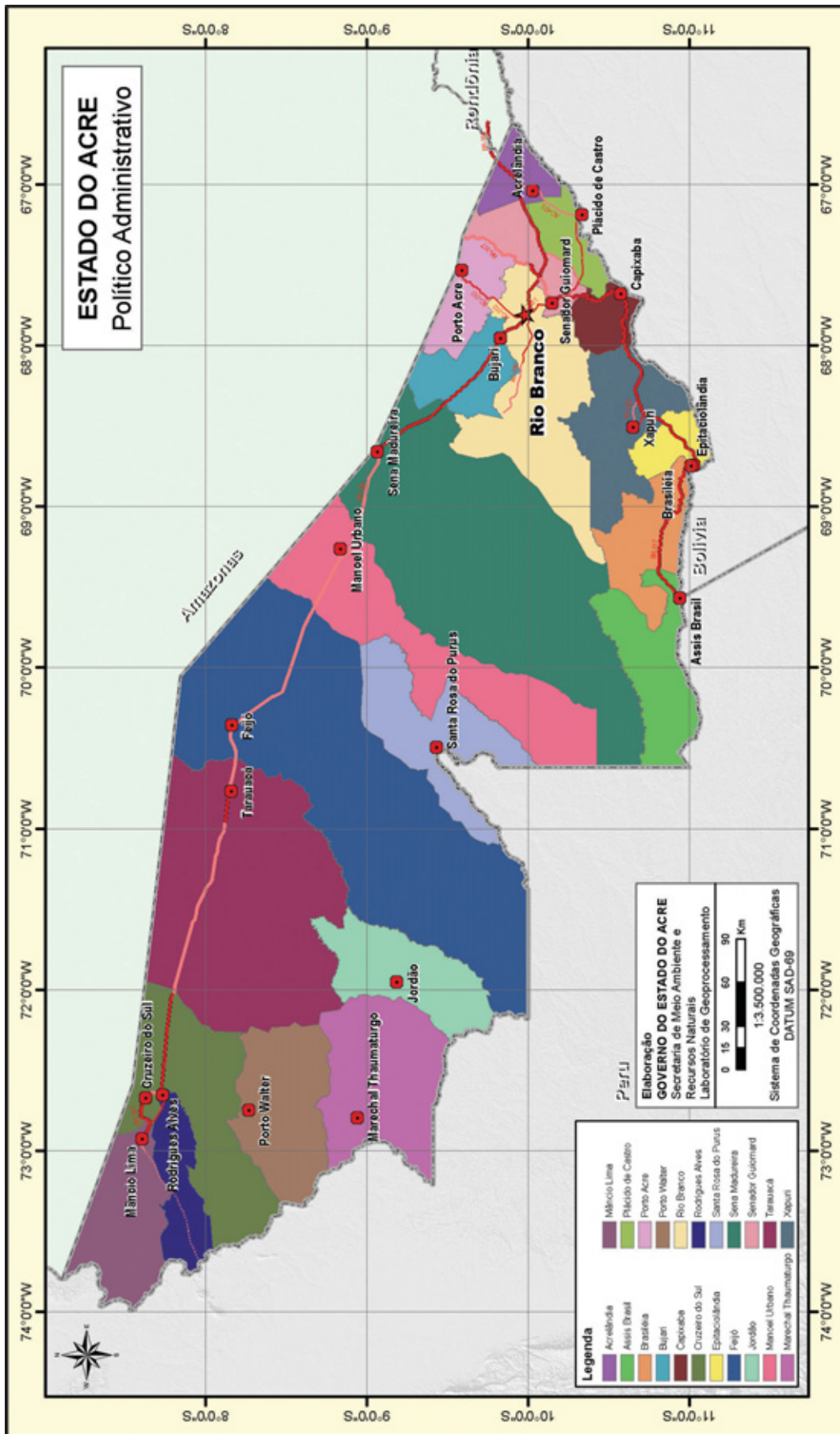
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na idéia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

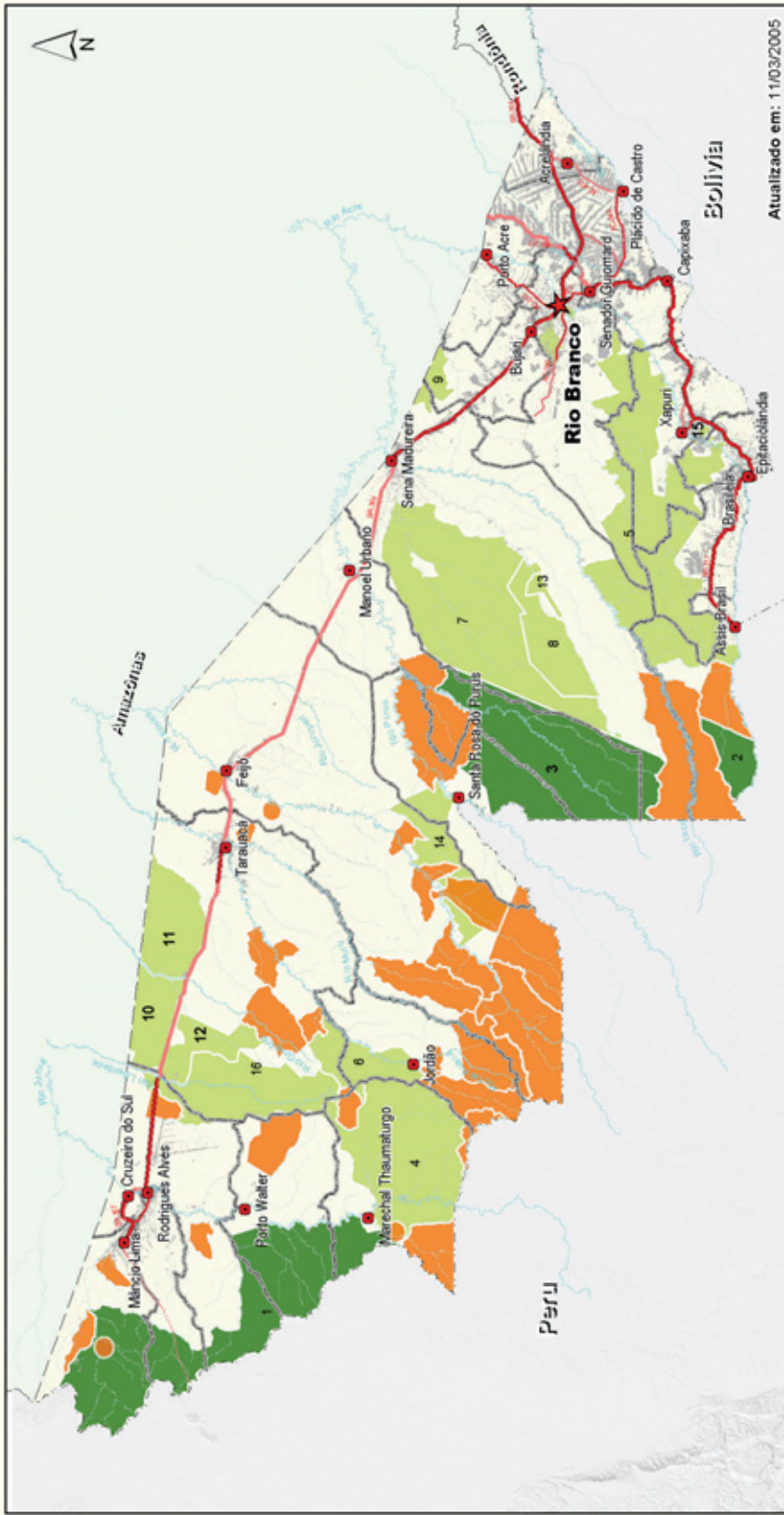


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções		Áreas Naturais Protegidas		Unidades de Conservação																																					
Sedes Municipais	Rodovias		Áreas de Proteção Integral		Terras Indígenas																																				
★ Capital	— Pavimentada		1.622.389 ha (9,88 %)		2.767.746 ha (13,10 %)																																				
● Municípios	— Implantada		Áreas de Uso Sustentável		Áreas Desmatadas																																				
— Limites	... Vicinas		3.654.856 ha (22,26 %)		1.817.108 ha (11,06 %)																																				
— Divisão Municipal	— Limites Internacionais	Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha																																							
— Limites Estaduais		<table border="0"> <tr> <td>0</td><td>20</td><td>40</td><td>80</td><td>120</td><td>160</td> </tr> <tr> <td colspan="6">Km</td> </tr> </table>				0	20	40	80	120	160	Km																													
0	20	40	80	120	160																																				
Km																																									
— Limites Internacionais		<table border="0"> <tr> <td>01</td><td>Parque Nacional de Serra do Divisor</td> <td>10</td><td>Floresta Estadual do Mógno</td> </tr> <tr> <td>02</td><td>Estação Biológica do Acre</td> <td>11</td><td>Floresta Estadual do Rio Gregório</td> </tr> <tr> <td>03</td><td>Parque Estadual Chico Mendes</td> <td>12</td><td>Floresta Estadual do Rio Liberdade</td> </tr> <tr> <td>04</td><td>Reserva Extrativista do Alto Juruá</td> <td>13</td><td>Floresta Nacional do São Francisco</td> </tr> <tr> <td>05</td><td>Reserva Extrativista Chico Mendes</td> <td>14</td><td>Floresta Nacional Santa Rosa do Purus</td> </tr> <tr> <td>06</td><td>Reserva Extrativista Alto Tarauacá</td> <td>15</td><td>Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança</td> </tr> <tr> <td>07</td><td>Reserva Extrativista Cuzumbá</td> <td>16</td><td>Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade</td> </tr> <tr> <td>08</td><td>Floresta Nacional Macaúli</td> <td></td><td></td> </tr> <tr> <td>09</td><td>Floresta Estadual do Antimari</td> <td></td><td></td> </tr> </table>				01	Parque Nacional de Serra do Divisor	10	Floresta Estadual do Mógno	02	Estação Biológica do Acre	11	Floresta Estadual do Rio Gregório	03	Parque Estadual Chico Mendes	12	Floresta Estadual do Rio Liberdade	04	Reserva Extrativista do Alto Juruá	13	Floresta Nacional do São Francisco	05	Reserva Extrativista Chico Mendes	14	Floresta Nacional Santa Rosa do Purus	06	Reserva Extrativista Alto Tarauacá	15	Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança	07	Reserva Extrativista Cuzumbá	16	Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade	08	Floresta Nacional Macaúli			09	Floresta Estadual do Antimari		
01	Parque Nacional de Serra do Divisor	10	Floresta Estadual do Mógno																																						
02	Estação Biológica do Acre	11	Floresta Estadual do Rio Gregório																																						
03	Parque Estadual Chico Mendes	12	Floresta Estadual do Rio Liberdade																																						
04	Reserva Extrativista do Alto Juruá	13	Floresta Nacional do São Francisco																																						
05	Reserva Extrativista Chico Mendes	14	Floresta Nacional Santa Rosa do Purus																																						
06	Reserva Extrativista Alto Tarauacá	15	Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança																																						
07	Reserva Extrativista Cuzumbá	16	Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade																																						
08	Floresta Nacional Macaúli																																								
09	Floresta Estadual do Antimari																																								

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sôco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringueiro e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringueiro.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

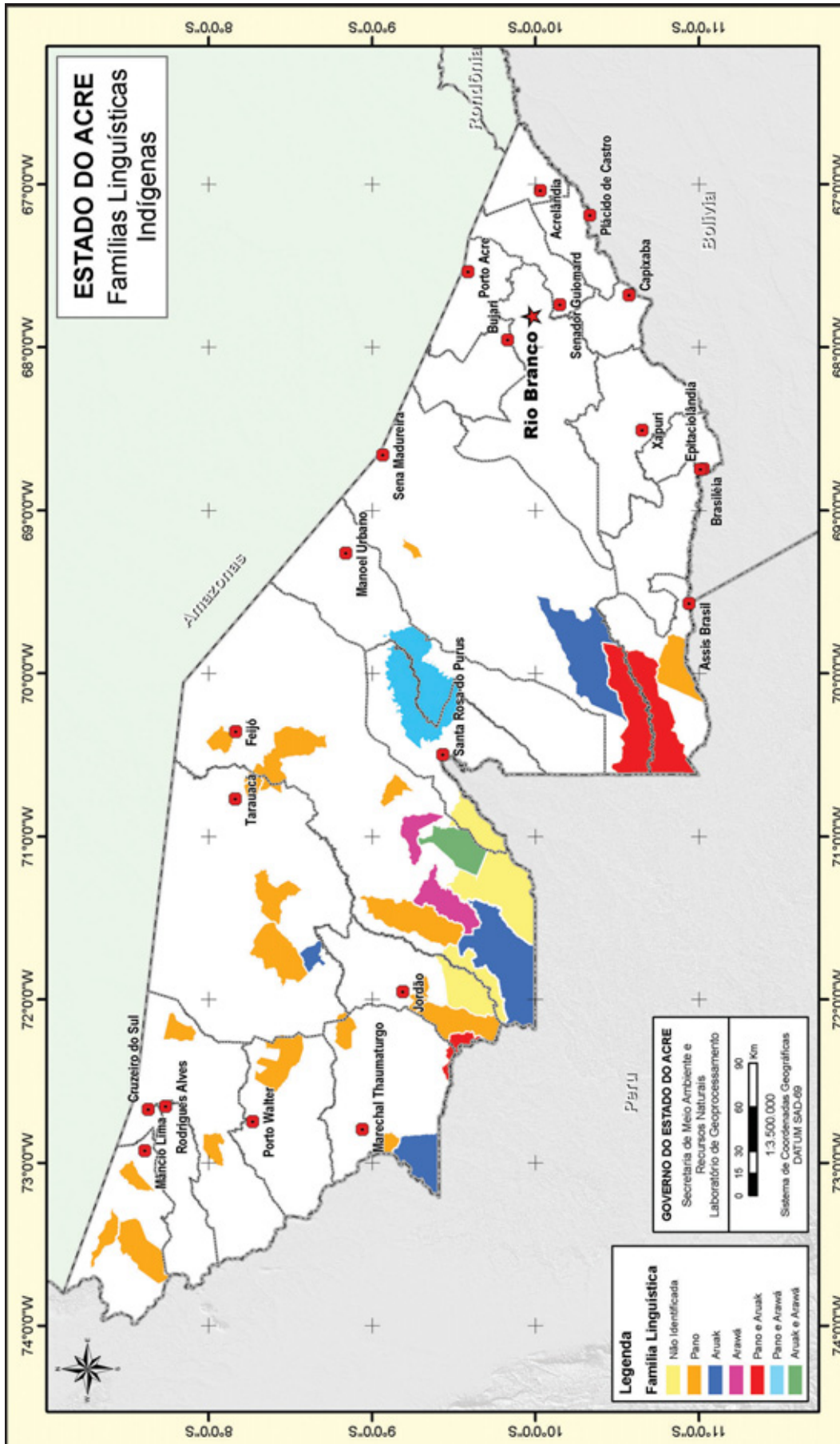
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? ?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

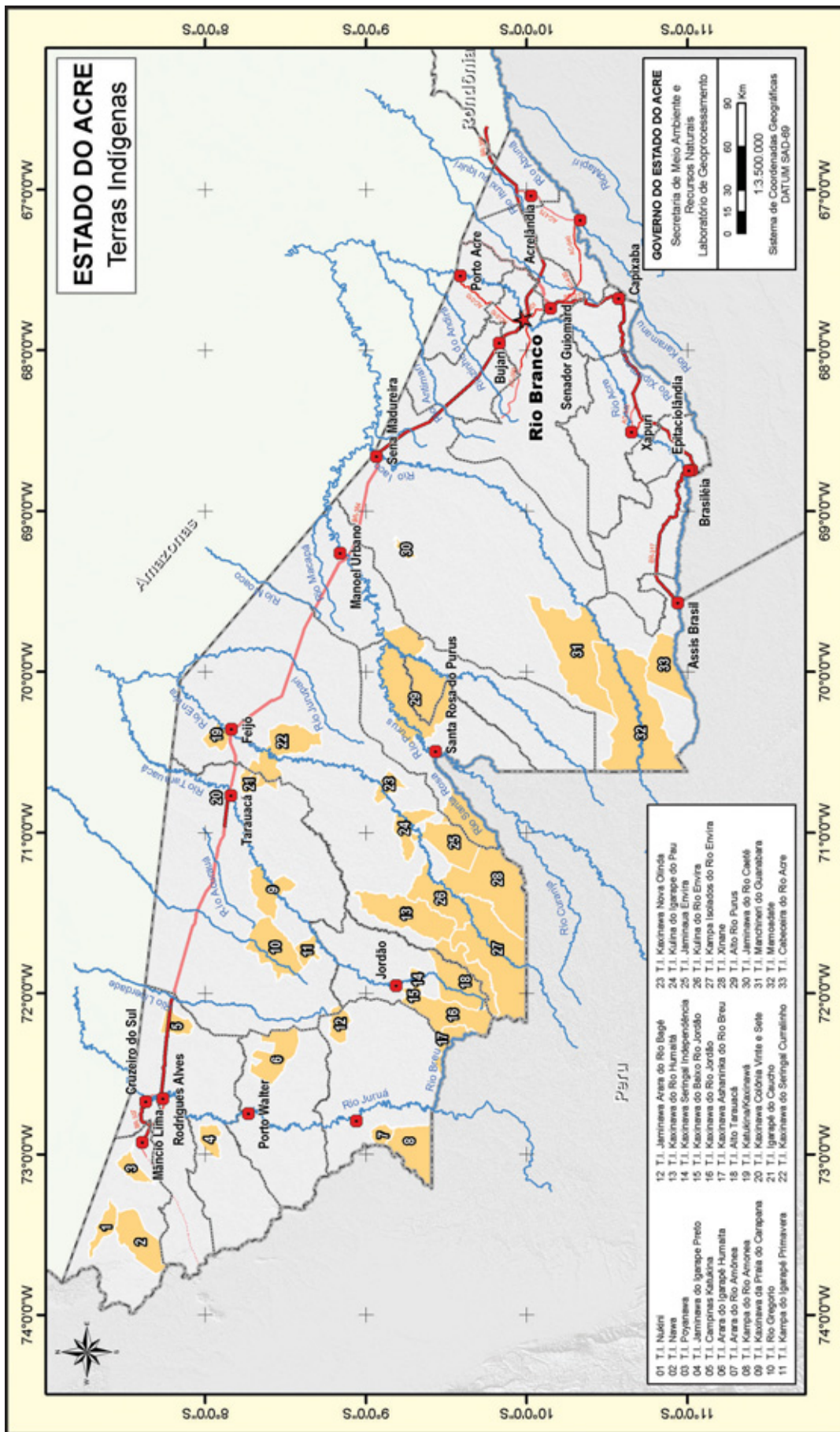
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kui do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as conseqüências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

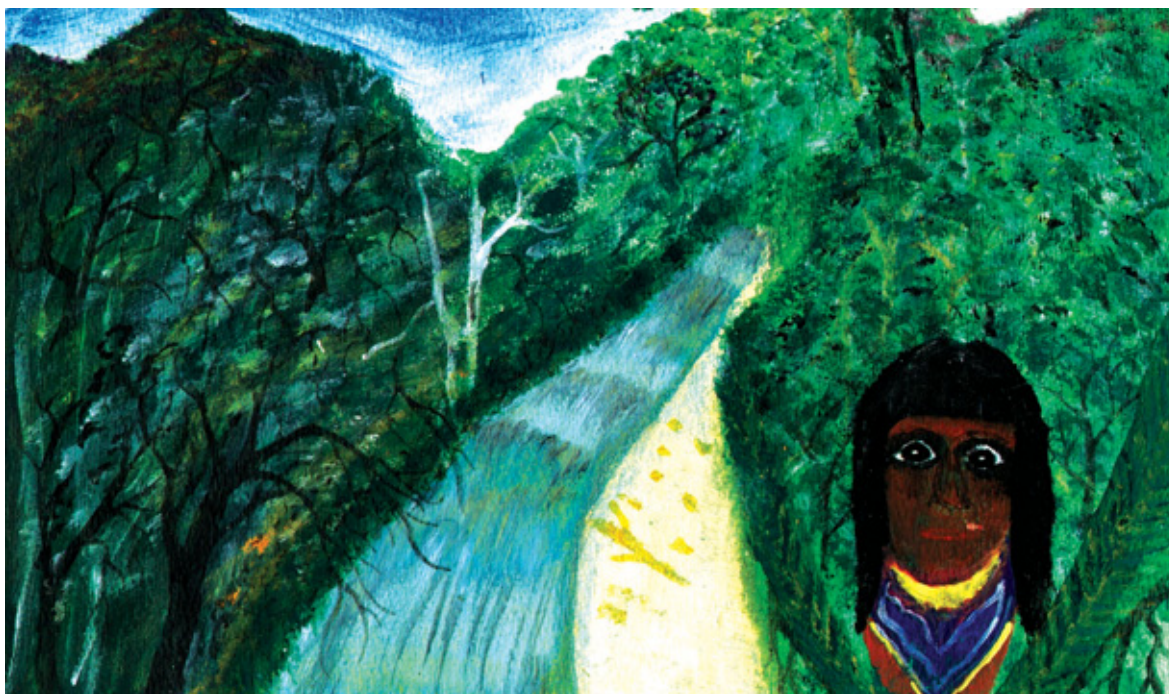
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açaí, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estremo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

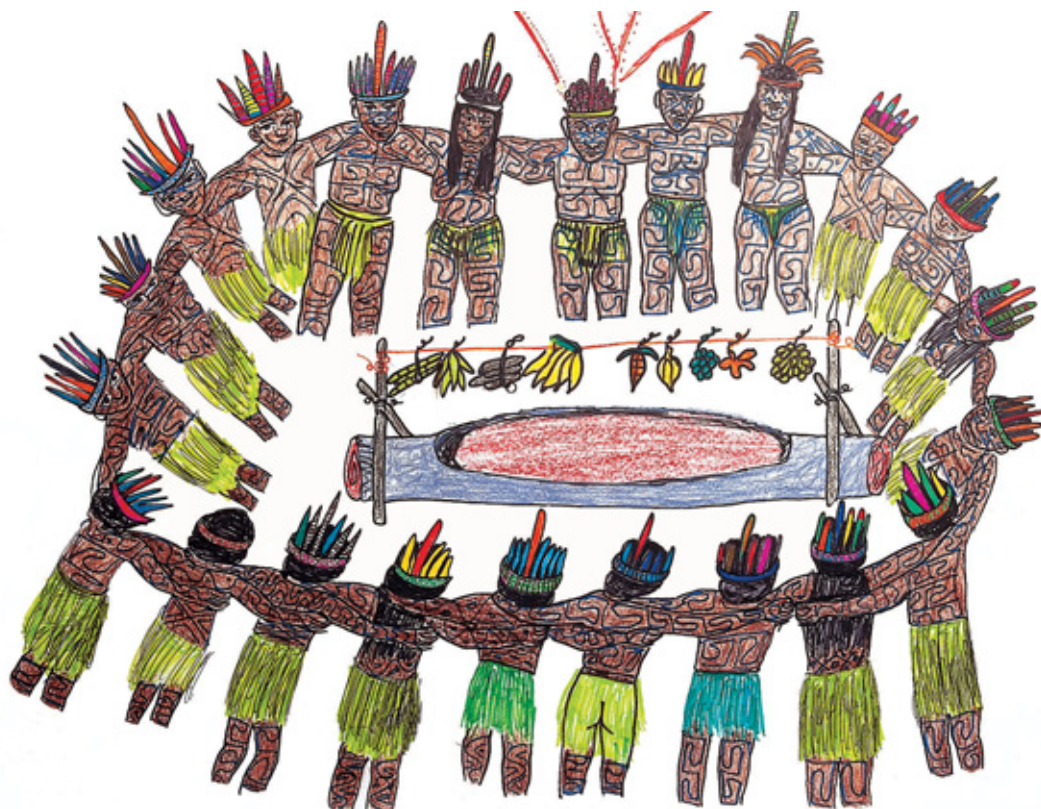
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoadate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quati-puru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das madeiras-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de saõ de a pupunha e nos saõ
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGAR NO RIO, APRENDER NAVEGAR NO CANOIS
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantese* de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

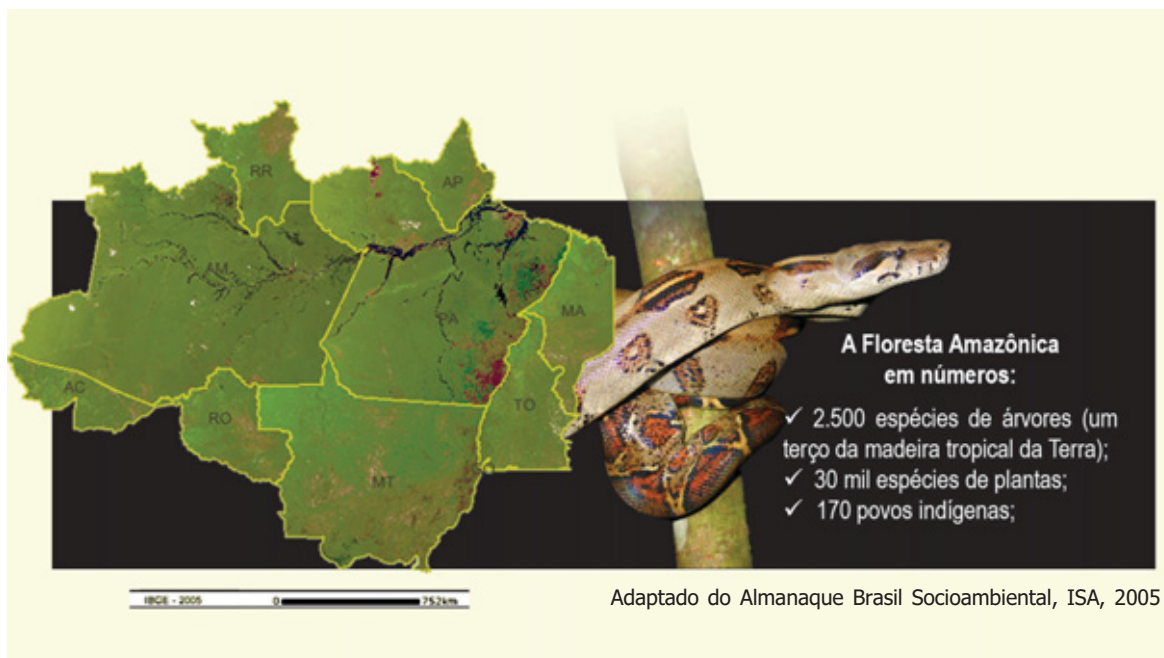
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

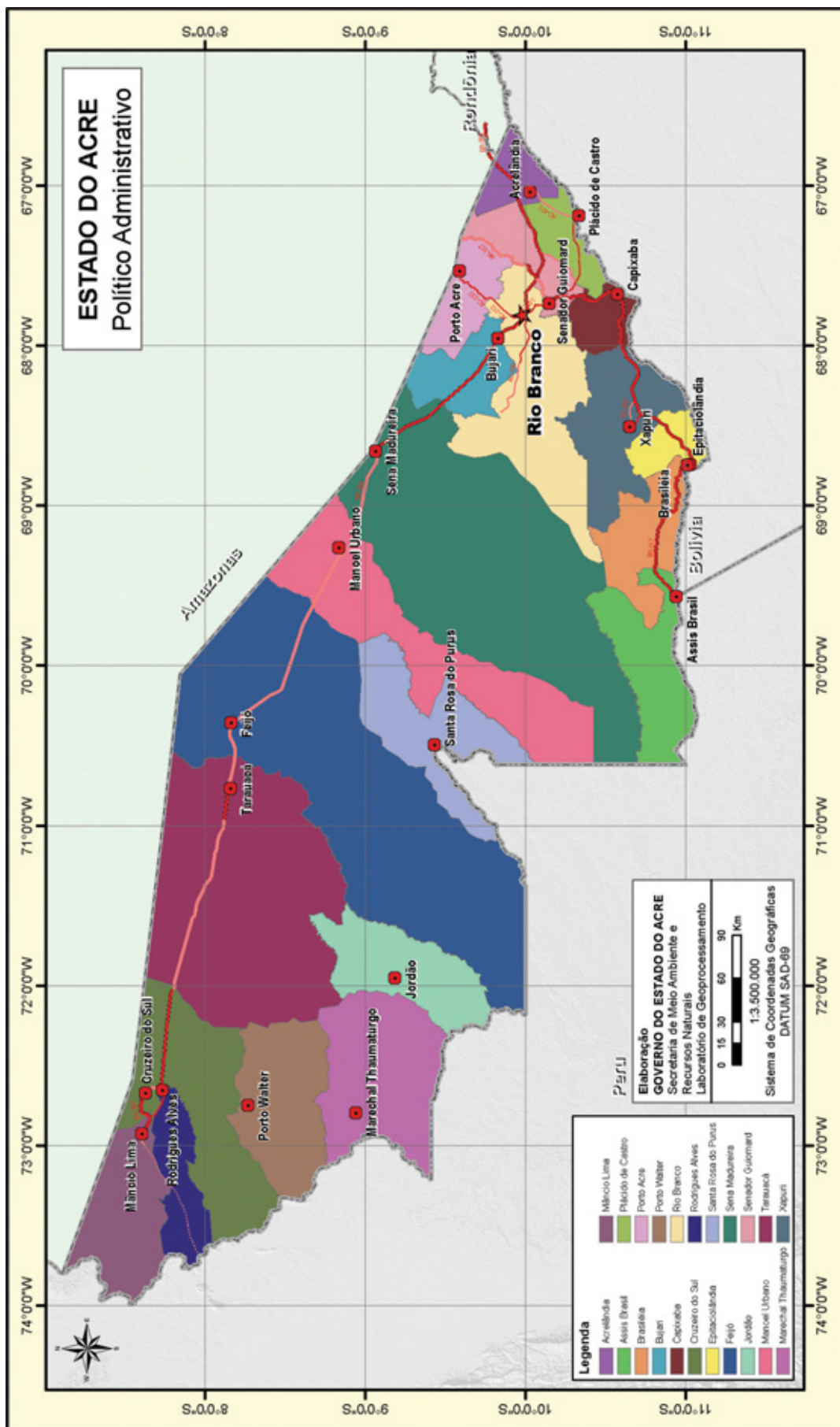
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônia, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

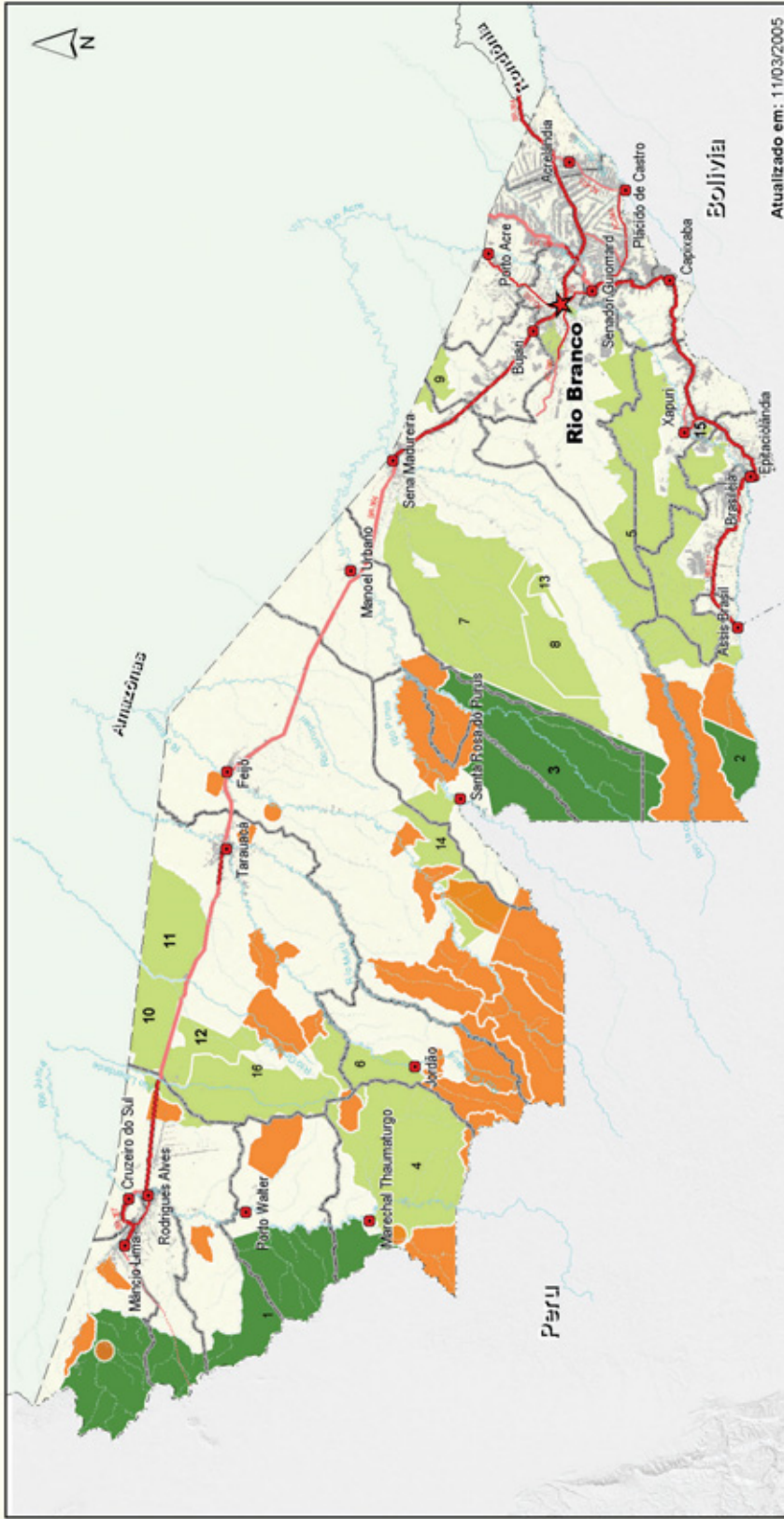
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
- Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
- Limites Estaduais
- Limites Internacionais

- Rodovias**
- Pavimentada
- Implantada
- ... Vicinas

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- **Áreas de Proteção Integral**
1.622.389 ha (9,88%)
- **Terras Indígenas**
2.767.746 ha (13,10%)
- **Áreas de Uso Sustentável**
3.654.856 ha (22,26%)
- **Áreas Desmatadas**
1.817.108 ha (11,06%)

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Estadual do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativeiro dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limparam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

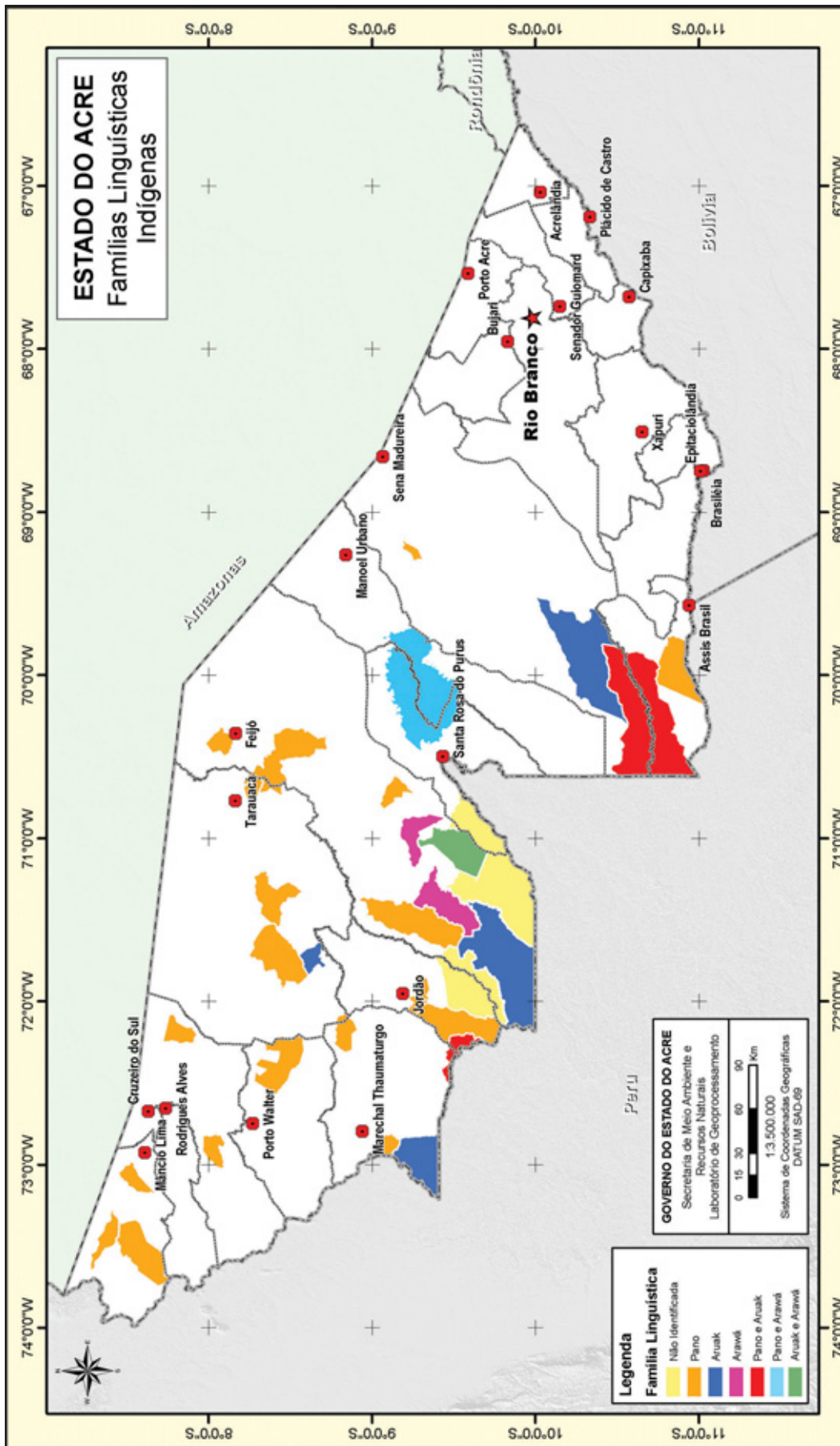
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

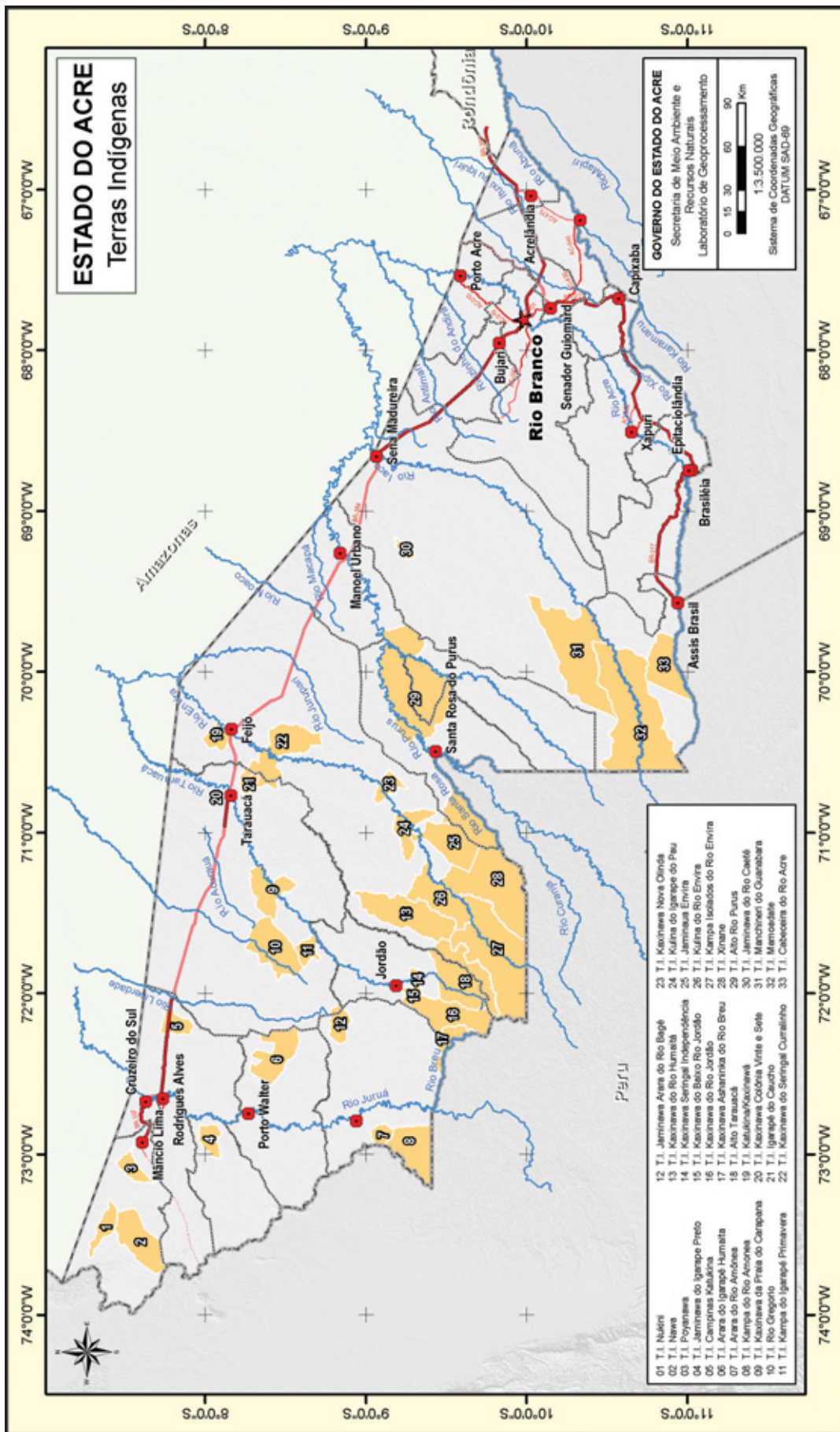
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreado e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo. Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País. Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.
in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

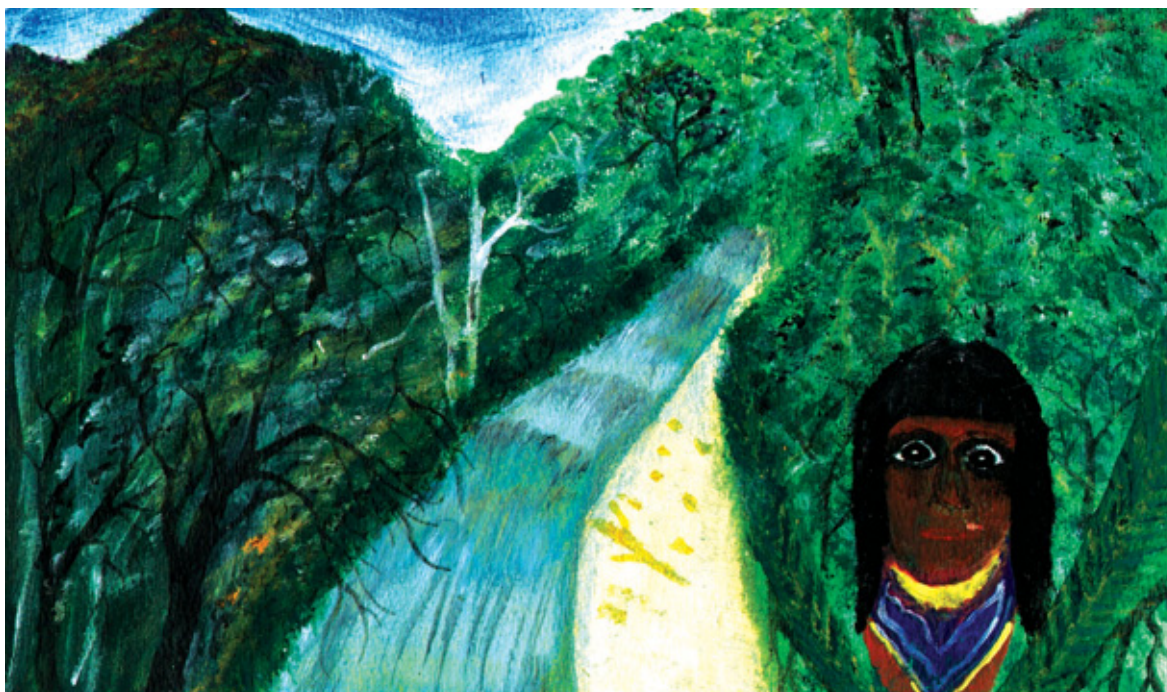
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açaí, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estremo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoadate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do buaceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos buaceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das madeiras-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas.
Para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de solo de a pupunha e nos sacos
merendo fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos uma hora de serviço.
Anosso aula prática terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSĪ KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambiental* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

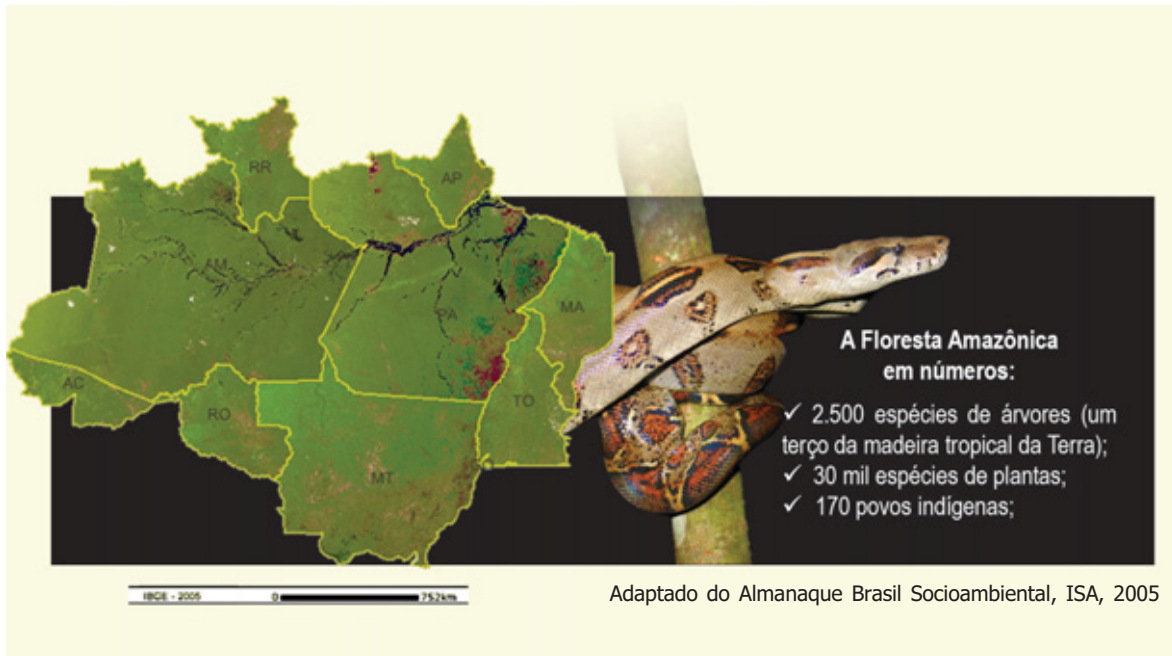
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

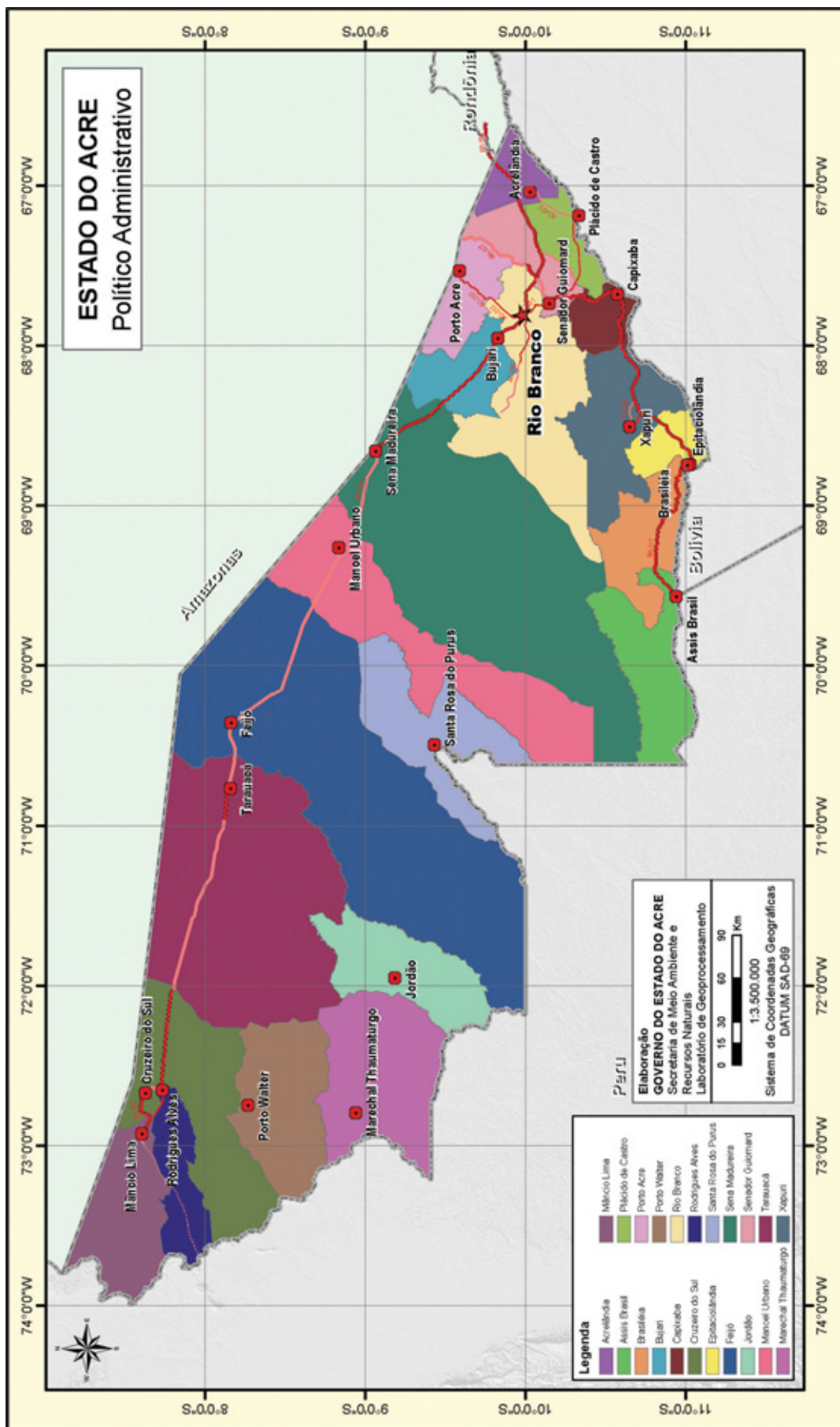
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

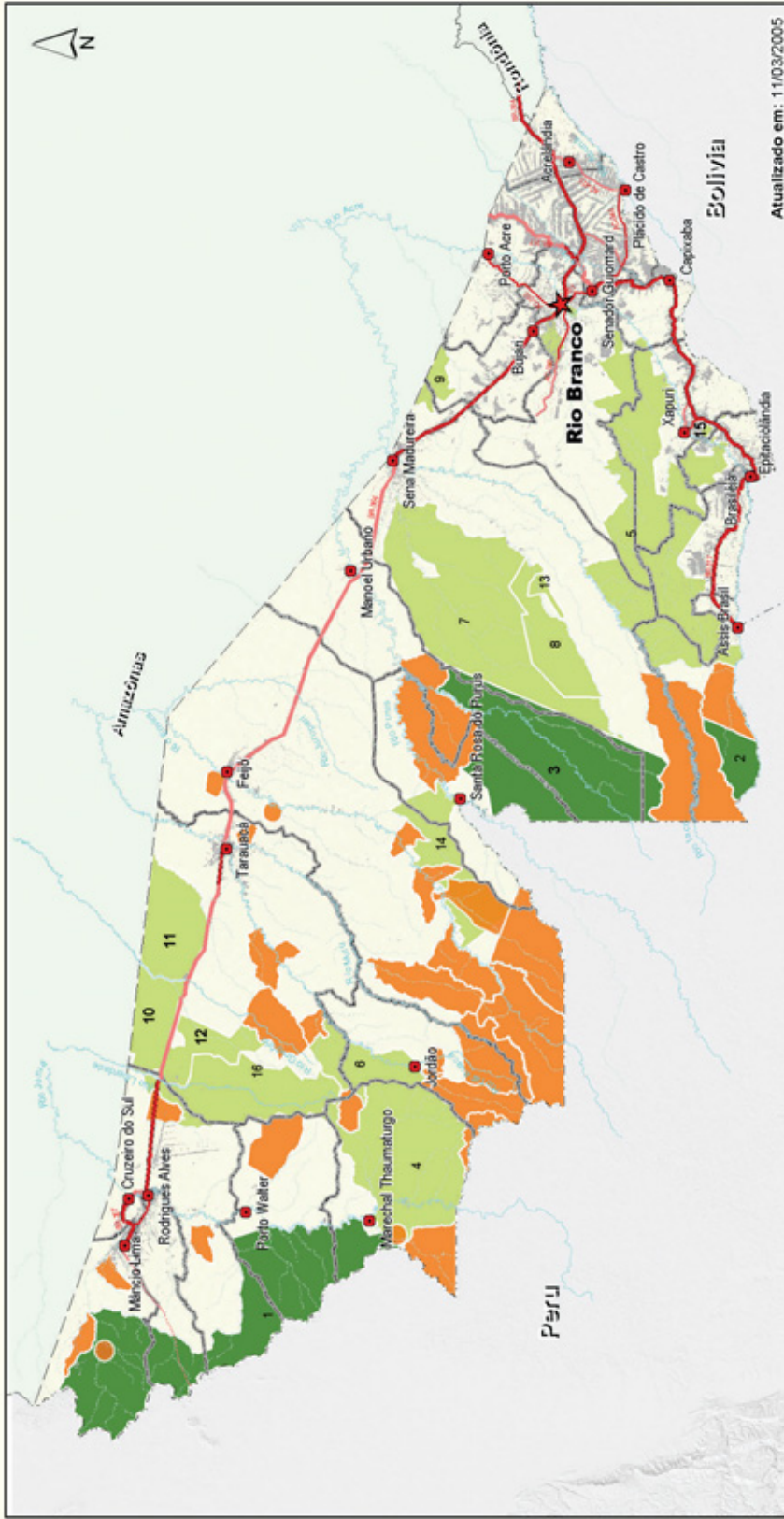


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Long-dashed line)
- Rodovias**
 - Pavimentada: (Red solid line)
 - Implantada: (Red dashed line)
 - Vicinas: (Red dotted line)

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral: (Dark green square) 1.622.389 ha (9,88%)
- Áreas de Uso Sustentável: (Light green square) 3.654.858 ha (22,26%)
- Áreas Desmatadas: (Orange square) 1.817.108 ha (11,06%)
- Terras Indígenas: (Red square) 2.767.746 ha (13,10%)

Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “catifeiro dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limparam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativeiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativeiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

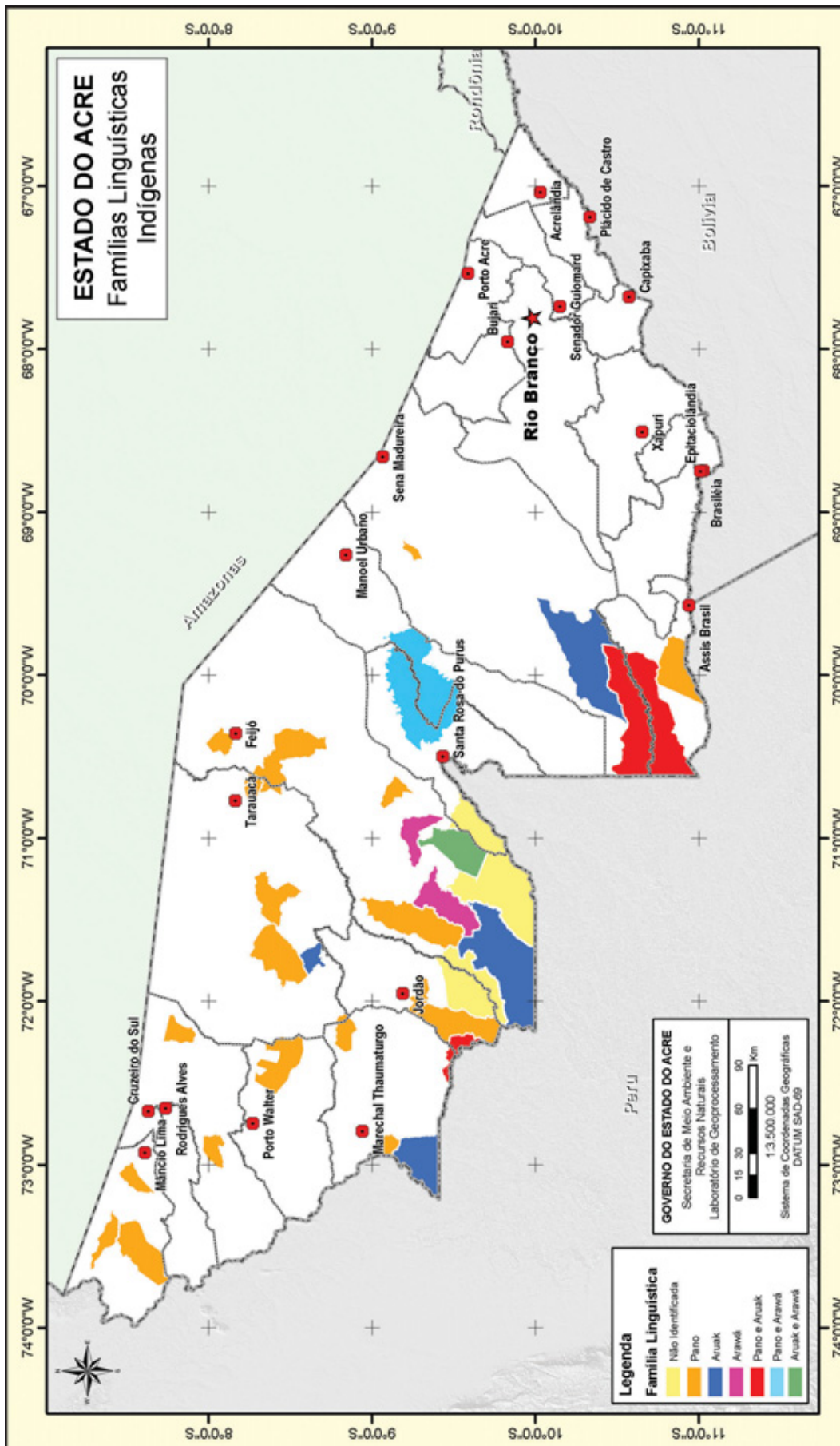
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

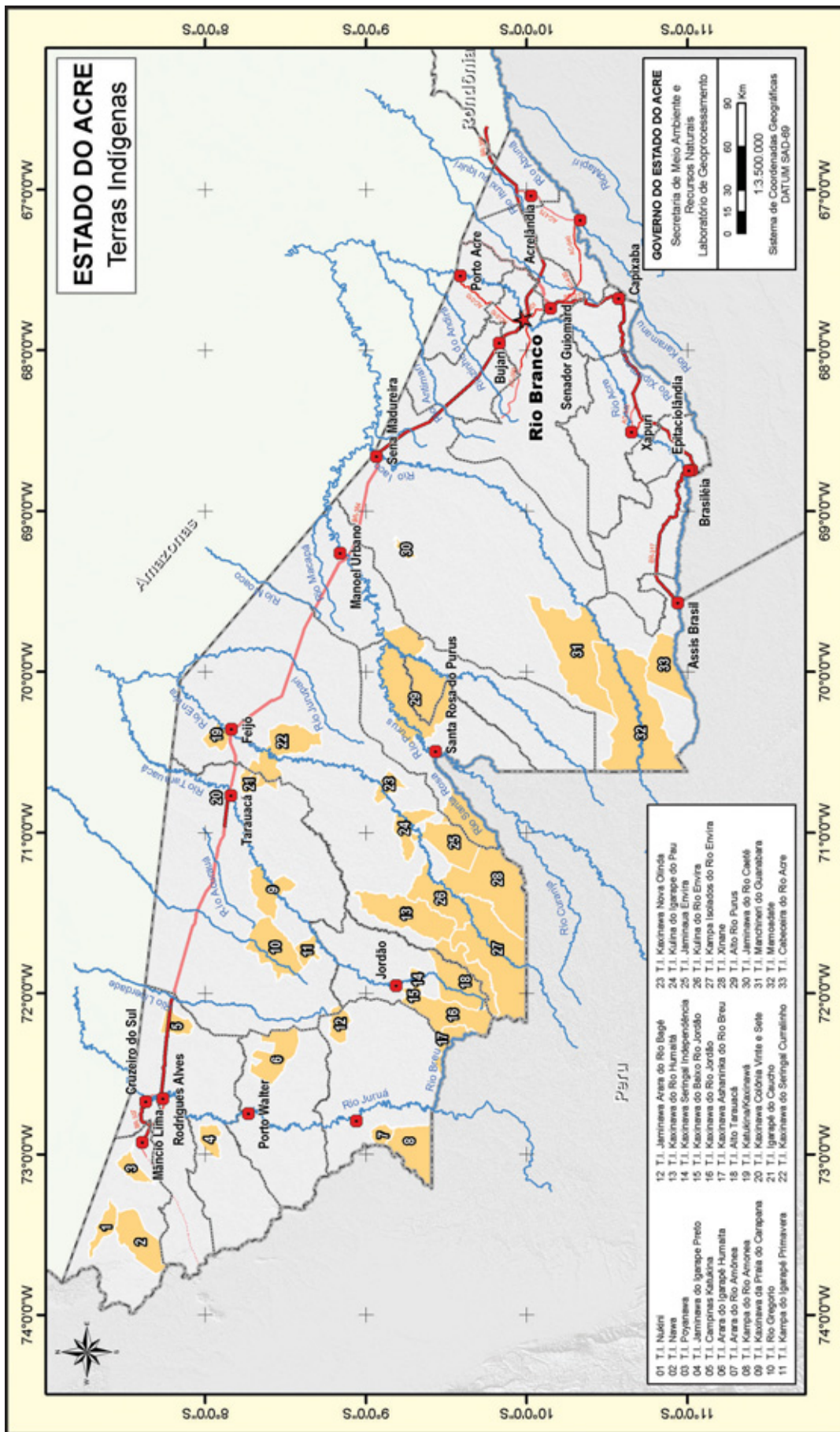
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.



As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as conseqüências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

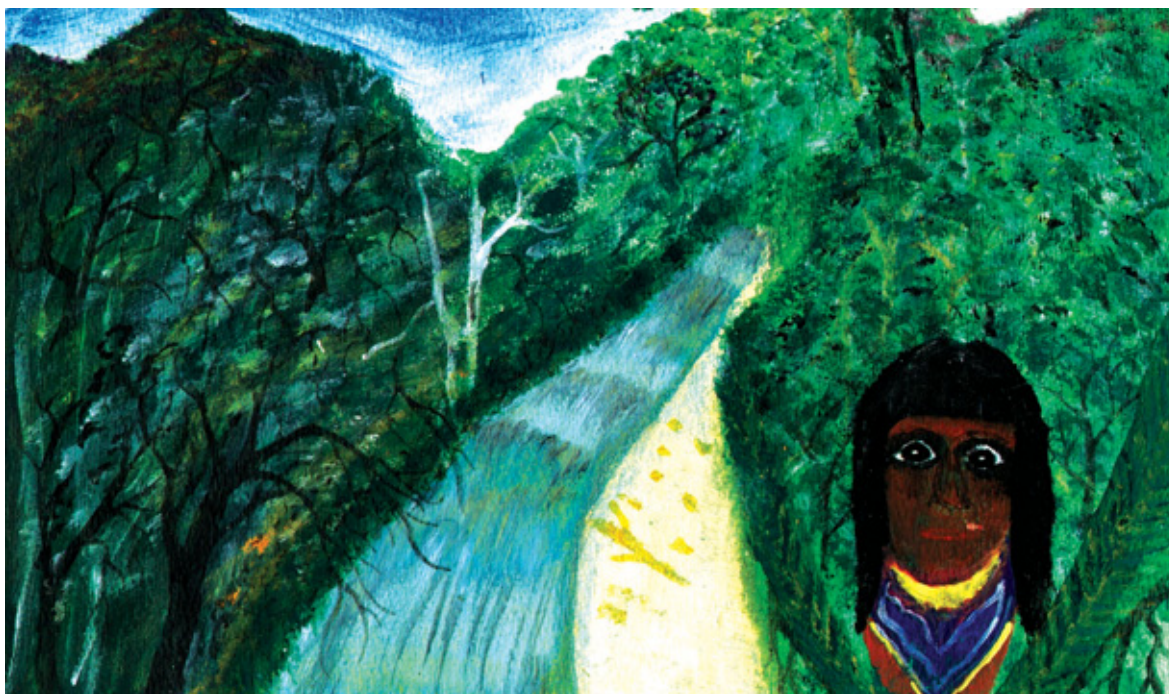
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estromo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

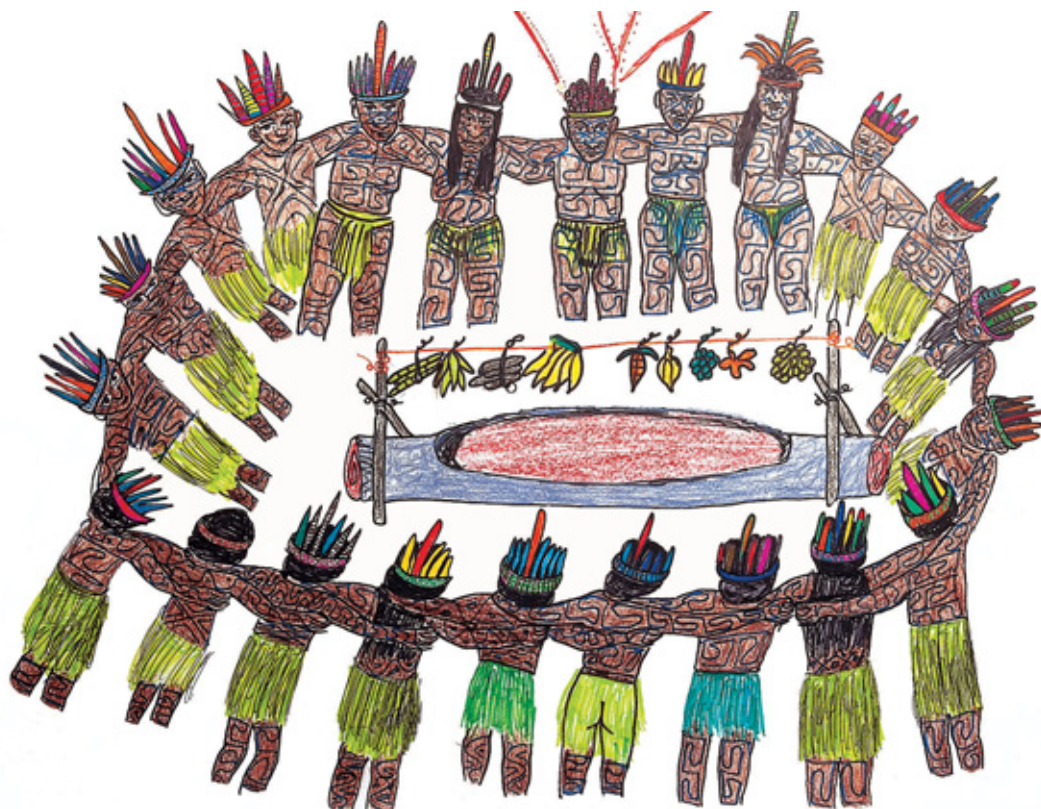
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do buaceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos buaceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatipuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestral faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestral.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yutxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas.
Para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de solo de a pupunha e nos sacos
merendo fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor nômato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLAÇO ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXŌSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

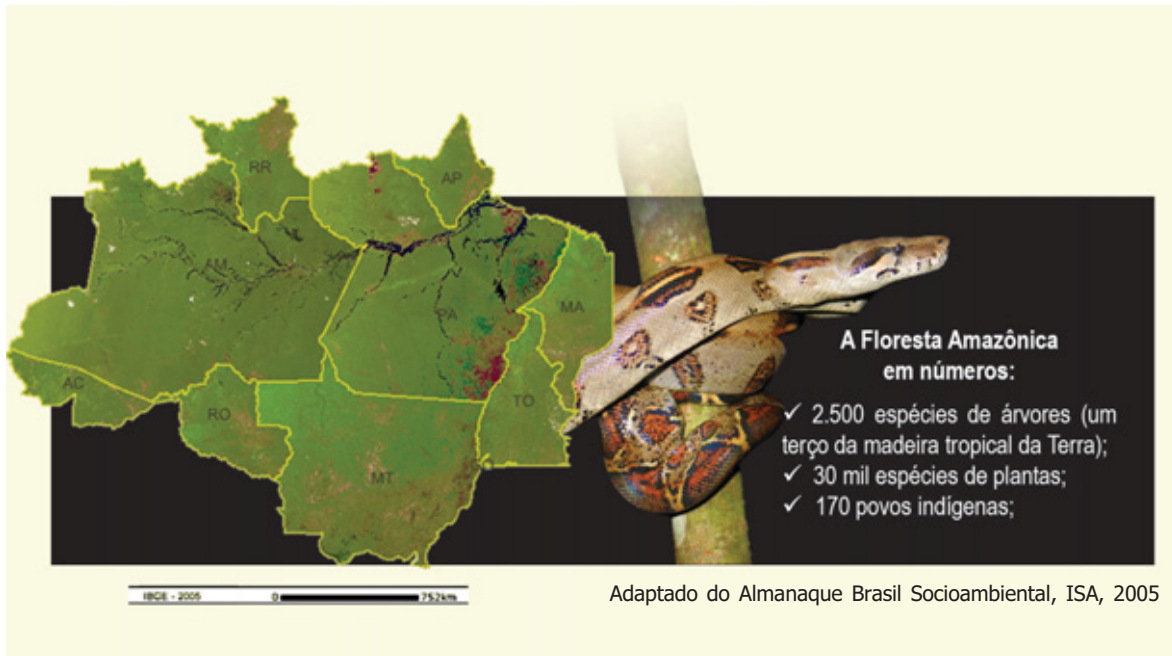
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

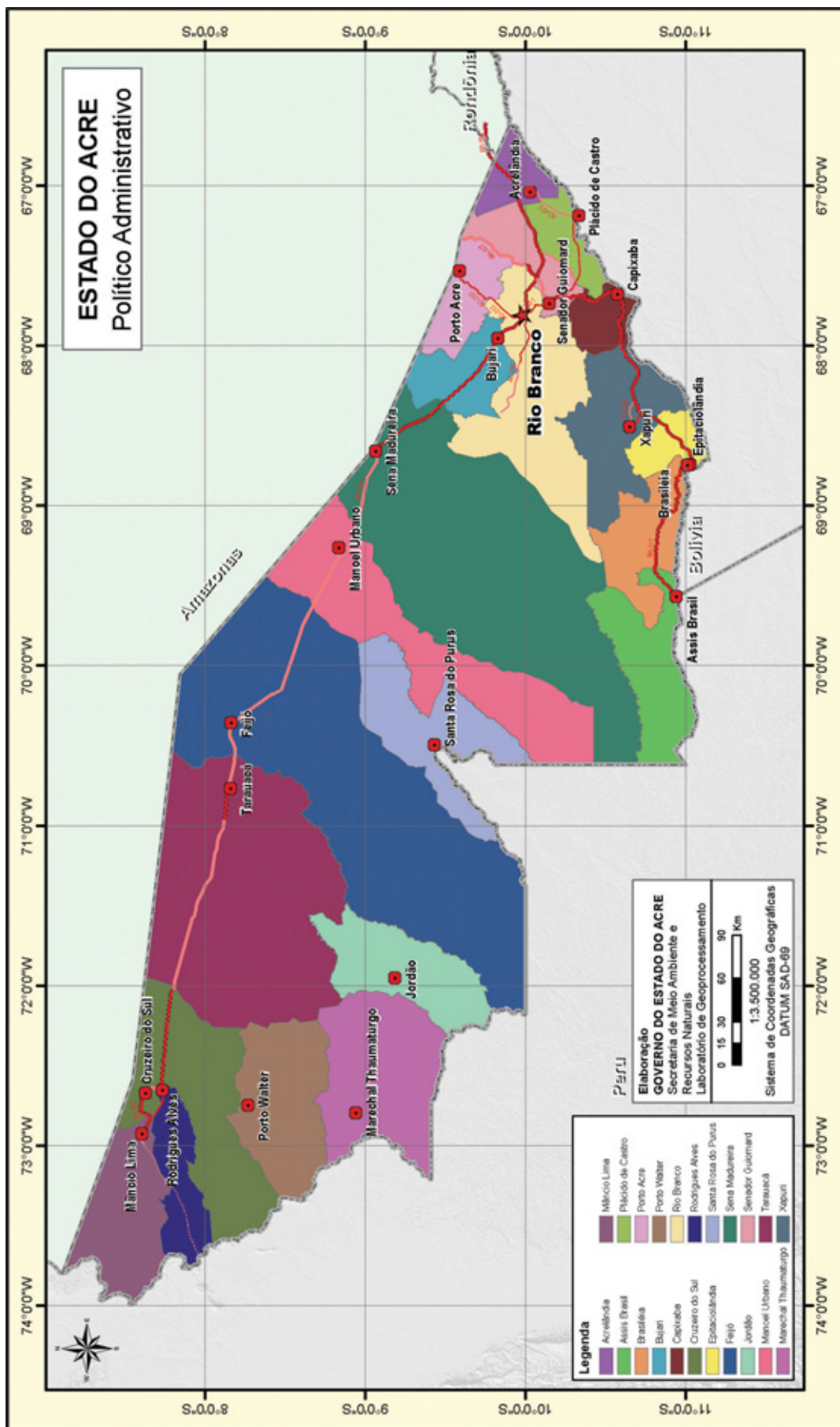
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

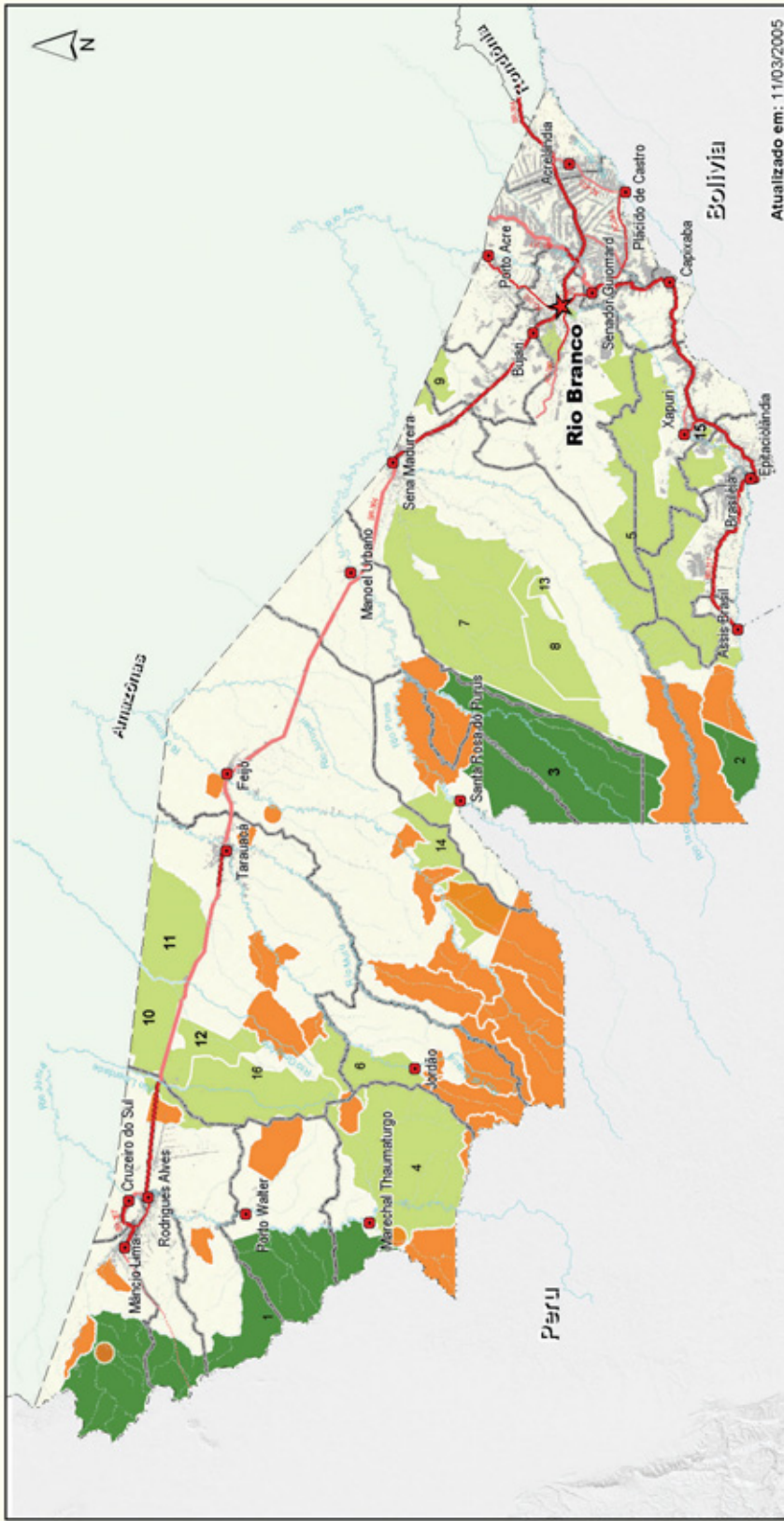
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
- Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
- - - - - Limites Estaduais
- --- --- Limites Internacionais

- Rodovias**
- Pavimentada
- Implantada
- Vicinas

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- **Áreas de Proteção Integral**
1.622.389 ha (9,88%)
- **Áreas de Uso Sustentável**
3.654.858 ha (22,26%)
- **Terras Indígenas**
2.767.746 ha (13,10%)
- **Áreas Desmatadas**
1.817.108 ha (11,06%)

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Estadual do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringueiro e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringueiro.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

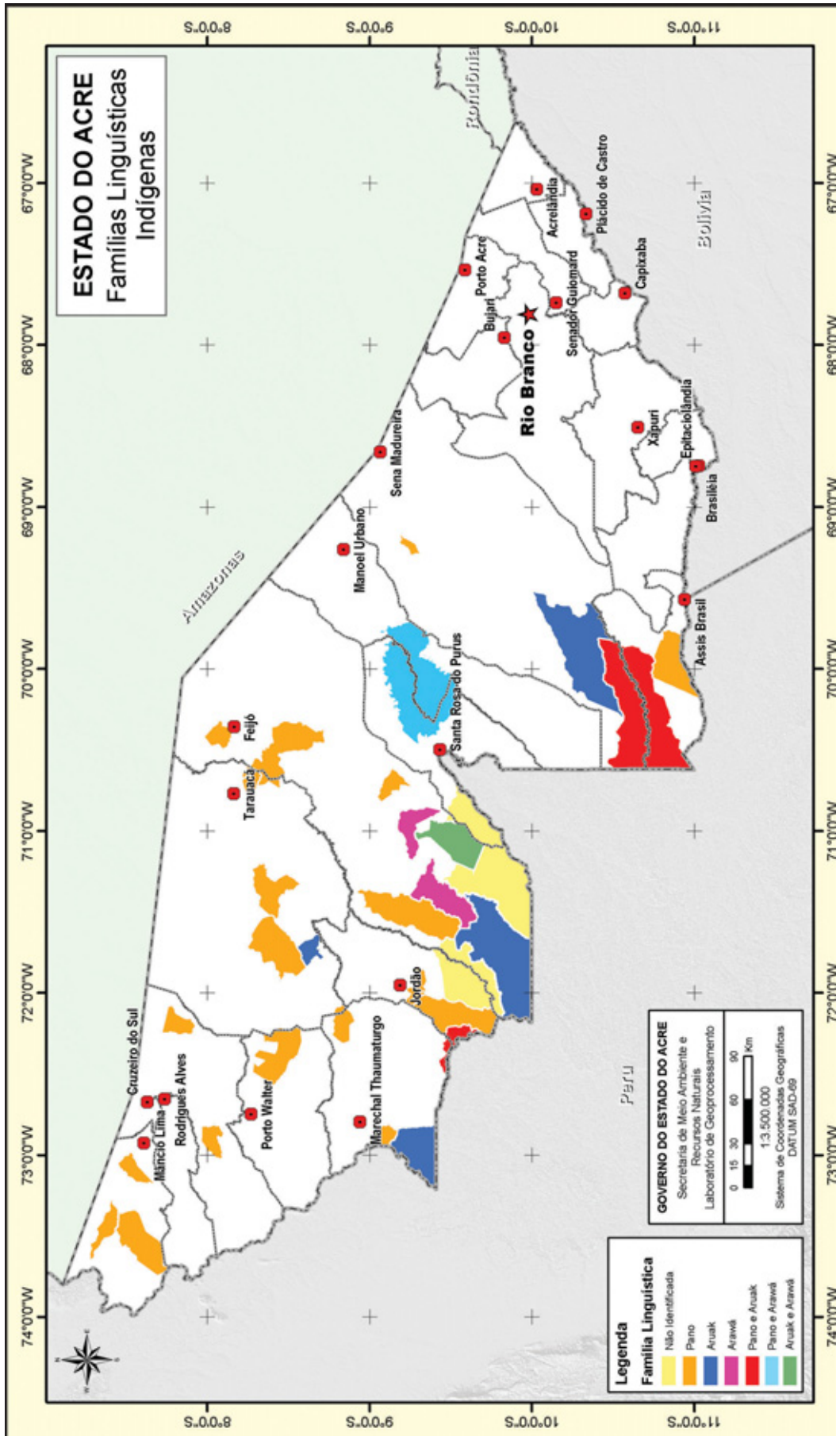
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? ?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

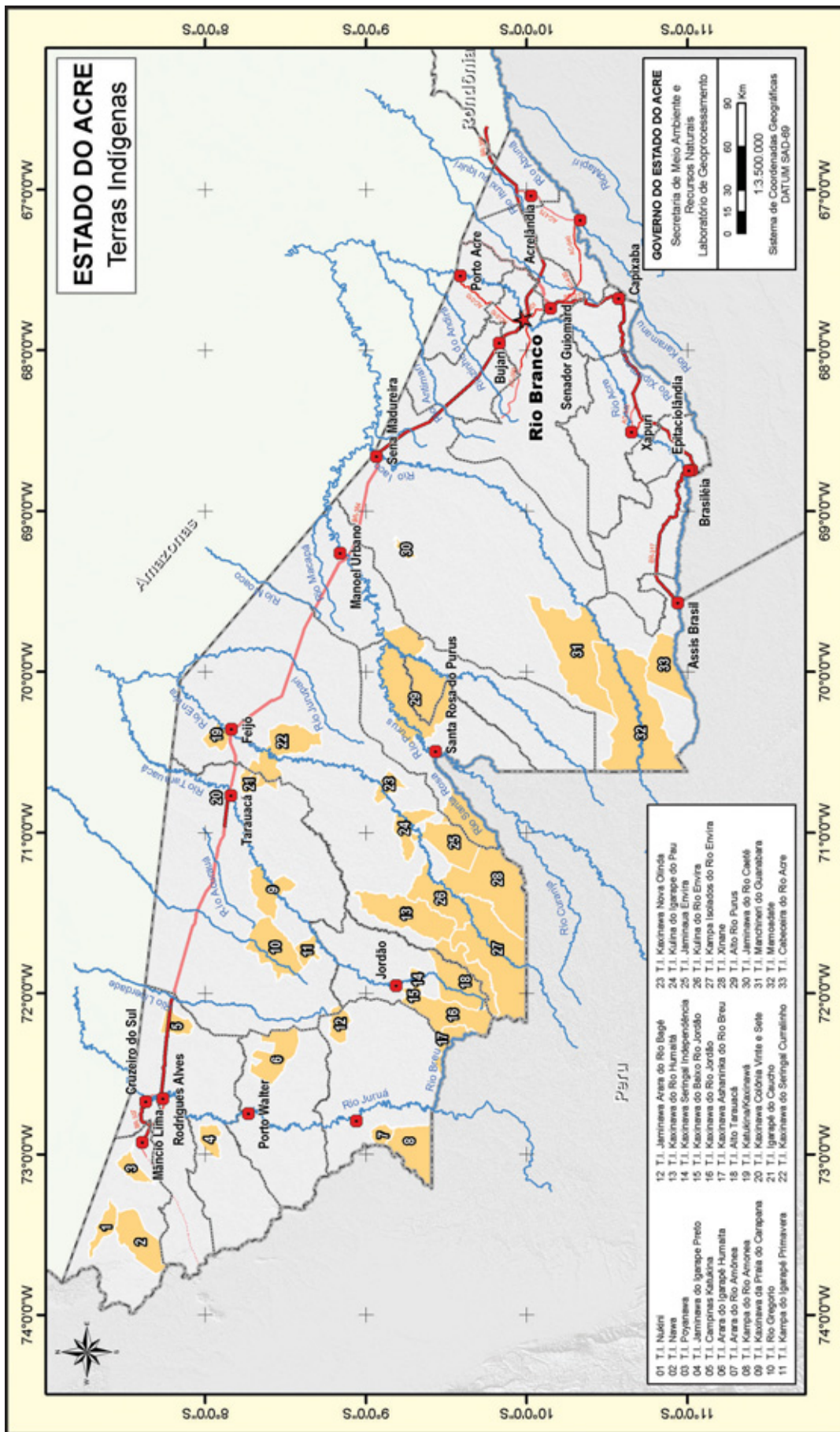
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kui do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreado e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuïrem na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

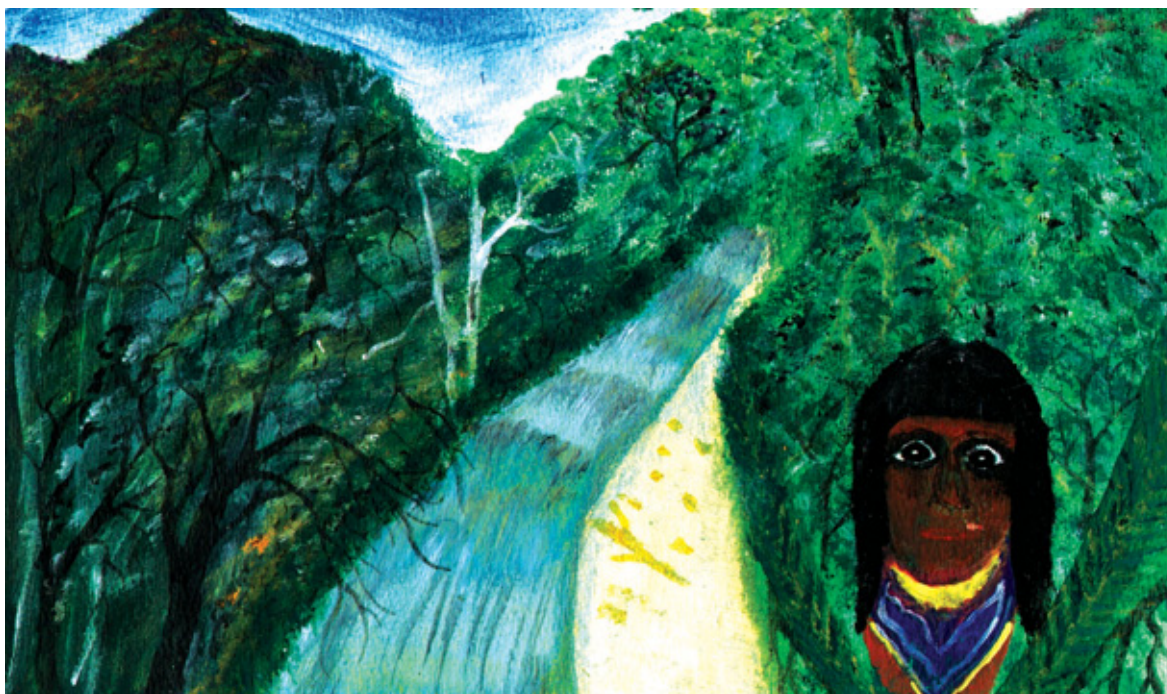
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açaí, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

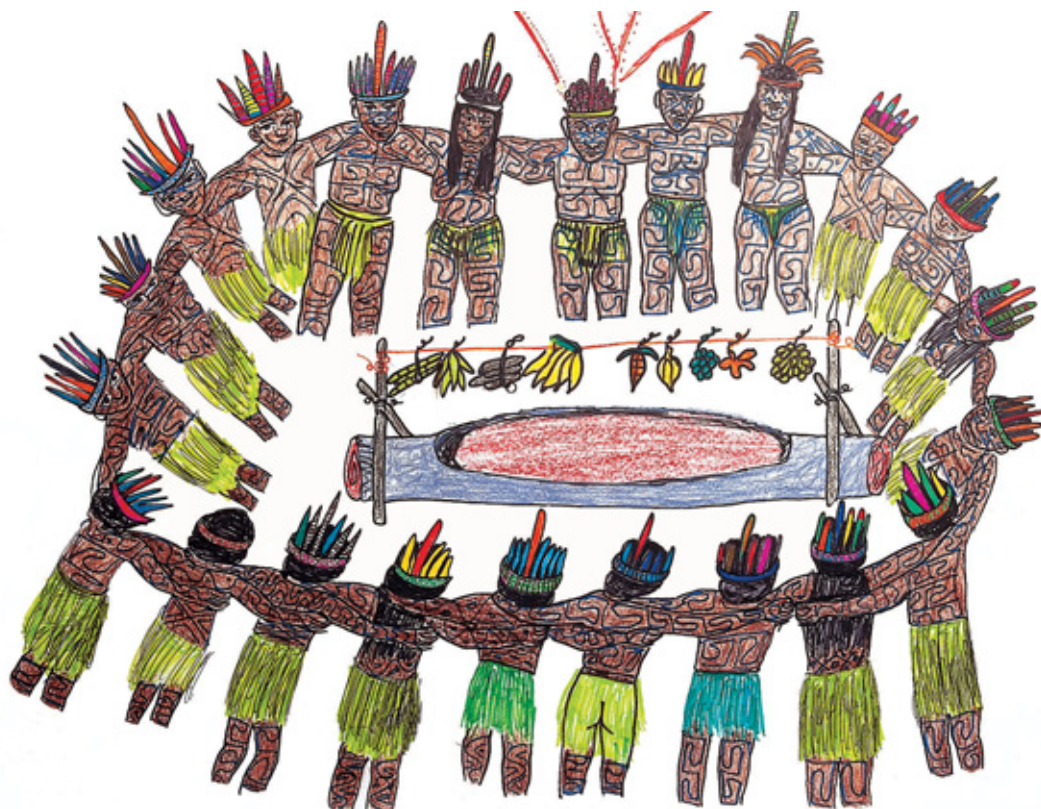
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Llullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoadate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabuti	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putotu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiapuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de saõ de a pupunha e nos saõ
merendo fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri Eētsite Ikatsiawayta
Ātaniki.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri Eētsite Atawayrētsi
Tsika Onitsi Kaniri, pāriatsi.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri Eētsite Awitawōtsi
ASHERA Daxikawo Ātaniki.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGAR NO RIO, APRENDER NAVEGAR NO CANOIS
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri Eētsite, Otsiatna pitotsiki,
Hiyoteco RAVATE Hiyaki, Rāte pākotsi
Īpanekiteki.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLAROS ETC.
Hiyotayiki Eētsite
Āte Txekopi, Txochiki
MAWOYNE tsika ORATSĪ
Ātsiki, Ayotaxeri Eētsi.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri Eētsite Āle
pākotsi Riyotixawōri, tsika
IKĀTAYTSIRO pākotsi.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhava destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantese* de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

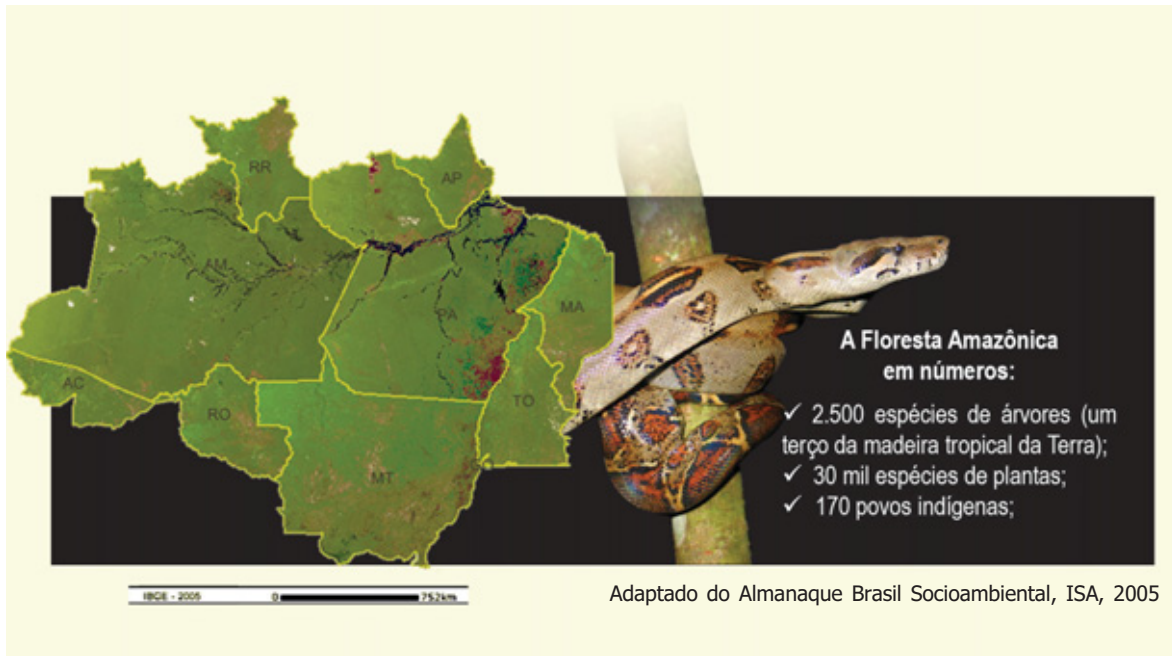
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

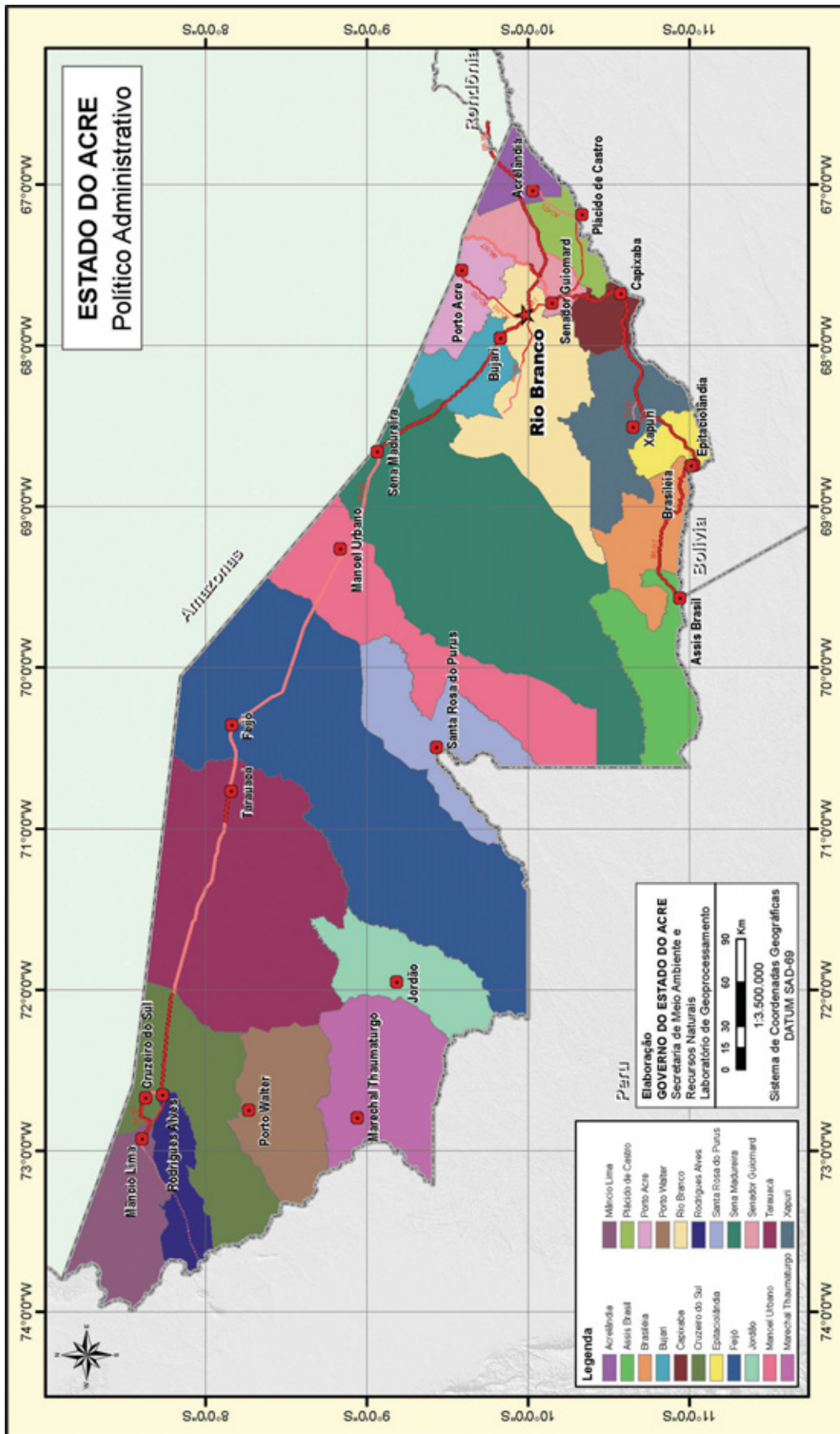
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

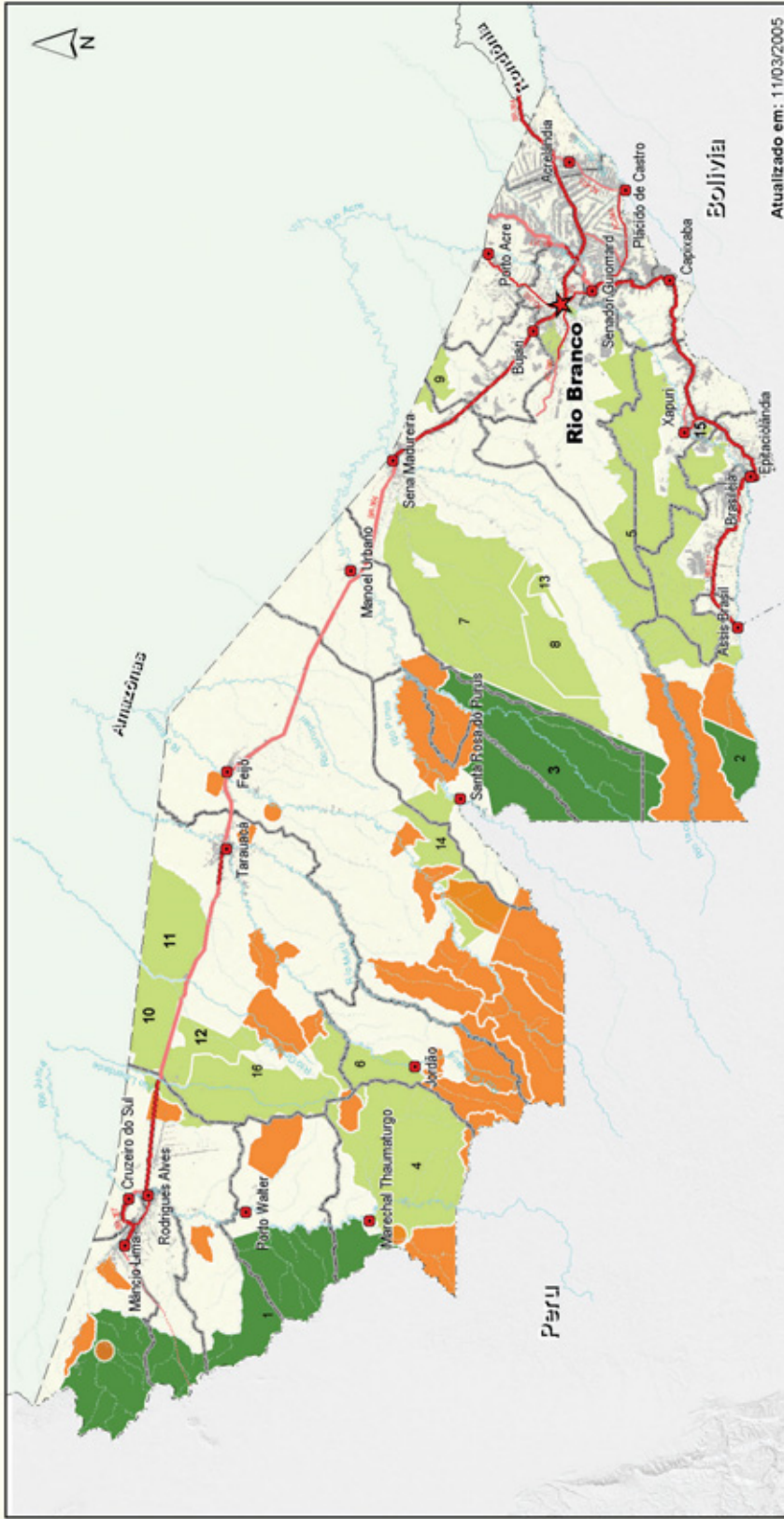


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Dash-dot line)

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral**: 1.622.389 ha (9,88%)
- Áreas de Uso Sustentável**: 3.654.858 ha (22,26%)
- Áreas Desmatadas**: 1.817.108 ha (11,06%)
- Terras Indígenas**: 2.767.746 ha (13,10%)

Unidades de Conservação

- Parque Nacional de Serra do Divisor
- Estação Biológica do Acre
- Parque Estadual Chico Mendes
- Reserva Extrativista do Alto Juruá
- Reserva Extrativista Chico Mendes
- Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- Reserva Extrativista Cuzumbá
- Floresta Nacional Macaúli
- Floresta Estadual do Antimari
- Floresta Estadual do Mógno
- Floresta Estadual do Rio Gregório
- Floresta Estadual do Rio Liberdade
- Floresta Nacional do São Francisco
- Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Nova Esperança
- Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade



Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

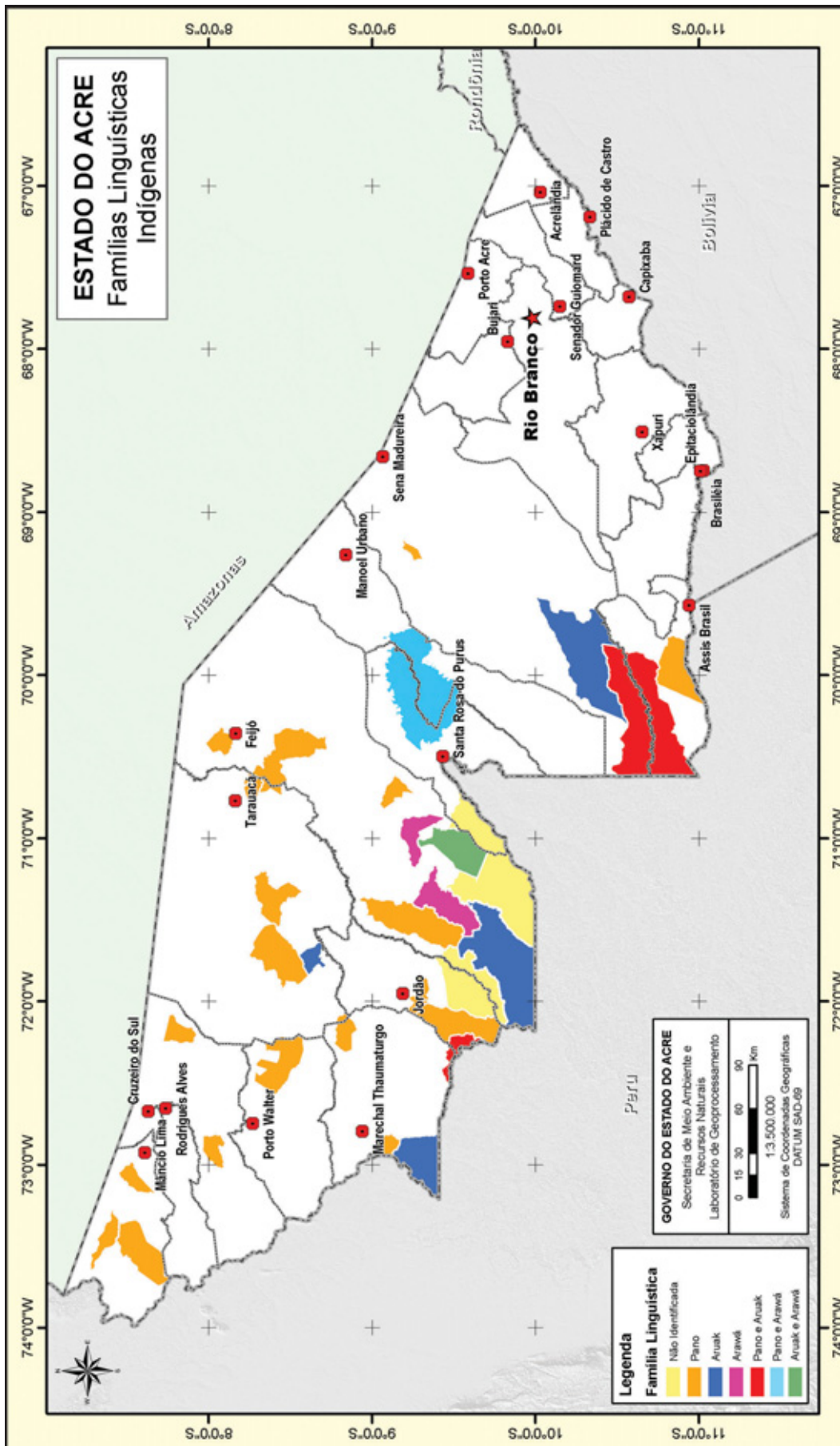
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? ?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

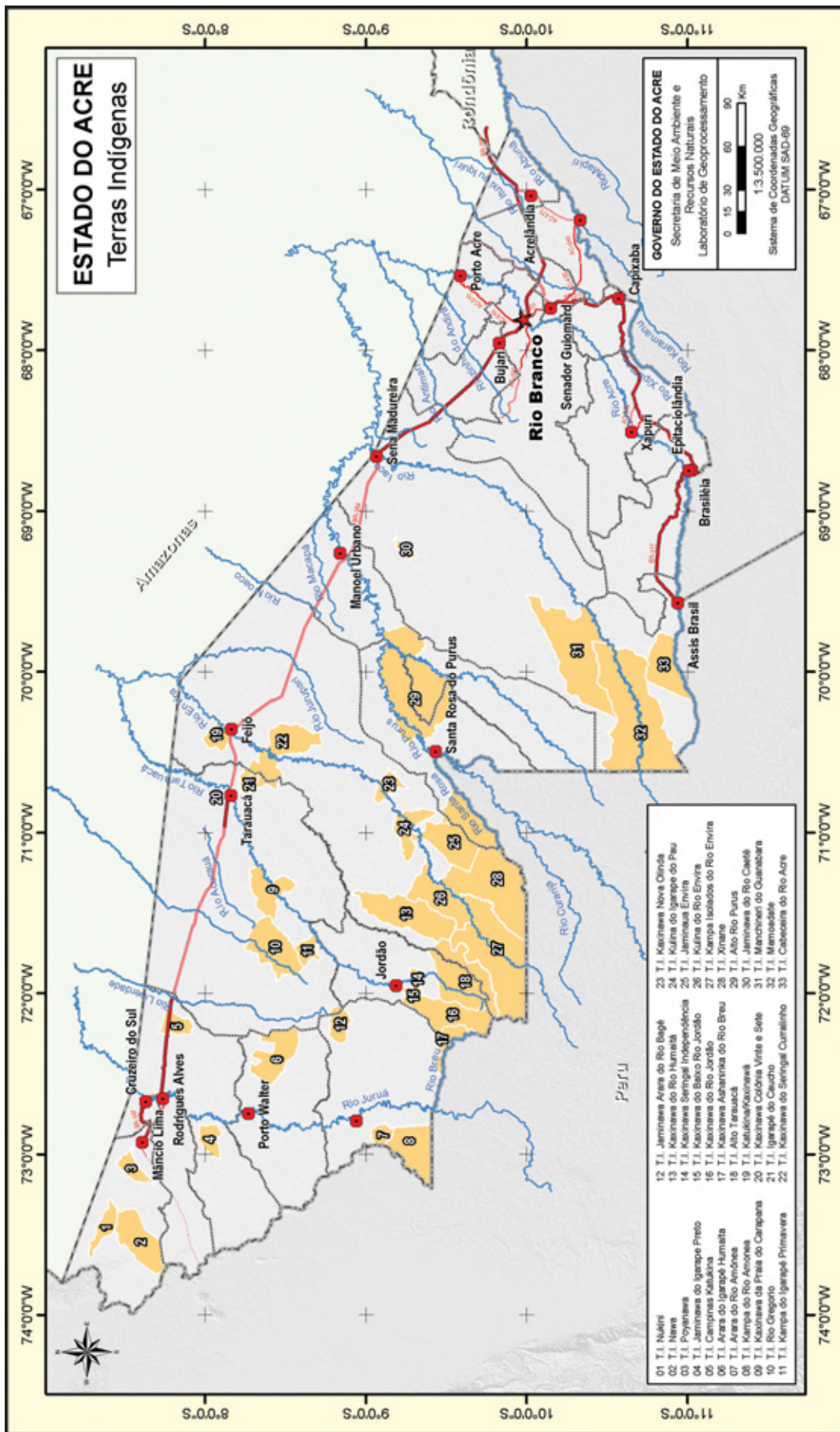
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kui do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo. Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País. Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.
in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuam na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

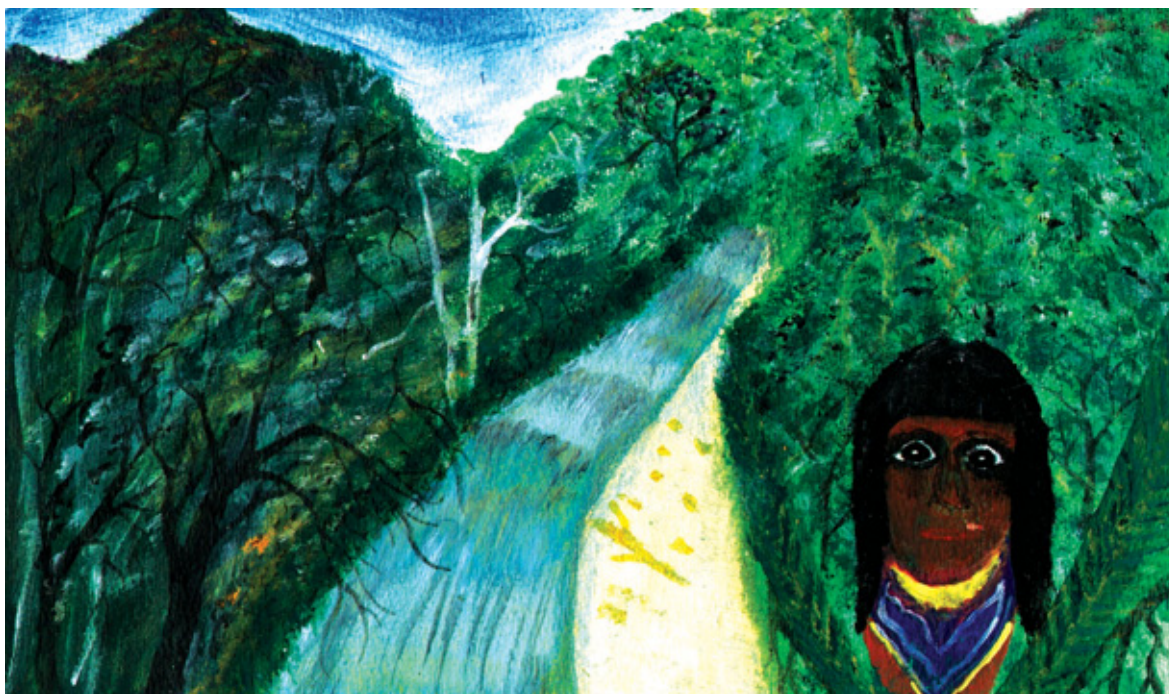
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na T.I e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quati-puru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das madeiras-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normeu Cadenciano diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumes
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fumes uma panela
de sã de a pupunha e fumes sã
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
mas, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
Fomos participa a piquete
reunião do professor normeu paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri Eētsite Ikatsiawayta
Ātaniki.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri Eētsite Atawayrētsi
Tsika Onitsi Kaniri, pziatsi.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri Eētsite Awitawōtsi
ASHERA Daxikawo Ātaniki.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri Eētsite, Otsiatxa pitotsiki,
Hiyoteco RAVATE Hiyaki, RĀTE pākotsi
Īpanekiteki.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLAÇO ETC.
Hiyotayiki Eētsite
ĀTE TxeKopi, Txochiki
MAWBYNE tsika ORATSĪ
Ātsiki, Ayotaxeri Eētsi.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri Eētsite ĀLE
pākotsi riyotitxawori, tsika
IKĀTAYTSIRO pākotsi.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na Terra Indígena do Rio Jordão, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambiental* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

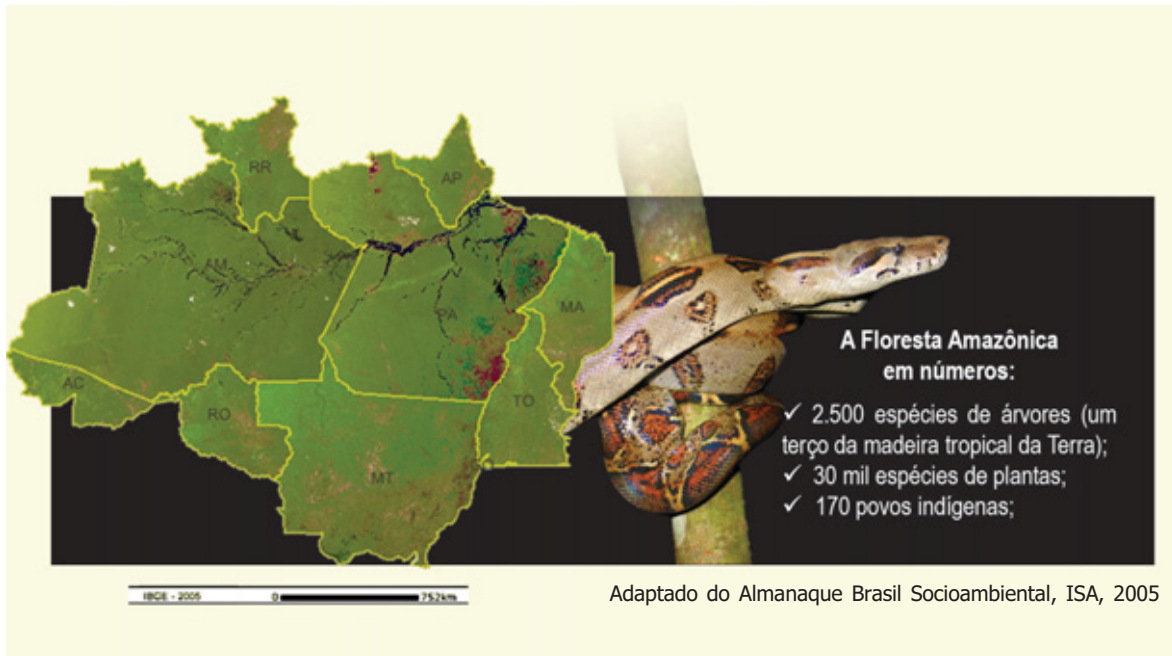
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agrofloretais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

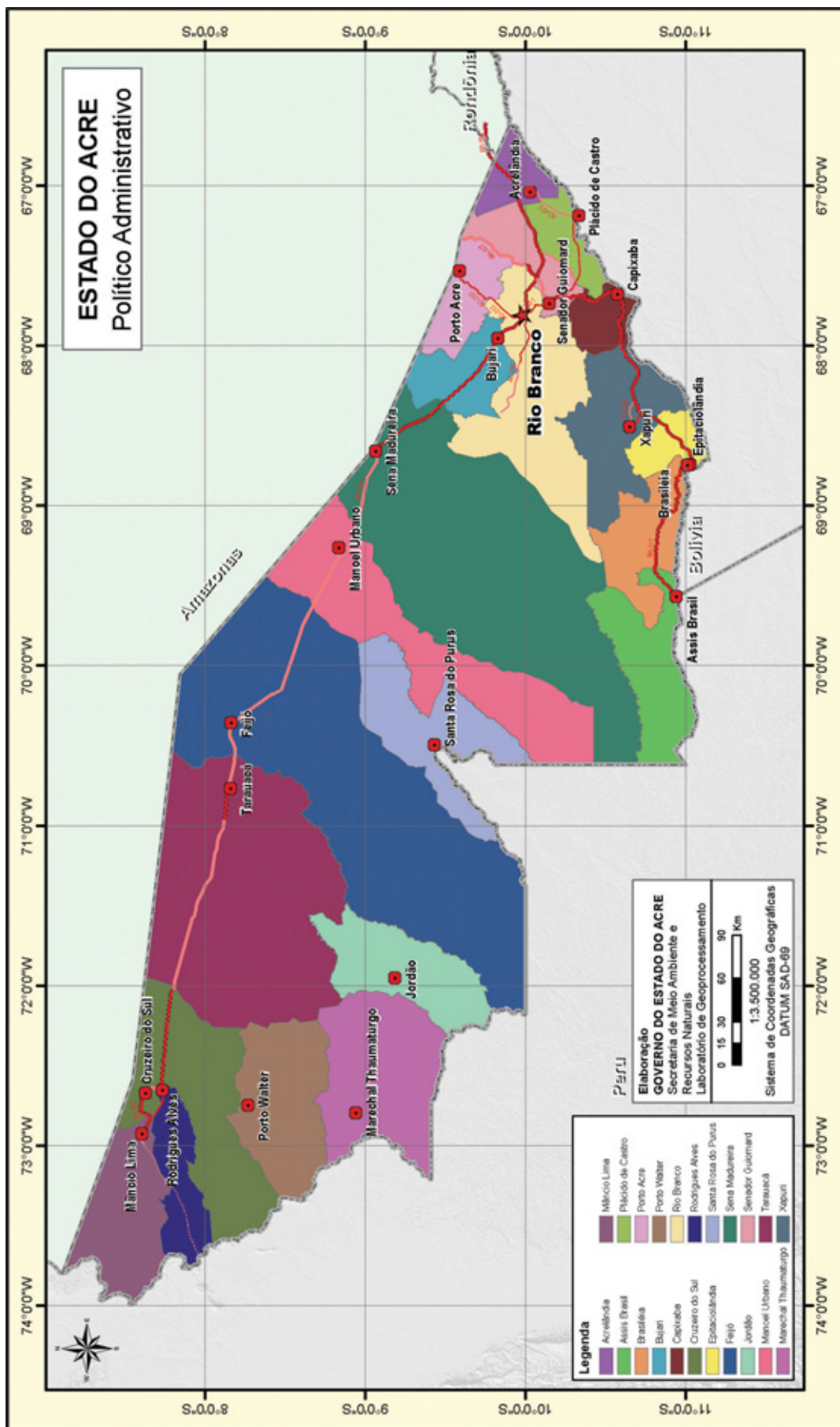
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o cujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, cujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

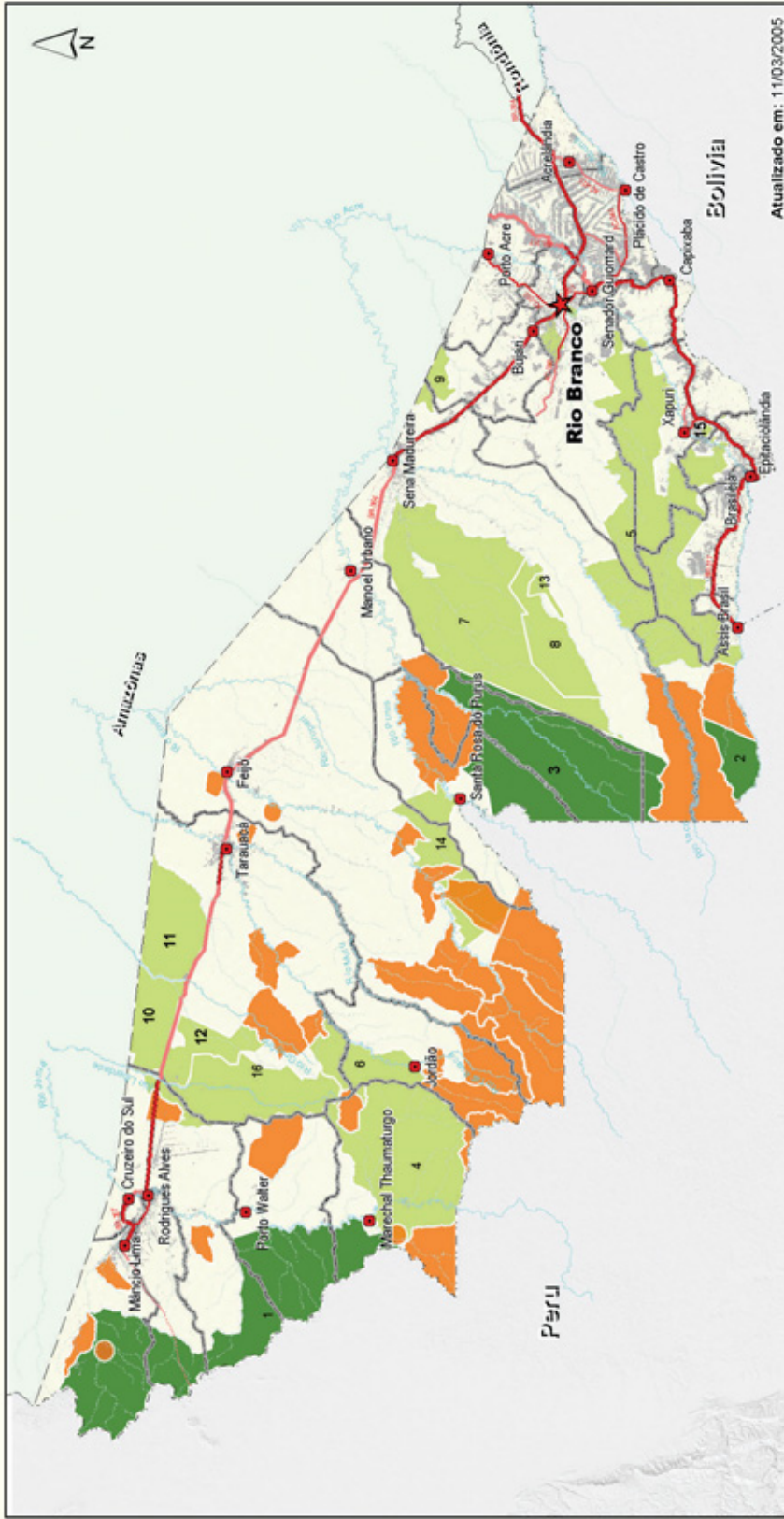


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (red star)
 - Municípios: (red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (dashed line)
 - Limites Estaduais: (dotted line)
 - Limites Internacionais: (dash-dot line)

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral**: 1.622.389 ha (9,88%)
 - Áreas de Uso Sustentável**: 3.654.858 ha (22,26%)
 - Terras Indígenas**: 2.767.746 ha (13,10%)
 - Áreas Desmatadas**: 1.817.108 ha (11,06%)
- Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha**

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade



Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sôvaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC, 1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativeiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativeiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

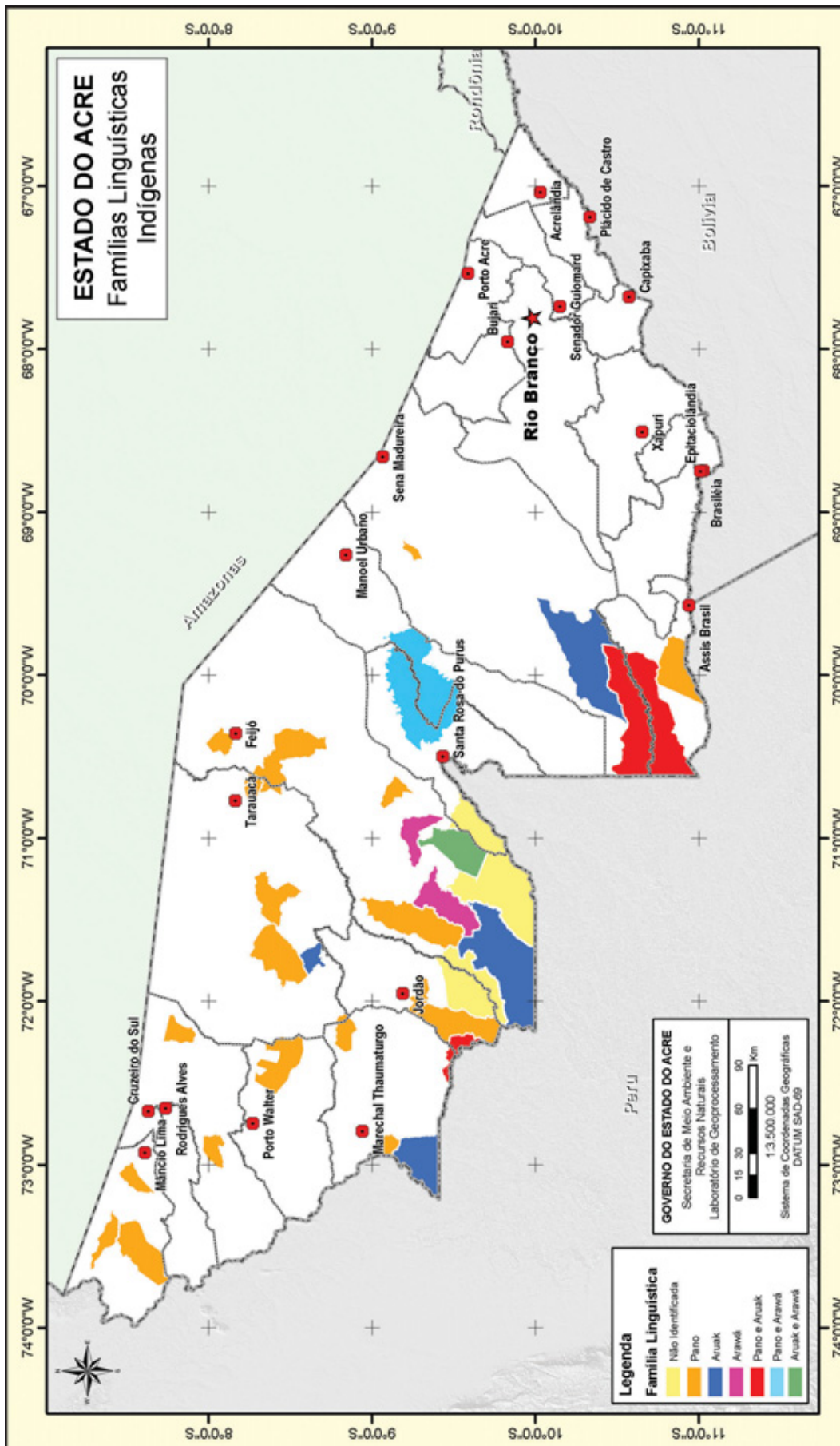
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

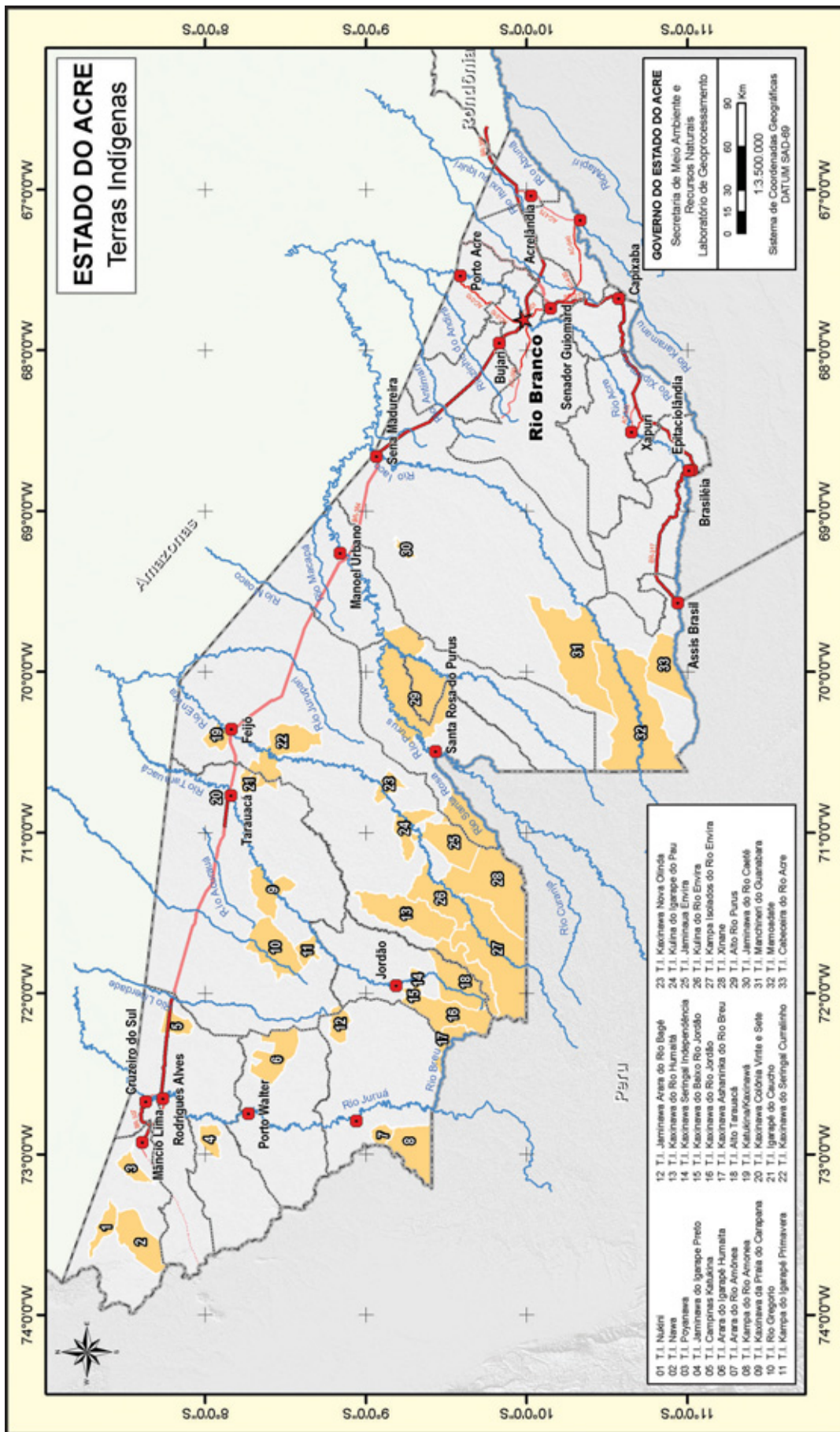
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as conseqüências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

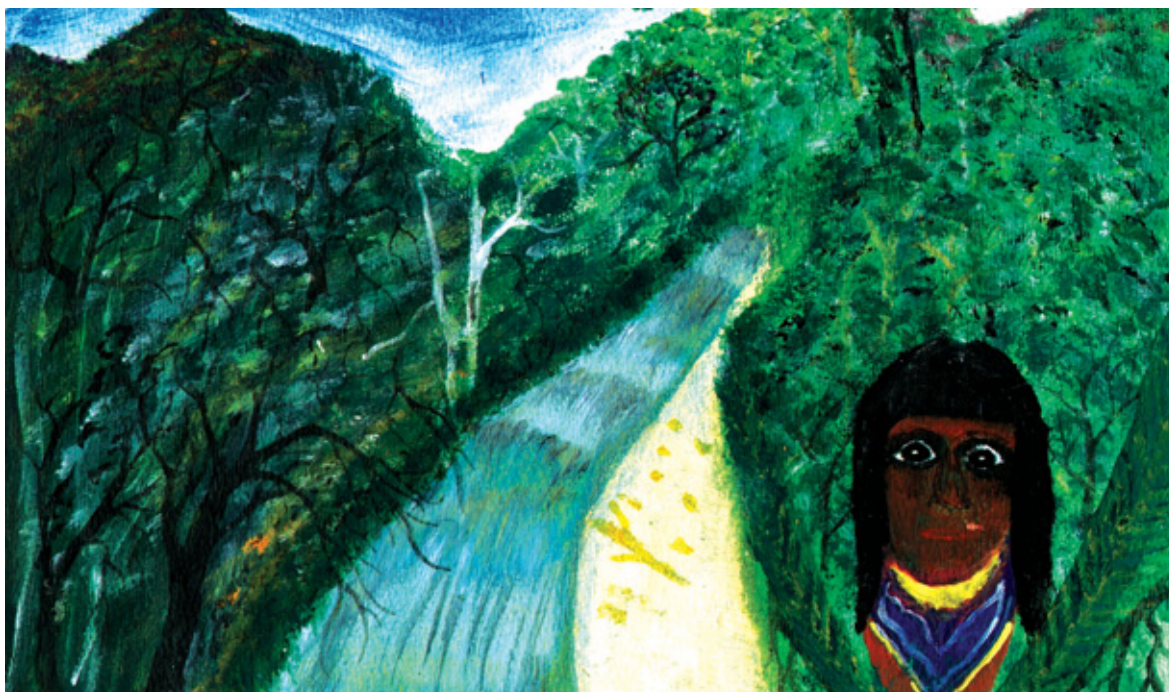
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açaí, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

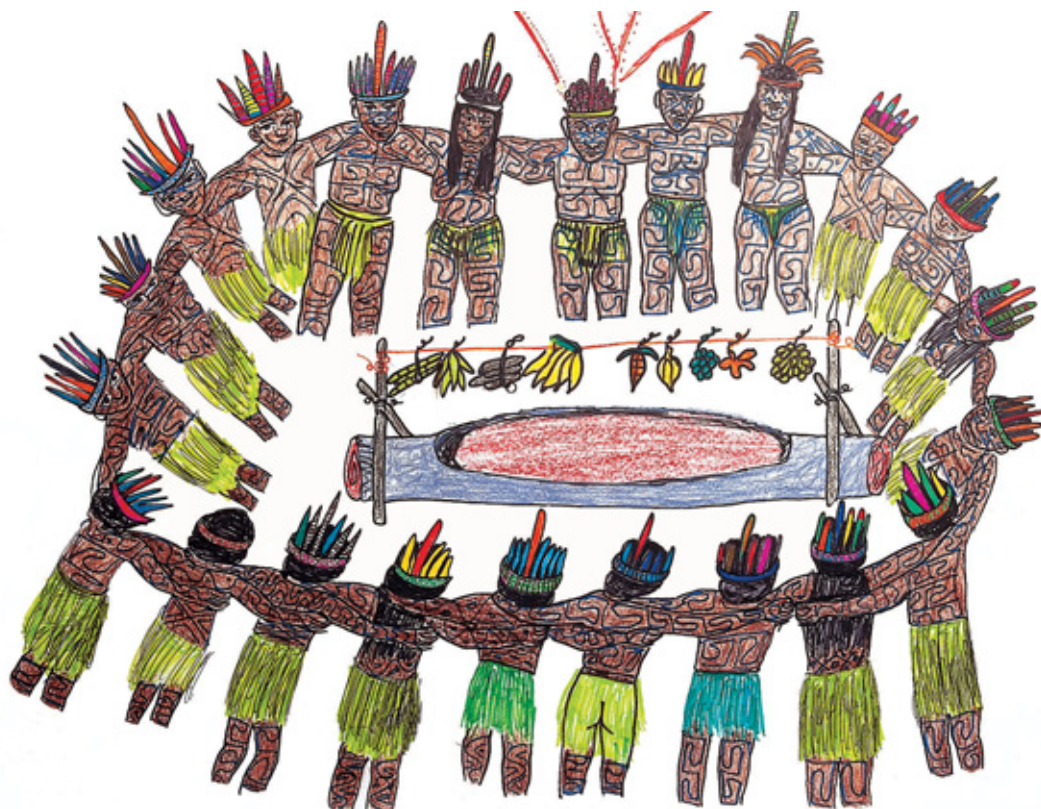
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quatí	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatipuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumes
para safrão de pupunhas.
Para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a raiz pineramos
tuolos, e fumes uma panela
de solo de a pupunha e fumes solo
merendo fumes repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
mas, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXŌSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale de Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantese de Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

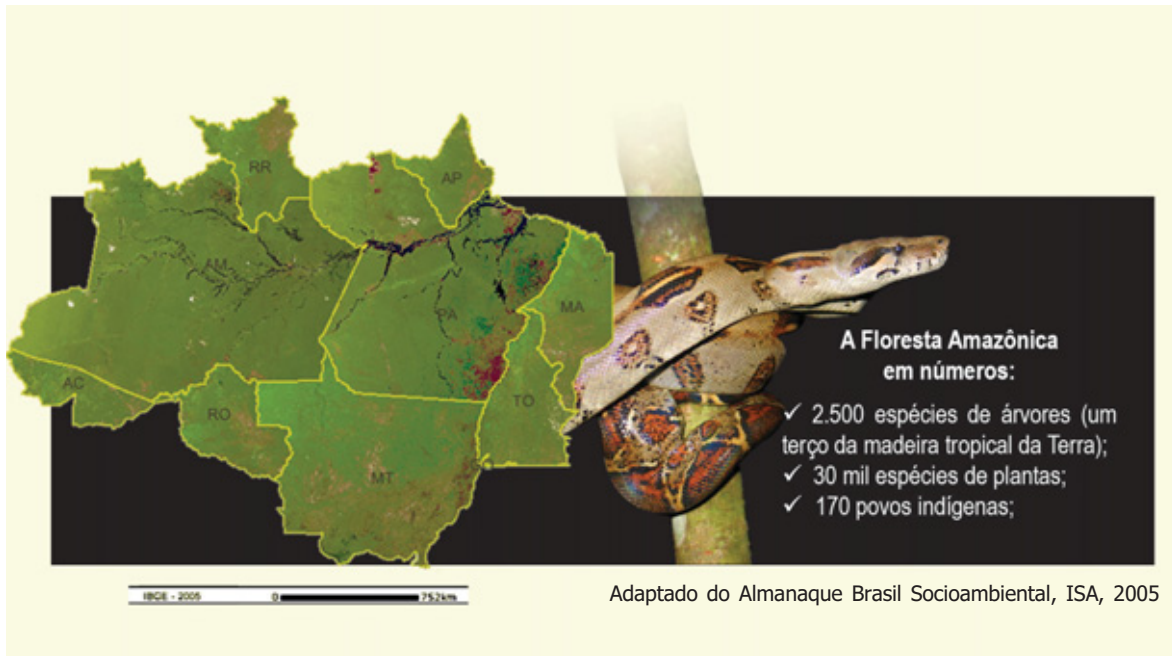
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

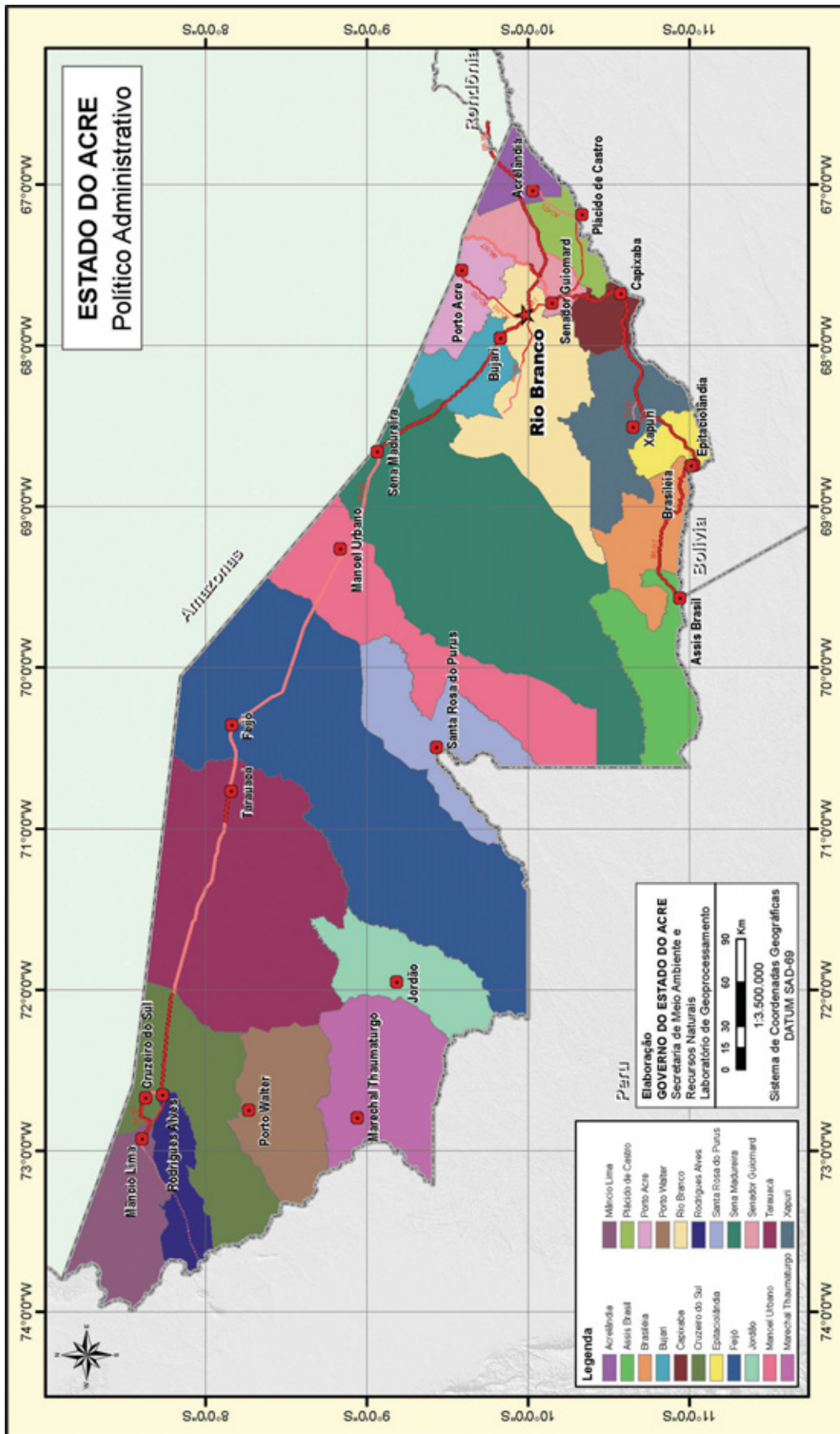
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

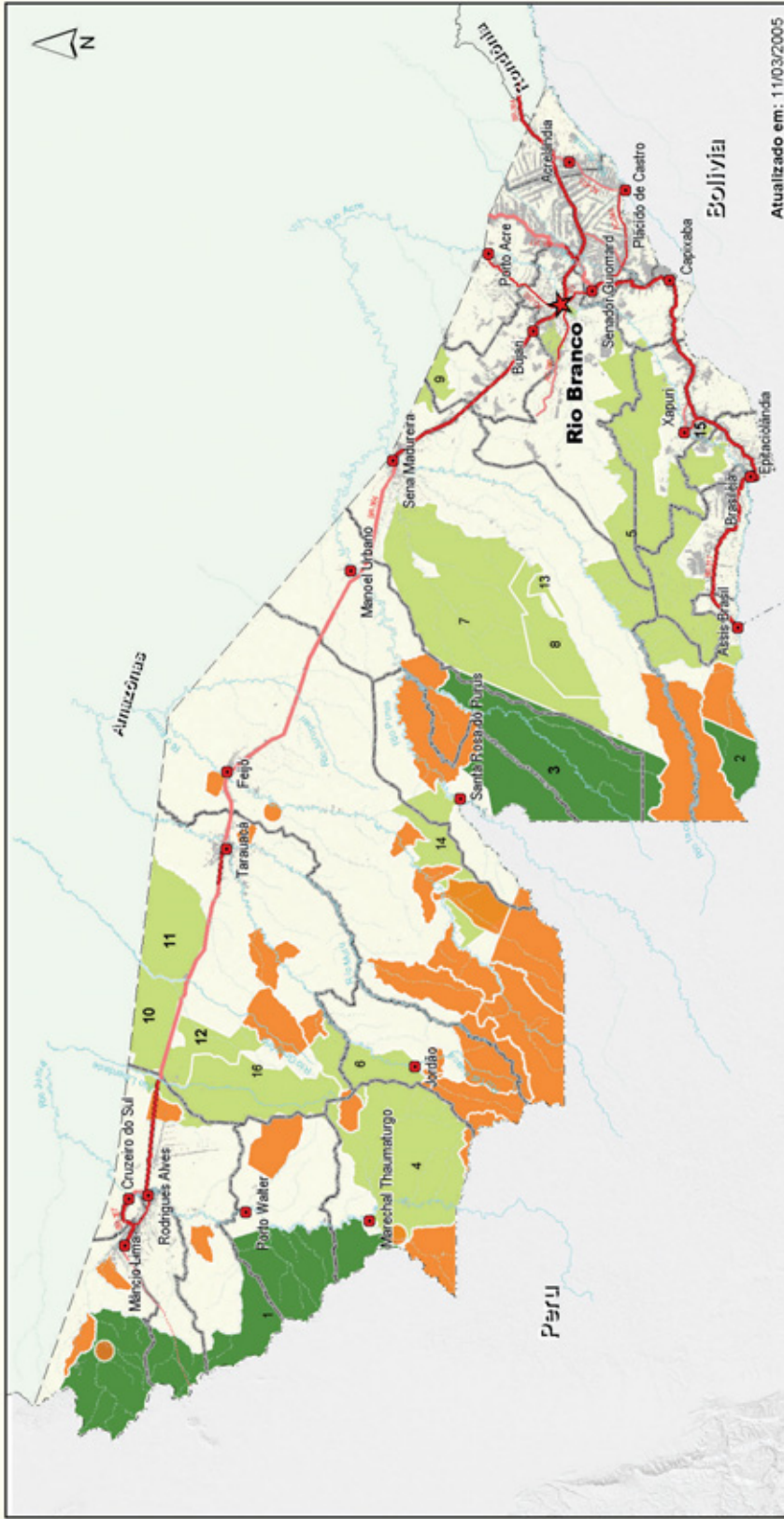


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Dash-dot line)
- Rodovias**
 - Pavimentada: (Red solid line)
 - Implantada: (Red dashed line)
 - Vicinas: (Red dotted line)

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral: (Dark green square) 1.622.389 ha (9,88%)
- Áreas de Uso Sustentável: (Light green square) 3.654.858 ha (22,26%)
- Áreas Desmatadas: (Orange square) 1.817.108 ha (11,06%)
- Terras Indígenas: (Dark orange square) 2.767.746 ha (13,10%)

Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limparam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativeiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativeiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

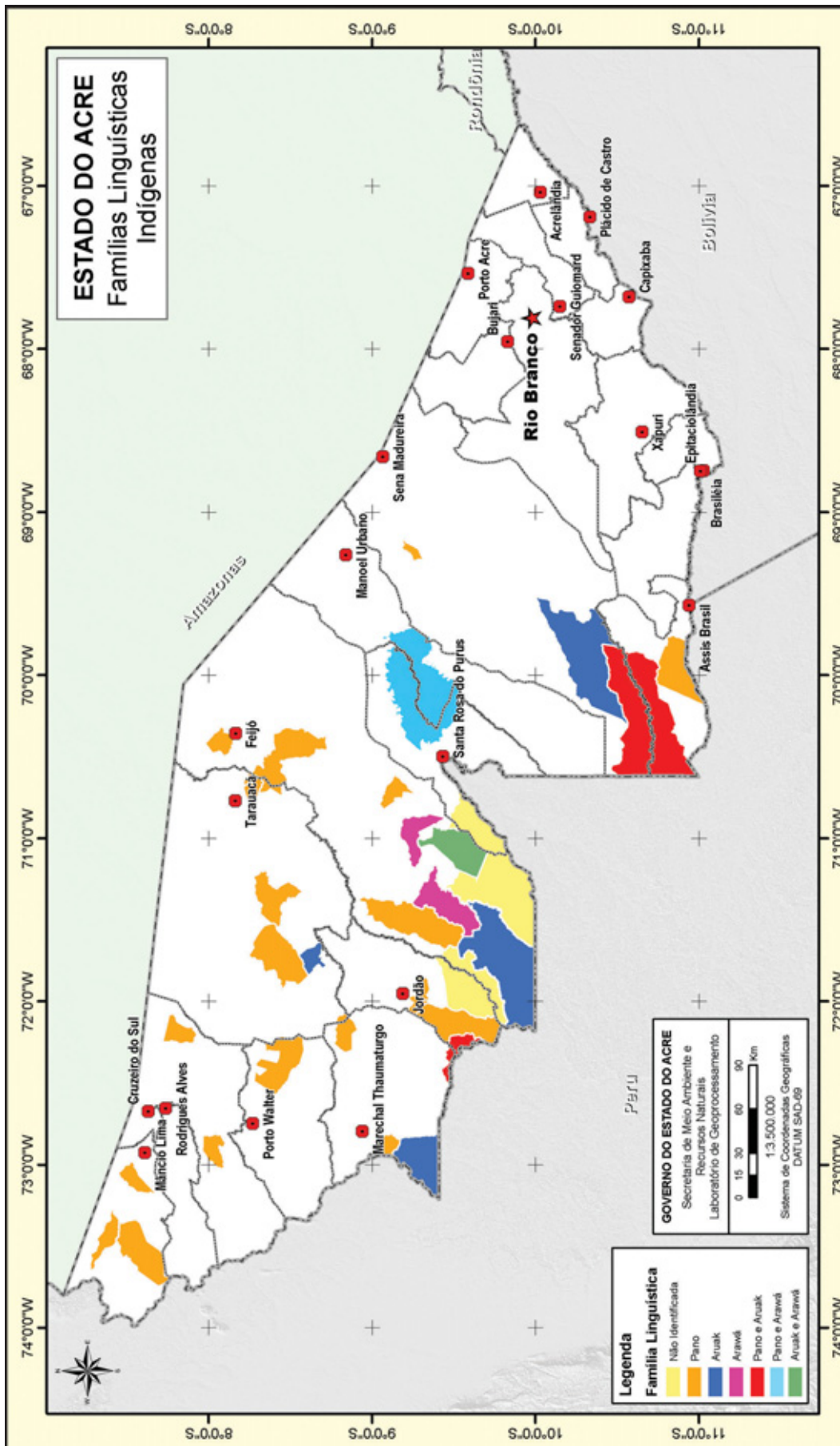
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

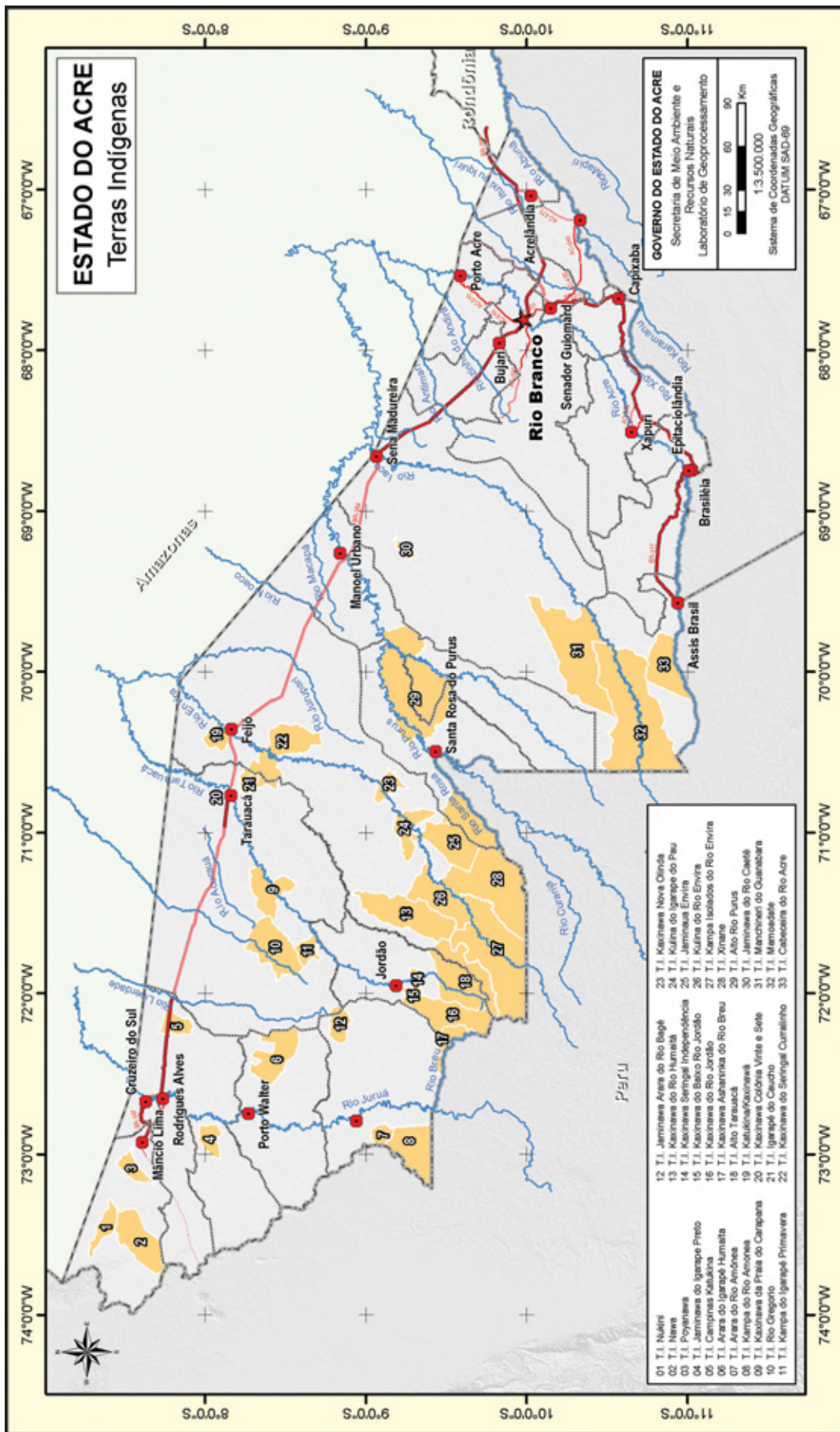
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreado e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agrofloretais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agrofloretais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agrofloretais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

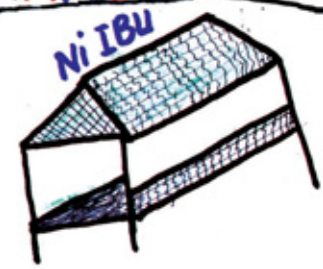
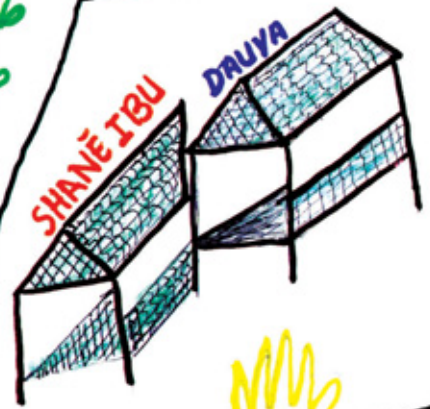
A riqueza dos povos da floresta

O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



MAE SHANĒ TXANA BARI 2003



KENA
QANE
ISKUBU
BINA
SHANE

PAYĒ

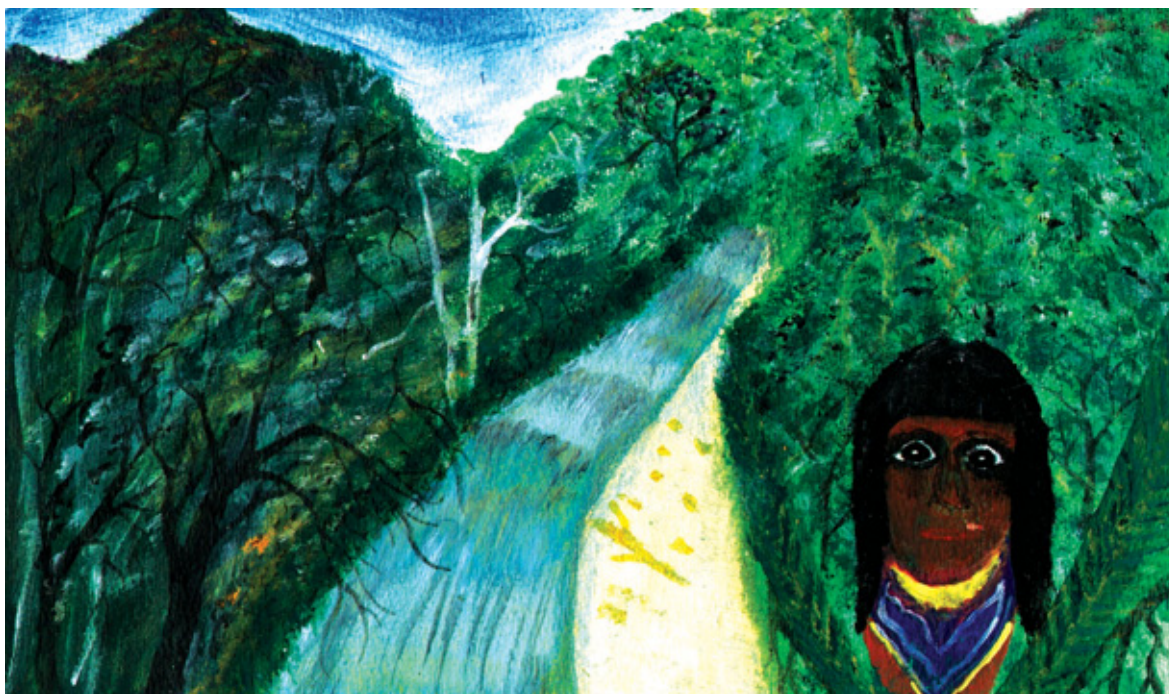


KAPE



Desenho: Gilberto Paulo Bane Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açaí, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estremo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiapuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumei
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de sã de a pupunha e nos se
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
Hiyoteco RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki EETSITE
ĀTE TXEKOPĪ, TXOSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na Terra Indígena do Rio Jordão, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhãnta, Isaac. Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Isaac; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

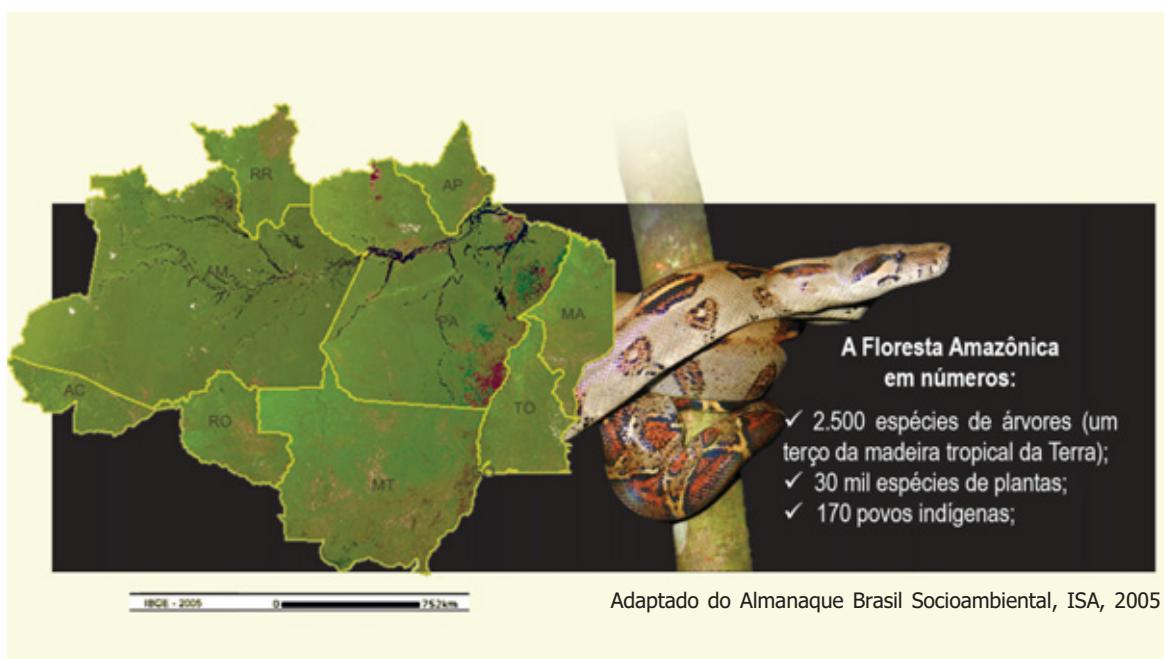
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

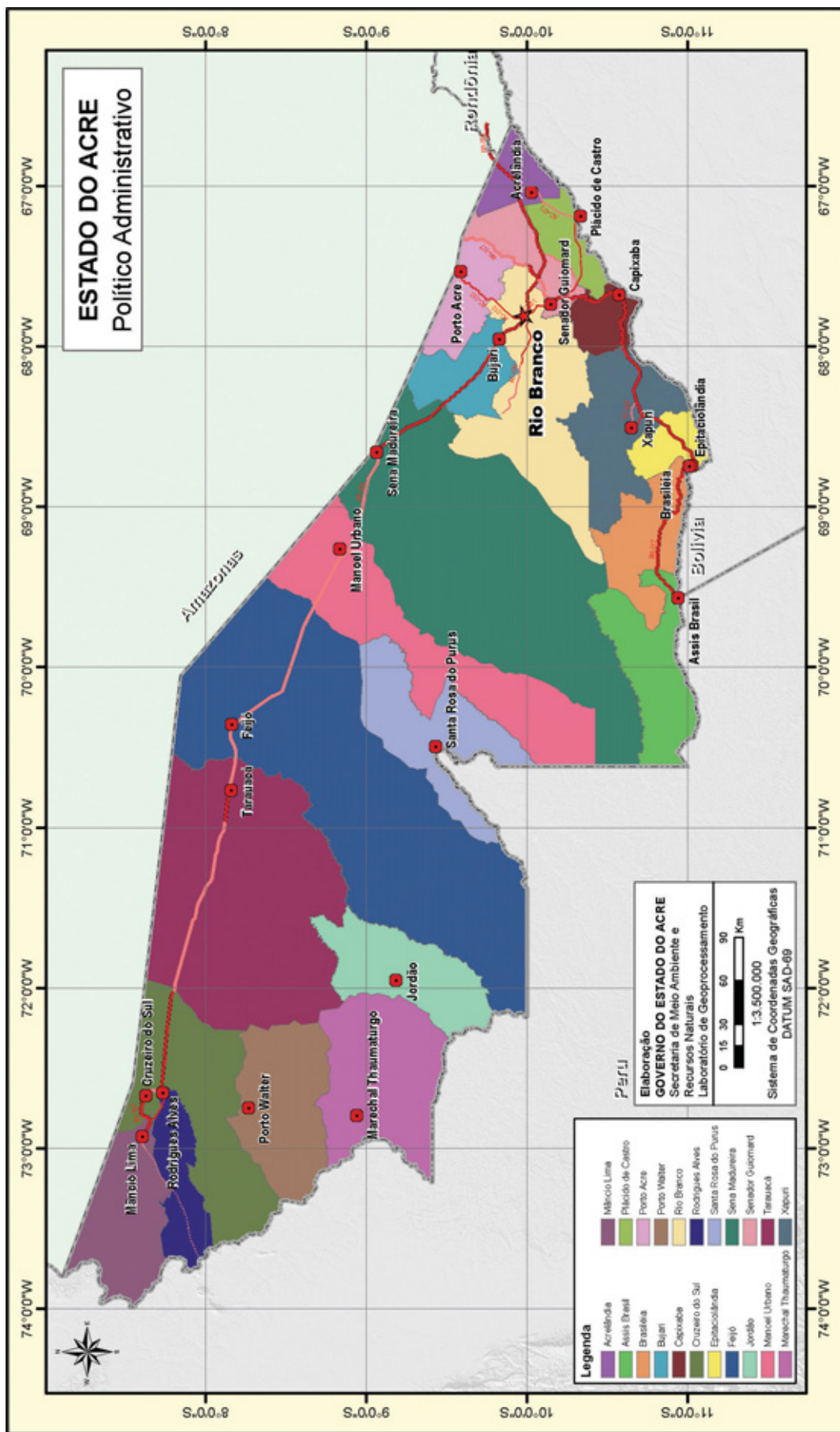
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônia, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoar dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

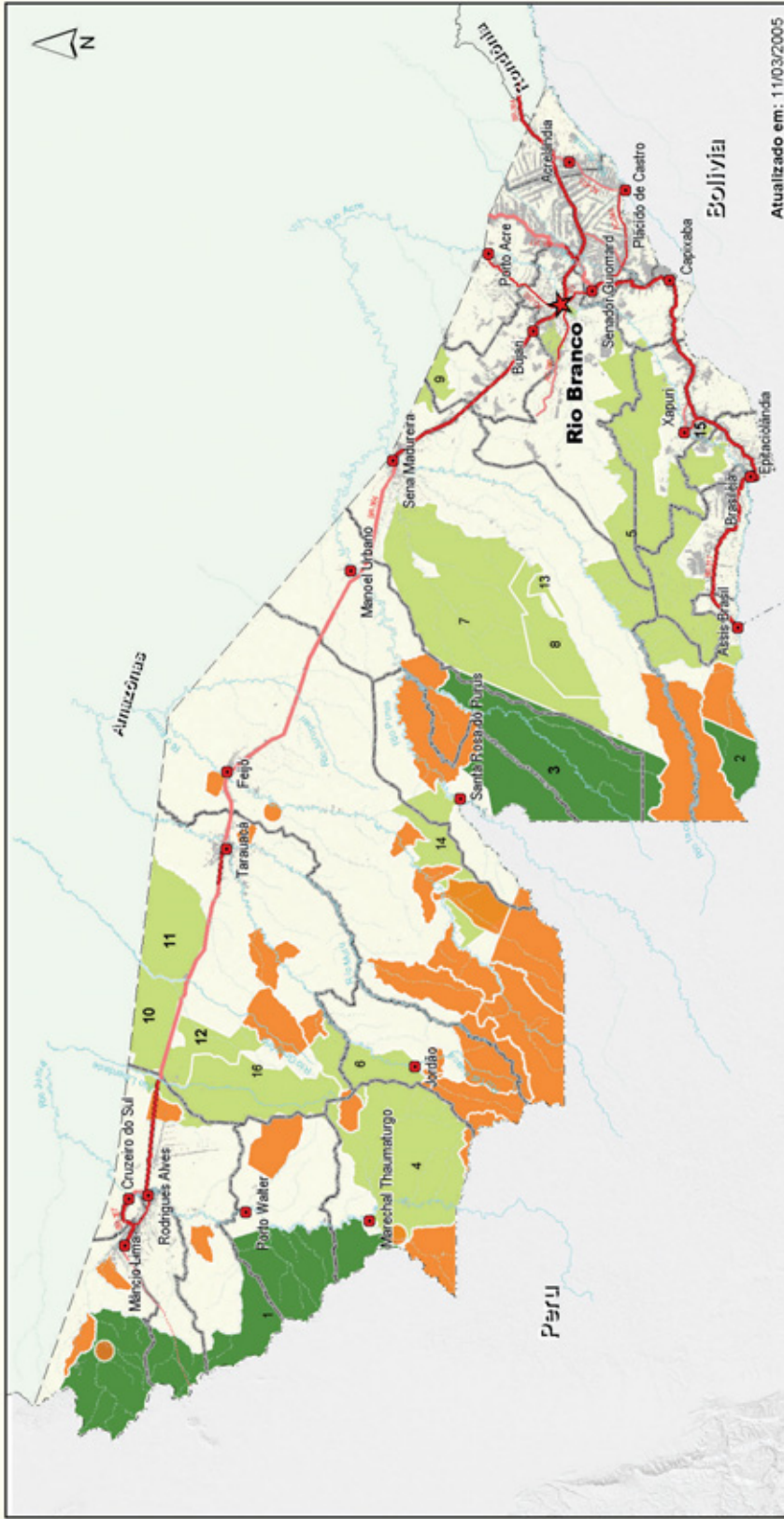


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Dash-dot line)
- Rodovias**
 - Pavimentada: (Solid red line)
 - Implantada: (Dashed red line)
 - Vicinas: (Dotted red line)

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral: (Dark green square) 1.622.389 ha (9,88%)
 - Áreas de Uso Sustentável: (Light green square) 3.654.858 ha (22,26%)
 - Áreas Desmatadas: (Orange square) 1.817.108 ha (11,06%)
 - Terras Indígenas: (Red square) 2.767.746 ha (13,10%)
- Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade



Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

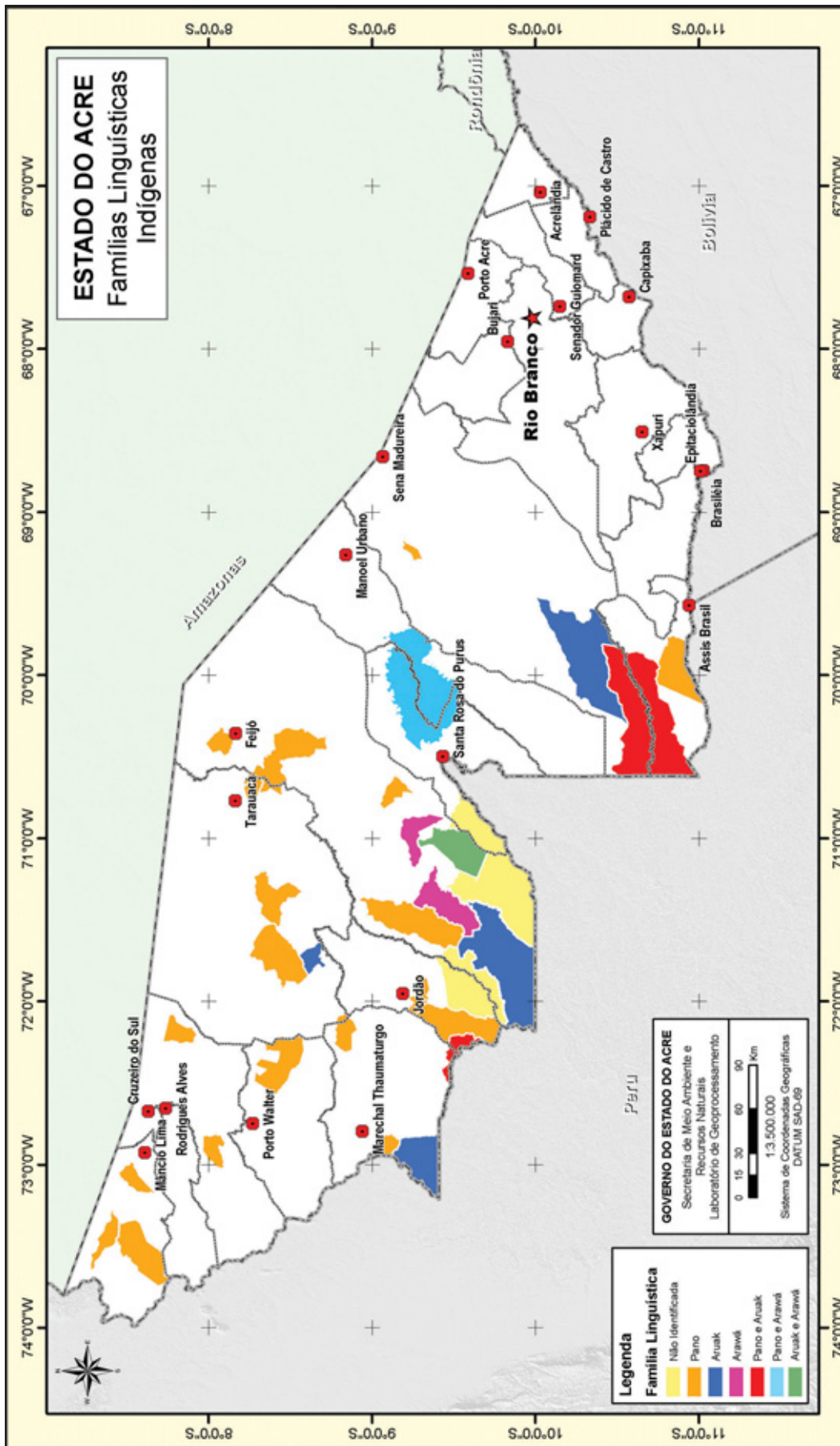
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

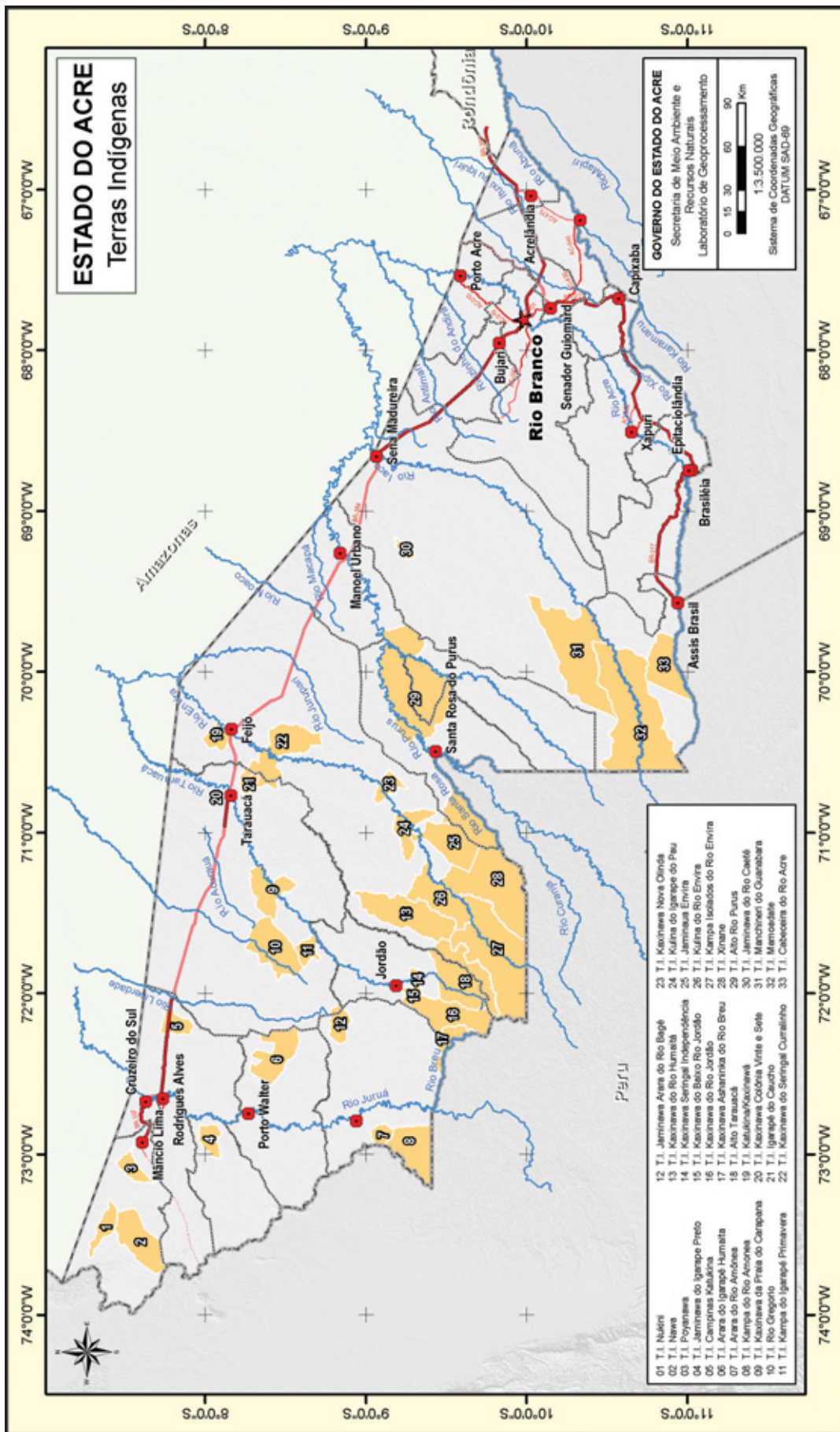
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

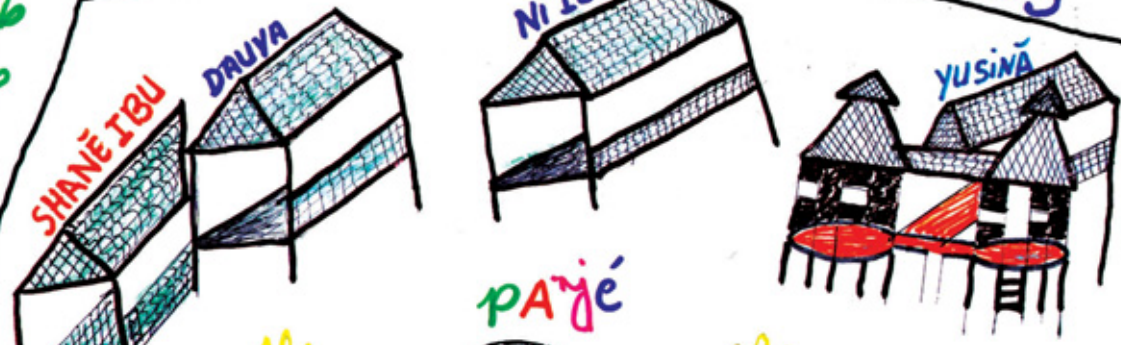
A riqueza dos povos da floresta

O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



MAE SHANĒ TXANA BARI 2003



PAJĒ

KENA
QANE
ISKUBU
BINA
SHANE

HESHE



I'5 TXINATI

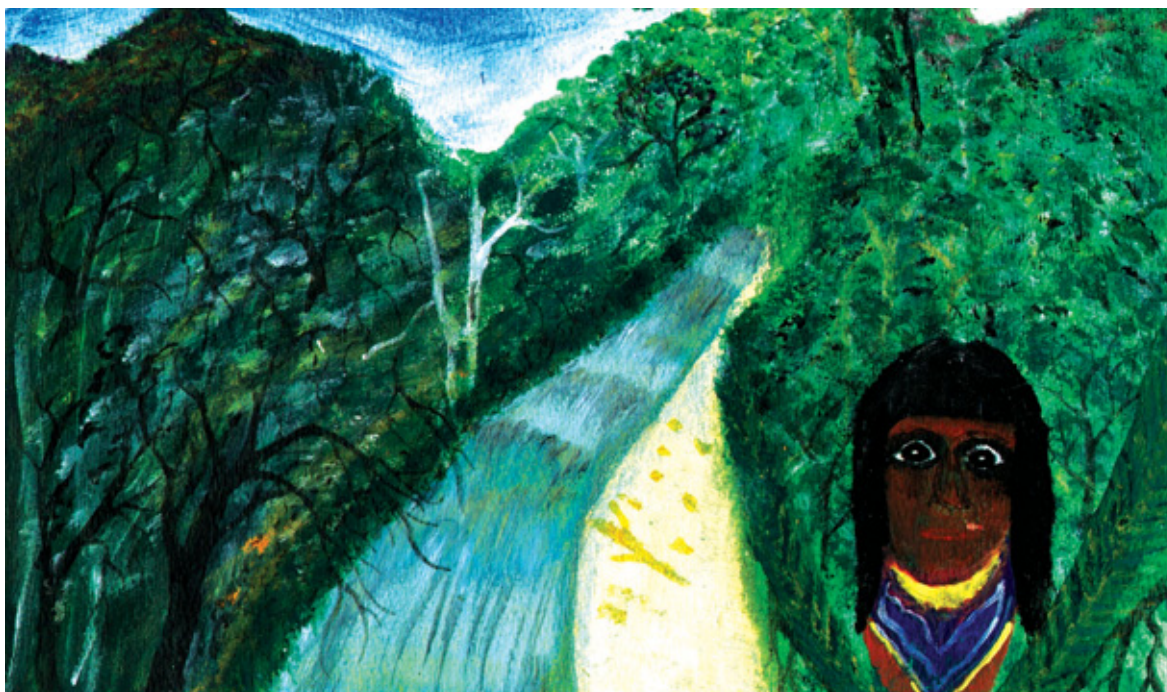


KAPE



Desenho: Gilberto Paulo Bane Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açaí, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estremo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do buaceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos buaceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putotu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de solo de a pupunha e nos sacos
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos uma hora de serviço.
Anosso aula prática terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri Eētsite Ikatsiawayta
Ātaniki.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri Eētsite Atawayrētsi
Tsika Onitsi Kaniri, pziatsi.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri Eētsite Awitawōtsi
ASHERA Daxikawo Ātaniki.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER NAVEGAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri Eētsite, Otsiatna pitotsiki,
Hiyoteco RAVATE Hiyaki, Rāte pākotsi
Īpanekiteki.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki Eētsite
Āte Txekopi, Txochiki
MAWOYNE tsika ORATSĪ
Ātsiki, Ayotaxeri Eētsi.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri Eētsite Āte
pākotsi Riyotitxawōri, tsika
IKĀTAYTSIRO pākotsi.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambiental* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

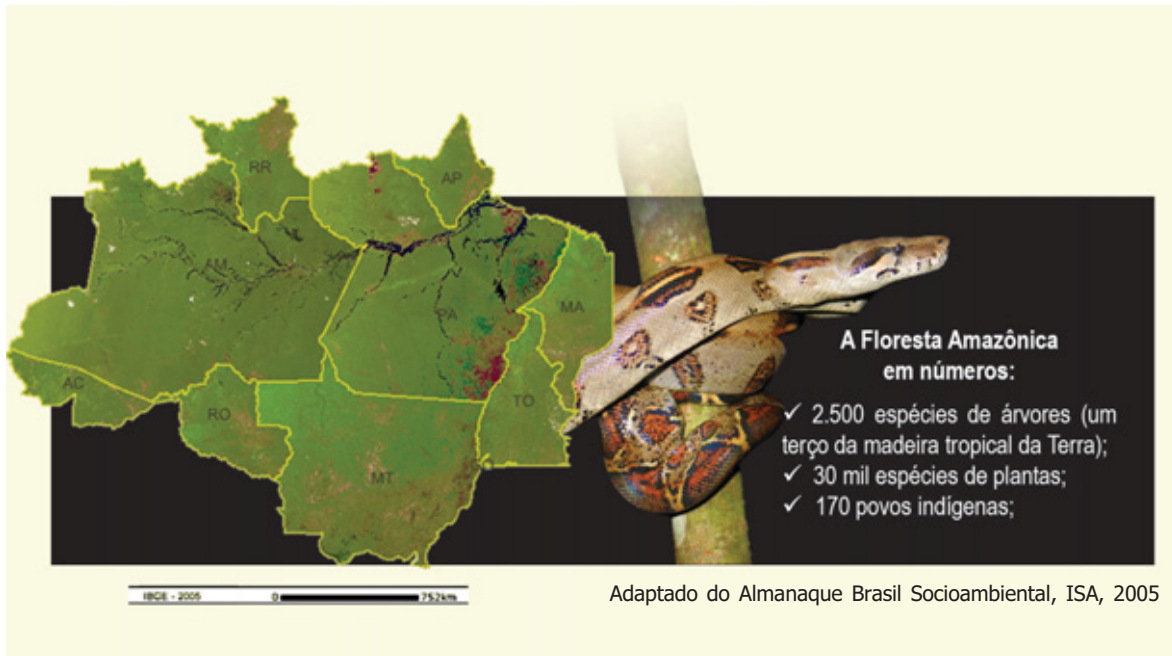
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

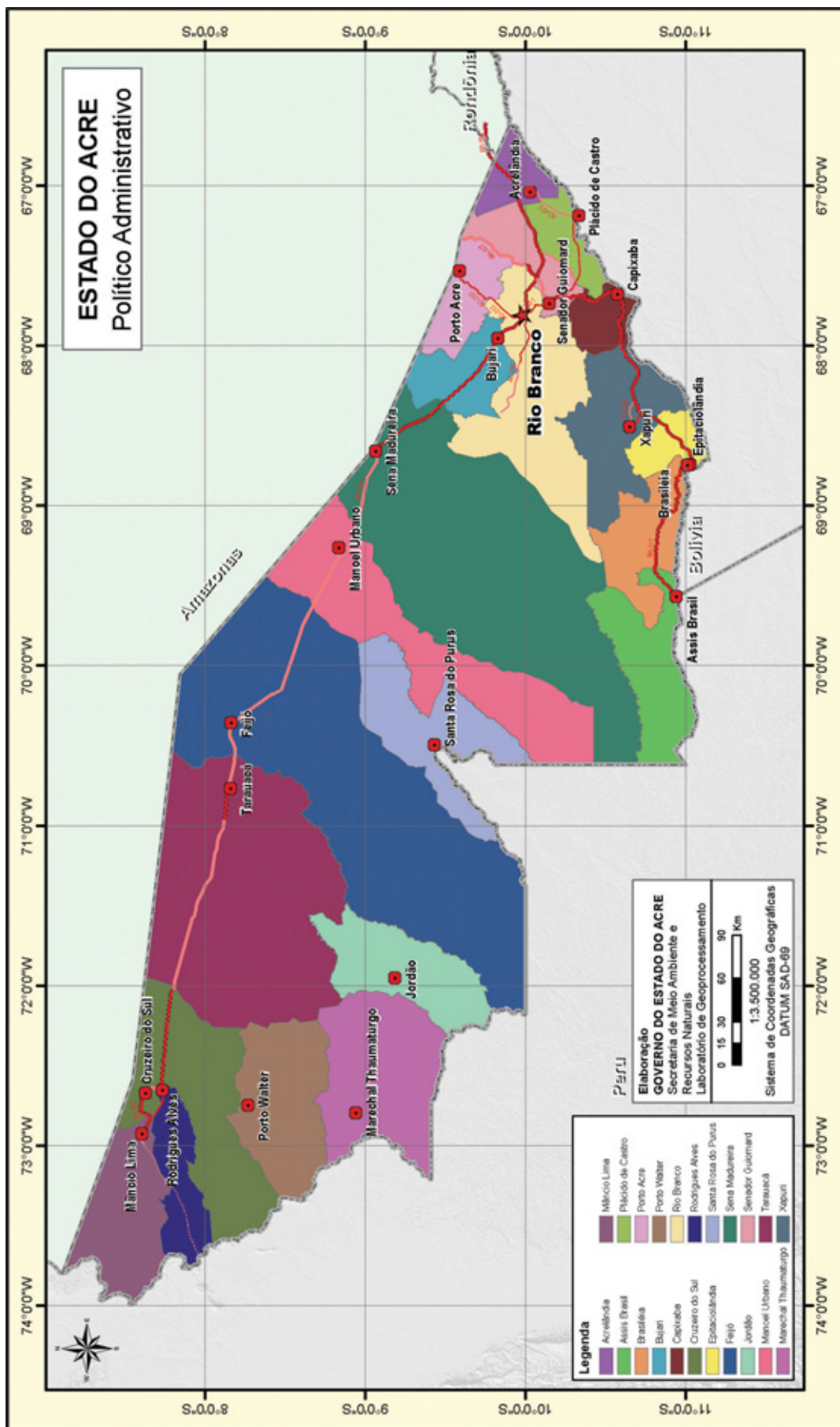
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

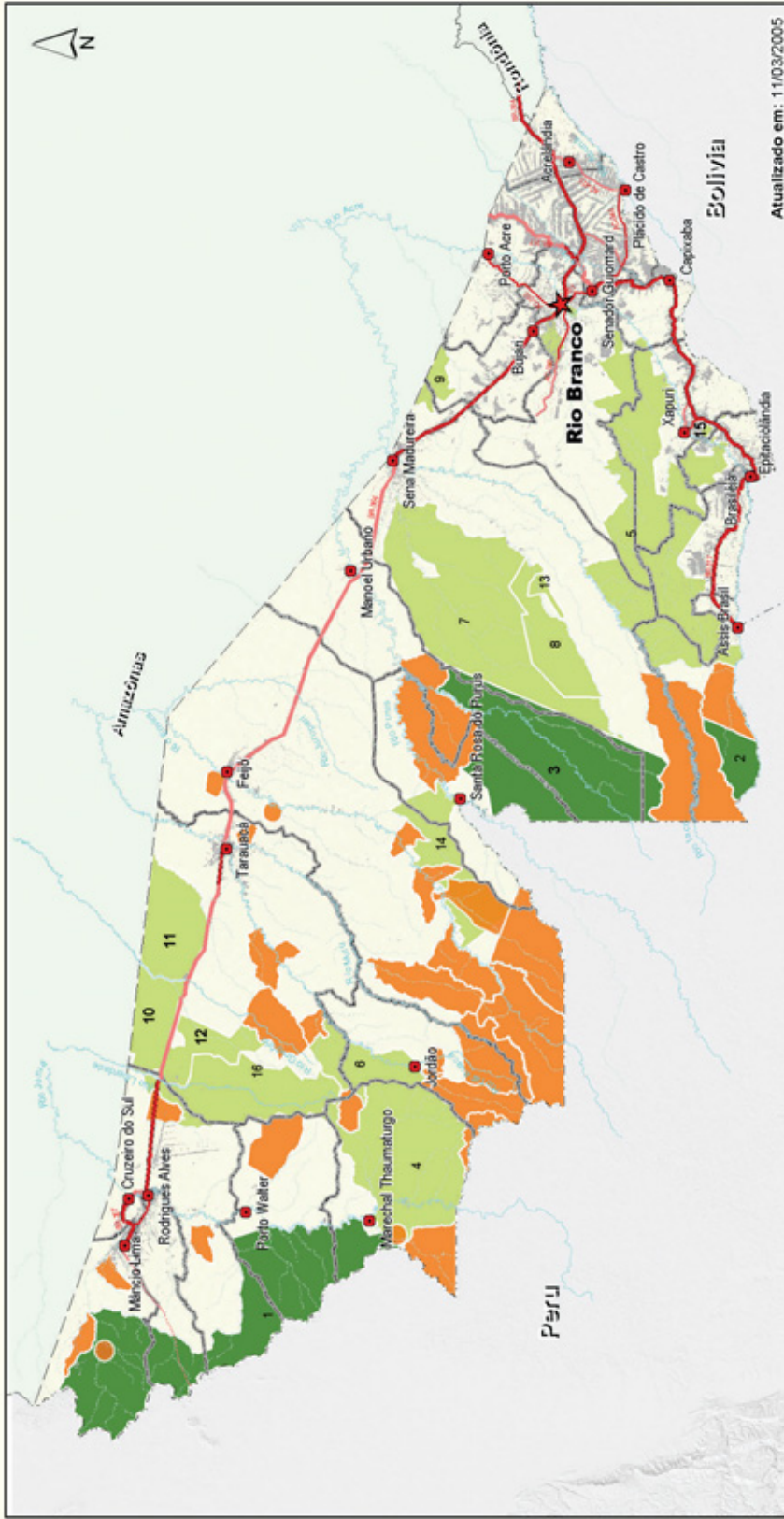
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
- Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
- - - - - Limites Estaduais
- --- --- Limites Internacionais

- Rodovias**
- Pavimentada
- Implantada
- Vicinas

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- **Áreas de Proteção Integral** 1.622.389 ha (9,88%)
 - **Terras Indígenas** 2.767.746 ha (13,10%)
 - **Áreas de Uso Sustentável** 3.654.856 ha (22,26%)
 - **Áreas Desmatadas** 1.817.108 ha (11,06%)
- Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha**

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limparam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

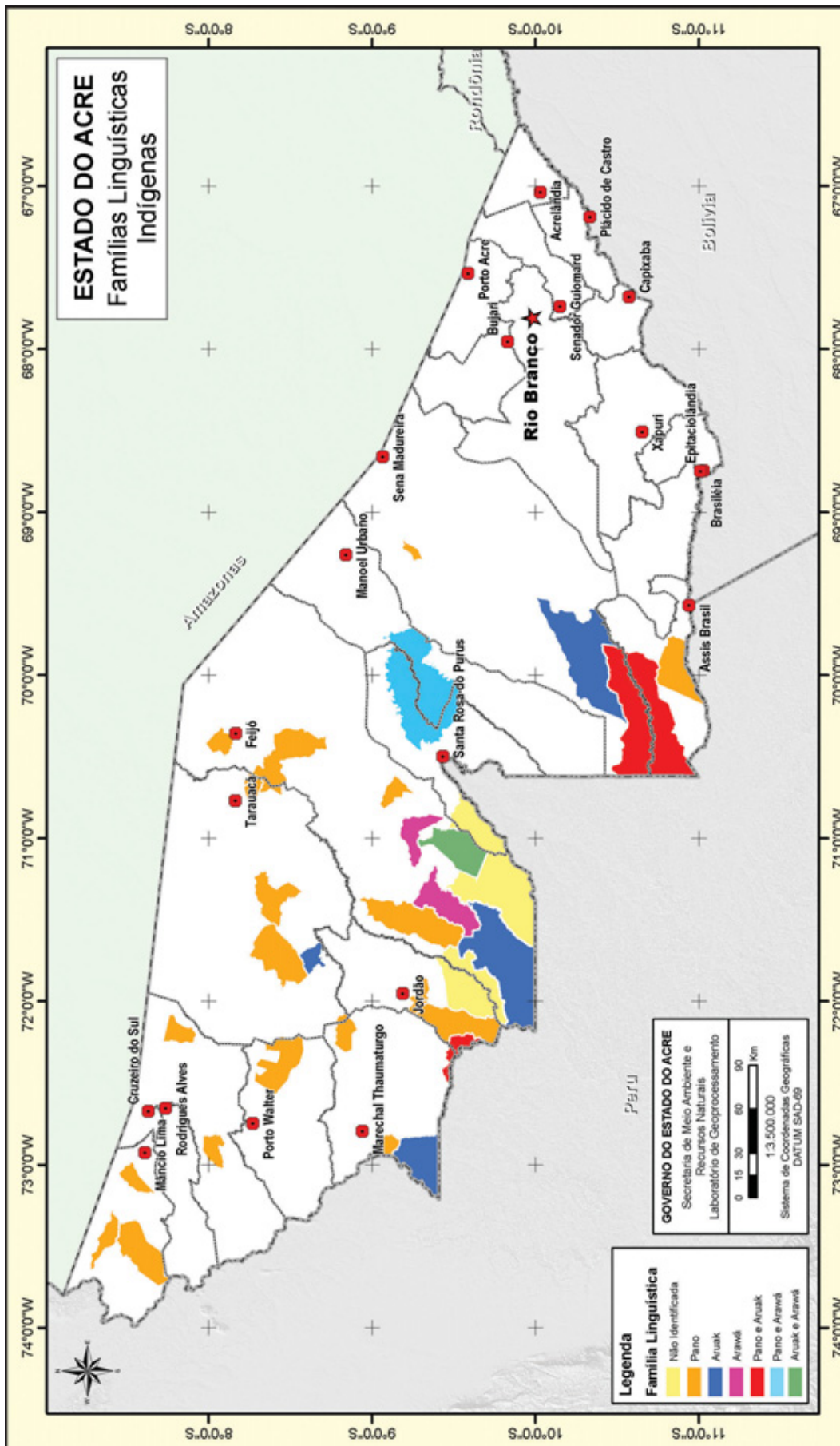
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

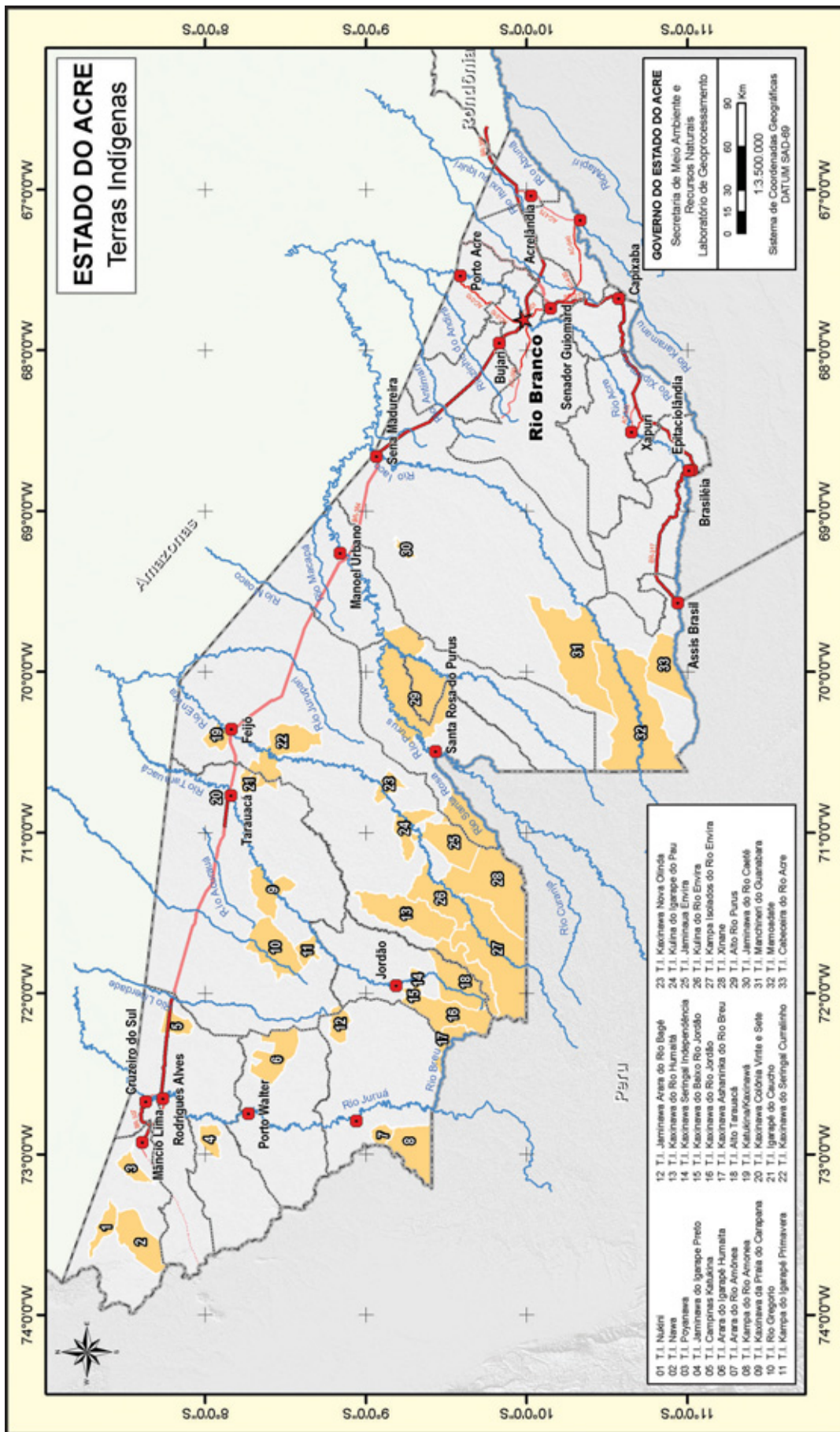
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguazu e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

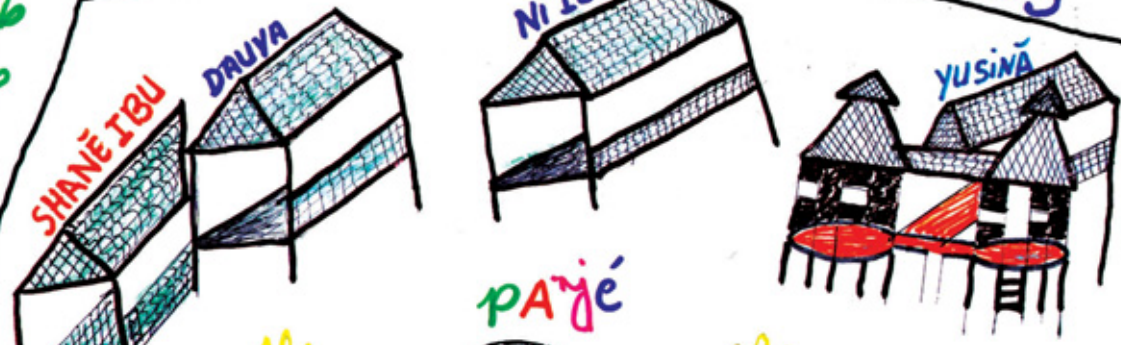
A riqueza dos povos da floresta

O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



MAE SHANĒ TXANA BARI 2003



KENA
QANE
ISKUBU
BINA
SHANE

PAYĒ

HESHE

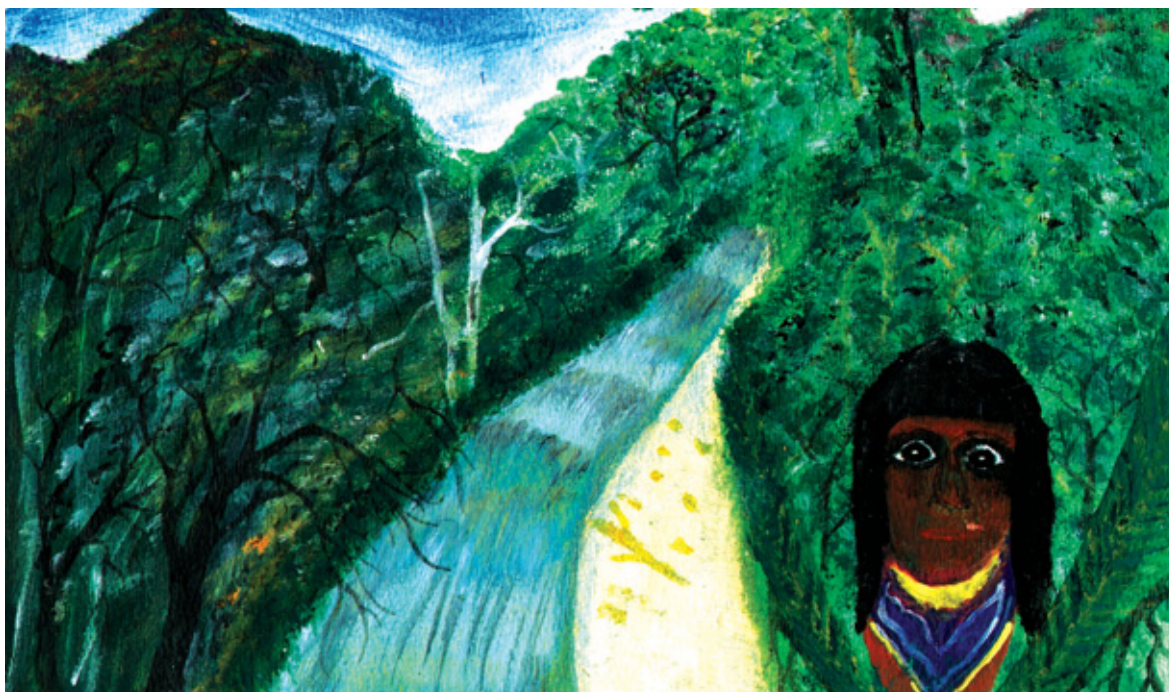


I'5 TXINATI

KAPE

Desenho: Gilberto Paulo Bane Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

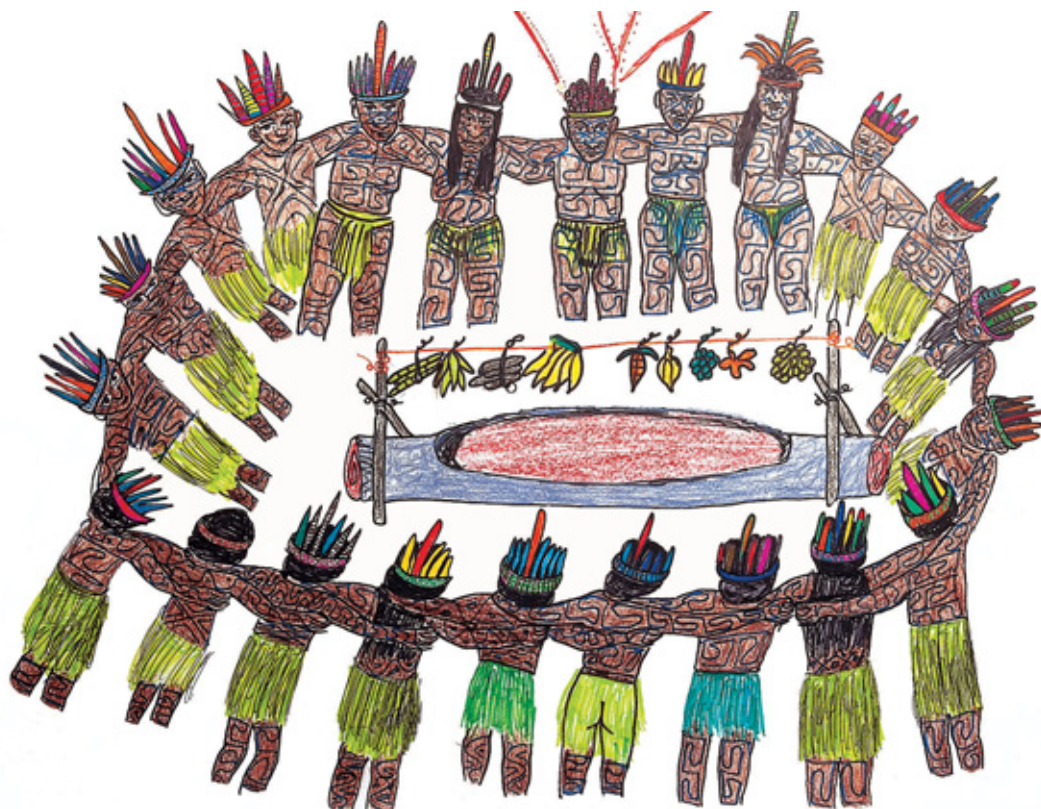
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectarea ou meio hectarea. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do buaceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos buaceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na T.I e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatipuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de solo de a pupunha e nos sacos
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAUKITEKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na Terra Indígena do Rio Jordão, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhãnta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

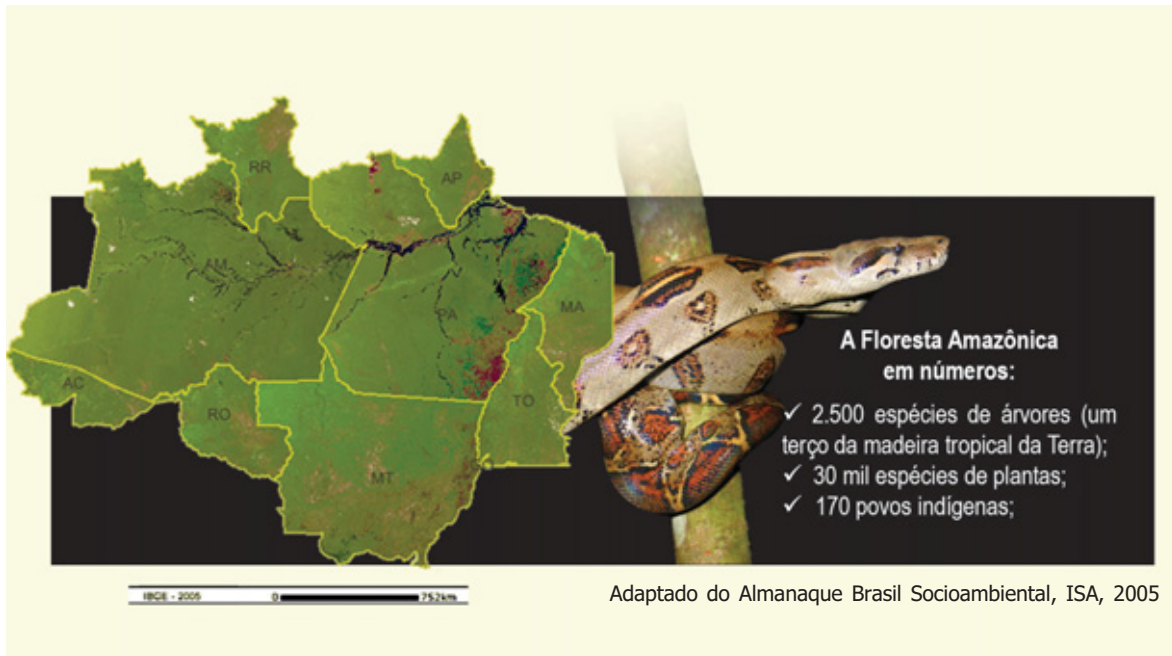
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

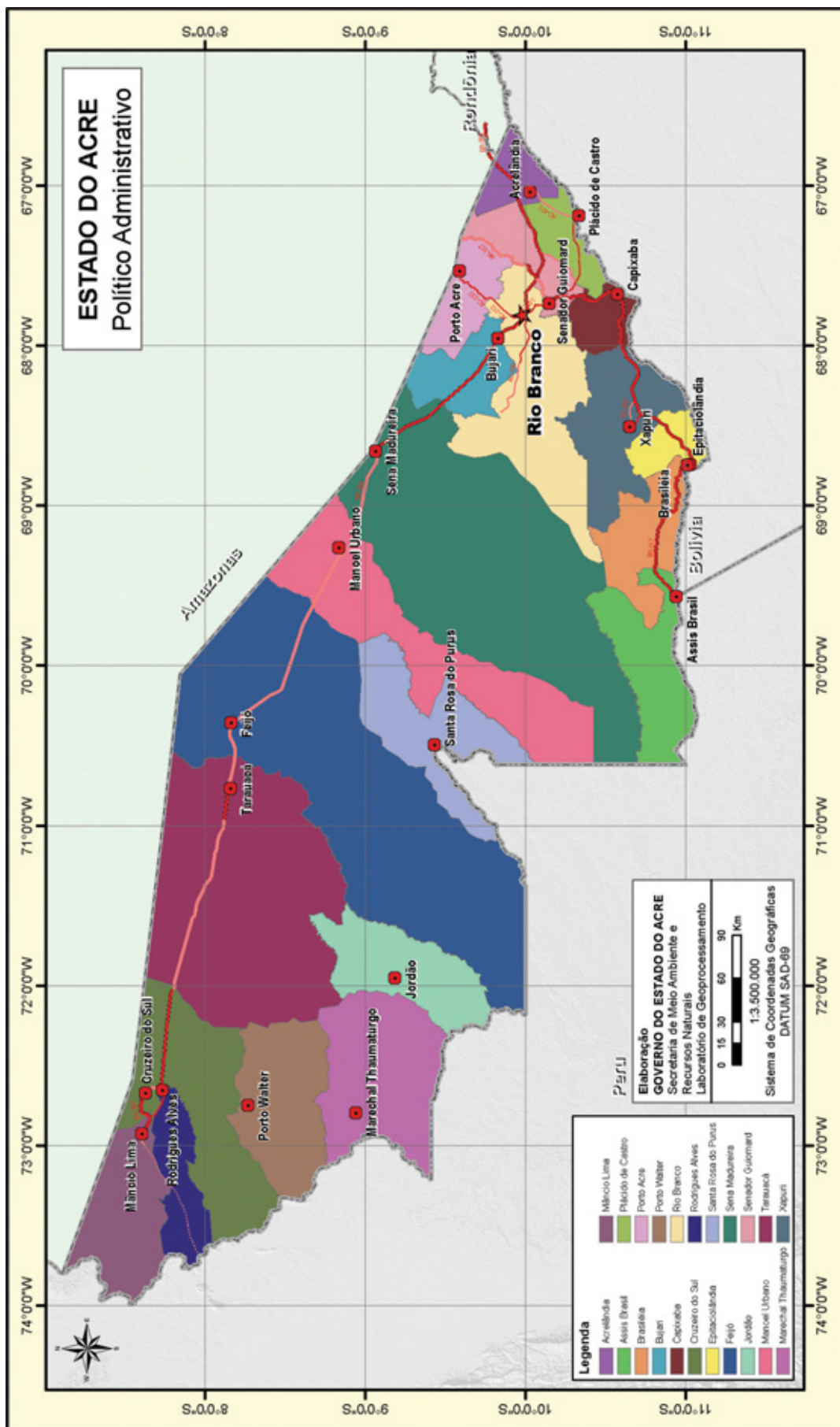
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

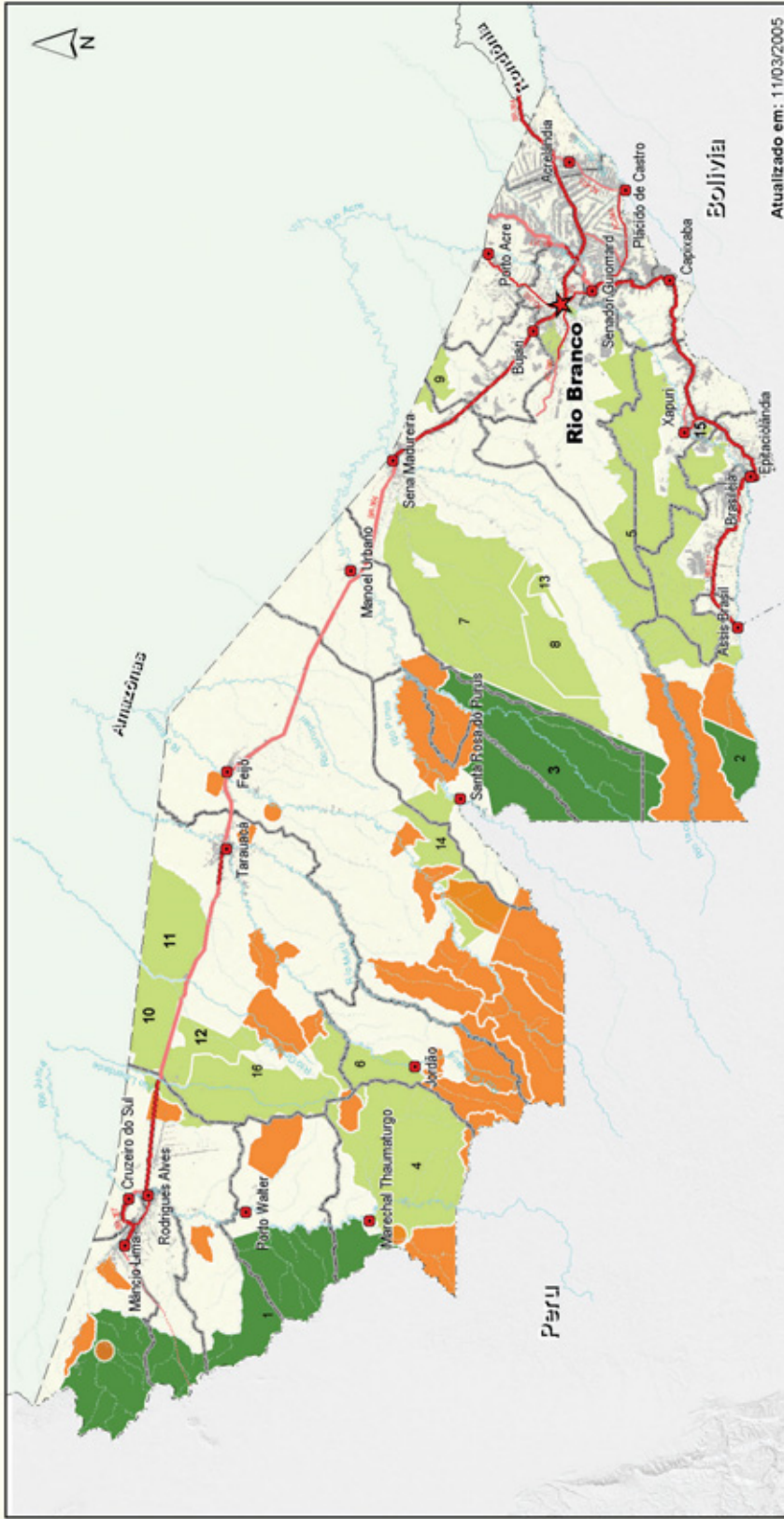
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
- Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
- Limites Estaduais
- Limites Internacionais

- Rodovias**
- Pavimentada
- Implantada
- Vicinas

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral**
1.622.389 ha (9,88%)
- Terras Indígenas**
2.767.746 ha (13,10%)
- Áreas Desmatadas**
1.817.108 ha (11,06%)

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades linguísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

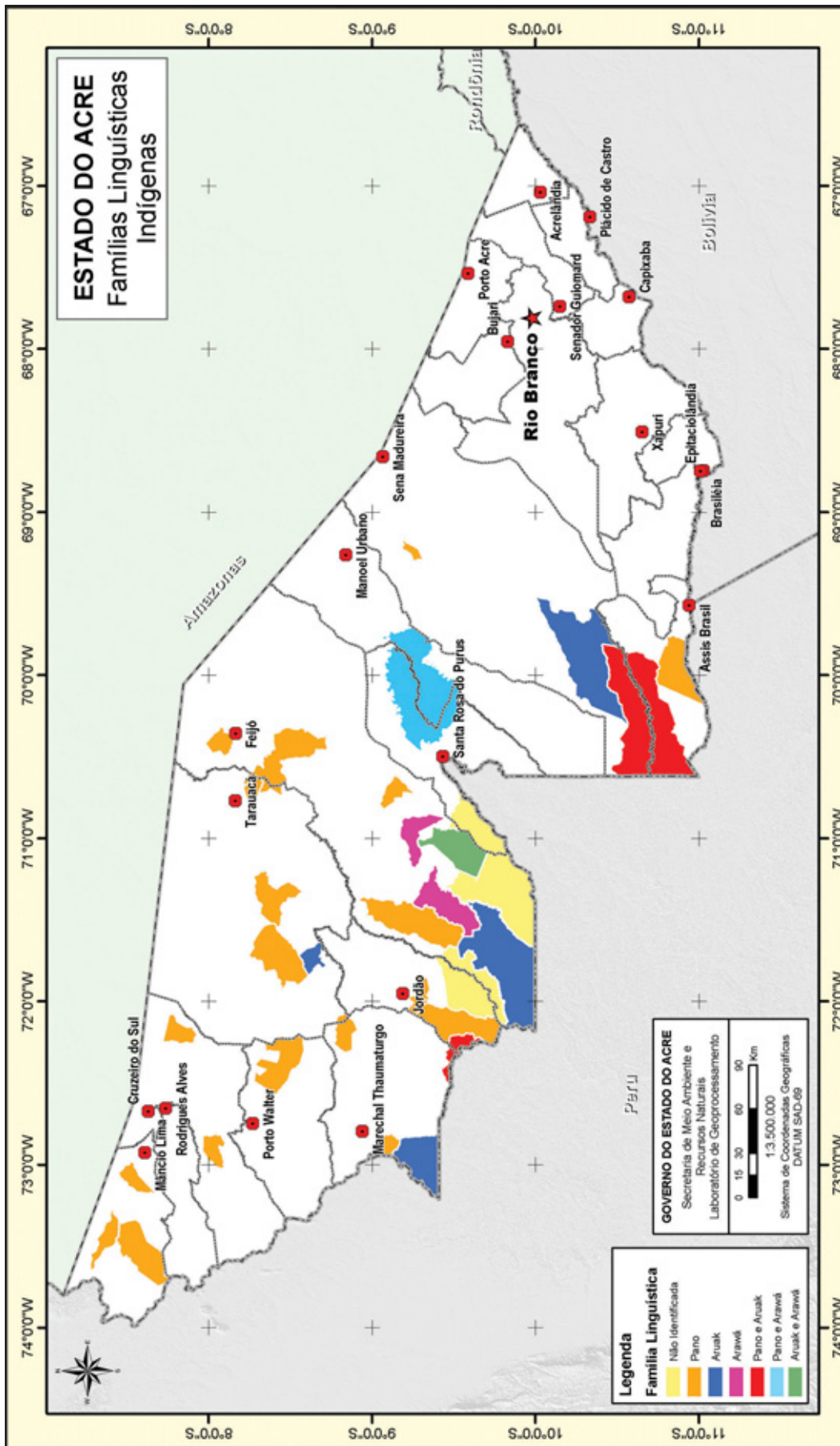
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? ?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

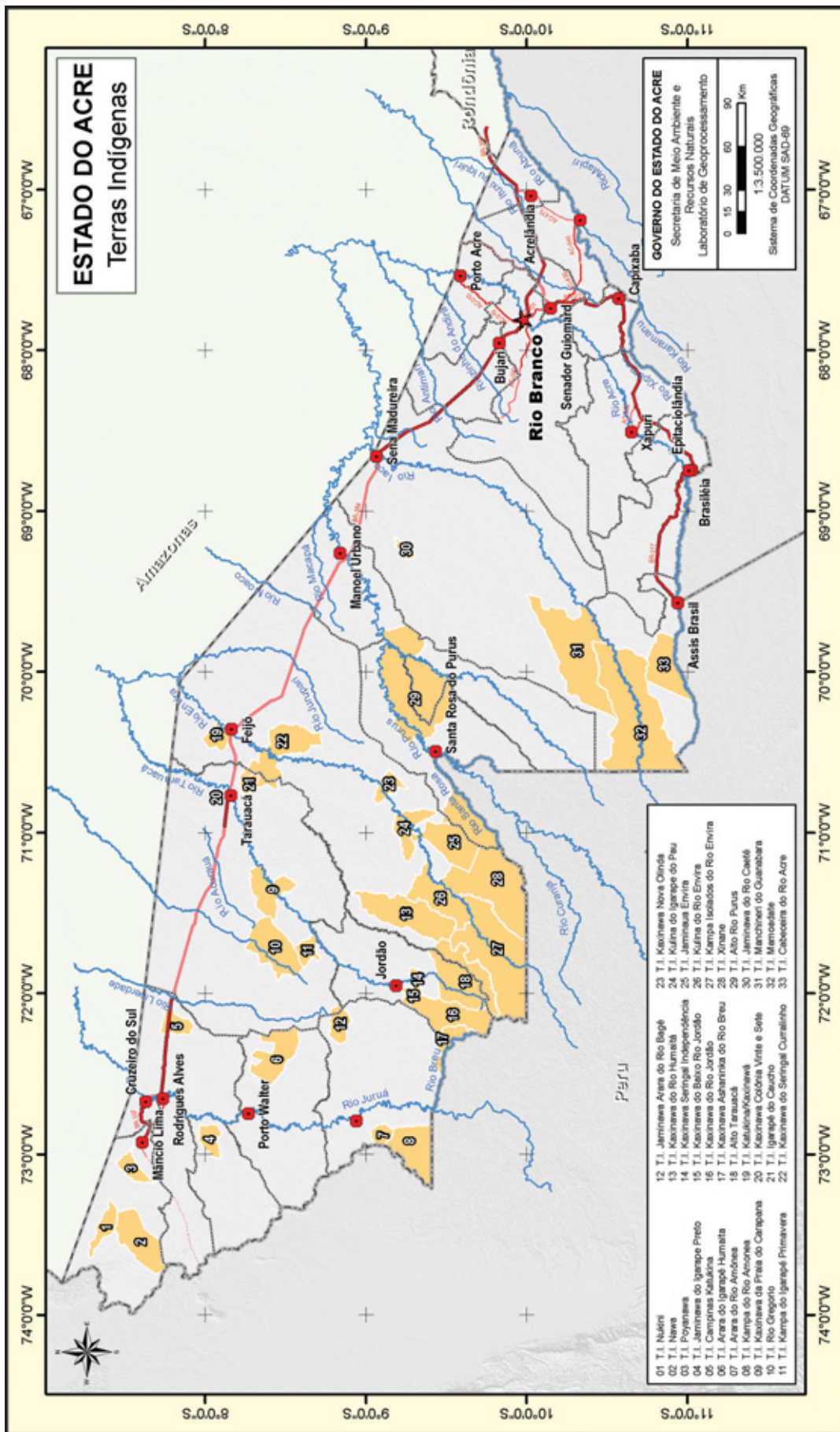
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kui do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

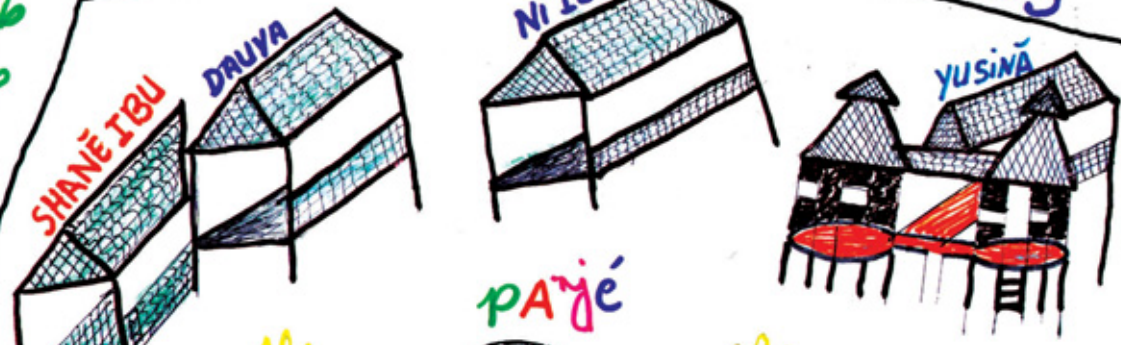
A riqueza dos povos da floresta

O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



MAE SHANĒ TXANA BARI 2003



KENA
QANE
ISKUBU
BINA
SHANE

PAJĒ

HESHE

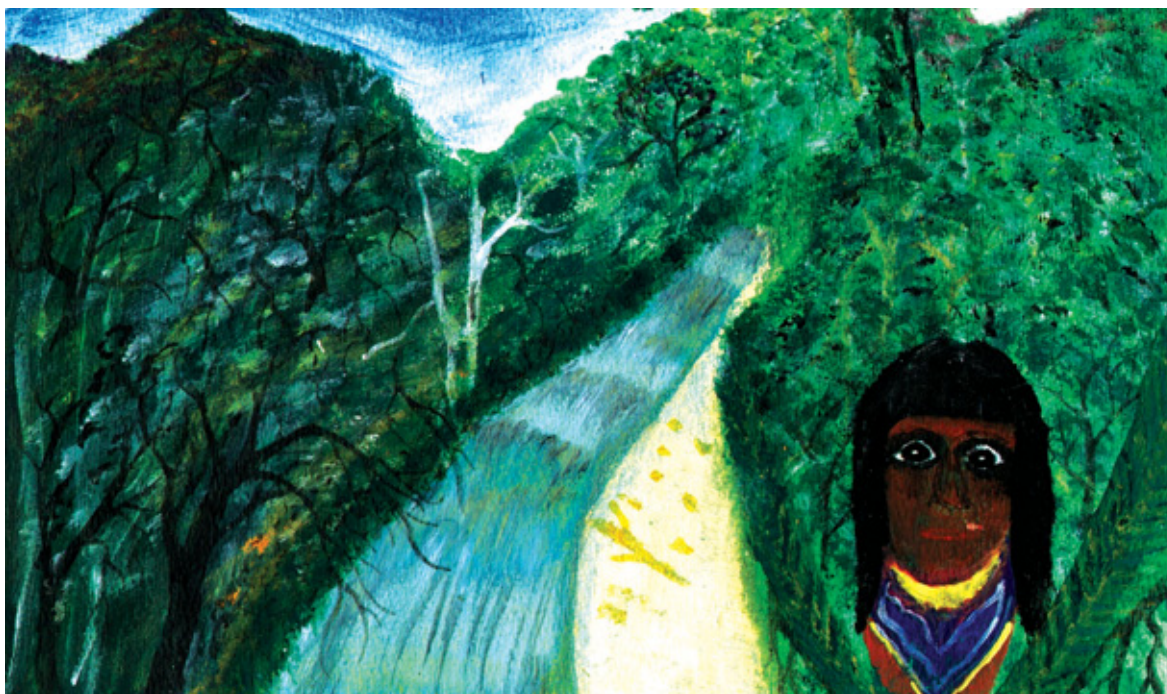


I'5 TXINATI

KAPE

Desenho: Gilberto Paulo Bane Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na T.I e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putotu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatipuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestral faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestral.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de sã de a pupunha e nos se
merendo fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLAROS ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHĪKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhãnta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

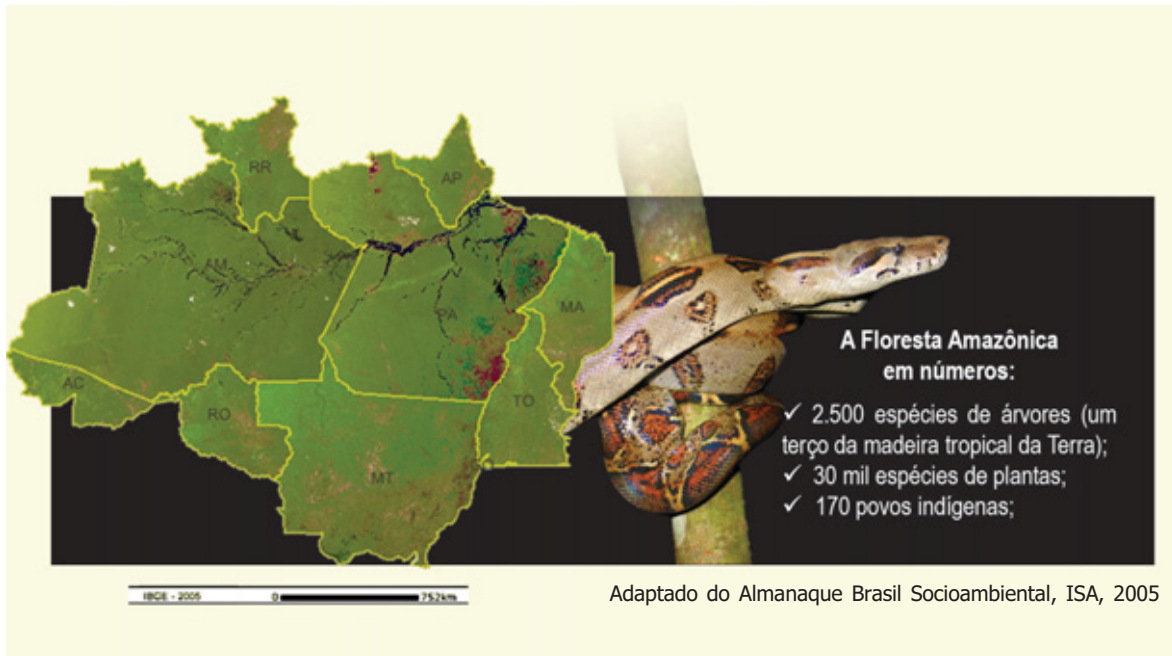
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

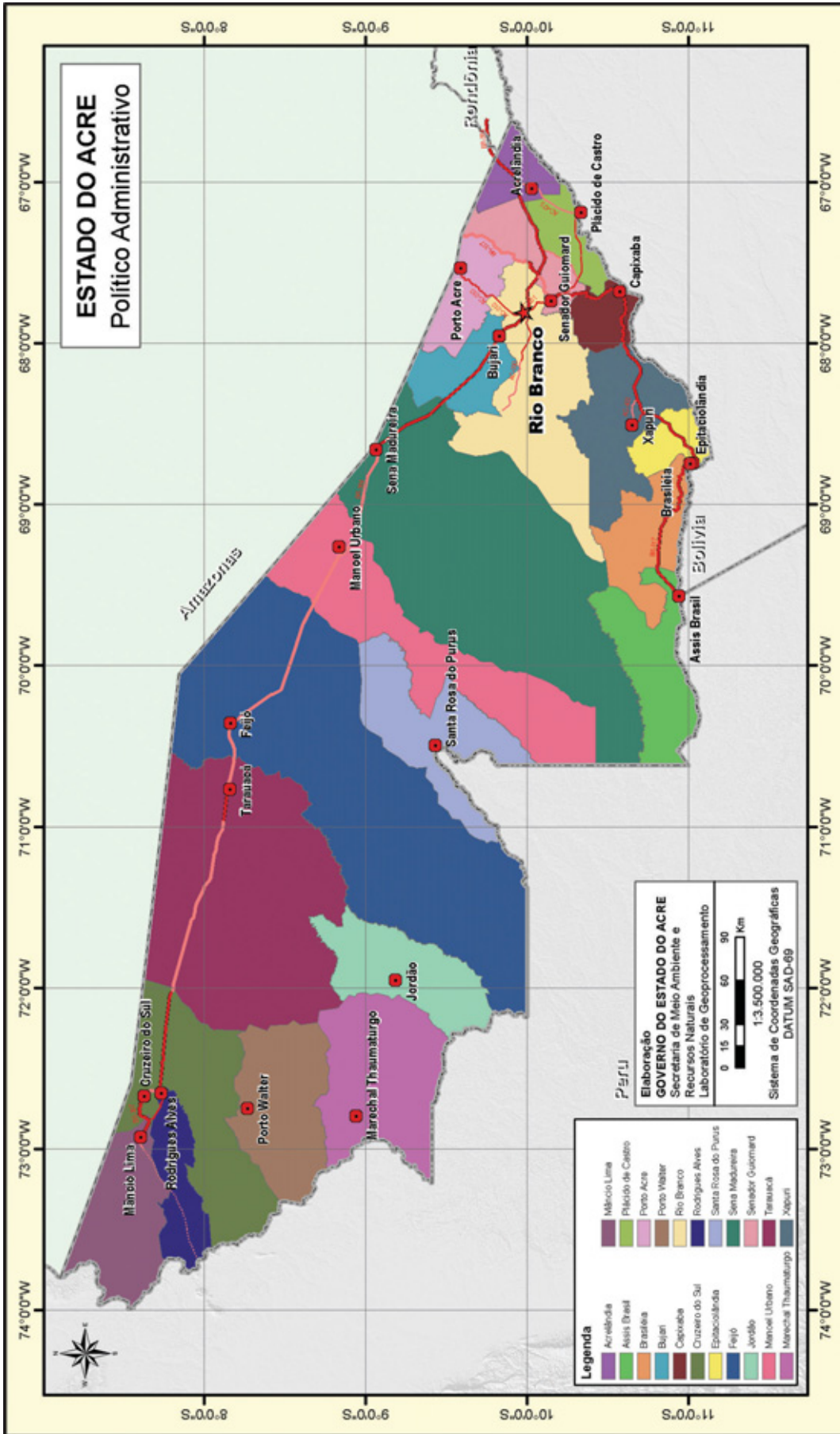
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o cujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, cujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

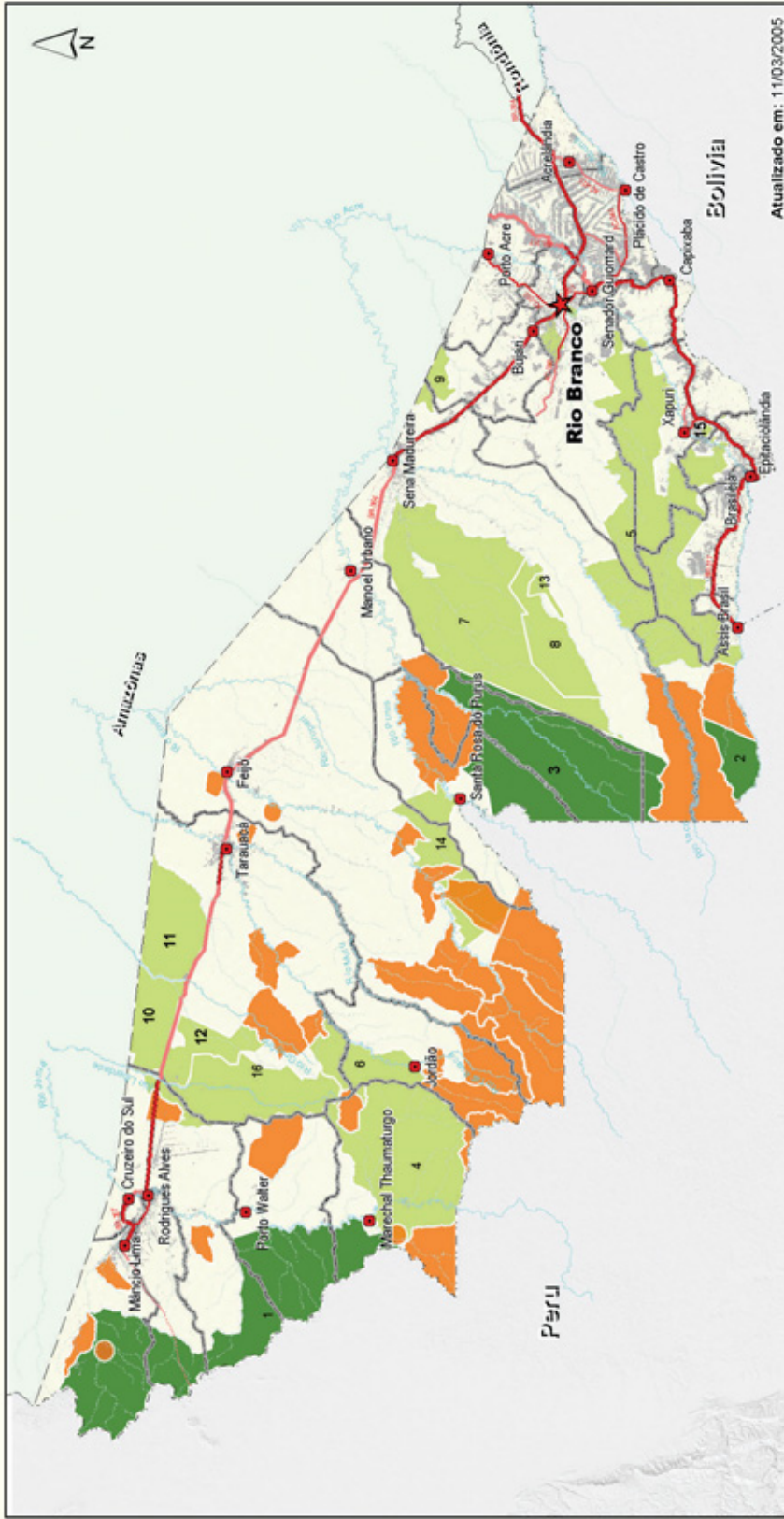
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
 - Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
 - - - Limites Estaduais
 - - - - Limites Internacionais

- Rodovias**
- Pavimentada
 - Implantada
 - Vicinas

Escala: 1:350.000

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral 1.622.389 ha (9,88%)
 - Terras Indígenas 2.767.746 ha (13,10%)
 - Áreas de Uso Sustentável 3.654.856 ha (22,26%)
 - Áreas Desmatadas 1.817.108 ha (11,06%)
- Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha**

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarapacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Estadual do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

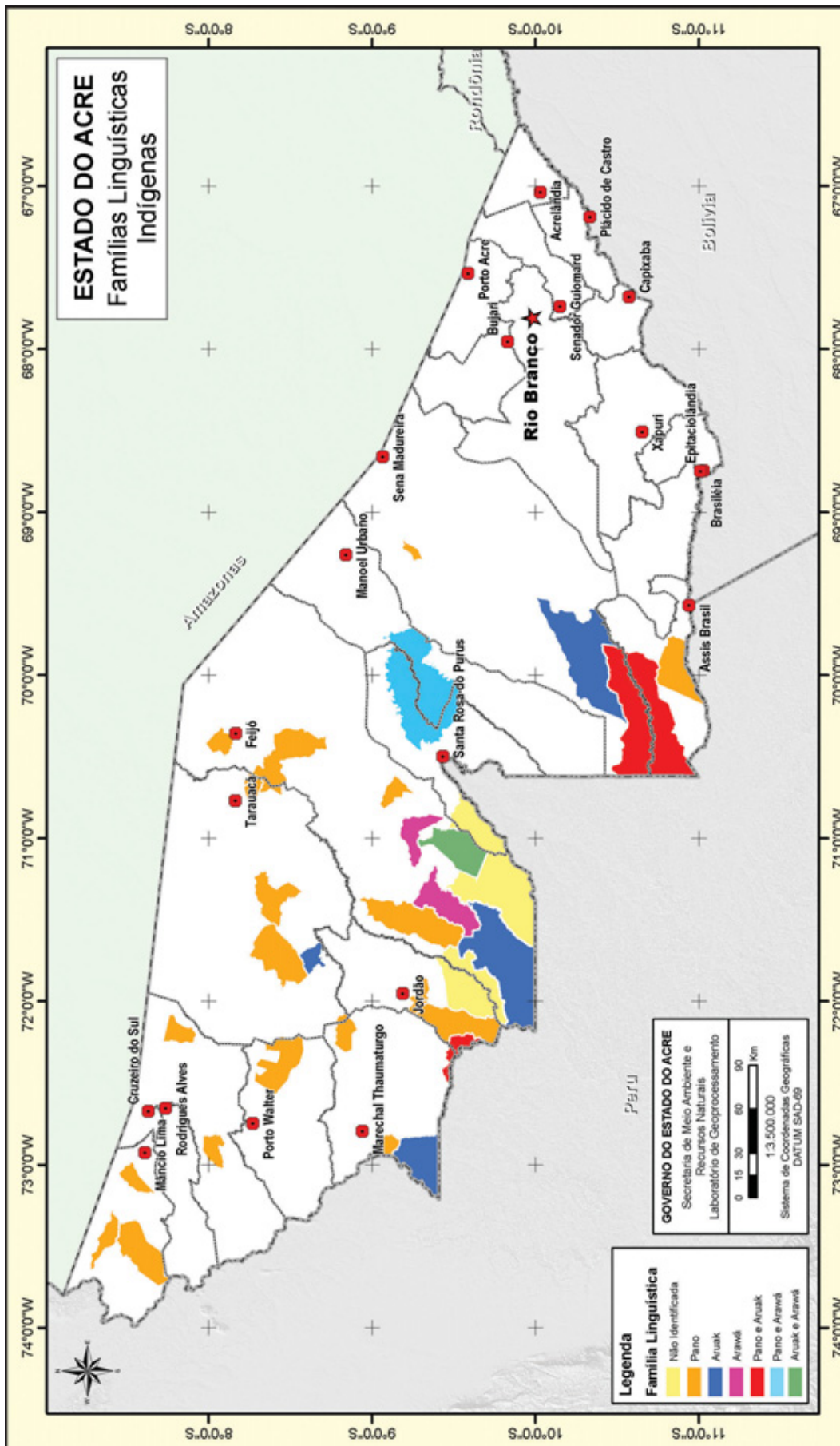
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

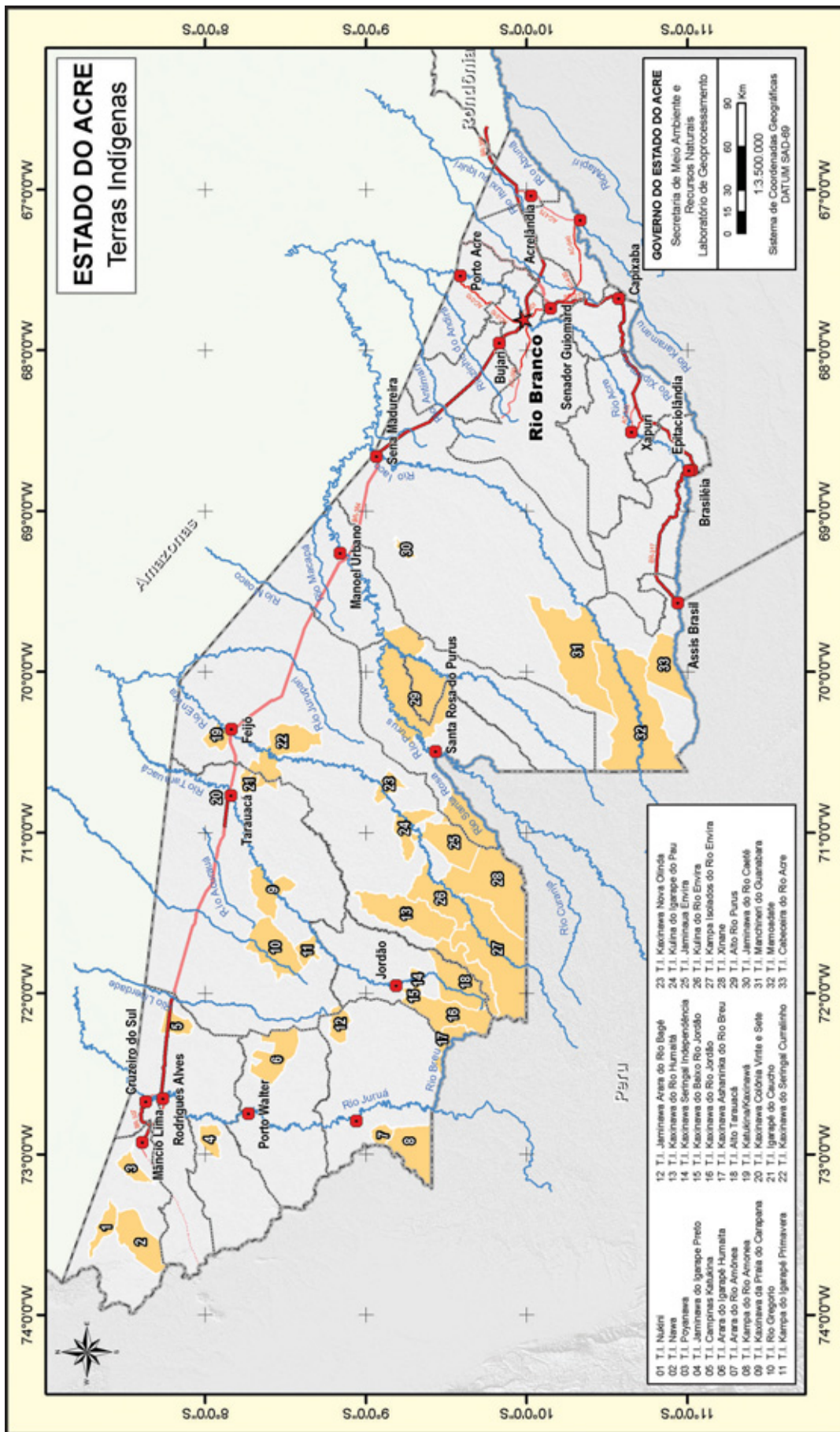
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreado e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

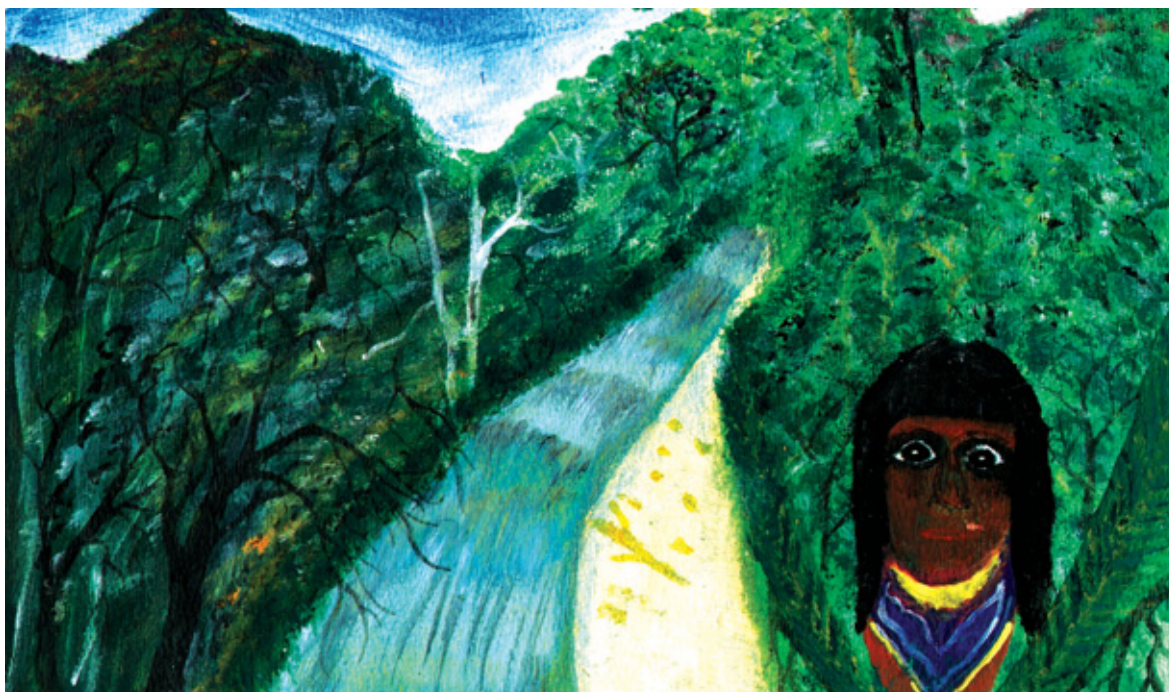
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estremo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

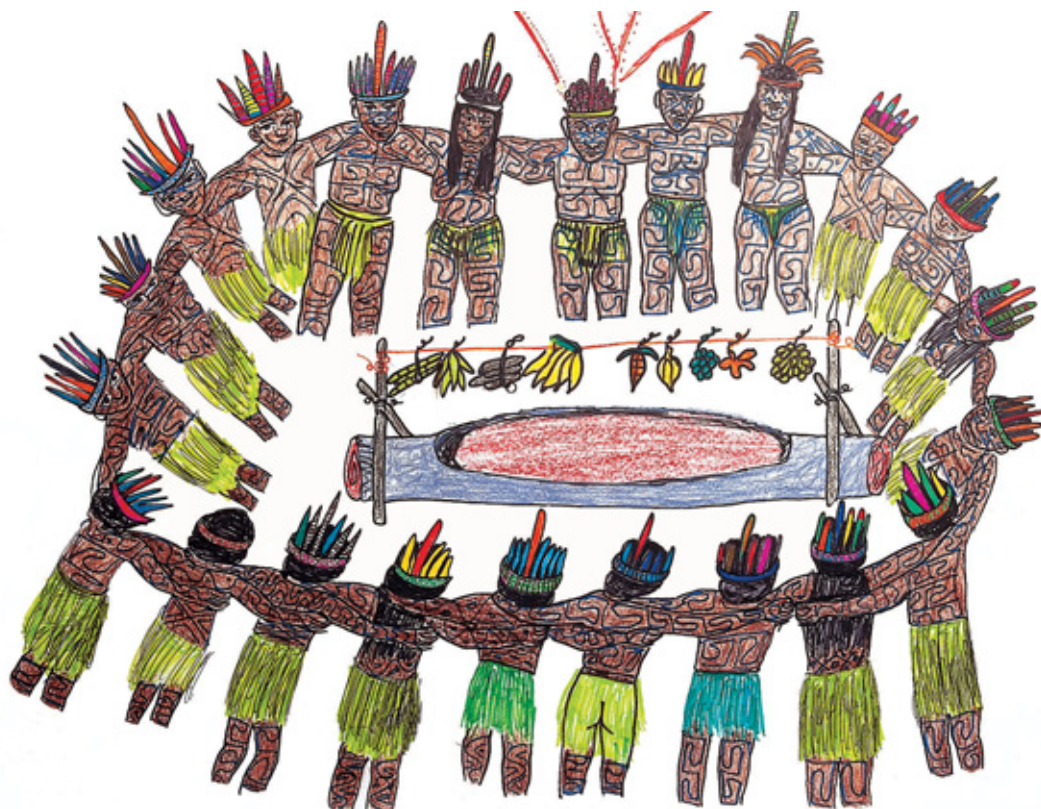
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiapuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestral faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestral.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de saõ de a pupunha e nos saõ
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bota nosso projeto ante sanato e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXŌSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na Terra Indígena do Rio Jordão, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambiental* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhãnta, Isaac. Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Isaac; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

Capítulo 1

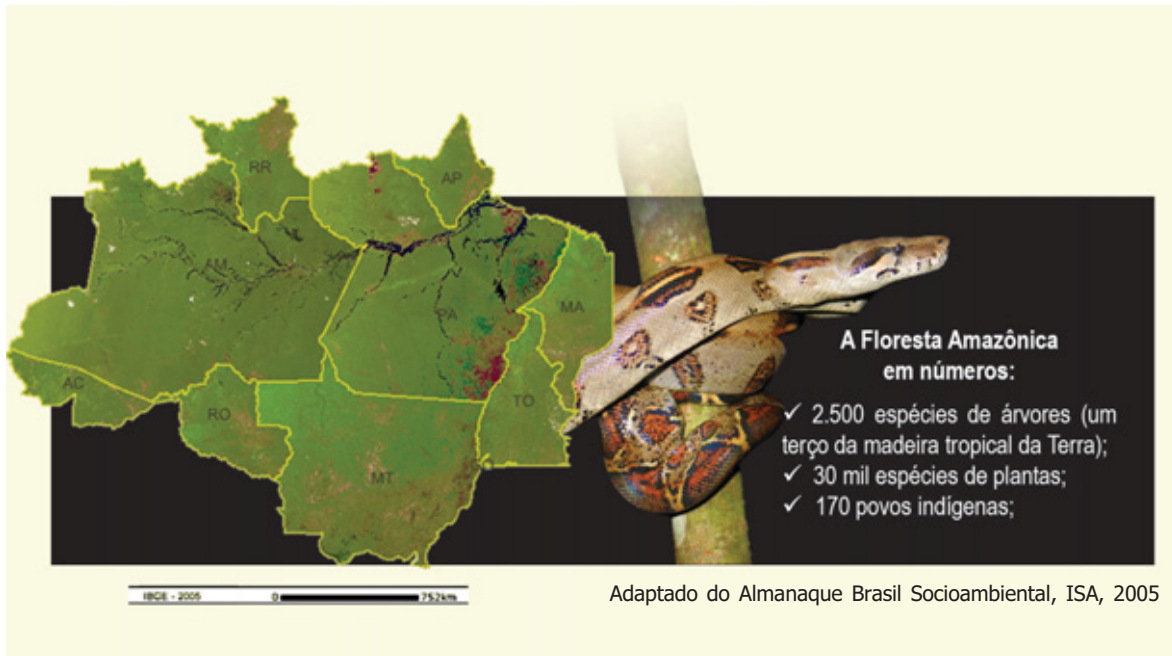
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

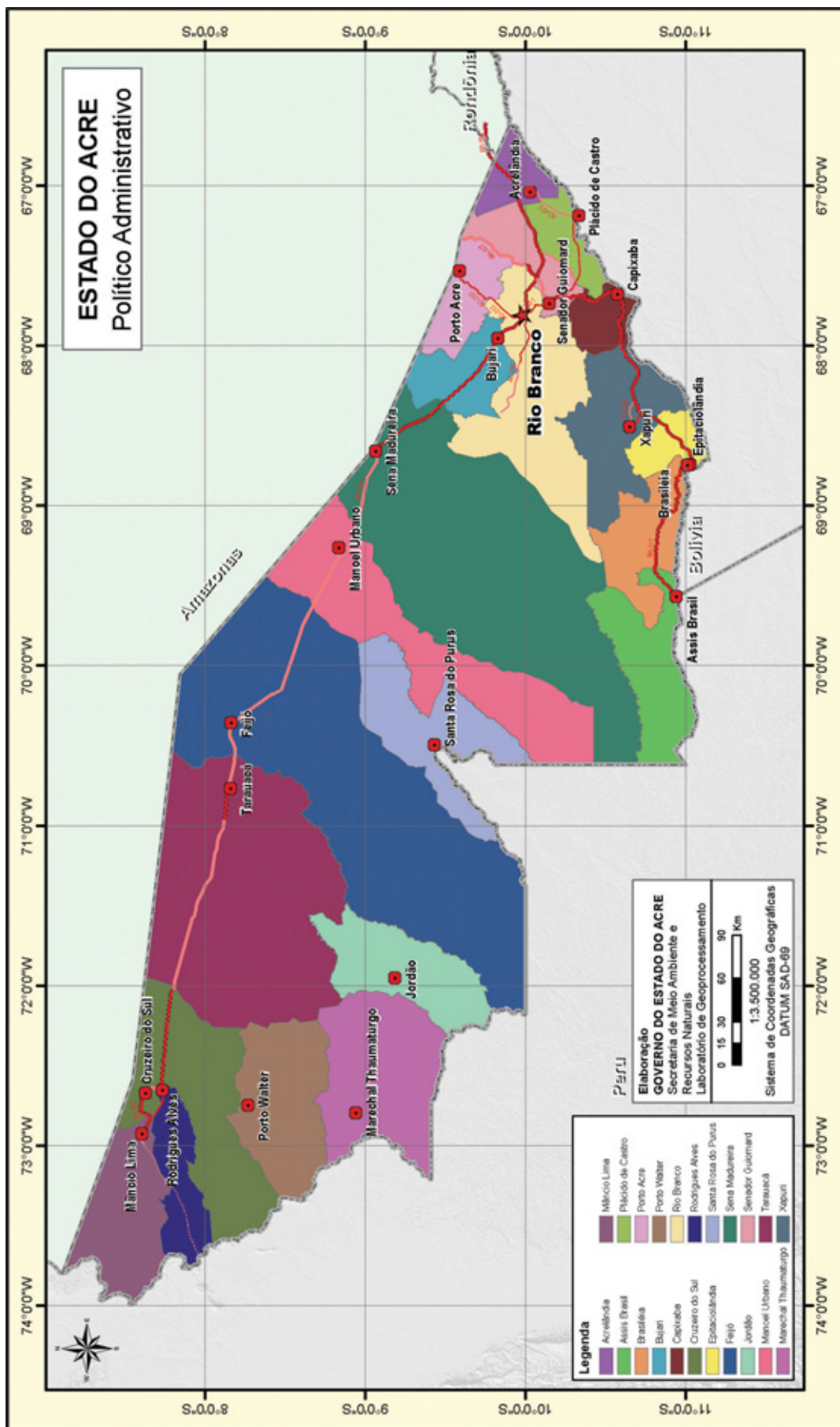
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônia, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuráiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
Rio Tejo	12.325	
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o cujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, cujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

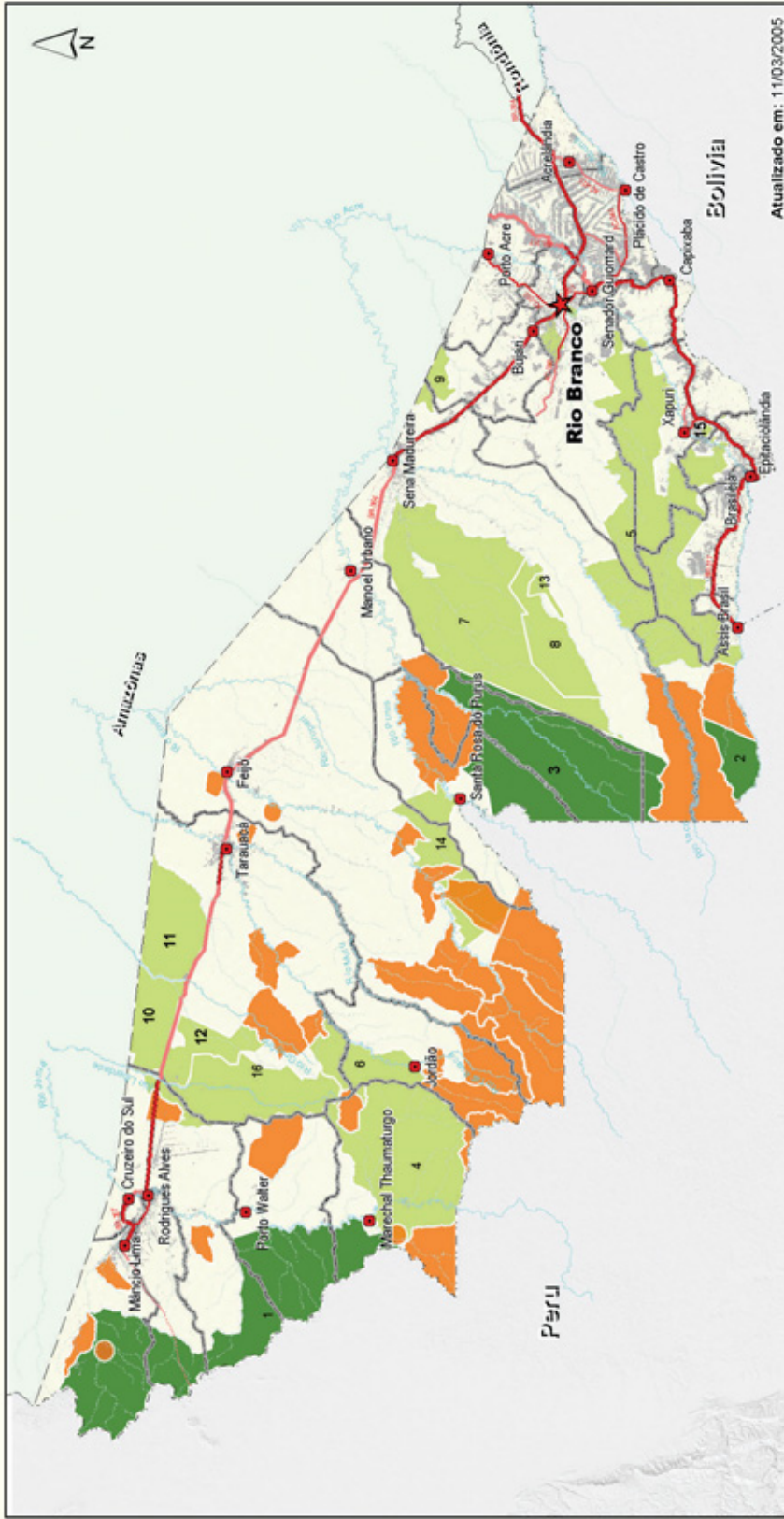


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Long-dashed line)

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral**: (Dark green box) 1.622.389 ha (9,88%)
 - Áreas de Uso Sustentável**: (Light green box) 3.654.858 ha (22,26%)
 - Terras Indígenas**: (Orange box) 2.767.746 ha (13,10%)
 - Áreas Desmatadas**: (Grey box) 1.817.108 ha (11,06%)
- Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha**

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade



Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sôvaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

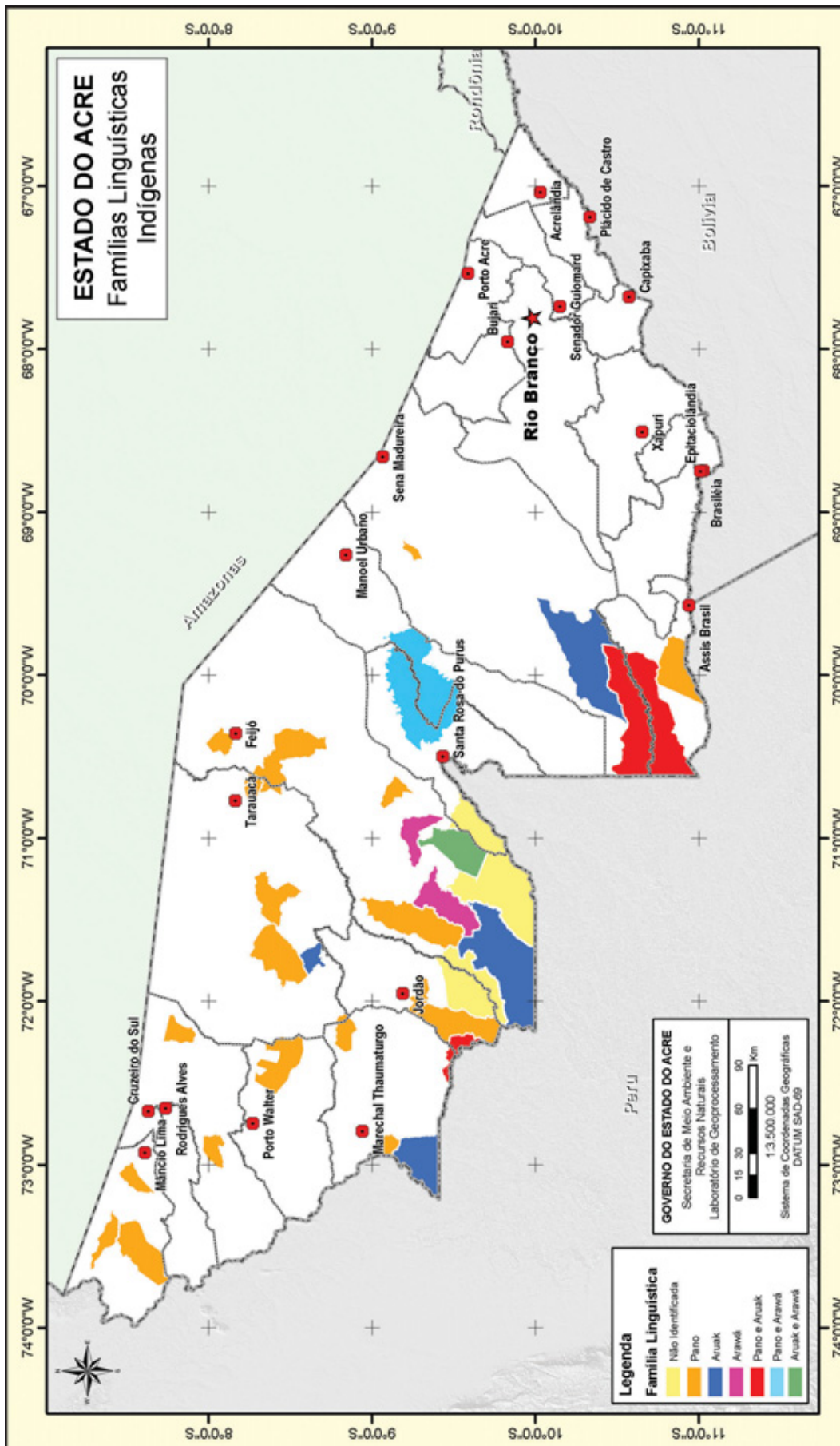
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? ?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

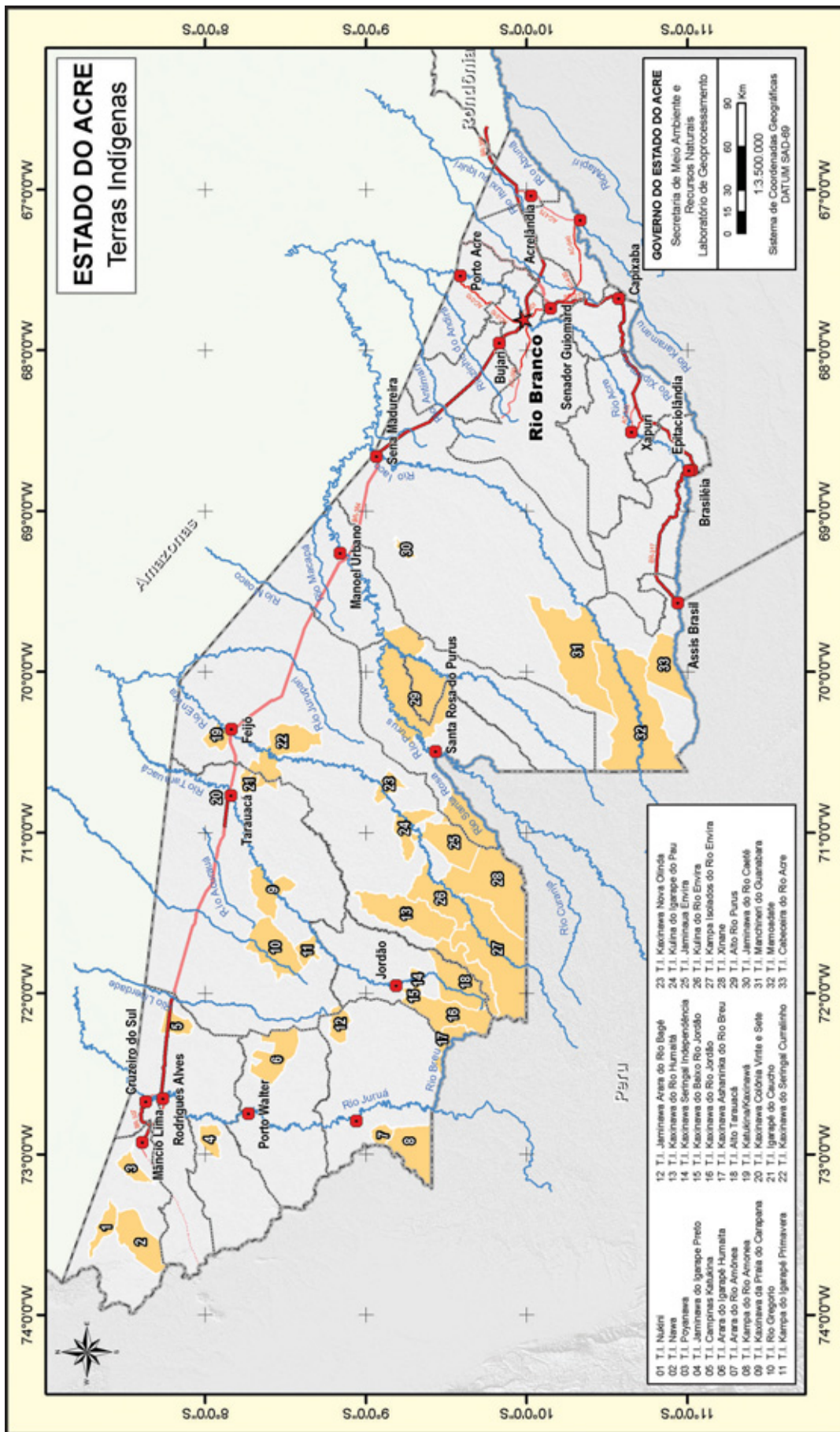
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreado e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

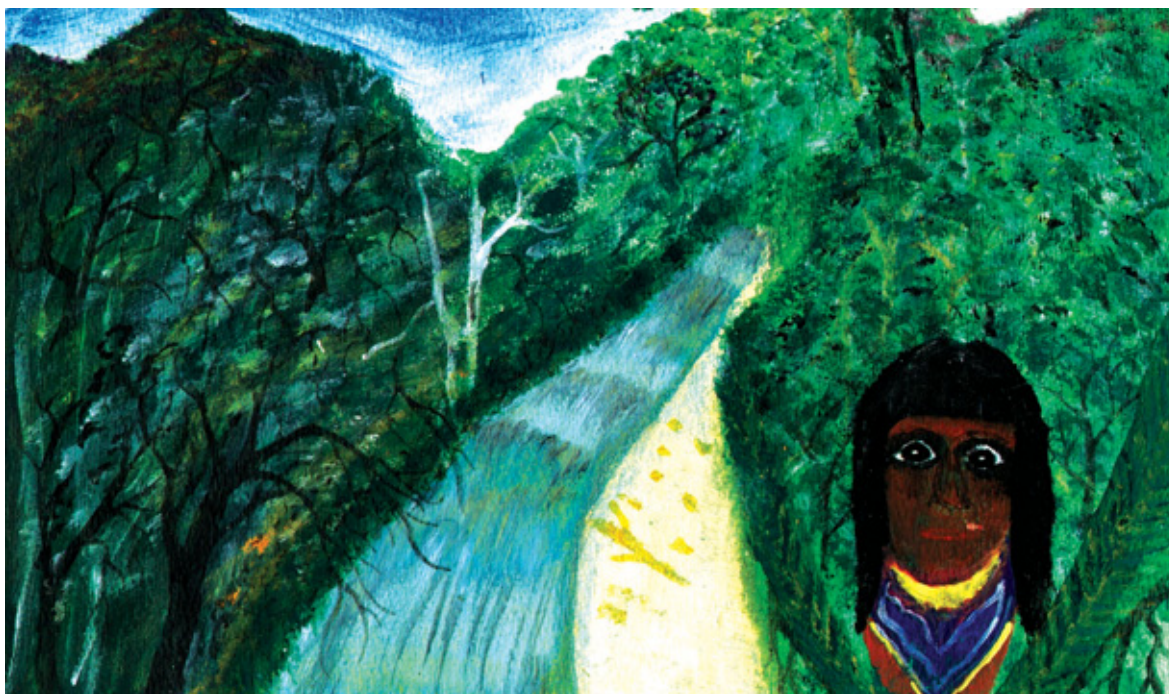
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estremo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

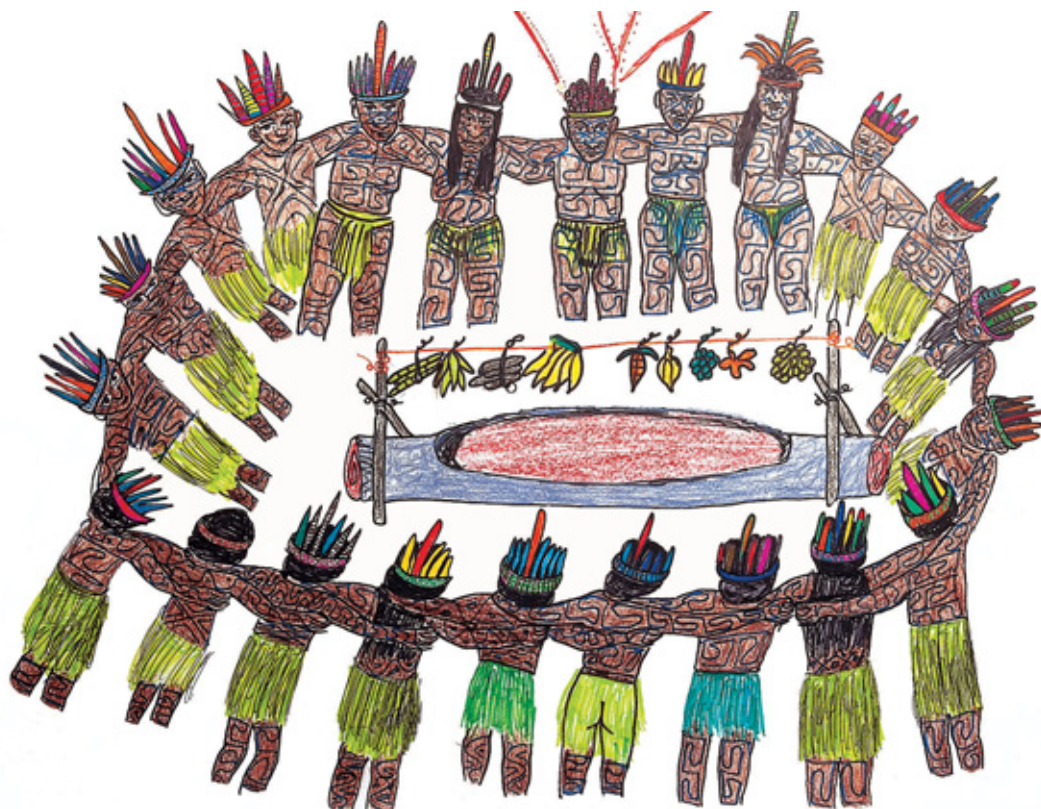
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiapuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicar com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normeu Cadenciano diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de sã de a pupunha e nos se
merendo fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor normeu paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOAS
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLAÇO ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantese* de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhãnta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

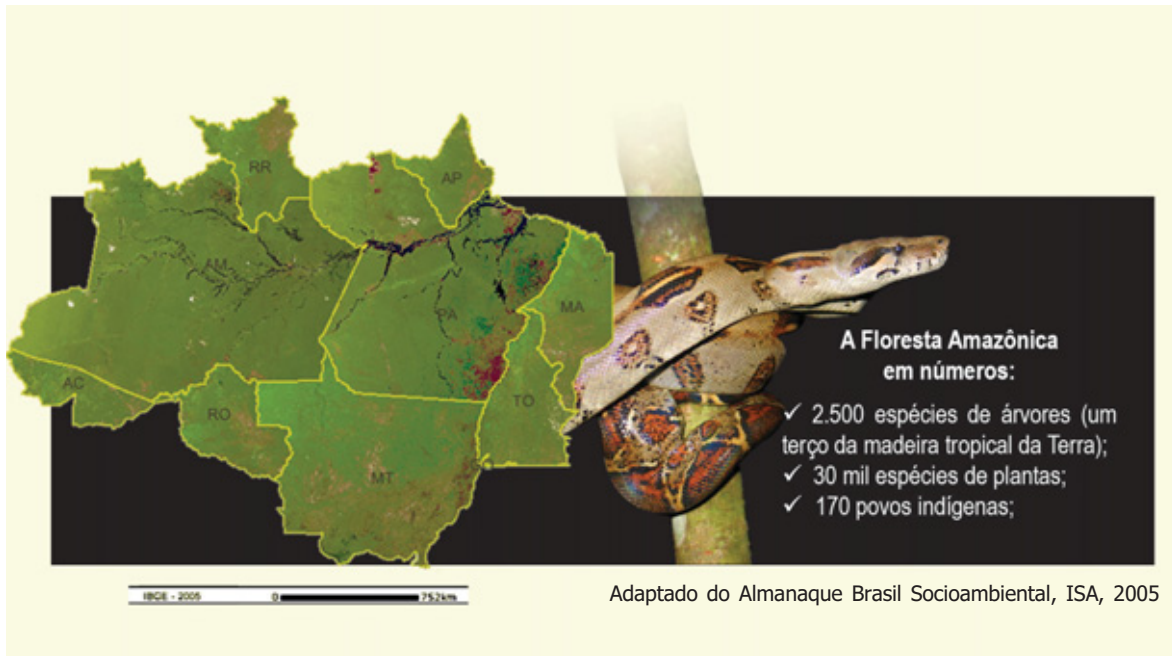
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

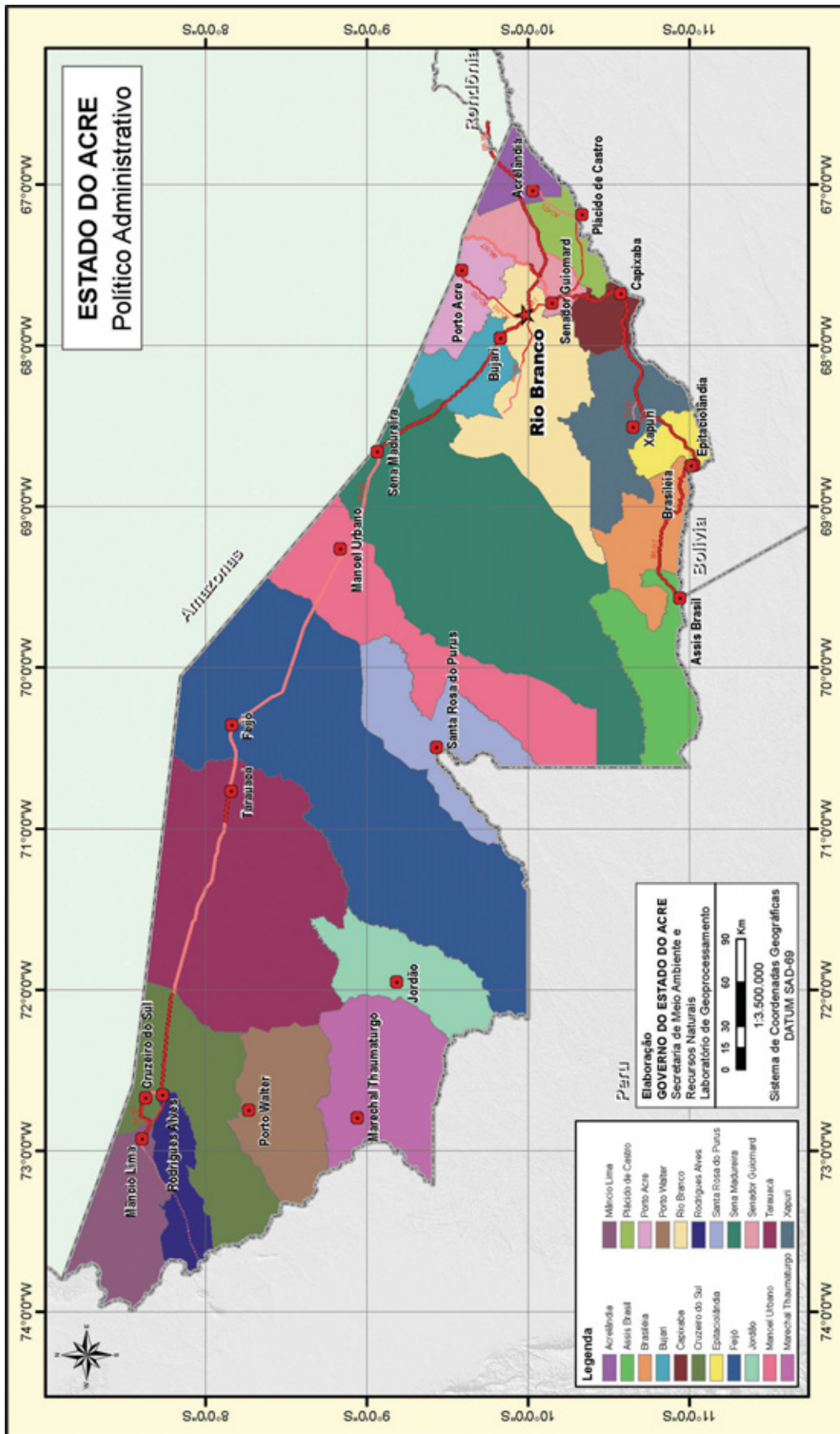
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônia, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o cujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, cujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

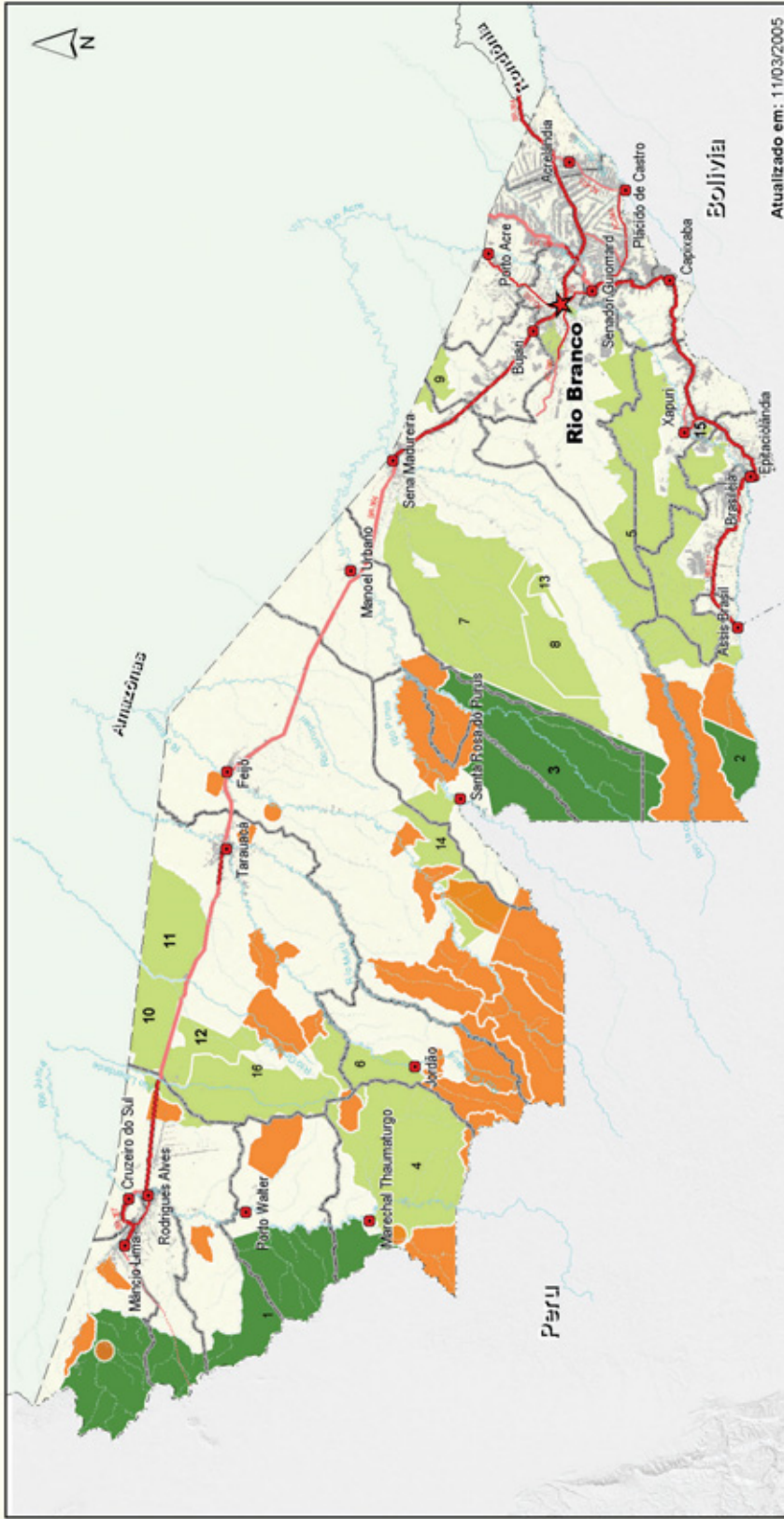
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
- Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
- Limites Estaduais
- Limites Internacionais

- Rodovias**
- Pavimentada
- Implantada
- Vicinas

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- **Áreas de Proteção Integral**
1.622.389 ha (9,88%)
- **Terras Indígenas**
2.767.746 ha (13,10%)
- **Áreas de Uso Sustentável**
3.654.856 ha (22,26%)
- **Áreas Desmatadas**
1.817.108 ha (11,06%)

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC

Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.

Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

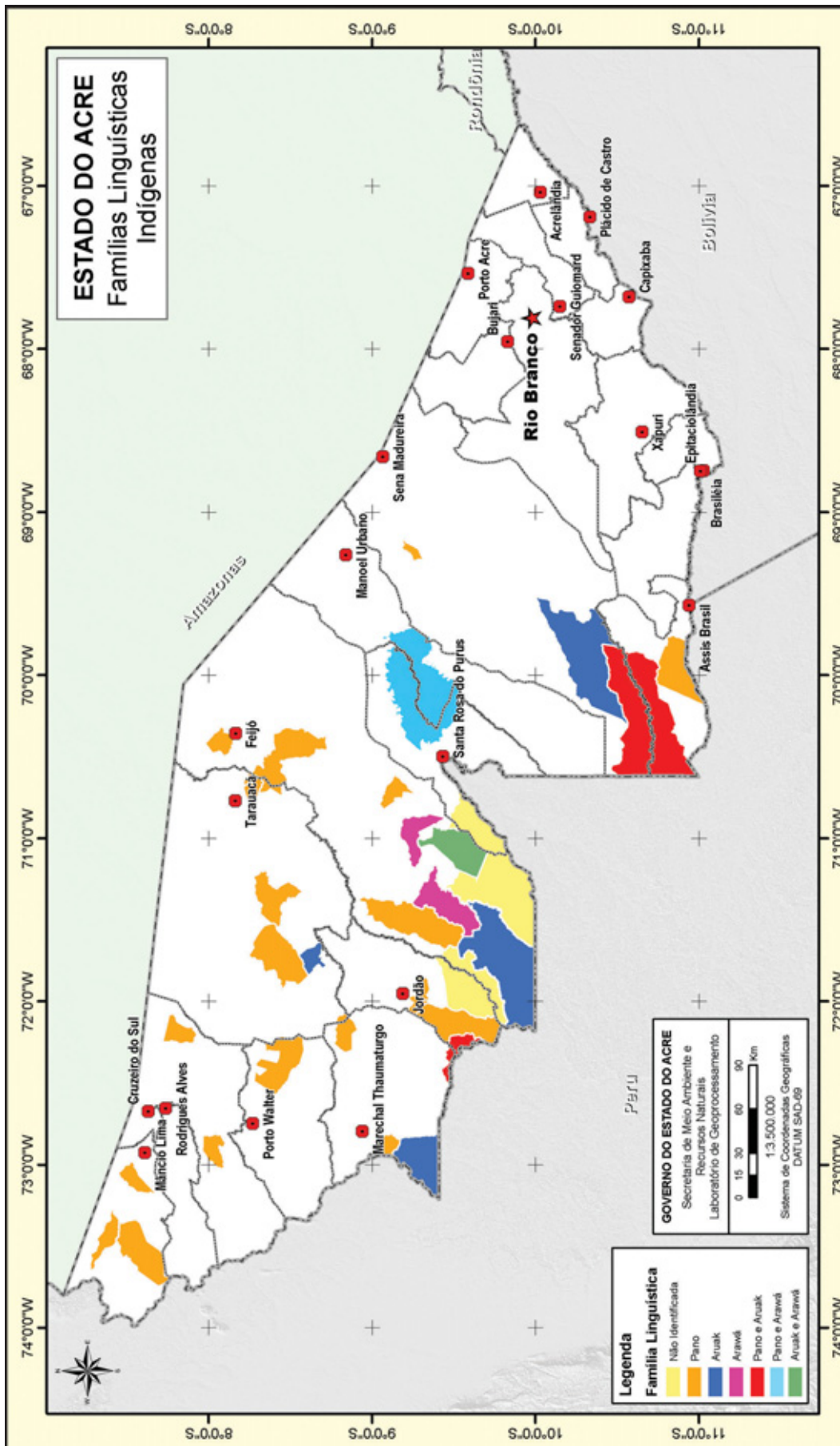
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

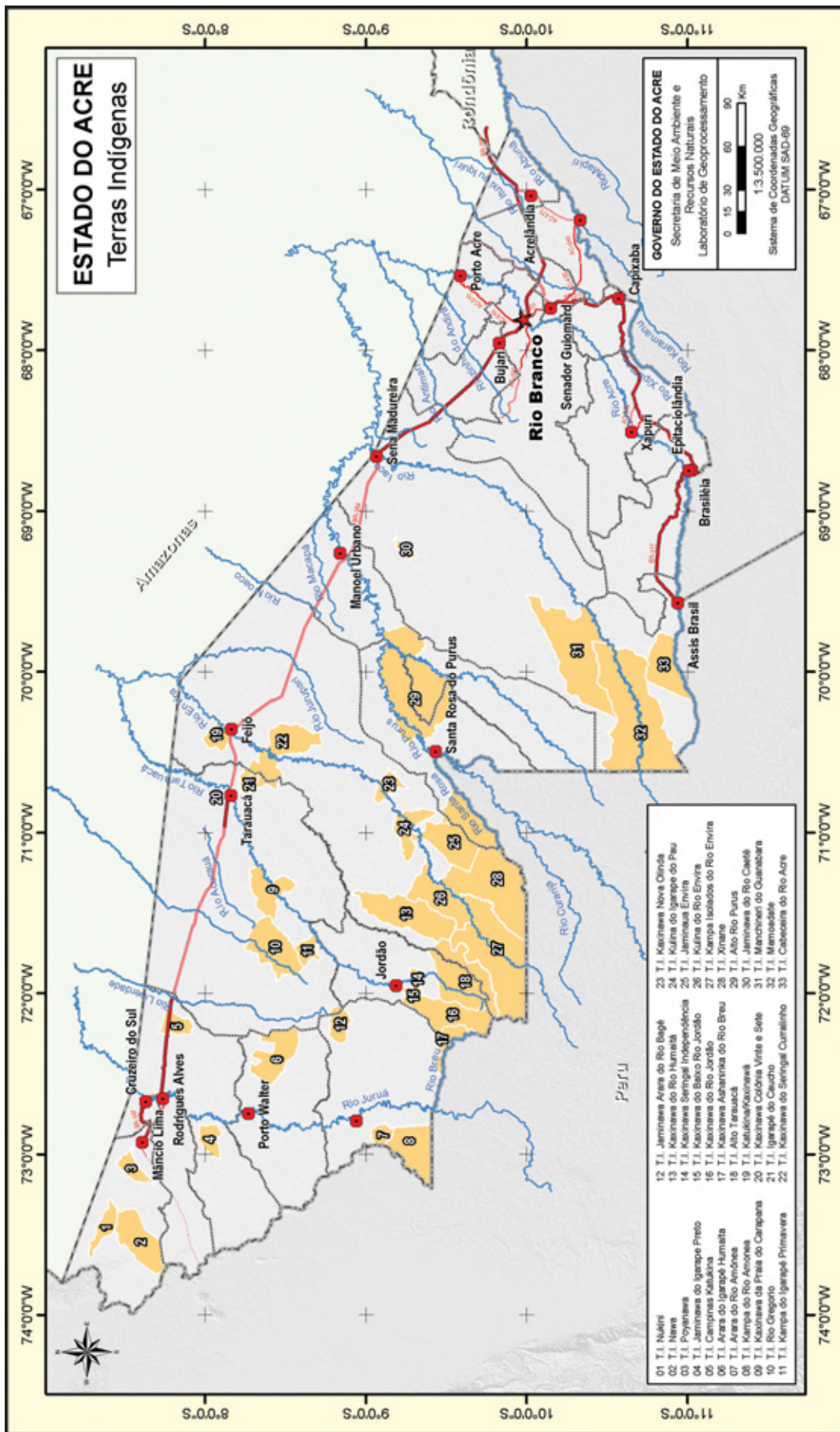
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as conseqüências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo. Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País. Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de imobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.
in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuam na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

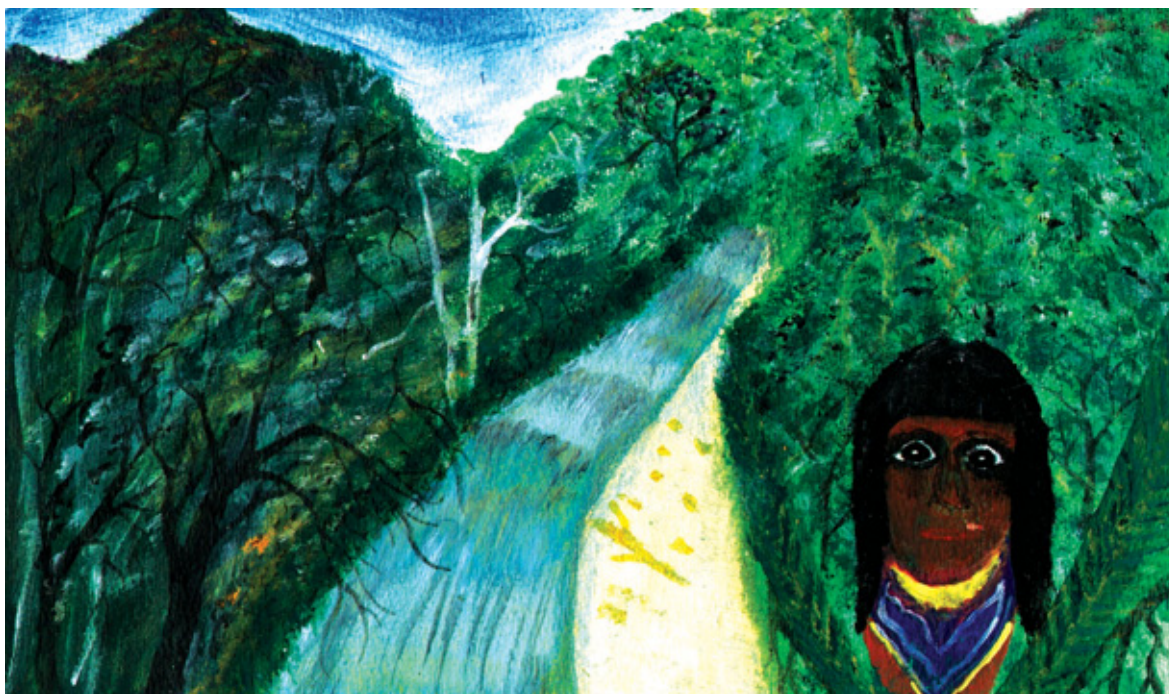
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estromo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumeiro
para safrão de pupunhas.
Para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fomo uma panela
de sã de a pupunha e nos se
merendo fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
nos, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor nãto paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXŌSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderi Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhou destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

Capítulo 1

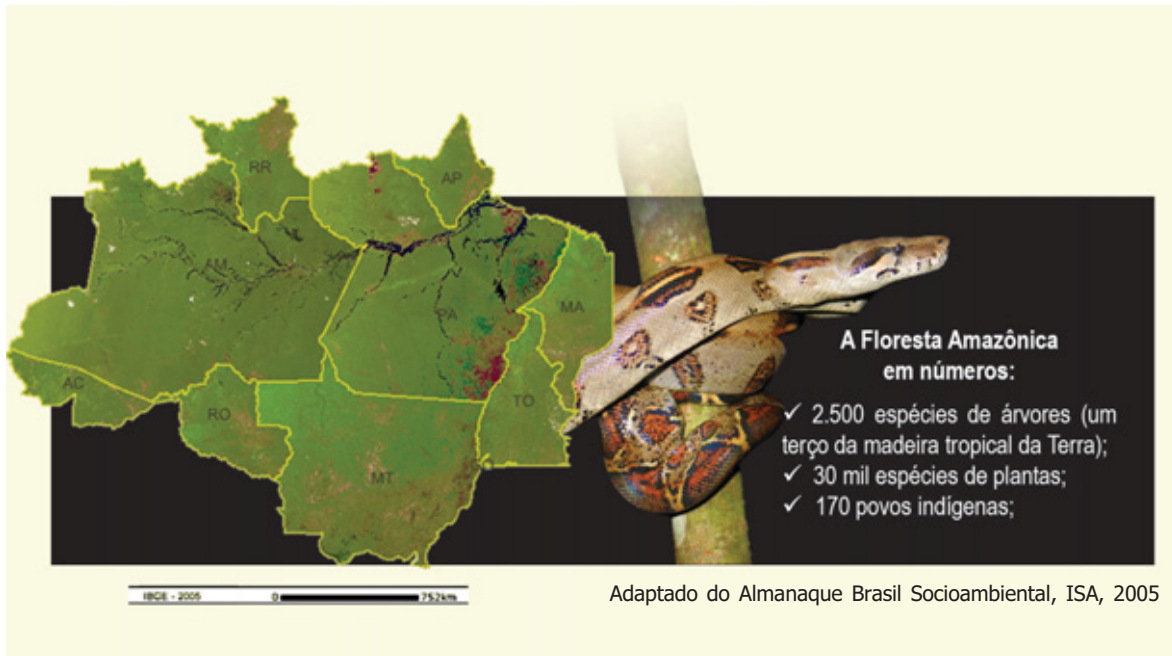
A floresta e seus recursos naturais



Foto: Gleyson de Araújo Teixeira

Nosso estudo começa com textos de professores e agentes agroflorestais indígenas apresentando o ambiente amazônico: sua localização e características. Os escritos mostram que as florestas acreanas fazem parte desse ambiente, com suas diferentes paisagens, rios, vegetações, bichos, povos indígenas, seringueiros e ribeirinhos. E é essa riqueza de vida e culturas que nos faz entender o significado da *diversidade socioambiental*.

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

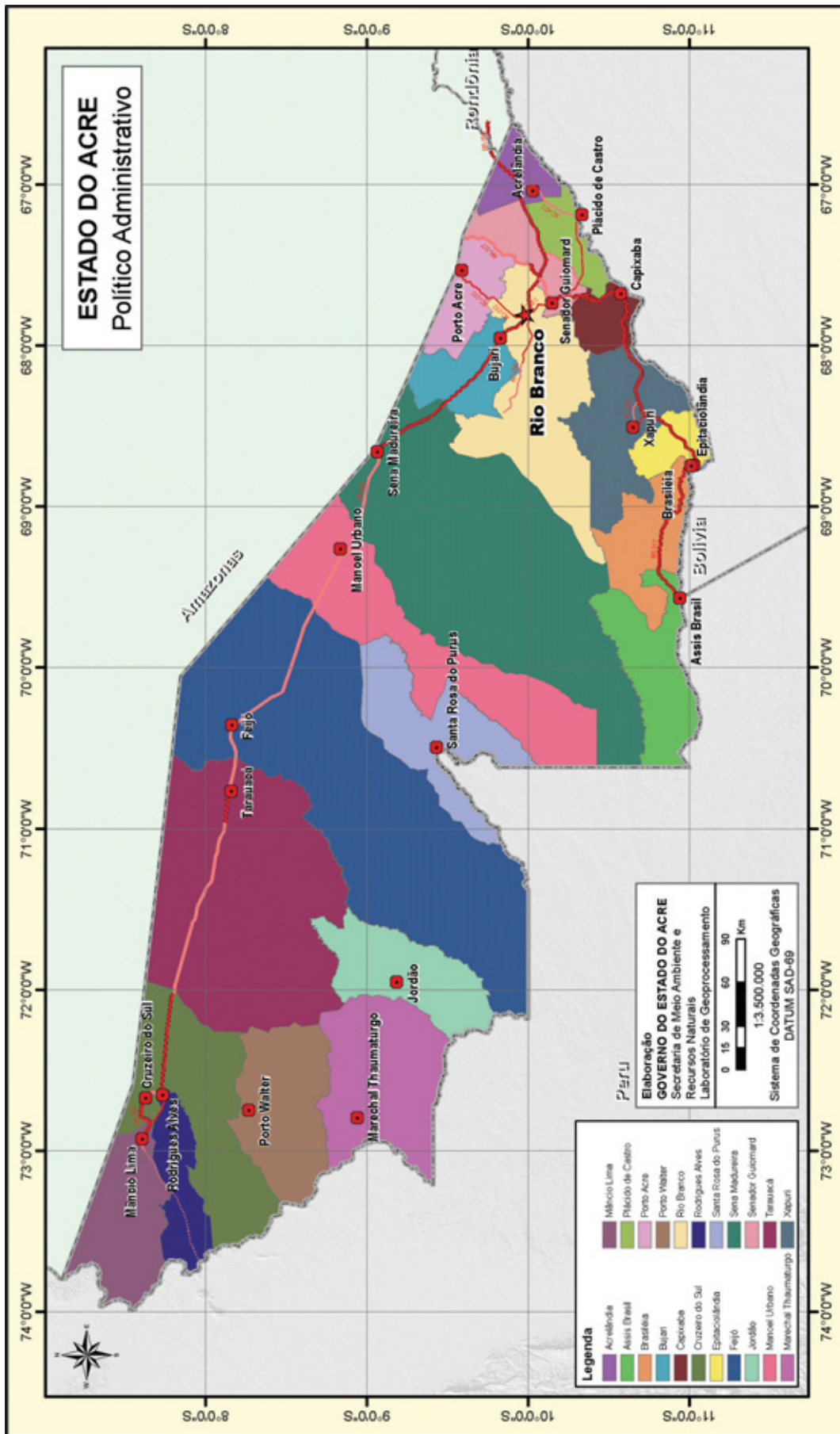
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Noberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônia, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

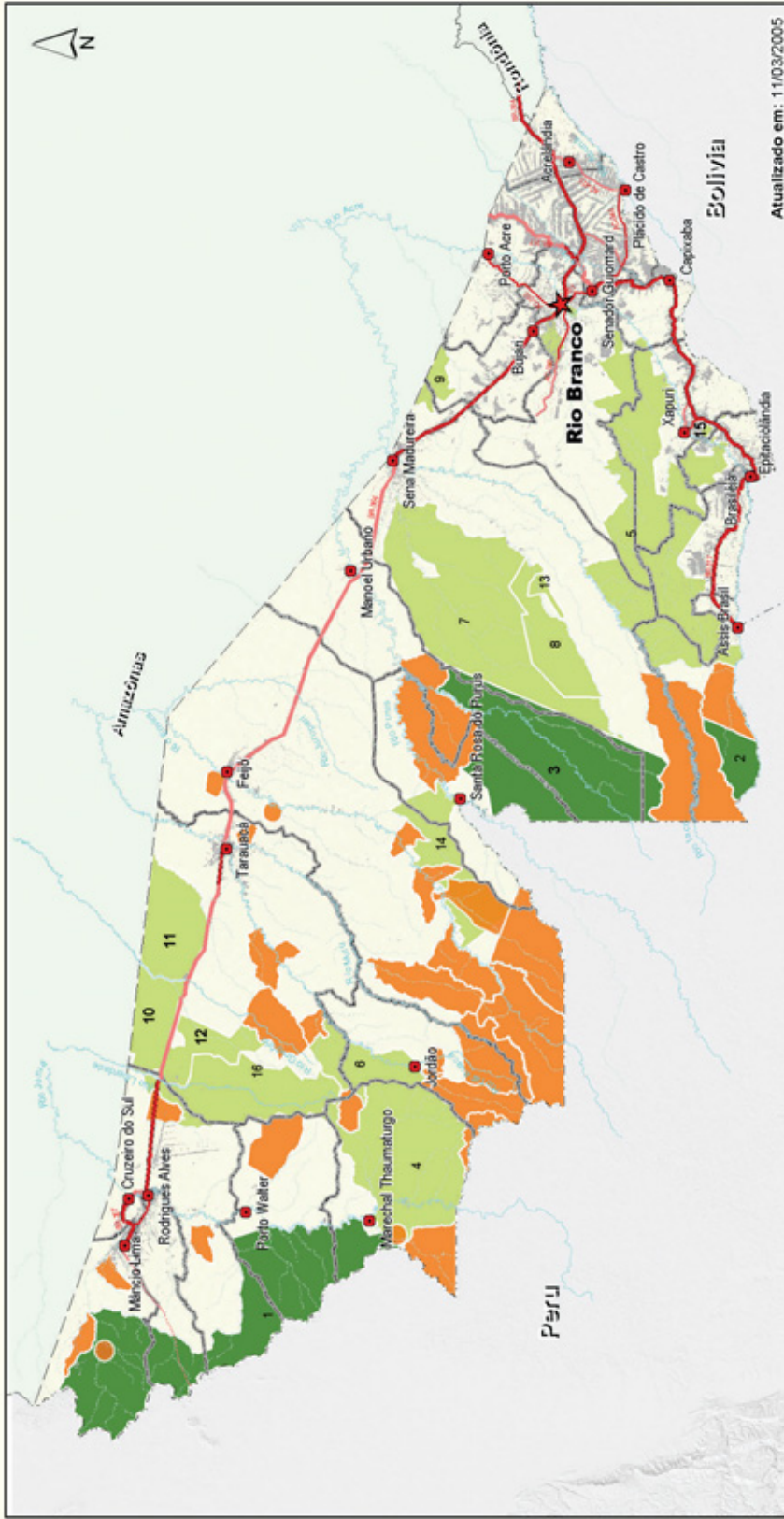
Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
- ★ Capital
 - Municípios
- Limites**
- Divisão Municipal
 - - - Limites Estaduais
 - - - - Limites Internacionais

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral 1.622.389 ha (9,88%)
 - Terras Indígenas 2.767.746 ha (13,10%)
 - Áreas de Uso Sustentável 3.654.856 ha (22,26%)
 - Áreas Desmatadas 1.817.108 ha (11,06%)
- Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha**

Unidades de Conservação

- 01 Parque Nacional de Serra do Divisor
- 02 Estação Biológica do Acre
- 03 Parque Estadual Chico Mendes
- 04 Reserva Extrativista do Alto Juruá
- 05 Reserva Extrativista Chico Mendes
- 06 Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- 07 Reserva Extrativista Cuzumbá
- 08 Floresta Nacional Macaúli
- 09 Floresta Estadual do Antimari
- 10 Floresta Estadual do Mógno
- 11 Floresta Estadual do Rio Gregório
- 12 Floresta Estadual do Rio Liberdade
- 13 Floresta Nacional do São Francisco
- 14 Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- 15 Área de Relevante Interesse Ecológico Nova Esperança
- 16 Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades lingüísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sovaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limparam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringuealista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringuealista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

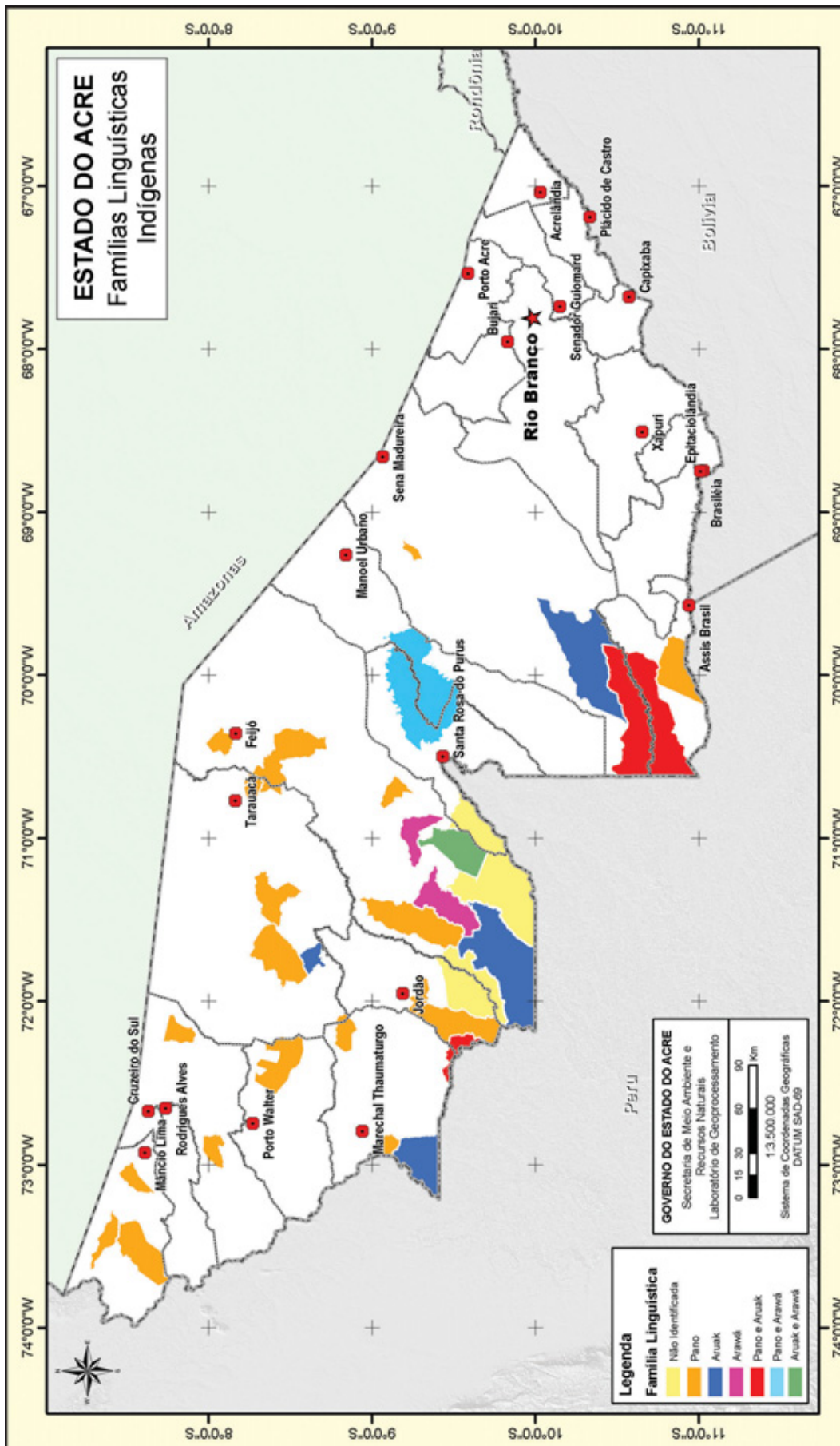
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? 1.230	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá			
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

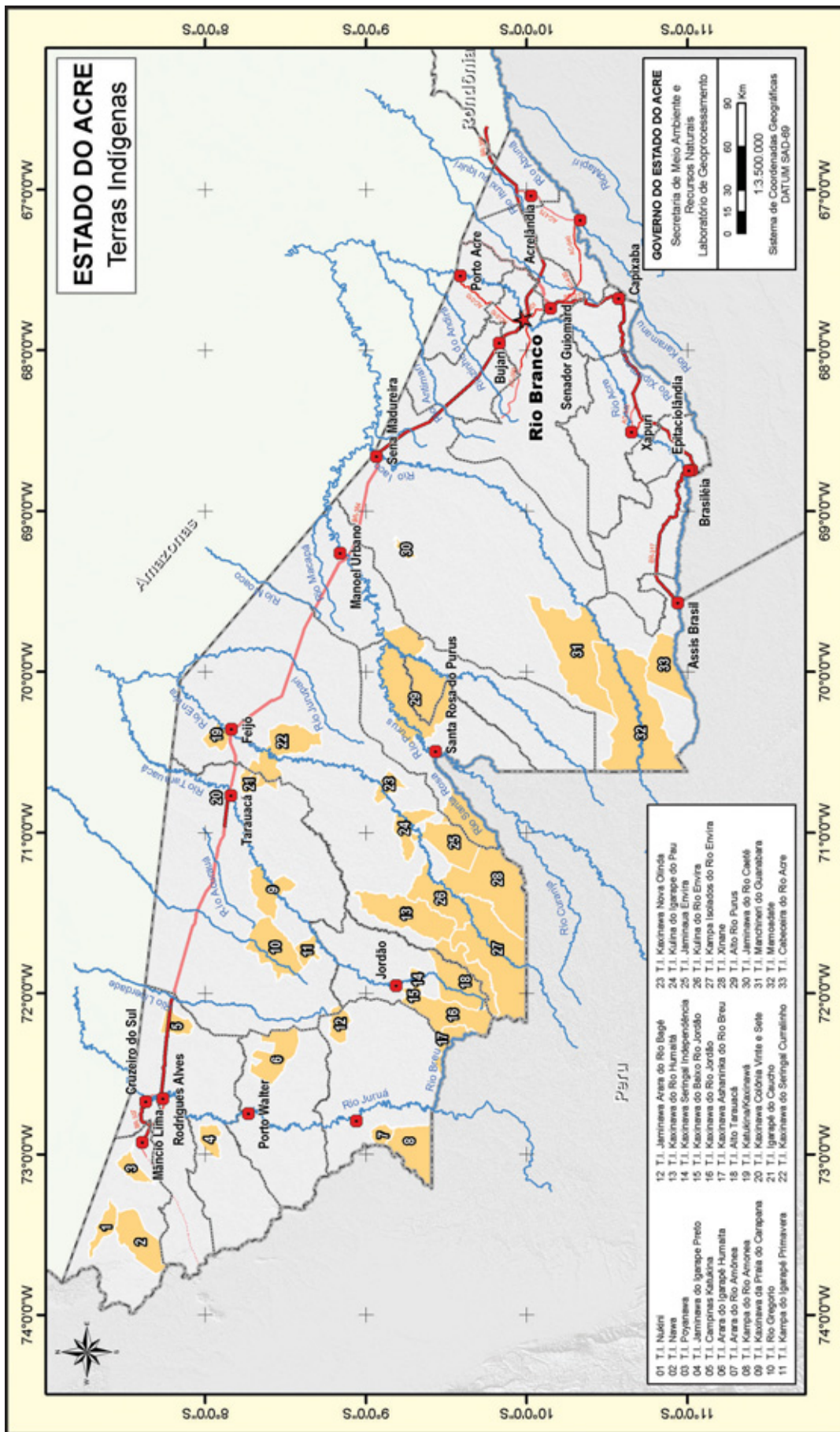
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasileia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kúii do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as conseqüências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuirmos na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agrofloretais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por conseqüência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinário dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

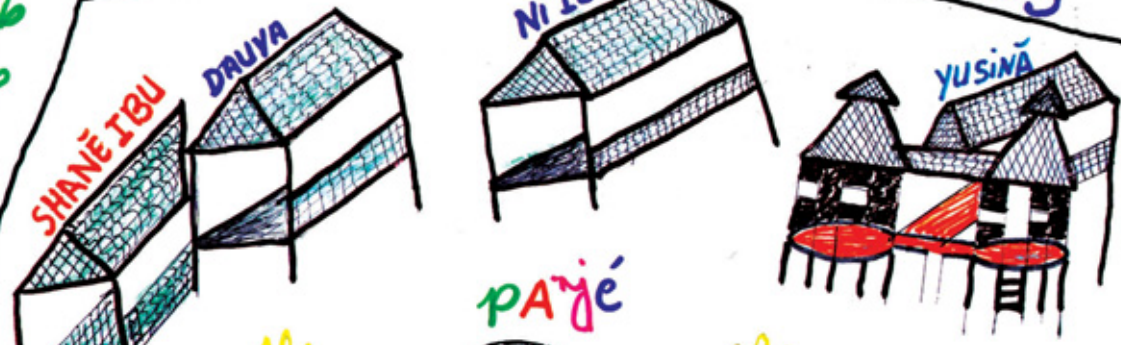
A riqueza dos povos da floresta

O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



MAE SHANĒ TXANA BARI 2003



PAJĒ

KENA
QANE
ISKUBU
BINA
SHANE

HESHE

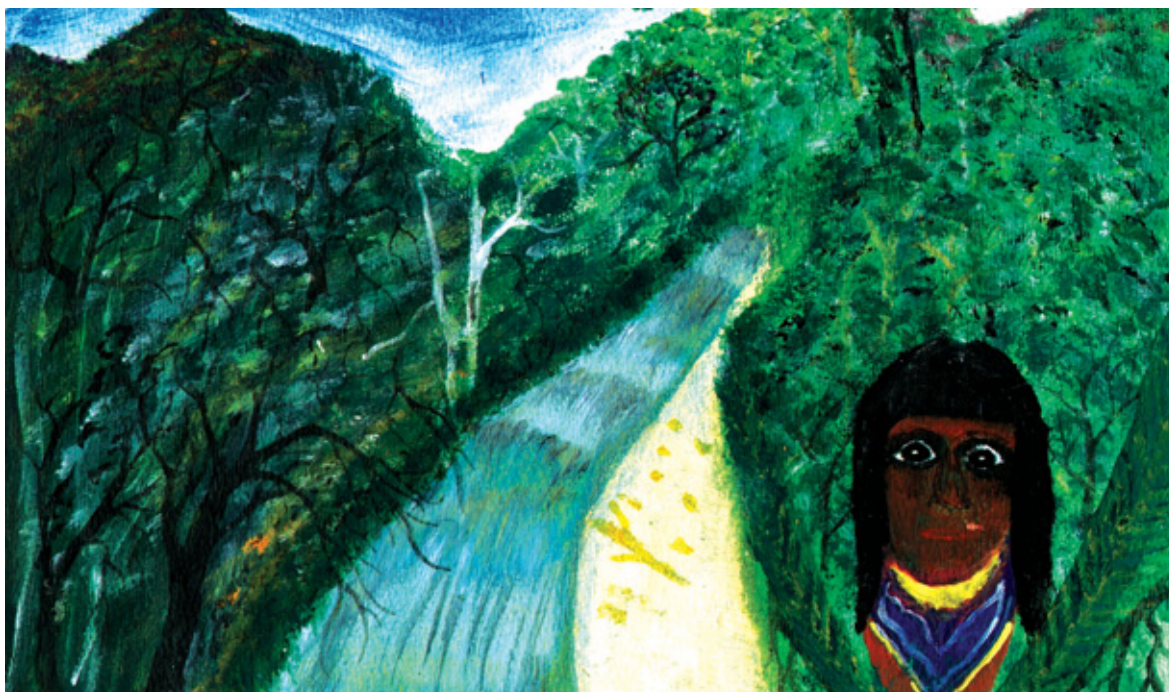


iS TXINATI

KAPE

Desenho: Gilberto Paulo Bane Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeireiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.


Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.



Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estromo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

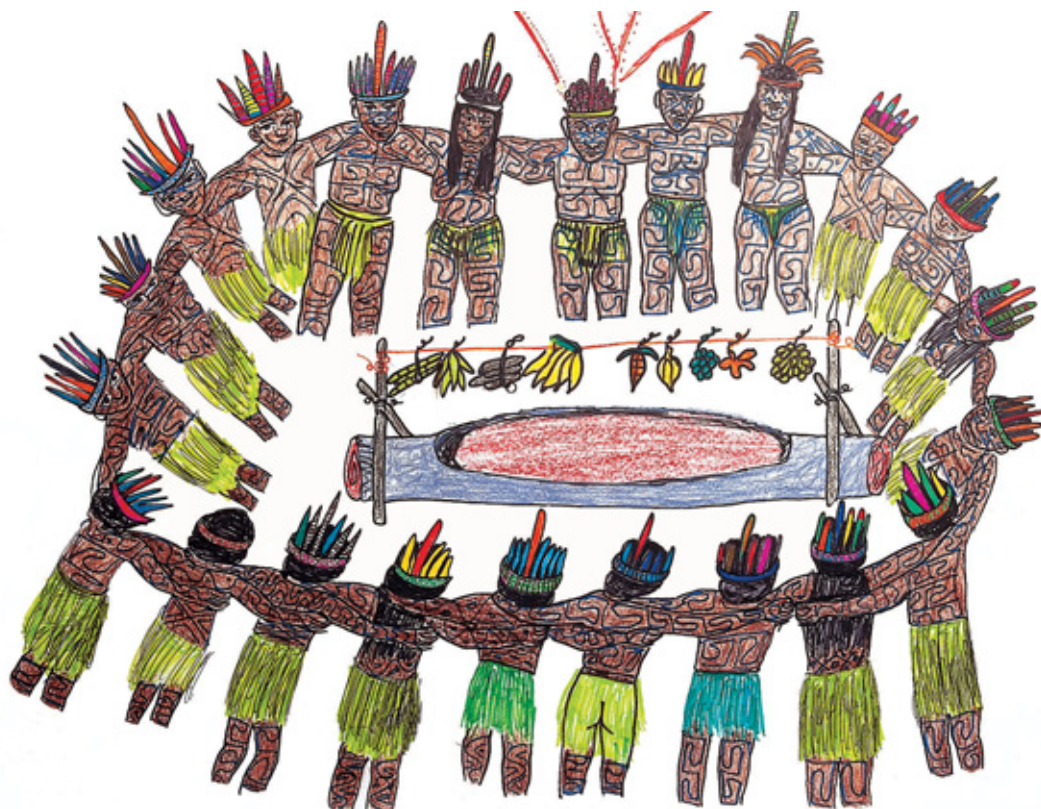
Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoadate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena, para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na TI e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatiuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumes
para safrão de pupunhas,
para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para Cuida a rea. pineramos
tuolos. e fumes uma panela
de sã de a pupunha e fumes sã
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
mas, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
Fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

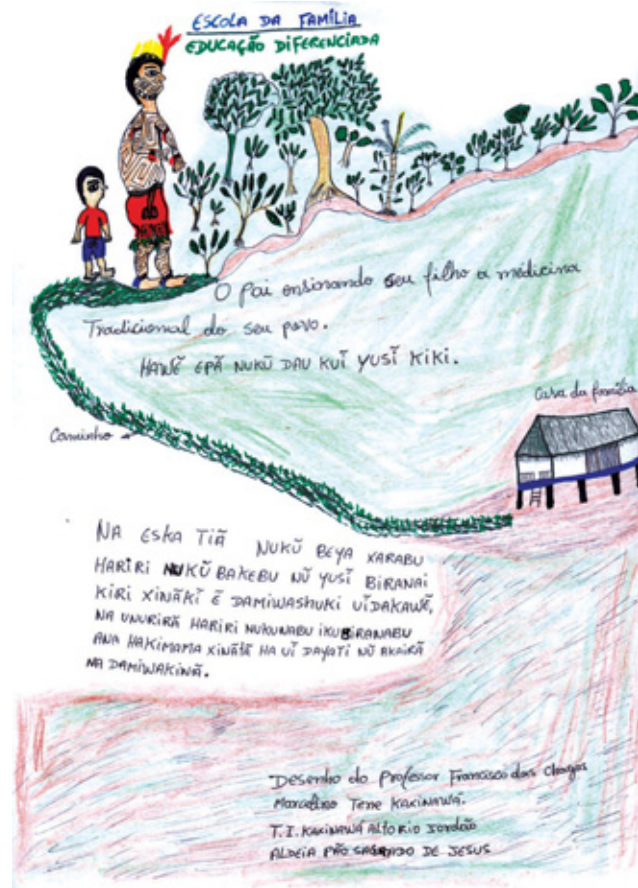
É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLARES ETC.
Hiyotayiki EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXOSHĪKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhava destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambientale* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantese* de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhãnta, Isaac. Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

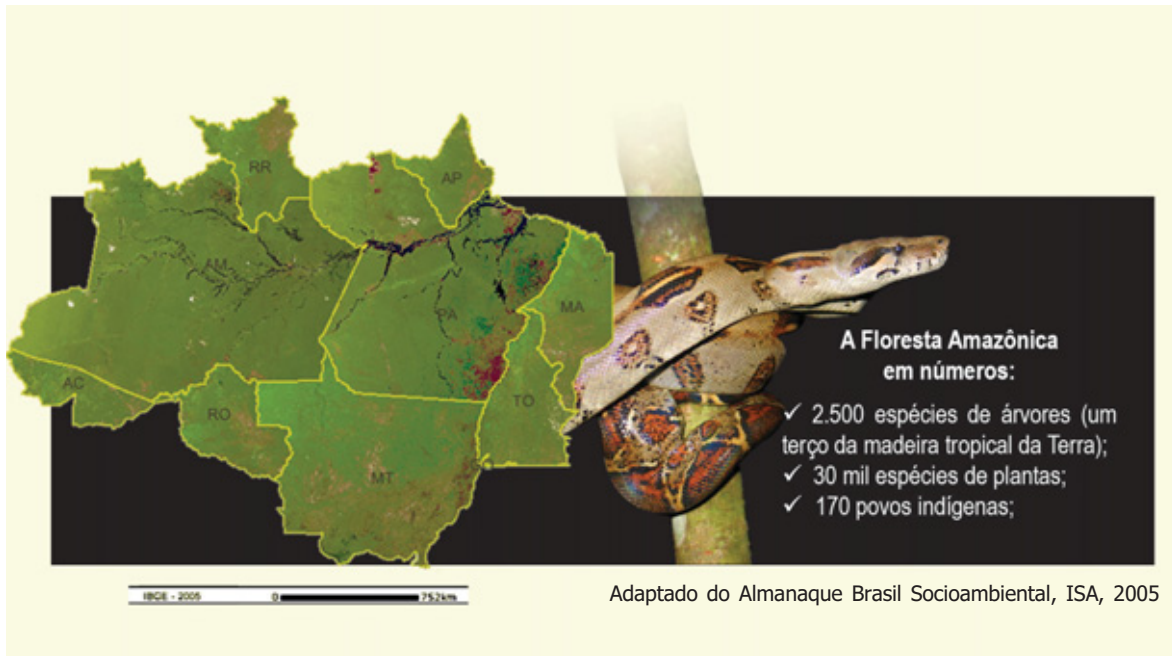
_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Isaac; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005

A floresta amazônica



A Amazônia possui a maior floresta do mundo. Pega parte de outros países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, além de toda a região norte do Brasil, o norte do Mato Grosso e uma parte do Maranhão.

A região Amazônica é formada pela floresta tropical, cortada pela linha do Equador. É por esse motivo que o Acre tem um clima quente.

As características da floresta tropical são: clima quente e úmido, árvores altas, diferentes espécies de animais e insetos e uma rica variedade de espécies vegetais. Dentro da Floresta Amazônica fica o Acre.

Nessa floresta há os povos que vivem nela e precisam dela para sua sobrevivência. Eles usam suas tradições e culturas e tomam sua bebida que é o cipó.

Benjamim Chere Katukina
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/
AC, 1996)

Amazônia Legal - É formada pelos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins, Mato Grosso e parte do Maranhão. Foi criada em 1996, para facilitar a administração e garantir à região o recebimento de recursos e investimentos de empreendedores dispostos a investir nessa área pouco conhecida e ocupada.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Conhecendo o estado do Acre

O Acre é um dos 26 estados brasileiros, fica na região Norte do Brasil e está situado no Continente Americano. É um pedaço de terra que já pertenceu à Bolívia, mas através de uma guerra no início do século XX passou para o domínio brasileiro.

Faz fronteira com dois países: Bolívia e Peru. E com dois estados brasileiros: Amazonas e Rondônia. O Acre fica próximo da linha do Equador e, por isso, seu clima é quente e úmido. Além disso, o estado tem 90% do seu território coberto pela floresta tropical.

Nesta terra existem duas estações do ano: inverno (época de muita chuva) e verão (época de pouca chuva). E ainda tem muitos animais e muitas florestas.

No Acre, quase não existem indústrias, e isso ajuda a não matar os espíritos desta terra e manter suas crenças. É o coração da América e guarda ainda muitos segredos. É um lugar encantado, devido à sua floresta tropical.

No Acre existem muitos povos, línguas e culturas. A língua oficial do Acre é o português, porém são faladas 14 outras línguas diferentes que fazem parte das famílias lingüísticas *Aruak*, *Arawa* e *Pano*.

Nosso estado foi o que mais produziu borracha e dele foram levadas as sementes das seringas para outros estados e países. Isso deixou os seringueiros em uma situação difícil, porque outros países também começaram a produzir borracha a um preço mais barato que a borracha do Estado do Acre.

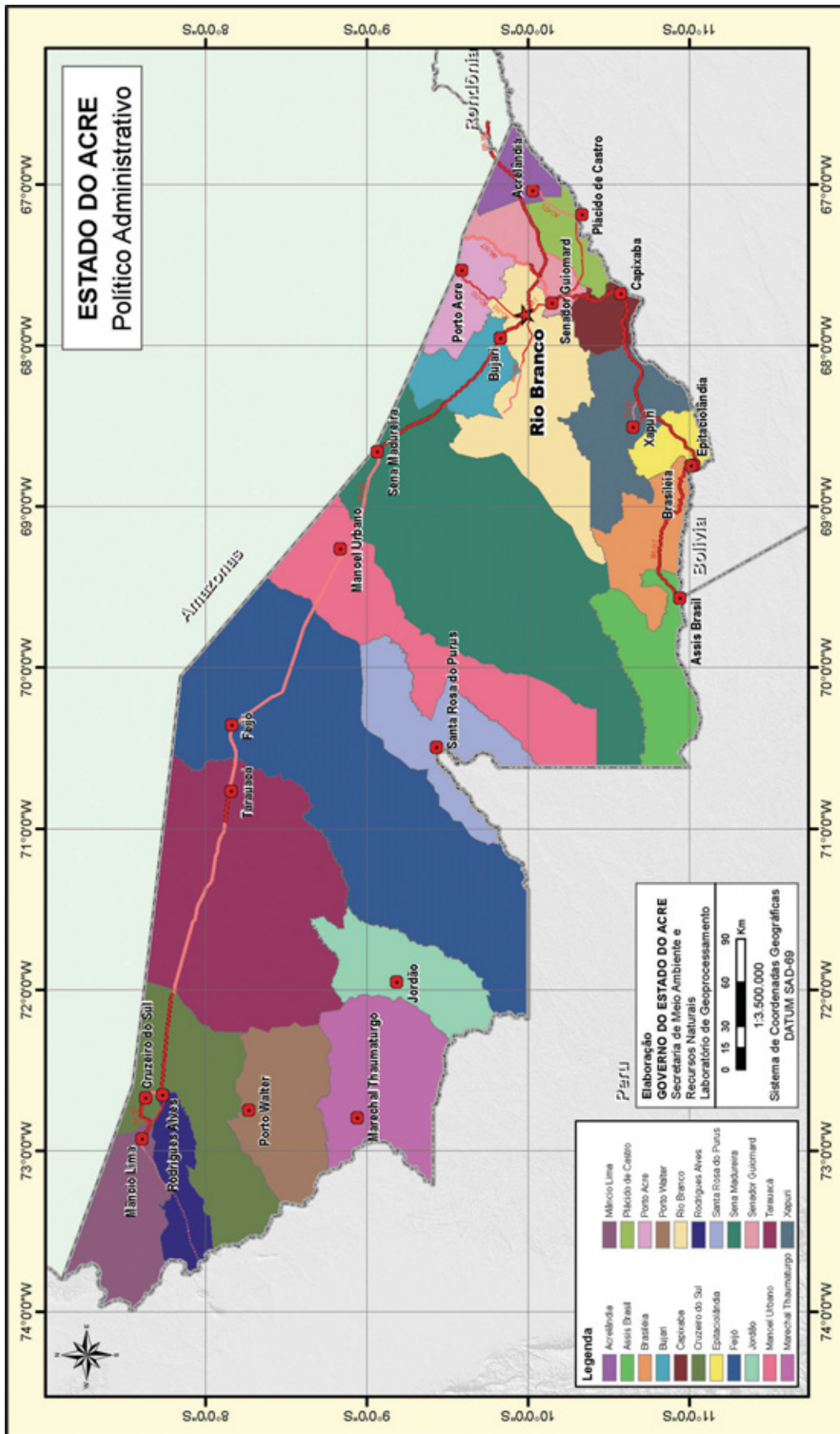
O Acre é o Acre: não tem outro Acre no mundo.

Roberto Tene Sales Kaxinawá
(Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

CONHECENDO EM NÚMEROS O ESTADO DO ACRE

Localização estimada	Extremo oeste da região Norte
Área (Km²)	153.149,9
Rios principais e seus afluentes	Purus: Acre, Iaco e Chandless; Tarauacá: Envira e Muru; Juruá: Moa, Liberdade, Amônia, Tejo, Gregório e Breu.
Municípios	22
População	669.793
Área ocupada pelo Estado na Amazônia brasileira	3,9 (%)
Área ocupada pelo Estado no território nacional	1,79 (%)

Fonte: IBGE - Censo/2000
SEPLAN/AC - Projeção/2000
Enciclopédia dos Municípios Brasileiros e seus Administradores - 1997-2000



Os rios

O Acre é um estado cortado por vários rios e igarapés. Grande parte de seus principais rios nasce em terras peruanas e fazem parte da grande Bacia Amazônica.

No estado tem duas grandes bacias hidrográficas que são: a Bacia do Juruá e a Bacia do Purus. Essas duas bacias são formadas por vários rios, igarapés, lagos, igapós e olhos d'água.

Os principais rios que formam a Bacia do Juruá, no estado do Acre, são: Môa, Azul, Grajaú, Tejo, Amônea, Liberdade, Gregório, *Taraya* ou Tarauacá, *Yuraiá* ou Jordão, Murú, *Bária* ou Envira. A Bacia do Purus é formada pelos seus principais rios que são: Chandless, Caeté, *Macauã*, *Kajpaha* ou Iaco, Acre, Espalha, Rola e Breu.

Todos esses nomes foram dados pelos moradores índios, ribeirinhos e também por viajantes que passaram por eles.

Devido às duas estações, os rios possuem também duas maneiras de ser. Quando é inverno, os rios ficam mais barrentos e sujos. É também quando dá mais *quebradeiras* nos barrancos, que derrubam muito pau. Na época do verão, ninguém consegue passar fome. É quando os tracajás desovam nas praias.

Os rios da Amazônia tiveram muita importância econômica no tempo da borracha, porque os nordestinos vieram para a Amazônia numa viagem muito longa através dos rios. Até hoje, os rios ainda são muito importantes, pois são os principais meio de transporte dos povos que moram na floresta. Além disso, eles fornecem água para beber, para tomar banho, para lavar roupa, lavar panela. E também, é através dos rios que chegamos aos municípios transportando nossas produções e levando mercadorias para as nossas aldeias.

Todas as águas dos rios correm para o mesmo lugar: é um rio que cai em outro rio e finalmente cai no mar.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Atlas Geografico Indígena do Acre. CPI/AC, 1996)

Bacia hidrográfica - Conjunto de terras drenadas por um rio principal e seus afluentes, onde normalmente a água se escoia dos pontos mais altos para os mais baixos.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

PRINCIPAIS BACIAS HIDROGRÁFICAS DO ESTADO DO ACRE

Bacias	Rios	Extensão Total (Km)
Tarauacá	Igarapé Macipira	8.658
	Igarapé São Salvador	5.601
	Rio Envira	57.861
	Rio Jurupari	19.802
	Rio Muru	36.266
	Rio Tarauacá	59.321
Purus	Rio Caeté	27.073
	Rio Chandles	30.077
	Rio Iaco	60.795
	Rio Macauã	30.624
	Rio Purus	86.869
	Rio Acre	83.785
	Rio Antimari	24.467
	Rio Xapuri	19.115
	Riozinho do Rola	20.047
Juruá	Igarapé Caipora	17.336
	Igarapé Natal	5.961
	Igarapé São João	9.757
	Igarapé São Luis	2.821
	Rio Acuraua	9.366
	Rio Amônia	9.935
	Rio Breu	9.211
	Rio das Minas	5.909
	Rio do Moura ou Paraná da Viúva	9.131
	Rio Grajaú	7.321
	Rio Gregório	39.129
	Rio Juruá	66.070
	Rio Juruá Mirim	13.862
	Rio Liberdade	29.544
	Rio Môa	22.029
	Rio Ouro Preto	8.685
	Rio Tejo	12.325
Rio Valparaíso	8.340	

Foto: Malu Ochoa

Fonte: IBAMA, 2000

As terras altas e baixas

No Acre não existe apenas um tipo de relevo. Em cada lugar tem um tipo diferente. Nos municípios, há lugares altos ou planos.

A região de Cruzeiro do Sul, por exemplo, é um lugar cheio de morro, de ladeiras. No município de Tarauacá existem lugares planos.

No Acre não existem grandes montanhas. Aqui existe terra alta ou firme, terra baixa ou planície. As terras altas ou terras firmes se encontram no limite das águas, dos rios e igarapés, onde fica o divisor das águas. Além disso, nesses lugares de terras altas, existem muitas pedras, jarinas, canela de velhos, cipoeiros, espinhos de espera-aí, muitas árvores diferentes.

As terras baixas ou planícies se encontram nas beiras dos rios, principalmente o Purus, Juruá, Tarauacá, Iaco, Envira e Gregório. Em cada lugar desses tem terra dura, arenosa, vermelha, preta e argilosa.

Edson Ixã Medeiros Kaxinawá
(Geografia Indígena. CPI/AC, 1996)

Os diferentes tipos de solos

A classificação dos solos é de acordo com os conhecimentos dos mais velhos. Geralmente, identificam a terra pelo jeito dela, se é alta ou baixa.

No lugar mais baixo é o lugar de plantar a roça. E, geralmente, no lugar em que ela é mais úmida, é bom de plantar a banana, devido ser uma terra mais firme, dura, resistente, para a banana ficar fixa e não ser derrubada pelo temporal. A batata e o inhame, por exemplo, só ficam maiores se forem plantados nesse tipo de solo.



Mulheres Kaxinawá fazendo potes de cerâmica
Foto: Joaquim Maná Kaxinawá

A terra mais arenosa é muito boa para plantar batatas, inhame, amendoim, etc. Existem algumas batatas e amendoins que dão em qualquer tipo de solo.

O plantio anual é conhecido pelo roçado de terra firme e roçado de praia. O roçado de terra firme pode ser escolhido em locais de capoeira antiga ou mata bruta.

Nos últimos anos às comunidades indígenas vem trabalhando com a implantação de sistemas agroflorestais em áreas degradadas.

Joaquim Maná Kaxinawá

Na floresta existem vários tipos de matas

Na floresta, existem vários tipos de matas: terra firme, várzea, campina, mata cerrada, restinga, tabocal.

Nos lugares de terra firme, é o lugar onde existem mais madeiras de lei como o mogno, a cerejeira, o cedro vermelho, a tarumã, a maçaranduba, a pracuba, a intaúba, a quariquara, o amarelão, a sucupira, o bálsamo, a guariuba, etc. Na terra firme tem o maior número de seringueiras e onde é melhor para andar. As caças gostam muito de morar nesses lugares.

O cerrado é um lugar de tabocal e é muito mais fácil também para a gente andar.

A campina é um lugar muito fechado, tem muito igapó, com muita cobra e com muito jabuti. A caça é quem mais gosta desse tipo de mata. Nos lugares da mata cerrada, é onde as caças gostam de dormir.

Nos lugares de restinga, vive a maior parte das embiaras, como paca, tatu, cutia, cutiara, nambu, jacu, jacamim, mutum e outras. Também é fácil para encontrar madeira roliça para a construção de casa.

Em todos esses tipos de florestas, existem igarapés: em alguns lugares, grandes, em outros, pequenos.

Quem mora nos seringais ou nas Terras Indígenas, tira o sustento para a família por meio dos recursos naturais da floresta.

Tem caça para alimentação que vem da floresta. Os peixes vem dos rios, lagos, igarapés, que também estão no meio da floresta. A agricultura é feita nas áreas derrubadas da floresta. Os materiais para construção das casas são retirados da floresta. Por isso devemos conservar a floresta. Tanto o homem do campo, como o homem da cidade, porque todos nós precisamos dela.

Augusto dos Reis Albuquerque - (Ecologia da Floresta. CPI/AC,1996)



Desenho: Benki Pianko

Os animais da floresta

Os bichos da mata são nossos amigos e também a nossa sobrevivência, o que nos dá força para o trabalho. Tem bicho de todas as cores: amarelo, vermelho, azul, verde, etc. Tem bichos que avisam como o kujubim, que canta às 5 horas da manhã, batendo sua asa, chamando o sol para nascer.

Os bichos da mata, nós contamos assim: os bichos de pena, ou os que voam, os da terra ou os debaixo da mata, os bichos de debaixo da terra, os bichos d'água.

Entre os bichos da terra ou debaixo da mata estão a anta, veado, porquinho, cutia, cutiara, tatu, paca, paca de rabo, cobras, jabuti, sapo e os bichos de cima da mata estão o macaco prego, macaco preto, macaco soque, macaco suim, macaco de cheiro, mambira, capelão, quati, cairara, quatipuru, quatipuru roxo, irara e muitos outros. Esses bichos costumam plantar muitas frutas da floresta com a ajuda daqueles que vivem embaixo.

Quando a fruta está madura, os macacos começam a comer a carne da fruta e soltam os caroços de lá de cima. Quando os caroços caem, os animais que vivem embaixo como o nambu galinha, nambu azul, nambu preto, engolem os caroços das frutas, enchem o papo e saem caminhando para bem longe. Depois de 10 minutos de caminhada, começam a cagar os caroços das frutas. Isso acontece porque não tem resistência na moela para moer o caroço, que sai inteiro.

Os bichos que voam são: japinim, pavão, pato bravo, pica pau, gavião, saracura, mergulhão, mutum, kujubim, periquito, periquito cabeção, nambu, urubu, juriti, cigana, coró-coró, bacural, coruja, mãe da lua, caboré...

Já os bichos d'água são: bodó tronqueira, bodó preto, mandim, curimatã, piau, piaba, sardinha, cará, arraia, jacaré, puraqué, jundiá, surubim, peixe linha, braço de moça, traíra...

Hoje em dia, a gente vê o homem derrubando a mata para a criação de gado. A mata vai ficando sem bichos. Já tem muitos animais em extinção como: onça, gato do mato, paca de rabo, jabuti, mutum, queixada, preguiça, quandú. Já são muitos. A gente não imagina a vida sem a mata, a mata sem os bichos. Deve ser triste demais. Sem a mata não haverá nem os animais, nem o vento, nem o homem, nem nada.

Para nós a floresta é vida.

José Mateus Itsairu Kaxinawá
(adaptado de Geografia Indígena. CPI/AC,1992)



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Biodiversidade e sociodiversidade

Biodiversidade é o nome que se dá à riqueza das diversas vidas e seres. Na ideia de biodiversidade é muito rica a questão da vida. Fala-se de diversas vidas, de diversos seres que participam tanto plantas, como animais, e dos diversos povos, todos interligados uns com os outros.

Precisamos cuidar da floresta, das plantas, dos animais, dos rios, dos povos que vivem dentro. Tudo isso para a sobrevivência do planeta.

Além disso, existem também as diversas culturas, os diversos povos, com suas festas que estão ligadas aos espíritos da floresta, das caças, dos peixes e dos vários povos com suas tradições.

Isaac Pinhanta Ashaninka
Joaquim Maná Kaxinawá

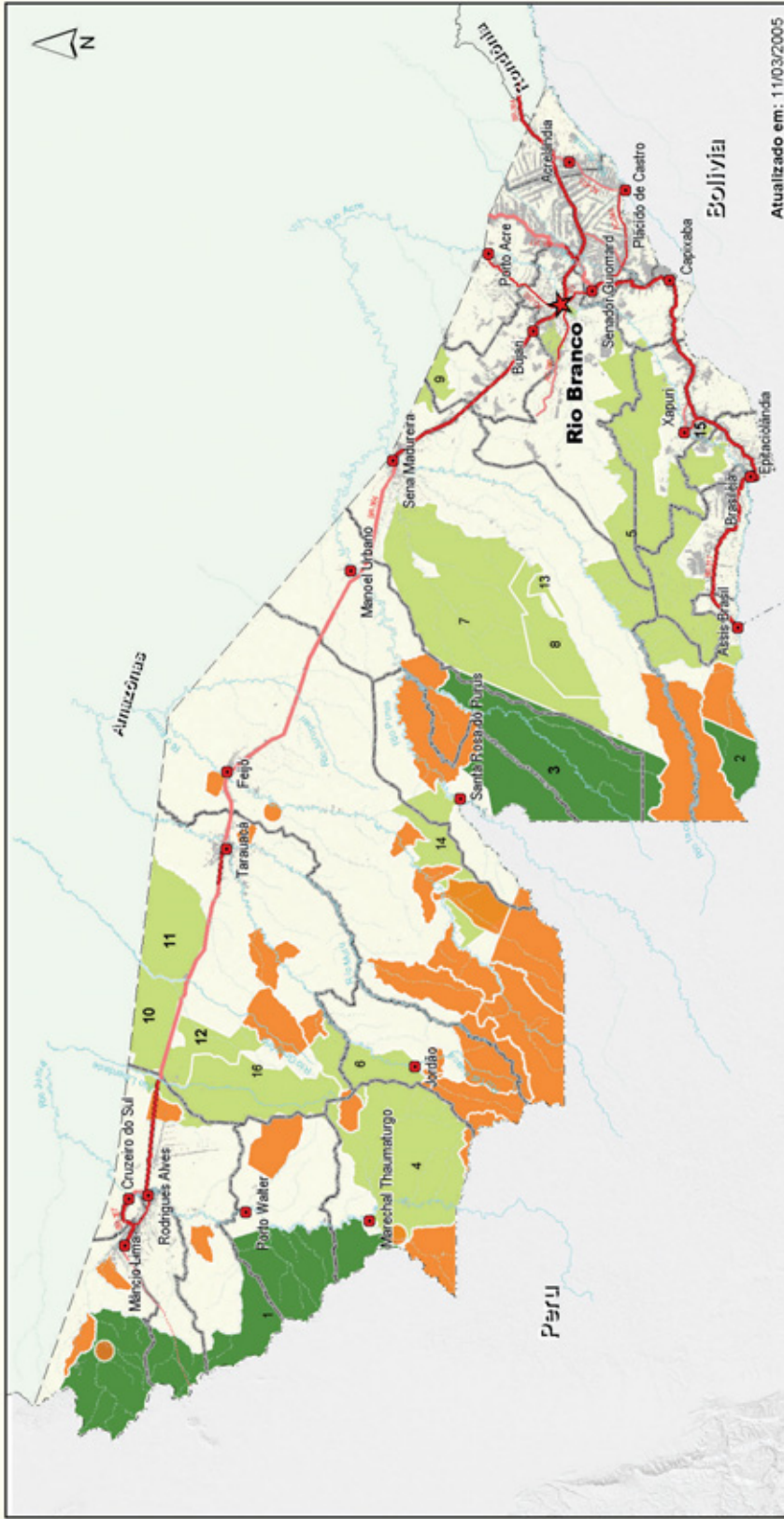


Desenho: Acelino Sales Kaxinawá



Estado do Acre

Áreas Naturais Protegidas



Atualizado em: 11/03/2005

Convenções

- Sedes Municipais**
 - Capital: * (Red star)
 - Municípios: (Red square)
- Limites**
 - Divisão Municipal: (Dashed line)
 - Limites Estaduais: (Dotted line)
 - Limites Internacionais: (Dash-dot line)
- Rodovias**
 - Pavimentada: (Solid red line)
 - Implantada: (Dashed red line)
 - Vicinas: (Dotted red line)

Escala: 1:350.000
0 20 40 80 120 Km

Áreas Naturais Protegidas

- Áreas de Proteção Integral: (Dark green square) 1.622.389 ha (9,88%)
- Áreas de Uso Sustentável: (Light green square) 3.654.858 ha (22,26%)
- Áreas Desmatadas: (Orange square) 1.817.108 ha (11,06%)
- Terras Indígenas: (Red square) 2.767.746 ha (13,10%)

Área do Estado do Acre - 16.422.136 ha

Unidades de Conservação

- Parque Nacional de Serra do Divisor
- Estação Biológica do Acre
- Parque Estadual Chico Mendes
- Reserva Extrativista do Alto Juruá
- Reserva Extrativista Chico Mendes
- Reserva Extrativista Alto Tarauacá
- Reserva Extrativista Cuzumbá
- Floresta Nacional Macaúli
- Floresta Estadual do Antimari
- Floresta Estadual do Mógno
- Floresta Estadual do Rio Gregório
- Floresta Estadual do Rio Liberdade
- Parque Estadual Chico Mendes
- Floresta Nacional do São Francisco
- Floresta Nacional Santa Rosa do Purus
- Área de Relevante Interesse Ecológico
- Nova Esperança
- Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade

Capítulo 2

O Acre indígena: da ocupação das terras acreanas ao Tempo dos Direitos



O processo de ocupação do atual estado do Acre teve início há muito tempo atrás, quando os antepassados dos povos indígenas aqui chegaram. O capítulo começa com uma história muito antiga contada por vários desses povos, entre eles os Katukina. Explicam suas origens e a chegada às terras amazônicas na longa caminhada que realizaram. Desse tempo antigo, “tempo das malocas”, passamos para o contato com os nordestinos, peruanos e outros. É a época do surgimento da economia da borracha e dos seringais, conhecido como “cativo dos índios”. Ao final, chegamos ao tempo dos direitos, anos da conquista da terra, da afirmação de identidades linguísticas e culturais dos povos indígenas, do surgimento do movimento indígena. São tempos importantes para compreensão do presente.

História da origem do povo Katukina

Os Katukina vieram de debaixo da terra. Logo que surgiram não havia mulheres, somente homens. Vieram caminhando e cantando o mariri. Não tinha canto, era só hi, hi, hi. Vieram cantando na beira do rio. Aí disseram:

- Onde nós vamos morar? Vamos procurar um lugar para morar. Vamos embora procurar uma ponte para atravessar do outro lado do rio.

Os Katukina não usavam roupas, só usavam a tanga. No caminho, encontraram duas mulheres. Essas mulheres só carregavam um paneiro. Só usavam tanga e chapéu de pena de arara, de taboca, pena de japó. Usavam um enfeite no nariz. Aí foi um mês procurando um lugar para atravessar o rio.



O jacaré que serviu de ponte. Desenho: Noberto Tene Sales Kaxinawá

Aí falaram:

- Vamos subir. Onde a gente achar uma ponte, a gente atravessa pro outro lado.

Todos falaram:

- Vamos embora, seguindo e cantando hi, hi, hi.

Vieram embora e encontraram o rio Juruá. No Juruá encontraram um jacaré muito grande. Ele afundava e subia. E era só mato nas costas dele. Aí eles disseram:

- Será que esse jacaré serve de ponte para atravessarmos para o outro lado?

Aí fizeram um tapiri para todo mundo. No outro dia de manhã, o jacaré falou:

- Como eu sou grande, vou dar passagem para vocês atravessarem para o outro lado. Mas se vocês querem passar para o outro lado, limpem as minhas costas.

Passaram três dias limpando as costas do jacaré. Ele mandou as cabas, aranha, tucandeira e formigas para picarem os pés do pessoal para pararem de limpar. Mas, mesmo assim, limparam.

Então, o jacaré falou:

- Vou avisar vocês para comerem somente carne de macaco. Não comam filhote de jacaré. Eu vou dar passagem, mas vou olhar os dentes de todos vocês para ver se não comeram jacaré. Agora eu vou avisar vocês que não tem nome, vocês prestem atenção que eu vou dizer os nomes, cada qual vai ter o seu nome: *Taramachê roapá*, *Taratecá roapa*, *Tarawani roapa*, *Tamesi roapa*. Já que eu dei o nome para vocês, eu vou passar vocês para o outro lado.

Assim, o pessoal começou a passar. O jacaré falou:

- Podem ir passando em cima das minhas costas. Se comerem meu filhote, eu vou largar vocês.

Até que apareceu um homem que tinha no dente carne de jacaré. Logo que o jacaré viu a carne de jacaré ficou triste e abaixou um pouco na água. Em seguida falou:

- Eu vou atravessar só os que estão nas minhas costas. Os outros eu não vou atravessar mais não.

Esse homem que tinha comido jacaré estava no meio daqueles que poderiam atravessar. O jacaré foi então até o meio do rio e virou. O pessoal que estava em cima do jacaré caiu no rio e as piranhas comeram todos. Aí ficou dividido: metade em cada lado do Juruá. Quem ficou do outro lado foram os Marubo. Estes que passaram do outro lado, começaram a perguntar o nome de todos. Cada um dizia seu nome. O jacaré tinha dito para eles que era para continuarem usando os nomes que tinha dado para cada um.

Os homens só usavam lança de pupunha para matar bichos, por isso eles não tinham nada. Não sabiam fabricar panelas, nem roupas. Os Katukina tinham mulher, mas não sabiam fazer filhos. Não sabiam fazer relação com mulher. Faziam relação no joelho e no sôvaco da mulher. Até que um dia apareceu um macaco macho, um cairara. Aí o macaco disse assim:

- Desse jeito, vocês nunca vão ter filhos.


Eles deram uma mulher para esse macaco para fazer relação sexual com essa mulher. O macaco falou:

- Vocês têm que ter relação com as mulheres de vocês. Assim vocês nunca vão acabar, vai aumentar a população de vocês.

O macaco reuniu o pessoal, falou para a mulher deitar no chão e teve relação com ela. Todo mundo ficou olhando para aprender. Dali pra frente os Katukina aprenderam a ter relações com as mulheres, para ter filhos. Até hoje.

Quando começaram a fazer filhos pensaram em fazer kupixawa, shobo, uma casa grande para morar, para criar os filhos. E ficaram morando ali.

Naquele tempo, não tinha caça, macaxeira, não existia nada. Só existia a floresta, mas dentro da floresta, não tinha nenhum tipo de bicho. Um dia, uma mulher chamou o seu marido para colher



pama no alto do pé. O marido estava lá em cima e a mulher ficou embaixo esperando ele quebrar o galho para jogar para ela. Lá em cima do pau ele imitou macaco preto. Assim que ele imitou, tinha um pau grande perto da pama, a mulher estava embaixo e viu esse pau mexendo e de lá saiu uma pessoa. Era do pessoal que mora embaixo da terra, *maeyuxinvo*. Essa pessoa saiu com uma zarabatana. Então, a mulher se escondeu. O marido dela, lá em cima, imitou de novo o macaco preto. O homem que saiu debaixo da terra, assoprou com a zarabatana e acertou no pescoço dele. Ele começou a vomitar e caiu no chão. A mulher estava escondida, vendo o que o outro estava fazendo com o marido dela. Quando ele caiu, o homem o colocou nas costas e entrou de novo no pau, para debaixo da terra. A mulher dele saiu correndo para avisar seus parentes como foi e quem matou o marido dela. Quando chegou na maloca ela contou pro pessoal. Ela falou que havia sido um homem que mora embaixo da terra. No outro dia, todos se reuniram e decidiram matar o homem debaixo da terra, queriam vingar o parente morto. Saíram todos e foram observar o pau de onde o homem tinha saído. Havia umas formigas pretas carregando o cabelo do homem para fora. A mulher do homem morto falou que tinha sido ali mesmo. O pessoal começou a cavar buraco para debaixo da terra. Todos homens e mulheres se reuniram, limpavam em volta do pau para cavar. Só tinha um homem velho que colocou nome nos bichos todinhos. Achou um bicho e colocou o nome de paca. Cavaram mais e saiu um tatu, saiu tatu, saiu tatu canastra. Esses bichos que foram para debaixo da terra. A paca não conseguiu ir. O tatu canastra fez um buraco bem grande embaixo da terra. Faltava só um pouco para chegar no *maeyuxinvo*, que é o povo que mora embaixo da terra. Aí os *Katukina* reuniram todos. O tatu fez um buraco bem pequeno para atravessar para a aldeia deles. Mandaram um calango para ver se o homem estava em casa. O calango foi lá e encontrou somente uma velha. O calango avisou ao tatu canastra que só tinha uma velha lá. Aí mandaram o jabuti. Jabuti foi para debaixo da terra e só viu a velha. Aí mandaram o veado ir olhar. O veado foi e só viu a velha. Aí mandaram a tartaruga e o homem ainda não estava lá, só a velha.

Nesse tempo, a onça não estava pintada. O pessoal reuniu e resolveu pintar a onça e o gato do mato. Pintaram ela com jenipapo, e ela ficou toda malhada. Aí a cotia que tinha pintado uma outra onça, ficou com preguiça de pintar com jenipapo e colocou só urucum, por isso que existe onça vermelha. Aí mandaram a onça para debaixo da terra, ela viu e matou a velha. A onça subiu e avisou que tinha matado a velha, que o homem não tinha chegado. Aí o homem da tribo dos *maeyuinvo* não era homem, era um gavião do tamanho de um avião. Aí pensaram: a gente tem que tomar cuidado que esse homem vai querer matar a gente. *Koka pinho txari*, avisou que esse homem era gavião grande. *Koka pinho txari* fez as pessoas virarem veado, paca, anta, macaco preto, cotia... Ele que deu nome aos bichos. Por isso, quando a criança está doente não pode comer carne de caça.

Aí o gavião grande chegou. Logo que chegou viu a mãe dele morta no terreiro e falou:

- Foi o pessoal de cima que matou a minha mãe, eu vou lá matar tudinho.

O pessoal escutou a zoada do gavião. Koka pinho txari avisou:

- Corre logo senão o gavião vai pegar vocês todos.

O gavião espantou todos os bichos. Aí os homens viraram veado, outro virou queixada, paca... Só tinha bicho de quatro patas, não tinha ave de pena. Aí koka pinho txari arrancou os cabelos da perna e assoprou. Virou jacamim, jacu, nambu, tucano, arara...

Narrado por Baía Paixão Mãe e João Assis Melo
Noke Shoviti - Mitos Katukina. CPI/AC


Os povos indígenas e suas tradições



Desenho: Moisés Pianko

Cada povo tem sua própria organização, com seu governo, que é representado pelo seu chefe. O chefe organiza os trabalhos na agricultura, as pescarias, as caçadas, as festas, os passeios, as correrias, com outros povos. Também aconselham seu povo para viver unido.

Cada povo tem a sua economia tradicional. O trabalho dos homens é caçar, pescar, tirar lenha, derrubar, plantar e limpar roçado. As mulheres fazem potes e camburões de barro; fiam o algodão para amarrar flecha, tecem o algodão para fazer redes, tangas e pulseiras, preparam as tintas para enfeitar as pessoas e para pintar os tecidos, arrancam os legumes do roçado. De manhã, vão buscar água no igarapé para fazer a comida do quebra jejum. Quando os homens vão caçar um pouco longe, suas mulheres ficam cuidando da casa, das crianças e do terreiro. A mulher do chefe coordena os trabalhos das outras mulheres: preparar caiçuma, cozinhar banana, macaxeira e torrar milho.



Cada povo tem diferentes festas de sua tradição. Os homens fazem festas para ter muita produção no tempo dos roçados, da banana madura, do milho verde, das caçadas e das pescarias. Vários tipos de festas: *katxa*, *txiri*, *xingané*, *hegina*, *haika*, *xipuare*. Há os pajés para preparar o cipó e fazer remédios da mata para curar as doenças.

Antes da chegada do cariú, os povos indígenas trabalhavam com sua economia tradicional. Muitas dessas atividades continuam sendo feitas até hoje nas aldeias do Acre e do sul do Amazonas.

Geraldo Aiwa Apurinã
(Índios no Acre, História e Organização. CPI/AC,1996)

A chegada de caucheiros, seringueiros e pecuaristas

No final do século XIX, os primeiros contatos das populações indígenas com caucheiros peruanos e exploradores de seringais vindos do Nordeste foram marcados pelas “correrias”. Elas causaram massacres armados, doenças, conflitos entre os povos e, principalmente, a ocupação dos territórios tradicionais das populações indígenas.

Com a chegada dos primeiros seringalistas, a exploração da seringa foi o principal meio de sobrevivência dos índios que ali moravam. Isso permaneceu até a queda do preço da borracha. É quando veio a exploração da caça e da pesca.

A partir de 1910, a economia da borracha entra em crise, e os seringais precisam diversificar a produção. As populações indígenas tiveram que trabalhar no seringal. Pagavam renda e realizavam uma série de atividades: “bater” campos e pastagens, cultivar e limpar o roçado do patrão, fazer farinha, movimentar engenhos de cana para a produção de rapadura, açúcar mascavo e “melado”, construir casas, currais e cercas, caçar e pescar para o abastecimento do barracão.

Na década de 70, com a chegada de grandes fazendeiros pecuaristas em terras acreanas, começa a força da pecuária no estado. O governo incentivava os pecuaristas, através de projetos econômicos financiados pelos bancos do Estado do Acre, do Amazonas e do Brasil, para transformar o Acre em grandes fazendas. O gado vinha da Bolívia e de outras partes do Brasil. Traziam o gado nas grandes embarcações e pelas estradas, em grandes boiadas. Os boiadeiros caminhavam vários dias pelas estradas trazendo a boiada.

Com a chegada dos fazendeiros, aconteceram as invasões dos territórios dos seringueiros e índios. Conseqüência disso foram os conflitos entre seringueiros e fazendeiros, índios e fazendeiros. Houve várias mortes de líderes dos sindicatos, como a morte de Chico Mendes pelo fazendeiro Darli no município de Xapuri.



Desenho: Francisco Dasu Kaxinawá (Atlas Geográfico Indígena do Acre. CPI/AC,1996

Os “paulistas” chegaram, tinham o poder do dinheiro e não respeitavam os povos da floresta e esta gente foi sendo expulsa de suas próprias terras. Os latifundiários foram ocupando uma série de lugares, como as beiras dos rios e as beiras das estradas.

Grande parte dos seringueiros, castanheiros, pequenos agricultores e ribeirinhos foram obrigados a saírem de suas terras para viver nas periferias da cidade de Rio Branco, morrendo de fome e sem condições de sobreviver, sem esperança de encontrar uma vida melhor. Outra grande parte de seringueiros, índios, castanheiros, ribeirinhos e o pequeno produtor rural, que eram os donos das terras, passaram a ser mão de obra barata nas fazendas.

Os índios foram os que mais resistiram e continuaram resistindo na permanência dentro dos seus territórios tradicionais. Por mais que tenha ocorrido conflito e morte, “os paulistas” não conseguiram expulsar os índios de suas terras.

Hoje são realizados levantamentos pela própria comunidade, mantidos todos os cuidados com a terra demarcada, para que não repita o que aconteceu no passado.

Benjamim Chere Katukina e Valdir Ferreira Tuí Kaxinawá
(Atlas Geográfico indígena do Acre. CPI/AC-1996)

No final dos anos 90, quase metade das terras da Amazônia estava nas mãos de 1% de grandes proprietários de terras.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Impactos socioambientais do processo de ocupação

Quando o seringalista e os seringueiros chegaram tiveram início os impactos sobre nossos povos e a floresta. Eles retiravam madeira e faziam picada para procurar algumas coisas. Na hora que eles chegaram, começaram a mexer com a floresta e com as famílias indígenas, fazendo o povo se espalhar por vários lugares.

Os antigos contam que eles começaram primeiro a matar os homens e ficavam com as mulheres. Também jogaram um povo contra outro. Um povo que já tinha feito contato com aqueles brancos, era jogado contra o outro que ainda vivia no mato, sem contato. Foi muito forte isso.

O patrão queria sujeitá-los a viver em qualquer canto. Nosso povo foi se espalhando para cortar seringa e deixou de fazer algumas coisas. Sobre artesanato, nem as mulheres e nem os homens faziam mais, porque a partir daí o artesanato começa a ser substituído pela panela, o prato, a munição, e as mulheres deixam de fazer a sua cerâmica e os homens deixam de fazer flecha de caçada. Isso afetou muito. As moradias foram se modificando, porque cada família tinha a sua colocaçãozinha no centro. Cada um ficou morando em uma colocação e dividiu a família. Já não se fazia mais a nossa dança, a nossa festa. Tudo na tradição ficou mais difícil com a chegada do seringalista.



Desenho: Francisco das Chagas Siã Kaxinawá

A habitação do nosso povo mudou, porque os parentes não podiam estar reunidos. Só podiam estar reunidos os filhos. Não ficava mais o sogro, a sogra, o genro, trabalhando essa questão da educação, ensinando como fazer as coisas. Nossos pais não se preocupavam mais com isso, porque logo de manhã, tinham que trabalhar para o patrão. Naquela época, não tinha mais como educar de madrugada, porque o nosso costume de ouvir conselhos de madrugada, de ouvir histórias, não ocorria quase. Quando acontecia, os velhos faziam comparações com o passado para prevenir o tempo presente.

Muitos desses velhos foram afetados também pela bebida alcoólica. Quando o índio seringueiro chegava do centro, trazia aquele monte de borracha, 30, 40 quilos. E quando voltava pra casa levava cachaça. E dali começava a descontar da borracha dele, para vender bebida.

Se o seringueiro tinha uma borrachinha para tirar, o patrão tirava a tara. Se fossem 10 kilos, ele descontava 4 kilos e ficava somente 6 kilos. Além de tirar a tara, o preço da mercadoria era muito alto. O patrão seringalista dava o que ele quisesse, porque naquela época a gente não sabia fazer as operações matemáticas para somar o preço da borracha ou diminuir o preço da mercadoria. A gente não sabia fazer isso. Para nós, não tinha troca, não tinha custo. Para nós era mais amizade. Se tinha uma coisa bonita, e o meu parente dizia: posso levar?. A gente dizia: 'leva'. Era a amizade que existia, não tinha preço. Mas, com a chegada do patrão tudo mudou.

Os brancos começaram a chamar as nossas línguas de gírias. Eles diziam: o que está dizendo, caboco? Porque tu não fala direito? Isso aí não é coisa que se fale não. Isso aí é mesmo que está falando como bicho. Você têm que falar como gente. Vocês não são mais selvagens, não. Antes eram selvagens, mas agora, não são.

As nossas crenças para eles eram coisas do diabo. Eles diziam que éramos cabocos, que rezávamos para o diabo. Quando o pajé estava rezando, o patrão ficava mangando dele. Então, isso fez mudar a qualidade dos nossos rituais, da nossa cura.

A gente perdeu muita das nossas plantações, como alguns tipos de macaxeira que nós plantávamos para comer cozida. Elas eram tradicionais e não tinham nenhuma química. O patrão não queria que ninguém fizesse roçado lá. Então isso já foi mudando a nossa alimentação.

Fora a seringa outro recurso, muito explorado, eram as caças. Os velhos falam que dificilmente uma caça era consumida aqui. Levavam para o rio Juruá, rio Purus, principalmente o tracajá. O jabuti era um recurso muito explorado na época. Tinha caça que era explorada para consumo interno, mas tinha caça que era para a exploração da pele. Naquela época, a pele era muito usada. A pele de onça, por exemplo, ninguém comia a carne, só explorava a pele. A onça, o gato do mato, o jacaré, todos esses animais serviam para comercializar a pele, a carne era solta no meio da floresta. Então, nessa época, muitos animais ficaram quase extintos. E depois veio o trabalho com a madeira e os fazendeiros fazendo as queimadas.

Existem duas situações de exploração: primeiro, a chegada do seringalista, que foi mais para implantar o cativoiro, no caso dos índios e do seringueiro. E, depois a chegada do fazendeiro, do paulista, que expandiu muito mais os impactos, com a compra de terras no Acre. O fazendeiro tinha uma outra visão, era mais difícil, porque ele queria derrubar e desmatar para fazer criação de gado. Índio para ele era “ou sai ou morre”.

O seringalista não queria derrubar a mata, porque achava que os seringueiros iriam fazer seus roçados. Existia um fiscal que de vez em quando andava toda a estrada de seringa multando quem derrubasse a madeira. Quem repetia de novo, era expulso da colocação. Então, isso mostra que não era um interesse para conservar a floresta, era um interesse para conservar e explorar a seringa. É tanto que quando começou a se dar valor a madeira, os próprios seringueiros, nas estradas de seringa que tinham pouca produção do leite, se existia uma árvore de mogno, eles cortavam. A seringa tinha perdido o valor e o valor naquele momento era a do mogno. Se eles quisessem conservar, não caçariam, apenas para tirar a pele dos catitus, das queixadas, aproveitariam tudo.

Professores indígenas presentes ao Curso de Formação Continuada CPI/AC-2005

Segundo o Banco Mundial, a principal causa do desmatamento na Amazônia é a expansão da pecuária. Essa atividade ocupa 75% das áreas desmatadas, sendo os médios e grandes fazendeiros, os maiores responsáveis pela ocupação. Em média, é necessário desmatar 1,4 hectares de floresta para manter uma cabeça de gado.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A conquista de um Tempo dos Direitos

Nos últimos 27 anos, as populações indígenas estiveram à frente de processos políticos e sociais que levaram ao fim do “tempo do cativoiro” e a conquista do “tempo dos direitos”. Esse novo tempo teve início com a instalação da FUNAI no Acre, em 1976, e o surgimento de organizações não governamentais como CPI/AC, CIMI e COMIN. O período foi marcado por conflitos entre posseiros e fazendeiros. Além desses conflitos, existiam outros mais frequentes envolvendo índios e brancos. Isso representou o início do processo de regularização das terras indígenas no Acre, devido, em grande parte, à pressão dos índios e da opinião pública nacional e internacional.

Até a chegada da FUNAI, não houve qualquer atuação concreta do governo federal ou estadual

voltada a atender os direitos das populações indígenas acreanas. Os órgãos governamentais e grande parte da sociedade acreana, até aquele momento, não queriam reconhecer a existência de indígenas no Acre. Muito disso se devia ao fato de considerarem essas populações não como indígenas, mas caboclas.



Lideranças Kaxinawá reunidas na cooperariva. Foto: Nieta Monte

O processo de reconhecimento e regularização das terras indígenas acreanas, dura até hoje. Tudo isso é assessorado pelos movimentos indígenas e por organizações não-governamentais e governamentais.

Esse novo tempo não só tem sido marcado pelo avanço nos processos de reconhecimento e regularização das terras indígenas e conquista da autonomia da comercialização, mas também pela capacitação dos professores bilíngües, agentes de saúde, agentes agroflorestais, constituição e legitimação de diferentes organizações do movimento indígena.

(Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002)


Os povos indígenas, suas terras e línguas

O tempo presente dos índios do Acre é formado pelas várias situações conquistadas pelas comunidades ao longo dos últimos 27 anos.

Os povos indígenas do Acre, com muita luta e dificuldade, estão tentando mostrar quem são. Fazem mais de 500 anos da invasão das terras que nossos parentes habitavam na costa da terra, que hoje é Brasil. No Acre, desde 1978, os índios estão conseguindo recuperar seu patrimônio territorial como primeiros habitantes dessa floresta.

Aos povos indígenas, são conferidos direitos individuais como cidadão brasileiro e direitos coletivos. Entre os direitos coletivos, o mais importantes é o direito à terra. O Brasil é obrigado a reconhecer esse direito e demarcar as terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Com 27 anos de luta pelos seus direitos, os índios do Acre já conquistaram 34 terras indígenas; 23 estão regularizadas/registradas, 01 homologada, 01 em demarcação/declarada, 01 reservada, 05 em identificação e 03 estão interditadas (precisando ainda ser identificadas). Estas 34 terras estão distribuídas em 11 municípios do Acre e ocupam 2.415.644 hectares.

Vivem hoje no Acre, mais ou menos 12.167 índios, pertencentes a 14 povos indígenas, cada um com sua língua própria. Essas línguas estão classificadas em três famílias lingüísticas: Aruak, Arawá e Pano. As línguas da família Pano são aquelas faladas pelos Kaxinawá, Jaminawá, Yawanawá, Shanenawa, Shawãdawa, Poyanawa, Nukini, Katukina e Kaxarari. As que pertencem à família Aruak já são as faladas pelos Manchineri, Asheninka e Apurinã. E as línguas da família Arawá são faladas pelos Kulina e Jamamadi.

No Acre temos também os índios isolados ou como são mais conhecidos “índios brabos”. Foram localizados rastros e malocas destes índios nas T.Is: Alto Tarauacá, Alto Envira, Mamoadate e Kampa e Isolados do rio Envira.

Foi durante os cursos de formação de professores indígenas, que tivemos a visão de começar a fundar o movimento indígena, as associações e as nossas próprias organizações locais, de acordo com a realidade de cada povo. Essa nova forma de organização vem procurando abrir novas alternativas econômicas para o desenvolvimento das comunidades que sempre foram dominadas pelos padrões dos seringais.

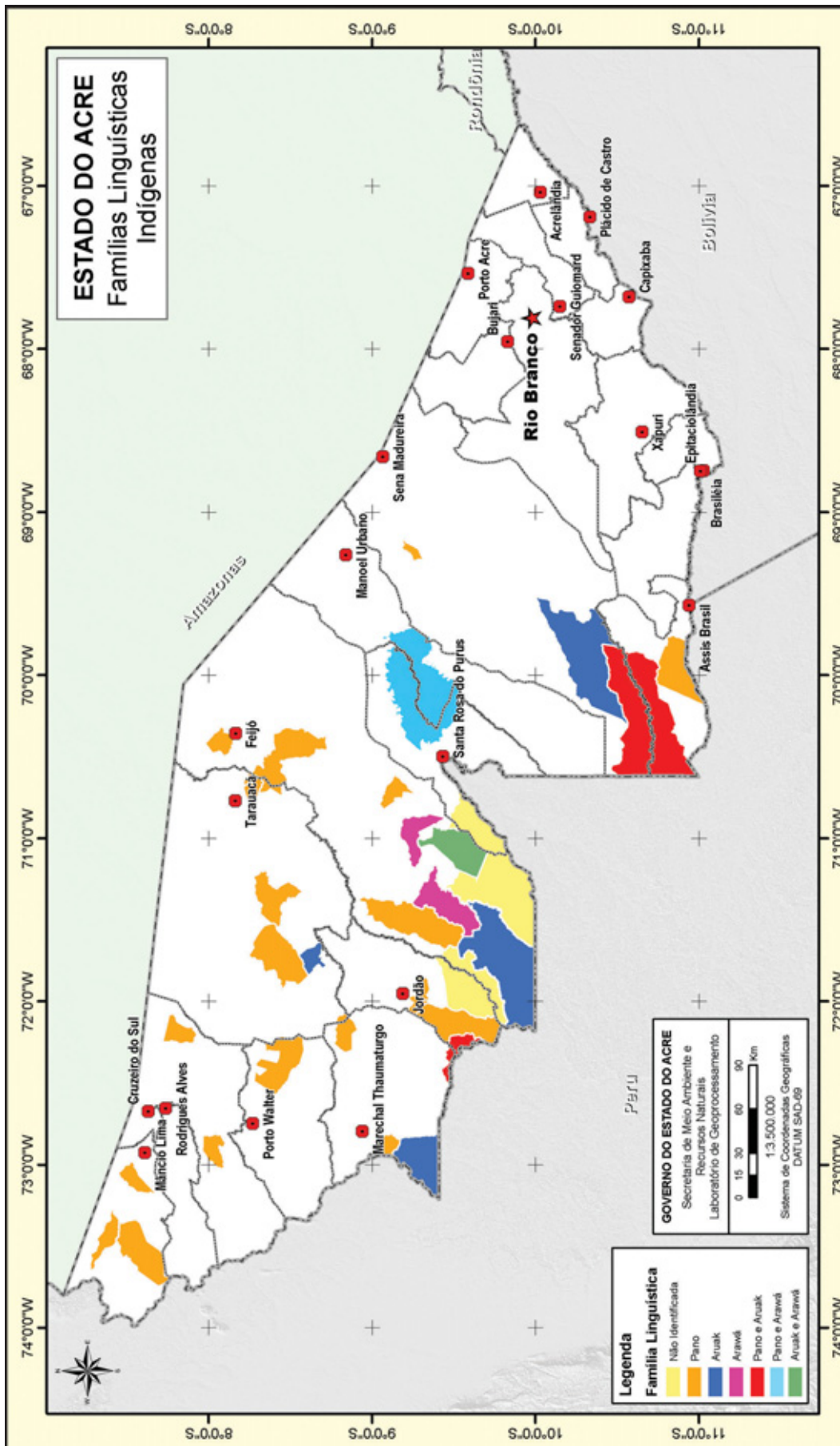
Essas organizações têm mostrado para os povos indígenas do Acre, do Brasil e do mundo inteiro como podemos nos livrar da violência e da discriminação, e das doenças, que sempre trouxeram o sofrimento de nosso povo.

Através de nossas próprias organizações, continuaremos conquistando nossos desejos, principalmente o de sermos povos indígenas sem discriminação.

Joaquim Maná Kaxinawá

No Brasil, são faladas 180 línguas indígenas diferentes, sendo que, atualmente, a população indígena representa cerca de 0,2% da população brasileira; estão divididos em cerca de 220 povos, dos quais a maioria (147) têm uma população menor do que 1000 indivíduos. Desde os anos de 1970 a população indígena como um todo está crescendo. Hoje, no Brasil, as terras indígenas já demarcadas ou em processo somam 12,4% do território nacional, mais de 20% da Amazônia brasileira.

Adaptado do Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005



Os Nawa Kuĩ

Os índios isolados, nós chamamos na nossa língua de *Nawa Kuĩ*. Eu mesmo já cheguei a vê-los pessoalmente, na minha Terra Indígena Igarapé do Rio Humaitá. Era o ano de 2003. Estávamos num grupo de seis pessoas, subindo o rio Humaitá, com quatro dias de varejão, para coletar ovos num trabalho de repovoamento de tracajá. Foi quando tivemos a oportunidade de encontrar com os *Nawa Kuĩ*.

Primeiro, quando chegamos numa praia, vimos muitos rastros pequenos, grandes, de homens e mulheres. E, a gente ficou prestando atenção e vendo o sinal dos pássaros; porque temos um contato muito forte com a natureza. Temos algumas experiências através dos pássaros e de outros sinais que a natureza nos dá. E depois a gente viu outro sinal, que era uma bucha de tacana brava da beira do rio, que eles tinham usado no acabamento de flecha. Varando mais, em seguida, os ouvimos soprando. Ficamos um pouco assustados, mas continuamos ouvindo, escondidos, para eles não verem a gente.

Foi quando apareceu um índio bem baixinho, moreno, de cabelo comprido, com a parte da frente da cabeça totalmente careca. Ele estava todo nu, tinha uma faquinha na sua cintura e seu cinto era de envira, pintado de urucum, arrodando o seu corpo. Ele ia levando um feixe de macaxeira, tripa de jacaré e um facho de fogo. Quando esse índio desceu o rio (porque no verão, o rio Humaitá fica bem raso), a gente ficou vendo ele andar. Ele não teve nenhuma desconfiança, porque é uma área bem isolada, de refúgio, onde somente eles mesmos andam, as caças e nós, eventualmente, quando vamos lá fazer esse trabalho de coleta de ovos ou uma pescaria, uma caçada. Então, por conta disso, ele não teve nenhuma preocupação de saber que a gente estava lá. E a gente foi acompanhando devagarzinho, mas acho que ele sentiu a energia do nosso espírito, também ouviu o barulho da água. Ele tomou aquele susto, olhou para trás e viu a gente. Ficou totalmente assustado, jogou todas as suas coisas, levou somente o facho e a gente falou em duas línguas, em português e em *hãtxa kuĩ*. Falamos que éramos índios e que ele aguardasse, mas ele correu.

Ficamos escondidos até eles descerem. No acampamento deles, encontramos uma espécie de macaxeira que a gente não conhecia e uma queixada que eles tinham matado de flecha. Um outro veio subindo até onde a queixada estava deitada, e a gente estava bem próximo. Quando ele avistou a gente, correu. Nós também corremos, porque a tendência é a gente não manter contato com eles e sim eles estarem sempre defendendo. Esses *Nawa Kuĩ* ficam na fronteira da cabeceira do rio Humaitá com o Rio Xinane, e é tudo que sabemos deles. Para que eles estejam sempre com a sua cultura, é muito melhor que eles estejam sempre tendo a sua liberdade de estarem produzindo e usando o seu recurso natural no meio da floresta.

Depoimento de Nilson Sabóia Kaxinawá

TERRAS E POPULAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Município	Terra Indígena	Povo	Pop.	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	Jaminawa	238	78.513	Registrada
Sena Madureira e Assis Brasil	Mamoadate	Manchineri Jaminawa	937 168	313.647	Registrada
Sena Madureira	Manchineri do Seringal Guanabara	Manchineri	166		Em identificação
	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	126		A identificar
	Jaminawa do Guajará	Jaminawa	70		A identificar
Santa Rosa e Manoel Urbano	Alto Purus	Kaxinawá Kulina (Madijá)	1.409 873	263.130	Registrada
Feijó e Santa Rosa	Riozinho do Alto Envira	Isolados Ashaninka	? 15	260.970	Identificada
Feijó	Jaminauá/Envira	Kulina Ashaninka	60 51	80.618	Registrada
	Kampa e Isolados do Rio Envira	Ashaninka Isolados	283 ?	232.795	Registrada
	Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	287	127.383	Registrada
	Kaxinawá Nova Olinda	Kaxinawá	247	27.533	Registrada
	Kulina do Rio Envira	Kulina (Madijá)	257	84.364	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Curralinho	Kaxinawá	89		Em identificação
	Kulina do Igarapé do Pau	Kulina (Madijá)	127	45.590	Registrada
	Katukina/Kaxinawá	Shanenawa Kaxinawá	332 376	23.474	Registrada
Tarauacá	Kaxinawá Igarapé do Caucho	Kaxinawá	632	12.318	Registrada
	Kampa do Igarapé Primavera	Ashaninka	21	21.987	Registrada
	Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	70	105	Registrada
	Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	485	60.698	Registrada
	Rio Gregório (*)	Yawanawá Katukina	530 76	187.400	Registrada/ Reidentificação
Jordão e Feijó	Alto Tarauacá	Isolados	? ?	142.619	Homologada
Jordão	Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	1.230	87.293	Registrada
	Kaxinawá do Baixo Rio Jordão	Kaxinawá	319	8.726	Registrada
	Kaxinawá do Seringal Independência	Kaxinawá	166	11.463	Dominial/ Reservada
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	Jaminawa-Arara	196	28.926	Registrada
	Kampa do Rio Amônea	Ashaninka	450	87.205	Registrada
	Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu	Kaxinawá Ashaninka	428 64	31.277	Registrada
	Arara do Rio Amônia	Arara	278		Em identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	Arara (Shãwãdawa)	327	87.571	Homologada
Máncio Lima	Nukini	Nukini	553	27.264	Registrada
	Poyanawa	Poyanawa	456	24.499	Registrada
	Nawa	Nawa	306		Em identificação
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	Katukina	404	32.624	Registrada
	Jaminawa do Igarapé Preto	Jaminawa Jaminawa-Arara	171 39	25.652	Registrada
Totais = 11	34	14	13.312	2.415.644	

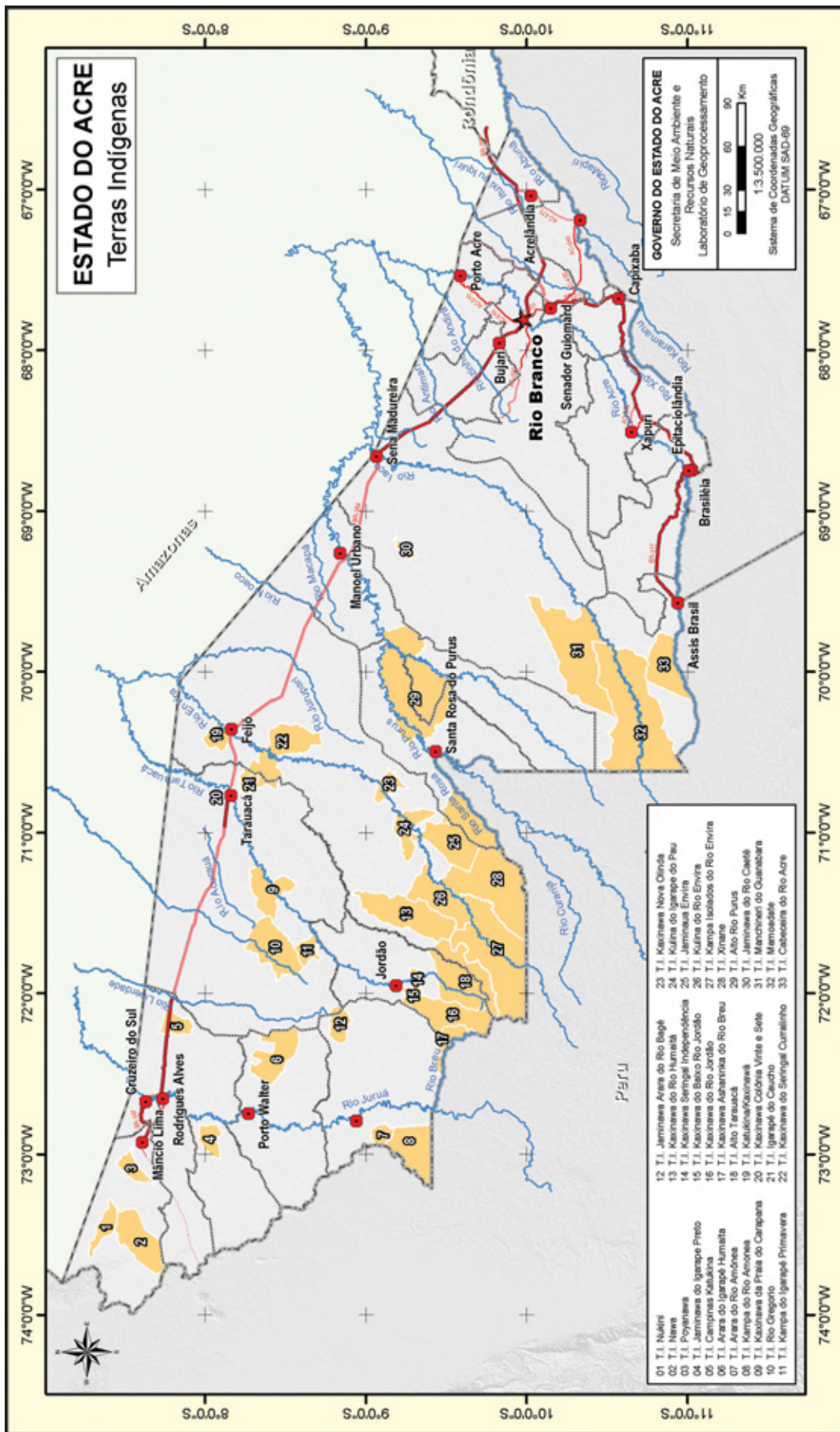
* A TI Rio Gregório tem a extensão ampliada, já reconhecida por despacho do Presidente da Funai, ainda que se encontre em tramitação administrativa (como se a terra estivesse sendo identificada novamente).

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE EM CIDADES

SEDE DO MUNICÍPIO	ETNIAS	POPULAÇÃO
Rio Branco- AC	Jaminawá Manchineri Kaxinawá Kaxarari Apurinã Shanenawá	2500 30
Cruzeiro do Sul- AC	Shawãdawa/ Jaminawá/ Nukini Poyanawá/ Nawá/Marubo Katukina	500
Tarauacá-AC	Kaxinawá / Yawanawá	100
Feijó- AC	Kaxinawá Shanenawá Ashaninka	100 38
Jordão- AC	Kaxinawá	50
Marechal Thaumaturgo- AC	Shawãdawa/ Jaminawa- Arara	100
Mâncio Lima- AC	Nukini/Poyanawa/ Nawá	50
Santa Rosa do Purus- AC	Kaxinawa	50
Manoel Urbano- AC	Kaxinawá/Kulina	50
Sena Madureira- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Assis Brasil- AC	Jaminawá/ Manchineri	30
Brasiléia- AC	Jaminawá	40
Acrelândia- AC	Kaxinawá	50
Boca do Acre- AM	Apurinã/ Jamamadi	200
Pauini- AM	Apurinã	200
Vila Extrema- RO	Kaxarari	30
Porto Acre- AC	Apurinã	30
Porto Valter- AC	Arara	20
TOTAL		4.198

Fonte: FUNAI / Administração Executiva Regional de Rio Branco - AC,2005



A Terra Indígena Jaminawá do Guajará ainda não tem seus limites indicados em mapa e encontra-se em processo de identificação.

As associações indígenas

Dentro do processo das lutas pelos direitos e reorganização das terras indígenas, têm surgido as associações, que estão discutindo propostas e alternativas para as famílias continuarem sobrevivendo dentro das suas comunidades de forma autônoma. E para isso, o trabalho do professor junto à comunidade é importante para evitar os problemas que os mais velhos enfrentaram no passado. É importante garantir a melhoria das condições de vida dos povos indígenas. E quando se fala em condições de vida, não é falando de materiais industrializados que estão vindo de fora, mas a cultura que o povo sempre usou, sempre manteve, e quer continuar mantendo. Atualmente, os povos indígenas vêm trabalhando na elaboração e implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais e com o monitoramento ambiental da fauna e flora.

Associações indígenas no Estado do Acre

As Associações e Organizações somam um total de 36, todas em processo de estruturação após serem registradas em cartório no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas. Através delas, as comunidades elaboram seus projetos para a implementação de suas diferentes iniciativas comunitárias. Essas Associações não só representam politicamente suas comunidades, mas também negociam diretamente com órgãos governamentais e entidades não governamentais, a obtenção de recursos e conhecimentos necessários para execução de projetos econômicos e outros, nas áreas de saúde e educação.



Desenho: Josimar Tuí Kaxinawá

ASSOCIAÇÕES INDÍGENAS NO ESTADO DO ACRE

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação
Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão	ASKARJ	1988
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova	ACOSMO	1988
Associação Agro-Extrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga	AAPBI	1988
Associação Ashaninka do Rio Amônia	APIWTXA	1992
Organização de Agricultores e Extrativistas Yawanawá do Rio Gregório	OAEYRG	1993
Associação dos Kaxinawá do Rio Breu	AKARIB	1995
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá	APAIH	1998
Associação dos Seringueiros e Agricultores da Terra Indígena Arara	ASIATA	1998
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá	ASPIH	1999
Associação dos Produtores Kaxinawá da Aldeia Paroá	APROKAP	1999
Associação do Povo Indígena Nukini da República	AIN	1999
Associação Katukina do Campinas	AKAC	1999
Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã	ASKPA	2000
Associação Agro-Extrativista Kaxinawá Terra Indígena Humaitá	AAKATIH	2000
Organização dos Agricultores Kaxinawá da Terra Indígena Colônia 27	OAKATIC 27	2000
Associação dos Produtores e Agro-Extrativista Huni Kúii do Caucho	APAHC-	2000
Associação Katukina do Sete Estrelas- Rio Gregório	ASKERG	2000
Organização das comunidades agroextrativistas Jaminawa	OCAEJ	2001
Associação do Povo Jaminawa Arara (Chave do Futuro)		2002
Cooperativa Agroextrativista Yawanawa	COOPYAWA	2002
Associação Agroextrativista Kaxinawa Novo Lugar		2003
Associação Extrativista Manchineri da Aldeia Jatobá Rio Yaco	AAEMRY	2001
Manxineryne Ptohi Kajpa Hajene (Organização do Povo Manchineri do Rio Iaco)	MAPKAHA	2004
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto	AJJAIP	2004
Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá	ACIRH	2004
Associação do povo Huni Kui do Alto Purus	APHAP	2004

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V. -2005

ORGANIZAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL

Nome da Organização	Sigla	Ano de Fundação	Sede
União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (desativada)	UNI	1986	Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira	OPIRE	1988	Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá	OPIRJ	1999	Cruzeiro do Sul
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá	OPITAR	2000	Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas (Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia)	OPIN	2005	Rio Branco

Fonte:IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri V., 2006

ORGANIZAÇÕES DE CATEGORIA

Nome	Sigla	Ano de Fundação	Sede	Abrangência
Movimento dos Estudantes Indígenas do Acre e Sul do Amazonas	MEIACSAM	1996	Rio Branco	Acre e Sul do Amazonas
Associação das Produtoras de Artesanatos das Mulheres Indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão	APAMINKTAJ	1999	Tarauacá	Tarauacá e Jordão
Organização dos Professores Indígenas do Acre	OPIAC	2000	Rio Branco	Acre
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre	AMAAIAC	2002		
Grupo de Mulheres Indígenas	GMI	2005		Acre e Sul do Amazonas

Fonte: IGLESIAS, Marcelo P. & AQUINO, Terri, V. - 2005

As várias etapas do movimento indígena



Lideranças indígenas Sueiro Sales, Sales Yawanawá, Marcos Terena e antropólogo Terri Aquino.

O movimento indígena passou por várias etapas. A primeira foi a conquista da terra. As lideranças antigas enfrentaram esse problema. O outro momento foi o de conseguir um espaço para discutir e debater a questão relacionada aos povos indígenas. E agora estamos em outro momento que é trabalhar a qualidade, de podermos a partir do espaço que possuímos levar um resultado para a comunidade. Hoje temos nossas organizações fortalecidas para poder fazer uma melhor articulação com as comunidades indígenas.

Luis Nukini

Capítulo 3

Questões socioambientais no debate indígena atual



Foto: Malu Ochoa

Os textos apresentados neste capítulo estão organizados em dois momentos. Primeiro discute as consequências do processo de ocupação do território acreano e o uso dos recursos naturais ao longo do tempo. Mostra também os problemas socioambientais hoje vividos pelas populações indígenas em suas terras e entorno, ameaçadas pela exploração madeireira e agropecuária. O segundo momento os textos mostram as iniciativas e as novas tecnologias usadas referente à gestão ambiental desses territórios, bem como estratégias de articulação política que têm tornado públicos os impactos sofridos.

Problemas ambientais relacionados à ocupação e uso da terra

Os fazendeiros e madeireiros são os principais responsáveis pelos danos causados ao meio ambiente. Alguns têm derrubado de 100 ou mais hectares de floresta. Estão acabando com as madeiras de lei, aterrando os lagos, os igarapés e os rios, bem como afastando e matando os animais. Além disso, as pessoas jogam nos rios lixo e animais mortos. Nos municípios, os esgotos são despejados também dentro dos rios.

No caso dos agricultores, ribeirinhos e fazendeiros, eles têm desmatado as margens dos igarapés, causando o assoreamento, e hoje os rios e igarapés estão mais secos em seus leitos. Áreas de mata ciliar deveriam ser protegidas de acordo com a legislação ambiental. É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente e para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e nas cidades.

Os assentamentos do Incra também representam um problema para algumas regiões, porque trazem a exploração e o desmatamento. Quando é criado um assentamento, surgem muitas propostas, uma delas é a criação de gado. Os colonos desmatam para plantar capim e fazer pasto. As comunidades indígenas que criavam gado uns anos atrás, acabaram com essa criação devido às desvantagens que a pecuária acarreta. O espaço nas aldeias é reduzido para esse tipo de pecuária e existe a falta de conhecimento técnico das comunidades tradicionais. Se cada pedaço for usado para o pasto, acaba toda a riqueza natural da terra.

A caça e a pesca foram e ainda são fontes de renda dos grandes pescadores e caçadores da região.

Outro problema que as comunidades indígenas estão enfrentando são as rotas do narcotráfico, principalmente nos municípios próximos às fronteiras.

Está se trabalhando na conscientização para resolver esses problemas nas terras indígenas e no entorno.

Com relação ao uso dos recursos naturais, para a conservação das riquezas naturais, é importante que as comunidades tomem consciência para conservar a terra de cada um.



A alimentação também vem representando um sério problema para as comunidades próximas, as fazendas e as cidades por causa da escassez de caça e pesca. E os roçados não chegam a ser suficientes para as necessidades da comunidade.

Moisés Pianko Ashaninka / Isaac Pinhanta Ashaninka

O Brasil é o país com o maior índice de desmatamento do mundo.

Em 2004, a taxa de desmatamento na Amazônia foi a segunda maior da história do País.

Uma das espécies da exploração madeireira da Amazônia, o mogno, é apreciado principalmente para a fabricação de mobiliário de luxo e instrumentos musicais, o que torna sua madeira extremamente valiosa e cobiçada no mercado madeireiro, principalmente internacional.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

A monocultura e suas conseqüências

Muitas pessoas quando conhecem os trabalhos que estamos desenvolvendo, dizem que estamos errados. Mas, errados são os que estão explorando milhares de hectares de espécies para o plantio de monoculturas. Por conta de uma só espécie, destroem todas as outras que estão ao redor daquela área, espécies que habitavam ali há tantos anos. No Peru, ocorreu um caso semelhante, onde uma empresa mandou devastar mais de 100 hectares de terra para plantar mogno. Quanto ao cumaru, ipê, copaíba, samaúma, palheiras, paxiubão, frutíferas e não frutíferas, mandaram derrubar tudo. Isso é um impacto ambiental muito grande. Árvores que estavam ali há mais de 300 anos foram derrubadas por causa de uma única espécie, que precisa esperar 400 a 500 anos, ninguém vai estar vivo até lá.

Todos esses problemas nós enfrentamos na nossa comunidade, mas estamos diversificando experiências, ampliando o nosso aprendizado. Porque se não formos nós, não vai ser ninguém quem vai fazer por nós.

Benki Pianko



Foto: Rainforest Foudation Noruega

Desmatamento e queimadas



Queimadas no Rio Juruá. Fotos: José Frank M. Silva

As queimadas são muito prejudiciais à terra. O tempo muda, o sol fica fechado, o clima esquenta, a água dos rios esquenta. Quando a chuva cai, ela cai marrom de fumaça. Então tudo que pudermos fazer para impedir as queimadas dentro da Terra Indígena é válido.

A comunidade também enfrenta o problema das queimadas fora da aldeia. As pessoas queimam hectares de florestas por queimar, apenas para plantar capim de novo.

No município de Marechal Thaumaturgo, em um assentamento do INCRA, a prefeitura autorizou uma queimada de 200 hectares de terra. O fogo, no entanto, fugiu do controle, causando a devastação de uma área de aproximadamente 1.000 hectares de terra, atingindo a floresta. Isso provocou a morte de vários animais que ali habitavam há anos, destruindo a biodiversidade.

As pessoas de fora nada fazem. Pelo contrário, incentivam o fogo, dando autorizações para o desmate; produzem cartilhas que ensinam a fazer aceiros para atear fogo. Isso não resolve.

O que nós queremos é reverter essas coisas mostrando as possibilidades da gente construir algo diferente.

Benki Pianko

A Construção de estradas e seus impactos: o caso da T. I. Katukina do Campinas



Foto: Jairo Lima

Com a ocupação dos territórios e o surgimento de várias cidades no estado do Acre foram construídas as estradas BR 364 e 317. Junto a ela vieram os problemas sócioambientais para as populações tradicionais.

O principal problema da construção e pavimentação dessas estradas foi a poluição dos igarapés, poluição do ar, lixo ao longo da estrada e grande área degradada. O trânsito de veículos e pessoas, o barulho dos carros fez com que os animais fossem embora. As máquinas, que trabalharam durante anos, afastaram o resto de animais que havia na região. Por outro lado, a estrada facilitou mais o acesso e resolveu os problemas relacionados à cidade.

Não se pode esquecer o impacto nos conhecimentos tradicionais, como foi o caso da alimentação tradicional, substituída por produtos industrializados. Antes da estrada, o povo indígena era mais saudável, tinha vários conhecedores da medicina, vários pajés.

Na abertura da estrada, nosso povo serviu de mão de obra, começou a se alimentar com produtos industrializados, que até hoje vêm sendo nossa alimentação. Desde então, os pajés, os curadores vêm diminuindo, como se toda a medicina tradicional também fosse ficando fraca, como se fosse uma pressão que baixa no nosso conhecimento. Isso contribui para diminuir as coisas que são nossas.

O povo se alimenta agora da pequena criação de galinhas, de porcos. Alguns vendem produtos e compram os alimentos na cidade. O nosso povo, algumas vezes, dá sorte de entrar quatro horas ou cinco horas dentro da mata e achar caça, se tiver muita sorte. Então é isso que está segurando até agora. São esses pontos negativos que nos preocupam.

Benjamim Chere Katukina

Vantagens e desvantagens das estradas

Os representantes da Terra Indígena Mamoadate analisaram as vantagens e desvantagens que as estradas trazem para as terras indígenas. Foi discutido que a estrada facilita para levar os produtos e comercializar na cidade, o acesso à cidade para participar de reuniões, e também para à saúde, quando falham as equipes de vacinação, por exemplo. Também temos muitos aposentados, velhos que têm dificuldades de caminhar por dois ou três dias para chegar ao município. Para eles, também asfaltar a estrada vai ser uma ajuda.

As desvantagens seriam as pessoas estranhas que estarão chegando perto da terra indígena, fazendeiros, caçadores, pescadores, madeireiros, que vão estar perturbando, querendo conhecer, procurando algum conhecimento. Também para aqueles que têm alguma verba de salário, ou de um produto, a desvantagem é a bebida alcoólica. Muitos parentes gostam de beber, e, quando a estrada estiver aberta, vai ter esta desvantagem que hoje estamos discutindo. Outra coisa também é a doença: as pessoas podem chegar trazendo novos tipos de vírus. Por último, a prostituição que pode facilitar as meninas e os meninos chegarem na cidade e quererem ficar. Quando a estrada estiver aberta, alguns podem querer ir embora para a cidade e a comunidade pode ficar abandonada.

Jaime Lullu Manchineri.

Cerca de 75% dos desmatamentos na Amazônia, se localizam-se a menos de 25 Km de alguma estrada municipal, estadual ou federal.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Invasões em Terras Indígenas

No Estado do Acre, as terras indígenas estão distribuídas em várias localidades, com diferentes realidades e situações. Há Terras Indígenas cujo entorno é formado por Parques Nacionais, Reservas Extrativistas, o que facilita a proteção ambiental dessas áreas.

Mas, também há aquelas terras indígenas, cujo entorno é formado por fazendas, assentamentos, municípios, ou ainda estão localizadas nas áreas de fronteiras. Essas terras estão sofrendo um impacto ambiental muito forte, como a Terra Indígena do rio Amônia: esta terra é localizada na fronteira com o Peru, e, além das invasões dos peruanos para a retirada ilegal de madeira de lei, ela está sendo usada também como rota para os narcotraficantes.

No caso da terra indígena do rio Humaitá, temos poucos problemas com os madeireiros. Enfrentamos mais dificuldades com nossos vizinhos do entorno, que caçam para comercializar a carne de forma ilegal. Além disso, temos ainda as invasões de pescadores profissionais, uma vez que a terra indígena está localizada entre dois rios: Iguaçú e Muru.

As invasões causam grandes impactos socioambientais que vêm acontecendo não somente na minha terra, como em várias outras terras indígenas. Tudo isto para a retirada de madeira, a pesca, a caça, seja também para a exploração de outros recursos naturais. Tudo isto representa um problema porque os invasores não apenas poluem os rios, derrubam as madeiras e matam as caças, mas porque destroem toda uma biodiversidade. E isto, não apenas nos prejudica, mas também a todos os seres vivos da natureza.

Nilson Sabóia Kaxinawá. Foto: Terri V. de Aquino



Agenda 21 - um compromisso de todos

Foi o compromisso dos governos e de toda a sociedade planejar a sua Agenda 21, para que as próximas gerações tenham um futuro garantido no século atual, por isso o nome de agenda 21.

A nova forma de pensar o desenvolvimento é trabalhar sem degradar a floresta. Essas mudanças foram pensadas de acordo às necessidades e aos problemas ambientais e sociais que acontecem no mundo.

O Brasil elaborou sua agenda, de acordo com as leis nacionais e internacionais. Por isso, o Zoneamento Ecológico no estado do Acre é uma estratégia muito importante, pois essa forma de desenvolvimento não é somente o desenvolvimento da floresta, mas abrange também a cultura de cada povo, a organização, a língua. Tudo isso tem que ser garantido para fortalecer um povo.

Os governos anteriores achavam que desenvolver o estado era trazer pessoas de outras regiões do país e desmatar para criar gado. Mas hoje eles acreditam na luta dos seringueiros, dos índios, dos ribeirinhos, que passaram anos lutando pela demarcação de suas terras.

Professores Indígenas do Acre

OPIAC - Amadurecendo sonhos de futuro

Durante o III Curso de Formação Continuada ocorrido em fevereiro de 2003, no Centro de Formação dos Povos da Floresta, o grupo de professores participantes fez uma leitura crítica do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria (resumo educativo do ZEE) visando levantar sugestões e elaborar a agenda da Organização de Professores Indígenas do Acre/OPIAC. A construção do documento foi realizada a partir do posicionamento defendido pelos participantes e voltado aos interesses das comunidades indígenas quanto ao direito à educação escolar indígena específica e diferenciada, relacionada com as questões culturais e ambientais.

Agenda elaborada pela Organização dos Professores Indígenas do Acre - OPIAC

A Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) tem o objetivo de defender, promover, desenvolver e divulgar a educação escolar indígena, específica e diferenciada no Estado do Acre. Tem também o propósito de preservar, registrar e divulgar as formas de manifestação cultural e de conhecimento e as histórias próprias de cada povo indígena.

A OPIAC vê a educação como uma segurança para o crescimento cultural e socioambiental de acordo com o conhecimento de cada povo indígena. Para divulgar e ampliar esses conhecimentos, considera como educadores, os professores, agentes agroflorestais (AAFI), agentes indígenas de saúde (AIS), caciques, pajés e artesãos, criando alianças entre esses atores para assegurar uma educação de qualidade e diferenciada para o futuro.

Para realizar seus objetivos, a OPIAC tem vários sonhos dentro do seu Planejamento Estratégico para os próximos três anos. Alguns desses sonhos são:

- A criação de um curso superior indígena diferenciado para a continuidade de nossa formação e de nossas pesquisas;
- A formação de professores indígenas para serem consultores e formadores de outros professores e contribuam na implementação de políticas públicas;
- Acesso e participação da OPIAC no planejamento das ações educacionais indígenas da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Participação de professores formadores indígenas na docência nos cursos de formação da Secretaria de Educação do Estado-SEE;
- Abertura de concurso público, específico e diferenciado para professores indígenas que atuem efetivamente em sua comunidade dentro do Estado do Acre;
- Criação e/ou legalização do ensino de 5ª a 8ª séries nas escolas das aldeias indígenas;
- Reconhecimento e valorização das formas próprias de avaliação escolar indígena pelos núcleos de educação e SEMECS;
- Implantação de novo sistema de merenda escolar com produtos locais sob a responsabilidade de agentes agroflorestais e produtores das comunidades;
- Divulgação de pesquisas e de materiais didáticos produzidos por professores indígenas e agentes agroflorestais indígenas como forma de contribuição e troca de experiência com escolas e bibliotecas não-indígenas;
- Difusão de materiais didáticos elaborados no projeto “Uma Experiência de Autoria”, para uma possível adoção, em curso de formação de professores.

Desde a sua fundação, a OPIAC vem amadurecendo seus sonhos de futuro. Para realizar seus sonhos, vem trabalhando bastante e está buscando parcerias.

A proposta do governo no ZEE Acre expressa no “mapa do sonho” uma parceria potencial para um plano diretor para as populações indígenas do Acre. Queremos compartilhar do sonho do Governo dos Povos da Floresta com nossas idéias, experiências e trabalhos já realizados ou em andamento nas comunidades. Mãos à obra!

Rio Branco, 21 de fevereiro de 2003.

A gestão territorial e ambiental em Terras Indígenas e os agentes agroflorestais

AGENTE AGROFLORESTAL INDÍGENA



O novo funcionário da floresta

Fotos: Renato Gavazzi

Em 1996, foi iniciado pela CPI/AC o projeto “Implantação e Manejo dos Recursos Agroflorestais em Terras Indígenas”, fato que deu origem a formação dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AAFI). Esse projeto nasceu da necessidade apresentada pelas comunidades indígenas de pensar e desenvolver a gestão ambiental de seus territórios. Também a presença cada vez maior de temáticas socioambientais nas ações de educação, motivou o início e o desenvolvimento de cursos anuais para formação dessa nova categoria profissional.

Os cursos de formação de Agentes Agroflorestais Indígenas são oferecidos a jovens e adultos de diferentes etnias e comunidades indígenas do estado do Acre. O projeto objetiva refletir, intervir e pensar alternativas para as várias situações socioambientais existentes em suas terras e entorno.

Como importante elemento do seu trabalho técnico e político, os agroflorestais, estão trabalhando na implementação dos Planos de Uso dos Recursos Naturais – PURNs. Eles realizam atividades de vigilância e fiscalização das terras indígenas, assim como o conhecimento das leis de crimes ambientais para que possam intervir nas políticas locais, no sentido assegurado constitucionalmente.

Adaptado de Índios no Acre - História e Organização. CPI/AC, 2002


I Fórum dos agentes agroflorestais indígenas do Acre



Foto: Giulia Pedone

O I Fórum dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre foi organizado pela Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC) para discutir temas ligados à gestão territorial e ambiental das terras indígenas e de seu entorno, bem como conseguir o reconhecimento da categoria por parte do governo do Acre.

O Fórum aconteceu em outubro de 2004 no Centro de Formação dos Povos da Floresta (CFPF), em Rio Branco, com a participação de 85 índios, entre eles agentes agroflorestais, professores, lideranças tradicionais e representantes de associações.



Um documento foi entregue a representantes de vários setores do governo, que compareceram para um debate no último dia do Fórum. Estiveram presentes: o secretário da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, o gerente técnico da SEATER, a responsável pela gerência indígena da SEATER, representantes da FUNAI, da Escola da Floresta, do IMAC, do PGAI, deputada federal Perpétua Almeida, deputado estadual Moisés Diniz, representante do senador Geraldo Mesquita.

Após alguns dias de debate, o Fórum terminou com a apresentação das seguintes propostas:

1. O reconhecimento profissional dos AAFIs como funcionários da floresta, com o estabelecimento de um mecanismo duradouro para a contratação e a remuneração pelos serviços prestados às suas comunidades, ao Estado do Acre, ao país e ao planeta.
2. A implementação de políticas públicas que venham a contemplar e fortalecer as ações que os AAFIs estão implementando em suas terras indígenas, dentre as quais: o apoio para a ampliação e o manejo de sistemas agroflorestais; o apoio às atividades de manejo e de criação de animais silvestres, especialmente os quelônios, visando num primeiro momento o repovoamento dos rios e lagos e no futuro abrir novas alternativas para complementar a alimentação dos povos indígenas; o fornecimento de equipamentos e materiais de trabalho para fortalecer as atividades de reciclagem e reutilização de madeiras para a produção de móveis e esculturas; o avanço de medidas visando a regionalização da merenda destinada às escolas indígenas; o apoio as ações que contribuam para uma maior conscientização das populações do entorno das terras indígenas quanto ao respeito dos limites de nossas terras e à conservação e do uso sustentável dos recursos ali situados.
3. A garantia da efetiva participação da AMAAI-AC no planejamento e implementação de políticas públicas estaduais destinadas às terras indígenas ou aquelas que possam causar impactos ambientais em seu entorno.
4. A discussão e definição de critérios para a ampliação da formação de agentes agroflorestais para outras terras indígenas ainda não contempladas pelos diferentes programas já em curso no estado.

Achamos que está na hora do Governo da Floresta assumir a proposta com a qual já se comprometeu. Reconhecer a nossa profissão como gestores ambientais é também exercer a florestania.

Relatório do I fórum dos AAFI do Acre, 2004.

Etnomapeamento e Etnozoneamento em Terras Indígenas no Acre



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

Nos últimos cinco anos, algumas iniciativas do governo e da sociedade civil, como a Comissão Pró-Índio do Acre, realizaram ações de etnozoneamento e etnomapeamento, recomendações propostas na primeira fase do Zoneamento Ecológico-Econômico, em 1999.

O Etnozoneamento parte do Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre, tem trabalhado para que as populações indígenas elaborem e implementem zoneamentos socioambientais de suas terras, a partir do estudo de uso dos recursos naturais, seus problemas e as potencialidades identificadas.

As Oficinas de Etnomapeamento, realizadas pela Comissão Pró-Índio do Acre, estão relacionadas ao Projeto de Proteção e Conservação da Biodiversidade da Serra do Divisor e Alto Juruá. Neste Projeto estão envolvidas instituições da sociedade civil do Brasil e Peru. O objetivo principal do projeto é a conservação, preservação e defesa das áreas de proteção ao longo da faixa de fronteira Acre/Ucayali, bem como dos povos indígenas e os grupos isolados que habitam a região.



Oficina de Etnomapeamento realizada na Terra Indígena Nukini.
Foto: Pedro Constantino.

Um olhar para a Terra Indígena

O etnomapeamento é uma nova etapa do que vinha se fazendo no programa dos agentes agroflorestais, na produção do mapa da aldeia. Quando produzimos o livro de Geografia e o Atlas Indígena, trabalhamos a questão do relevo, do zoneamento, a população por território, a invasão, o uso dos recursos. Enfim, agora mudou um pouco, porque dessa vez colocamos de uma forma também registrada politicamente.

A gente está fazendo o levantamento dos rios e seus nomes na língua indígena. Antes, todos os rios da nossa comunidade tinham nomes indígenas, mas, com o contato com a língua portuguesa foi muito forte, conseguiu afastá-los. Como por exemplo, o rio taboca, que em língua indígena se chamava *tapiro*, com a confusão das pessoas, mudou de *tapiro* para taboca. Nós estamos reafirmando nossa língua materna e nosso domínio, para fiscalizar e cuidar do nosso território.

Através do etnomapeamento, podemos mostrar que estamos olhando para a nossa terra, que temos parcerias e força para organizar os nossos pensamentos e o uso dos nossos recursos, encontrando alternativas para conviver mais tempo com a natureza.

Esse é o nosso plano de manejo, que ajuda a fazer o mapeamento e o levantamento de quanto podemos trabalhar e explorar. E ajuda mesmo a analisar se precisamos repovoar ou reflorestar alguma espécie que esteja em risco de extinção. O plano de manejo serve para as comunidades indígenas discutirem como podem conviver com a natureza, sem prejudicá-la, ao mesmo tempo não criando grandes mudanças na nossa forma tradicional de viver.

Moisés Pianko Ashaninka



Oficina de educação e gestão ambiental realizada na Terra Indígena do rio Amônia.
Foto: Malu Ochoa.

A partir de 2003, a organização dos Professores Indígenas do Acre deu início a realização de oficinas de sensibilização abordando temas relacionados à educação, organização comunitária e gestão ambiental. Surgem assim outros momentos, além daqueles promovidos por assessores indigenistas, que contribuem para mobilização e articulação política nas terras indígenas e o debate de questões de interesse, fortalecendo tanto o diálogo interno como das comunidades com os poderes públicos.

Em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas (AMAAIAC), professores vêm criando oportunidades, através dessas oficinas para que diferentes atores sociais indígenas possam integrar o trabalho que desenvolvem e reflitam sobre a contribuição a ser dada pela educação indígena para o tratamento de assuntos relacionados à saúde, meio ambiente, valores culturais, etc., em cada comunidade.

A tabela a seguir mostra alguns resultados de uma dessas oficinas realizadas na Terra Indígena Kaxinawá Igarapé do Caucho. Estiveram presentes também representantes da Terra Indígena Kaxinawá Praia do Carapanã, que discutiram sua realidade e demandas locais.

PROBLEMAS E PROPOSTAS APRESENTADOS DURANTE OFICINA NA TERRA INDÍGENA KAXINAWÁ DA PRAIA DO CARAPANÃ

Problemas	Propostas	Responsáveis
Invasão dos brancos na T.I.	Fiscalização, denúncia e conscientização.	Professor, Agente Agroflorestal, Agente de Saúde, FUNAI, IBAMA, Polícia Federal e IMAC.
Alimentação	Fortalecer os plantios tradicionais.	Agente Agroflorestal, Agente de Saúde e Comunidade.
Lixo	Reciclagem, armazenamento e remoção para a cidade.	Agente de Saúde e Agente Agroflorestal.
Bebida Alcoólica	Fiscalização e propostas de lei na comunidade.	Professores, Agentes de Saúde, Agentes Agroflorestais e Comunidade.
Cultura	Incentivar momentos específicos dentro da sala de aula: língua, festa tradicional, construção de espaços adequados para esse ensino.	Professores, Agentes de Saúde, Agente Agroflorestal, Comunidade, FUNAI, SEPI.

Grupo de Trabalho para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil-Perú)

Em abril de 2005, na cidade de Cruzeiro do Sul, foi criado o Grupo de Trabalho Transfronteiriço, formado por organizações não-governamentais, organizações indígenas e instituições governamentais do Brasil e Peru que apóiam os direitos dos povos indígenas, a proteção da floresta e da biodiversidade da região.

Encontro do grupo de trabalho para a proteção transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Perú)

Movimento indígenado Vale do Juruá

Na Terra Indígena Poyanawá, Aldeia Barão, entre os dias 23 e 24 de fevereiro de 2006, foram reunidos 29 representantes indígenas, de 12 terras indígenas, 8 etnias, e 21 organizações indígena regionais. Também estiveram presentes indígenas que ocupam cargos públicos governamentais, um parlamentar indígena e uma organização indígena peruana, FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus. à convite da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre (SEPI).

A reunião foi promovida pela Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá (OPIRJ), AAPBI, OPIAC e AMAAI-AC, e apoiada pela CPI/Ac, The Nature Conservation e Fundação Moore.

Este foi um encontro preparatório do Grupo de Trabalho Transfronteiriço (GTT). O objetivo foi discutir o contexto atual da proteção e conservação da biodiversidade da Serra do Divisor e do Alto

Juruá, e a participação indígena em uma agenda comum articulada entre os Movimentos Indígenas do Acre e Ucayali, e também a participação indígena no Fórum de Integração Acre/Ucayali a ser criado.

Durante o encontro, todos participantes tomaram conhecimento do conteúdo do documento produzido no IV Encontro do Grupo de Trabalho Para Proteção Transfronteiriça da Serra do Divisor e Alto Juruá (Brasil - Peru), realizado na Aldeia Apiwtxa, em setembro de 2005, e apoiaram e ratificaram as suas decisões e compromissos:

- Dar prosseguimento aos canais de diálogo e intercâmbio de experiências entre povos indígenas e outros povos da floresta, dos dois lados da fronteira Brasil-Peru;
- Garantir a presença e participação informada de representantes indígenas nas reuniões técnicas do Fórum para a Integração Acre-Ucayali. Nele se busca discutir a integração e do desenvolvimento fronteiriço, de maneira a incorporar as demandas e projetos indígenas nas políticas. Estas políticas devem priorizar investimentos econômicos, ambientais e sociais para a conservação da biodiversidade e a garantia dos direitos territoriais indígenas. Elas não devem ter como ponto de partida a discussão em torno da construção da estrada Pucallpa-Cruzeiro do Sul.
- Defender políticas de segurança jurídica e de vigilância dos territórios ocupados por povos indígenas, inclusive aqueles povos que estão em isolamento voluntário e que vivem ao longo da Fronteira Brasil-Peru.

No primeiro dia do encontro, cada terra indígena realizou um diagnóstico socioambiental dos seus territórios e entorno, bem como idealizou encaminhamentos para soluções de seus problemas. A partir destas informações foram debatidas algumas recomendações para o GTT, apresentadas a seguir:

Considerações e Recomendações Para a Proteção e Conservação da Região da Serra do Divisor e Alto Juruá

Na reunião, foi reiterada a intenção de promover a troca de informações e o intercâmbio, para formação de uma agenda comum, entre os movimentos indígenas do Acre e Ucayali,

O movimento indígena do Acre apóia as iniciativas de garantir política e juridicamente os territórios e a soberania dos povos indígenas do Peru, inclusive os índios isolados;

Foi discutida a importância de uma articulação entre a Defensoria del Pueblo de Ucayali e o Ministério Público do Acre, no que toca as questões de proteção das terras indígenas de ambos os países.

Foi debatida a articulação com representantes “lideranças dos índios peruanos” para discutir as mudanças das famílias que vieram residir em áreas justapostas a aldeias indígenas no lado brasileiro.

Atuação mais eficiente na área de fronteira por parte das autoridades competentes de ambos os países.

Problemas Transfronteiriço Identificados no Lado Peruano - Ucayali

- Invasões de Madeireiros Peruanos em Território Brasileiros (Terras Indígenas de Fronteira e Parque Nacional da Serra do Divisor)
- Presença de Rotas de Narcotraficantes Peruanos em Território Brasileiro (Tis e PNSD)
- Comerciantes Peruanos vendendo mercadorias ilegalmente em Território Brasileiro;
- Chegadas de índios isolados em terras indígenas brasileiras devido às pressões de madeireiros peruanos;
- Deslocamentos de índios peruanos para áreas próximas de aldeias indígenas brasileiras, ocasionando a sobreposição no uso dos recursos naturais e potencializando a presença de madeireiros e narcotraficantes;
- Averiguar a suspeita de poluição das águas que nascem no Peru (Rio Jordão), e que estariam ocasionando doenças nas populações indígenas brasileiras;

Problemas Identificados nas Terras Indígenas Brasileiras - Acre

- Invasões dentro das Terras Indígenas para a retirada dos seguintes recursos naturais (caças, madeiras e peixes). No caso de madeira é em baixo escala (canoas, tábuas, etc) ;
- Ameaças de morte a representantes indígenas por parte dos invasores (TI Jaminawá do Igarapé Preto);
- Atuação incipiente dos órgãos responsáveis pela proteção das terras indígenas, principalmente da FUNAI;

Ocupação do Entorno

- Presença de assentamentos do INCRA e fazendas de gado, com grande população que desenvolvem atividades que diminuem os recursos naturais e por consequência promovem a invasão destes ocupantes nas terras indígenas;
- Abertura de estradas e ramais próximos das terras indígenas, que geram impactos ambientais diretos e facilitam as invasões para roubo dos recursos naturais e narcotraficantes;
- Comercio de bebidas alcoólicas no entorno e dentro das Tis;

Recomendações às Organizações Indígenas e ao Poder Público Brasileiro

- Comunidades Indígenas Organizadas e Mobilizadas para as atividades de vigilância e fiscalização. Algumas já possuem projetos específicos para a proteção dos territórios (Arara do Humaitá, Poyanawá e OPIRJ);

- Proibição da implantação de projetos de assentamento do INCRA no entorno das terras indígenas, tendo em vista que todas as terras indígenas presentes que possuem assentamentos no seu entorno manifestaram possuir graves problemas ambientais, como as invasões para retirada de recursos naturais de dentro das terras indígenas;
- Supressão da aberturas de estradas e ramais dentro e no entorno das terras indígenas;
- Criação de uma área de amortecimento no entorno das terras indígenas;
- Atuação permanente dos órgãos de proteção das terras indígenas nos territórios e no seu entorno;
- Promoção de reuniões de articulação dos órgãos de fiscalização com a população do entorno, visando a proteção das terras indígenas;
- Promoção através do INCRA e outros órgãos de oficinas de gestão ambiental para as populações do entorno;
- Implementação de criatórios de pequenos animais e piscicultura para as populações de entorno dos assentamentos, como forma de coibir as invasões;
- Apoio e organização e implementação de planos de gestão ambiental nos assentamentos pelo INCRA;
- Apoio com materiais e equipamentos de vigilância e fiscalização para as terras indígenas;

Problemas e Soluções Identificados pelo Representante da Federación de Comunidades Nativas del Purus

- Exploração ilegal de madeira por empresários que vendem para Pucalpa, sendo depois a madeira exportada para o estrangeiro;
- Ausência de um programa de educação indígena;
- Incipiente assistência de saúde aos indígenas;
- A demora em titular as terras indígenas promove a ocupação de colonos que facilitam o ingresso de madeireiros e narcotraficantes, que expulsam os indígenas;
- Alcoolismo dos indígenas, sendo que não existe legislação que restrinja o consumo de bebidas alcoólicas;
- Inexpressiva participação de indígenas em cargos políticos. Neste ano, está havendo uma grande mobilização para a candidatura de indígenas a cargos políticos;
- O Parque Nacional criado na região não possui nenhuma proteção por parte do poder publico. Os indígenas propõem em seu lugar a criação de uma Reserva Territorial, que possa resguardar atividades econômicas para os indígenas, e possíveis ampliações dos seus territórios;
- Apoio de outras organizações governamentais e não governamentais para troca de experiências.

Organizações participantes

- 1 – OPIRJ – Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá
- 2 – OPIAC – Organização dos Professores Indígena do Acre.
- 3 – AMAAIAC- Organização do Movimento dos Agentes Agroflorestais do Acre
- 4 – SEPI – Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Acre
- 5 – CPI/AC – Comissão Pró Índio do Acre
- 6 – APIWTXA – Associação Ashaninka
- 7 – ASKARJ – Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão
- 8 – FUNAI – Fundação nacional do Índio
- 9 – AJJAIPS- Associação Jaminawá e Jaminawá Arara do Igarapé Preto
- 10 – AKAC – Associação Katukina do Campinas
- 11 – AAPBI - Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga
- 12 – ASPIRH – Associação dos Indígenas do Rio Humaitá
- 13 – APAIH – Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá
- 14 – AKARIB – Associação Kaxinawá do Rio Breu
- 15 – ASKAP - Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawá da TI Praia do Carapanã
- 16 – AIN – Associação Indígena Nukini
- 17 – IDAJVJ - Instituto de Defesa Ambiental Jovem do Vale do Juruá
- 18 – Secretaria de Meio Ambiente e Turismo do Município de Marechal Taumaturgo
- 19 – Coordenação de Meio Ambiente Indígena, do Município do Jordão
- 20 – Representantes do Povo Contanawá
- 21 – FECONAPU – Federación de Comunidades Nativas del Purus

O Brasil têm fronteiras terrestres com nove países da América do Sul: A linha de fronteira brasileira, com 16.886 é a terceira maior do mundo. Dos mais de 1,4 milhão de Km² de extensão total da faixa de fronteira, 29,9% estão em terras indígenas.

Cerca de 40 povos nativos que vivem no Brasil hoje, também estão além da fronteira nacional, ou seja, em países vizinhos.

Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

Organização comunitária

A organização comunitária foi sempre uma grande ferramenta para impedir as invasões e garantir o desenvolvimento dos povos. A comunidade organizada pode criar grupos que possam fiscalizar os territórios indígenas, bem como para o trabalho comunitário.

Hoje, as lideranças têm que estar articuladas com pessoas e instituições de fora, sem se desligarem dos assuntos comunitários. Precisam de uma força externa, mas principalmente interna. Liderança não é aquele que possui apenas o nome. A liderança organiza a comunidade a fazer essas ações em conjunto.

Através da organização podem ser elaborados projetos que interessam a comunidade, levantamentos sobre a situação ambiental, e de quanto cada família pode derrubar a floresta para o uso dos seus roçados.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Capítulo 4

Conhecimentos indígenas e iniciativas comunitárias: propostas para as políticas públicas



Foto: Roberto Tavares

Os textos deste capítulo nos mostram um pouco do conhecimento que os povos indígenas têm sobre o seu meio ambiente. Esses depoimentos e levantamentos é discutida a importância de suas culturas no manejo dos recursos naturais e as novas tecnologias que estão sendo empregadas na solução de problemas. São práticas agora trazidas em textos para reflexão coletiva.

Qualidade de vida na floresta



Aldeia Cruzeiroinho - Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do rio Breu. Foto: Gleison Teixeira

O sistema de vida na cidade é diferente da vida dos que moram na floresta a exemplo das comunidades indígenas, ribeirinhas e seringueiras. Por muitos anos esses povos da floresta conseguem sobreviver, devido ao conhecimento e à maneira como se relacionam e usam os recursos naturais. E isso é uma sabedoria que foi acumulada através do tempo. Na floresta, tem muita vida e conhecimento. Se não há floresta, não há nada. A floresta possui recursos tanto para os animais como para os seres humanos.

Para conservar é necessário antes conhecer os recursos da sua própria terra indígena. Isso significa observar a diversidade de riquezas, desde as fontes de água, observar onde existe área para plantar, e onde existe área que se deve preservar, onde estão inseridos os animais. Uma Terra Indígena é uma área de conservação. E conservação é qualidade de vida. Significa ter uma melhor alimentação, saúde e cultura própria.

Na cidade, para se ter qualidade de vida, é necessária uma vida financeira estável, educação, todo o conforto da vida moderna. Mas, o mundo do branco é totalmente diferente do mundo das aldeias.

Para uma criança das aldeias crescer e se desenvolver, precisa se alimentar de vários recursos da floresta, se não aprende a utilizar aqueles recursos não vai ter o conhecimento, a prática e a coragem de vencer e de lutar.

É importante trabalhar para a conservação do meio ambiente, para a melhoria de vida das populações que moram na floresta e também nas cidades.

A diversidade que existe na floresta e que as pessoas conhecem é a diversidade de conhecimento, de cultura. Com relação ao alimento da natureza, existe a diversidade de espécies de animais e de outros alimentos. Todos os elementos da natureza estão relacionadas. Isso é bom para os povos indígenas enquanto tiverem entendimento e conhecimento do mundo em que vivem.

Isaac Pinhanta Ashaninka / Joaquim Maná Kaxinawá

O que é necessário para obter qualidade de vida na floresta

- Terra demarcada e preservada com espaço adequado para a sobrevivência de acordo aos costumes e tradições;
- Fontes de água limpa;
- Produção alimentar organizada;
- Muita floresta;
- Comunidade que pense coletivamente;
- Autonomia nos processos de Organização;
- Educação Escolar de acordo a realidade do povo;
- Saúde;
- Valorização dos conhecimentos tradicionais (língua indígena e outras práticas culturais do povo).

Oficina de Educação e Gestão Ambiental; T.I. do Rio Amônia, 2003.

A riqueza dos povos da floresta

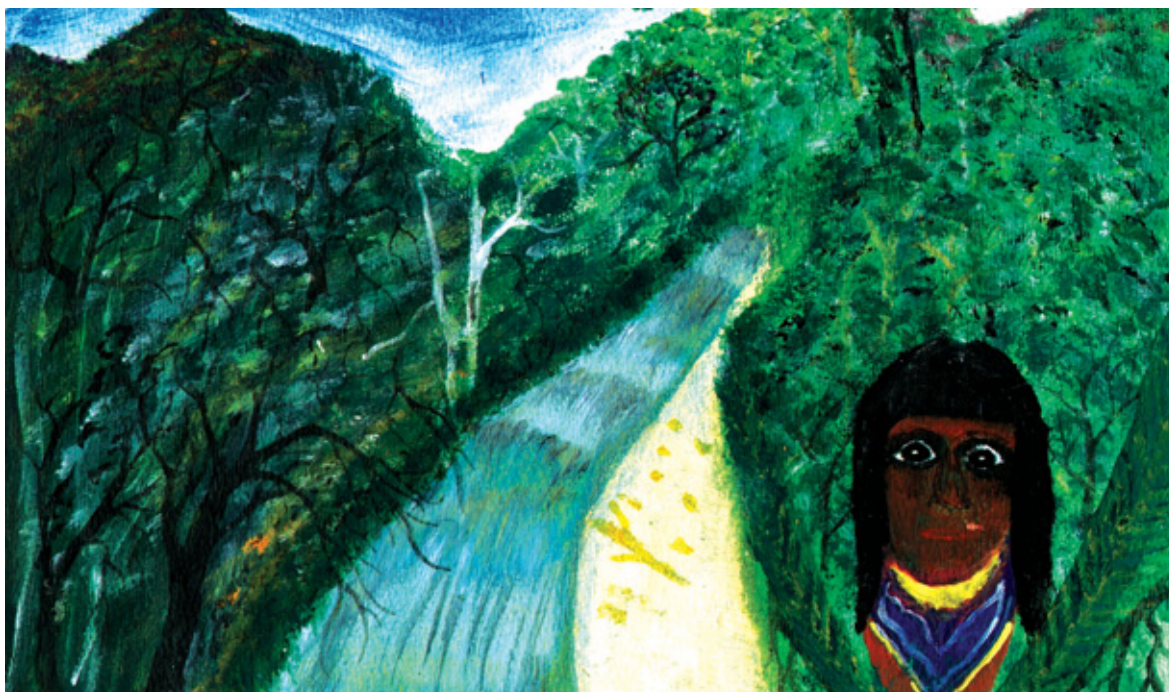
O conhecimento é uma das melhores coisas que possuímos dentro da terra indígena. Esses valores constituem uma de nossas forças. Muita gente fala em riqueza, mas riqueza para nós é conhecimento que se tem de como trabalhar a diversidade de nossa floresta, dentro do nosso território. A nossa terra fornece muitas coisas importantes, desde a água, a alimentação e a vida do ser humano. Se não soubermos aproveitar o que tem dentro da Terra Indígena, como a medicina, a diversidade de animais, de frutas, de madeiras, de peixes, se não soubermos trabalhar esse lado, vamos ser pobres, porque vamos acabar com uma diversidade de vidas para colocar uma só.

Benki Pianko Ashaninka



Desenho: Gilberto Paulo Bane
Kaxinawá

Terras Indígenas e a conservação da biodiversidade



Desenho: Benki Pianko Ashaninka

Antes do contato com a sociedade envolvente, os índios já conservavam as suas terras e faziam o manejo dos recursos naturais, mesmo sem elas serem demarcadas. Pois eles habitavam um tempo num determinado lugar onde realizavam seus trabalhos para sua sobrevivência. E quando naquele lugar já não existia mais alimentos para sua sobrevivência, eles saíam para um outro lugar. E demoravam um tempo para retornar para o mesmo lugar.

Depois desse grande contato com a sociedade ocidental, veio a necessidade das populações indígenas terem seus territórios demarcados. Estão trabalhando na gestão territorial e ambiental da sua terra, pois cada povo tem um jeito próprio de viver e de se relacionar com a natureza. As populações indígenas conservam a floresta porque é dela que vivem e tiram a medicina tradicional, enfim, tudo do que um povo precisa. E sabemos que sem floresta não existe vida.

Enquanto os brancos estão desmatando a floresta para fazer as fazendas e para tirar madeiras, as populações das Terras Indígenas estão conservando e trabalhando na parte do manejo para manter a biodiversidade que existe em cada território. Estão preocupados com o futuro, não só para manter as árvores em pé, e sim pelo que existe na floresta que é significativo para cada povo.

Hoje, a preocupação de manter essa floresta viva é cada vez maior, pois sabemos que a terra indígena está rodeada de fazendeiros e madeireiros.

Francisca Fátima Cruz

Atualmente, sabe-se que as áreas de maior preservação de florestas na Amazônia são exatamente aquelas situadas no interior das terras indígenas.

in Almanaque Brasil Socioambiental, ISA, 2005

O uso dos recursos naturais



Desenho: Aldemir Bina Kaxinawá

Para os povos indígenas, os recursos naturais são aqueles que se criam e aumentam com a força da natureza e dos homens.

Na história antiga ninguém tinha o hábito de plantar as árvores. Para comer as frutas saíam procurando na mata. Por isso que nosso povo morava pouco tempo num único lugar.

Quando começaram a ficar mais tempo no mesmo lugar, começaram a construir as suas casas. Passaram a plantar banana, macaxeira, milho, batata, todas as plantas que dão em pouco tempo. As plantas que demoravam a dar fruto, não se plantavam. Não tinham o costume, porque se ficava pouco tempo morando no mesmo local. As frutas da mata eram colhidas quando era tempo de amadurecer.

Sabemos que os recursos naturais são todos os rios, os animais, as plantas como as palmeiras, as medicinas da mata, as madeiras de lei, a seringa, as frutas que comemos junto com os animais, as caças, os peixes, a água, etc. Esse conhecimento, os povos indígenas, aprenderam na convivência entre si e com a natureza. Com o aprofundamento desse conhecimento, fazemos um trabalho de gestão ambiental. Hoje, está se falando no mundo sobre tudo isso, com a diferença, que somente veio essa preocupação depois que uma maior extensão de terras foi destruída, pelo mal uso dos recursos e pela forma de pensar a riqueza por parte das pessoas, como os fazendeiros e os madeireiros.

Os povos indígenas, mesmo com problemas ambientais ocasionados pelo contato com os brancos, não perderam os costumes que tem nessa boa relação com a natureza.

Com as mudanças, podemos e estamos criando novas alternativas econômicas, plantando diversas árvores frutíferas e madeiras, fazendo o manejo de vários recursos naturais, conversando com a comunidade sobre a importância da gestão ambiental nas terras indígenas para garantir o futuro do nosso povo.

Joaquim Mana Kaxinawá

Da nossa floresta aproveitamos muita coisa



Desenho: Arlindo Kaxinawá

Na nossa floresta, existem várias qualidades de árvores: gameleira, jaracatiá, samaúma, uricuri, pupunha, jatobá, manixi, aua, aguano, jacateúba, cumaru, cumaru de cheiro, pau d'arco e cajuzinho.

Da nossa floresta aproveitamos muitas coisas: seringa, castanha, côco, frutas, remédios, madeira, palha etc.

A seringueira e a castanheira são bastante importantes para nós. É o nosso dinheiro, pois somos índios seringueiros e castanheiros.

Para colher o leite da seringa, tem que se fazer uma estrada na colocação, que pode ter um mínimo de 60 a 100 seringueiras. Então cortamos, colhemos e fazemos a borracha para vender e manter a sobrevivência da família.

A castanheira é uma árvore que possui frutos que servem para alimentar e vender o fruto: a castanha. Junto com a seringueira, a castanheira é muito importante na economia da floresta.

O que tiramos da nossa floresta e não comercializamos, é a madeira: cedro, aua, mulateiro, mutamba, maçaranduba e outras que usamos na construção de nossas casas, escolas, cantinas, posto de saúde, casa de farinha. Usamos a madeira também na construção de nossos objetos: arco e flecha, pilão, banquinhos, colher de pau, mesa, canoa, remo, prensa para macaxeira e borracha, engenhoca, cabo para machado etc. Usamos também a madeira para fazer fogo, onde cozinhamos a nossa comida e queimamos a nossa cerâmica.

Na floresta, aproveitamos como alimento muitas frutas: coco, cupuaçu da mata, cacau, pama, ingá, açai, sapota, jarina, bacuri etc.

Na nossa mata existem muitas palmeiras. Delas aproveitamos o coco que serve para comer, as palhas para cobertura das casas e a paxiúba para o assoalho.

Temos também os remédios da mata que são importantes para curar nossas doenças. Tem mel de abelha. Tem cipó. Tem as caças que servem de alimento para os índios.

Conhecemos três tipos de mata: mata cerrada, mata limpa, mata de terra firme ou alta.

Mata cerrada é aquela parte baixa na beira do rio, onde fica tudo muito fechado, com muito cipó e ninguém pode passar. Tem também na beira do rio o sororocal.

A mata limpa é onde caminhamos. Ela fica mais para o centro. Lá existe muito côco, que chamamos de “palheiral”.

A mata de terra firme ou alta é onde tem muito cedro, pau Brasil, castanhola, violeta, manixi, cocão, copaíba, guariba, inibu...

(Geografia indígena - CPI/AC, 1992)

O tronco do jenipapo serve para fazer construção de casa

A fruta do jenipapo é gostosa, serve para nosso povo e para os animais da floresta. Quando está madura é bem branquinha e a casca mole. Os meninos gostam bastante da fruta, que é comida crua. No mês de dezembro, cai direto, e os bichos se alimentam como a anta, porquinho, veado, jabuti e outros.

Na época da fruta do jenipapo, o caçador convida a mulher para fazer a coleta das frutas. Ele aproveita para caçar os porquinhos da mata.

Do tronco, fazemos à construção de casas, que utilizamos como esteio. A sombra serve aos bichos e a nós Manchineri. Suas folhas servem de alimento para a terra.

Damião Tsolya Brasil Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças

A copaíba é uma das árvores mais utilizadas na floresta. Seu fruto é muito saboroso. Para nós e para os animais da terra e do ar, ela é um ótimo alimento. A copa da copaíba é grande e tem vários galhos onde habitam os animais. Os animais que estão na árvore, quando vão comer, derrubam os seus frutos para os outros animais que estão embaixo. Essa árvore é semeada pelas caças, que são os porquinhos, veados, antas, queixadas e pacas.

A caça se alimenta do fruto da copaíba, e o ser humano se alimenta da carne de caça, que come o fruto. O tronco da copaíba é utilizado para fazer assoalho e parede das cascas de moradia.

A casca é utilizada para tratar luxações no braço, nos pés e no corpo, fazendo emplasto para aplicação na área afetada.

Da folha, fazemos a defumação com brasa para o bebê não pegar “doença de criança”.

O óleo da copaíba é utilizado para a cura de várias doenças: gripe, dor de garganta, dor no peito. É só tomar duas gotas três vezes ao dia.

Francisco Pereira Bina Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água

A fruta do jatobá serve para comer e é bastante doce. Quando os homens estão caçando na mata deserta, nos meses de agosto e setembro, época que a árvore do jatobá está carregada, eles comem a fruta no mato mesmo, porque não têm outra coisa para comer. Mas as mulheres gostam de comer jatobá mais que os homens.

O jatobá serve para tirar breu para passar no pote de água. Se não passar, a água não fica dentro. O breu ajuda o pote a durar mais tempo.

Francisco Machado - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

A casca do aguano é usada para tingir os fios do algodão

O aguano é encontrado nos lugares de terra firme e baixa. Essa árvore serve para muitas coisas. Sua madeira é usada para fazer esteio, barrote, tábua para assoalho e parede, na construção de nossas casas.. Serve também para fazer mesa, banco, cabo de faca, estaca, remo e muitas outras coisas.

A casca da árvore do aguano é usada para tingir o fio do algodão, que por sua vez serve para tecer rede, capanga, e cobertura. Sua tinta serve para pintar chapéu. A fruta serve como alimento para os vários animais que vivem na floresta: macaco, tucano, papagaio, curica. O macaco fica sentado e dorme nos seus galhos. Os passarinhos quando estão cansados de voar, sentam nos seus galhos para descansar. Os animais da terra também comem os seus frutos, como a anta, a cutia, o nambu... A fruta do Aguano é o legume dos animais da floresta.

José Sales Bane Kaxinawá - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

ALGUMAS PLANTAS E A SUA UTILIZAÇÃO PELO POVO MANCHINERI

Cajarana	Fruta: alimentação. Medicina: da casca é feito chá que cura a tosse das crianças.
Uricuri	Fruta: segundo os antigos Manchineri, uma sopa bem gostosa. Palha: cobertura de casas de moradia; <i>abano</i> pra atizar o fogo. Talo: pincel.
Jenipapo	Fruta: alimentação. Tronco: construção de casa. Medicina: pintura das crianças recém-nascidas, para evitar febre.
Uriti	Fruta: vinho, alimentação para os animais; Folha: "pau" para adubar a terra.
Maniti	Fruta: alimentação, suco. Copa: sombra para as caças descansarem. Tronco: assoalho. Folha: adubo.
Cereja	Fruta: alimentação. Outros: atraí as caças de pena, como cujubim e aracoã.
Mogno	Com a madeira, a construção de barcos, casas, <i>kenã</i> (sepo), remo. A casca serve para tingir os fios de algodão.
Seringueira	Se extrai o látex, que serve para fazer pneu de carros, pneu de aviões, luvas, camisinhas... Tronco: de boa qualidade, serve para fazer estrumo para adubar os plantios.

Fonte: Arquivo - Setor de Agricultura e Meio Ambiente – CPI/AC

Agricultura de subsistência

Chama-se agricultura de subsistência tudo o que é plantado para ser consumido junto com a família, sem buscar a comercialização.

Os índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, todos os moradores da floresta utilizam a agricultura de subsistência para sobreviver. Eles plantam arroz, feijão, mamão, melancia, abóbora e outros legumes.

Os índios têm o tempo certo de plantar cada tipo de planta. Os Kaxinawá, por exemplo, plantam o amendoim em duas épocas do ano. Nos meses de novembro e dezembro, plantam no roçado de terra firme. E, nos meses de maio e junho plantam na praia. No mês de maio, plantam melancia, feijão e jerimum na mesma praia.



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

Os roçados indígenas são consorciados, porque são plantados juntas várias espécies: macaxeira, milho, feijão, batata-doce, jerimum, inhame, abacaxi, mamão, taioba, banana, urucum, algodão, cana, tingui.

No terreiro de casa são plantados laranja, abacate, limão, café, maracujá, cuia, coco da bahia, ingá...

Todos esses alimentos dão saúde, força e energia.

Josimar Tuí Kaxinawá

O roçado e a tradição



Festa do Katxanawa. Desenho: José Samuel Kaxinawá

Tradicionalmente, cada povo tem a sua cultura, a sua dança. E também os seus cânticos para plantar, roçar e queimar.

Antigamente os velhos, quando iam plantar banana, tinham as músicas. Eles iam plantando e cantando, porque desse jeito a banana ficava bem grande.

A banana tem um jeito de plantar. Para dar um cacho bonito, é preciso saber onde plantar. Por exemplo, a banana “baié” tem que ser plantada no meio do roçado, em cima da terra firme, porque ela é o chefe das bananas, como se fosse um Tuxaua. Depois dela, é que se pode plantar as outras bananas.

A tradição dos nossos antepassados era forte no dia-a-dia. Com todos os produtos era a mesma coisa. No roçado, para queimar bem, tem que ter as cantigas, de modo que aquele local fique abençoado para plantar e dar bons frutos.

Hoje para queimar bem o roçado, o povo Kaxinawá não deve manter relações sexuais, porque o dia pode amanhecer nublado.

No dia de queimar o roçado, as mulheres fazem à limpeza, varrendo as casas e terreiros. Atam redes nas suas casas. Depois, vão tomar banho e lavam as cabeças com barro do igarapé. Os homens também se lavam com barro e folhas de remédios, para limpar o corpo. Assim o dia fica quente e com muito sol, porque cumprimos a devoção com Deus. Pois é ele que nos dá o sol e o vento.

Quando os homens vão queimar o roçado, as mulheres ficam observando. Quando elas vêem a fumaça subindo, começam a cantar no terreiro. Mandam a filha para balançar na rede e pedem para que o roçado queime bem. Os velhos vão cantar no aceiro do roçado, pedindo a pipira para chamar o sol.

Colocamos o fogo, gritando, assobiando, o desafiando com cuidado, para não deixá-lo tomar a frente da pessoa. Enquanto o roçado estiver queimando, não bebemos água, nem tomamos banho, porque o roçado pode parar de queimar.

Depois sempre chove, com vento e relâmpago, para molhar a cinza e apagar o fogo que queima dentro da mata.

Devemos respeitar os costumes e tradições indígenas. Assim é nossa tradição na agricultura Kaxinawá.

Francisco Pereira Bina Kaxinawa e Joaquim Maná Kaxinawá

Pintamos as mãos e o rosto para a macaxeira ficar com raiz grande

Quando se queima o roçado o velho pinta a cara com urucum para o roçado queimar bem. Quando o fogo vê aquela cara pintada, não deixa nenhum pedacinho de pau, queima tudo.

O meu avô falava que o fogo tem espírito forte. Meu avô contava para o meu pai, que quando fazia roçado, pintava todo o corpo com urucum, para o fogo acender logo. Ele falava que o urucum tem a cor parecida com a do fogo. Por isso que o fogo gosta de ver o homem todo pintando.

Quando vamos plantar macaxeira, pintamos as nossas mãos, para a macaxeira ficar com a raiz grande.

Para queimar o roçado e plantar, o povo Jaminawa pinta a cara. A mulher Jaminawa, quando vai para o roçado, se pinta de jenipapo. Quando a mulher vai pegar milho no roçado para fazer pamonha, vai cantando, para que no próximo roçado, o milho e a banana nasçam com as espigas e os cachos bonitos e bem grandes.

Cláudio Meireles Jaminawa - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)

Substratos

Chamamos substrato a mistura de tipos de solos para utilizar como adubo nas plantas.

Lingua Portuguesa	Lingua Ashaninka	Lingua Kaxinawá	Lingua Katukina
Areia	Ipanikó Itsiro	Maxi	Machi
Esterco	Samatoshi pawoitxata pathekawo	Pui mixpu	Voi poi
Terra da mata	Atamáshi aashixatami kipatsi	Mai ni merânua	Nii txava mai
Mistura de terra	Kipatsi pixatero pawo samatoshi	Mai kapã mana	hawemeihalai
Esterco + cinza	Tsimekito	Pui mixpu mapu kapã mana	Voi poi yartiimapo mêihatai
Terra preta		Mai mexupa	
Pau		Hi mixpu	
Esterco de gado		Awa pui	
Esterco de gado + cinza		Awa pui mapu kapã mana	
Mistura de terra, esterco e cinza		Mai awa pui kapã mana mapu yabi	

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente da Comissão Pró-Índio do Acre

Alternativas sustentáveis ligadas à tradição

Podemos identificar atividades sustentáveis que podem substituir aquelas que depredam a floresta, como a criação de gado e o plantio de grandes roçados.

Temos um recurso muito importante, que é o conhecimento do nosso artesanato que utiliza o algodão. Trabalhando com o algodão, não se está prejudicando o ar, nem o rio, nem mesmo o solo.

A nossa tradição sempre trabalhou com a questão do plantio consorciado. Então, podemos fazer um pequeno roçado pra subsistência, mas dentro desse roçado, ter vários pés de algodão, pra suprir as necessidades que adquirimos depois do contato.

A segunda alternativa sustentável é a criação de animais silvestres, que estão em extinção como o peixe, o jacaré, a tartaruga, que seriam os animais mais viáveis pra criar.

Não é preciso se criar tudo que tem na mata, mas pelo menos desenvolver algumas experiências, para mostrar que podemos desenvolver um projeto sustentável, que não acabe com a floresta, a natureza e os animais. Daqui a dez, quinze ou vinte anos, poderemos comer, usar aqueles animais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Uso das capoeiras para o plantio

É de nossa tradição não cultivar nas matas virgens. O manejo das nossas florestas pode ser feito aproveitando as capoeiras, que são as matas mais baixas que não possuem madeira de lei no meio.

Podemos fazer o levantamento com cada família. Quanto cada uma pode derrubar, como foi feito na Terra Indígena Praia do Carapanã. Se ele vai desmatar um hectare ou meio hectare. E vamos fazendo um acompanhamento com um relatório para pesquisar as brocas, em conjunto, agentes de saúde, lideranças, professores, agentes agroflorestais.

Joaquim Maná Kaxinawá

Limpar sem queimar a floresta

Este tipo de trabalho de limpar, sem queimar a floresta, vem sendo discutido como alternativa sustentável de uso da terra. Nesta experiência, a limpeza deve ser feita de julho a setembro, que é a época mais seca e boa para limpar. Tiramos as madeiras mais finas e folhas, fazendo montes em sistema de compostagem, e as madeiras grossas nós retiramos para outro lugar. Na limpeza da capoeira, devem ser deixadas várias espécies para não se correr o risco de perder sementes ou mudas na época do plantio também, para impedir de nascer o mato rapidamente.

Toda a madeira cortada deve ser guardada e amontoada em várias partes, onde está limpo para o plantio até mesmo para limpeza para uma próxima vez. Essas madeiras ficam como compostos permanentes e viram adubo da terra. A madeira fica completamente podre durante um ano e, na época da seca, serve para adubar as plantas, fazendo cobertura morta.

Estamos começando a reflorestar as Terras Indígenas de fartura e alegria para todos os seres vivos.

Benki Pianko Ashaninka

Recuperação de áreas degradadas



Desenho: Arlindo Kaxinawá

O reflorestamento também está inserido na cultura do povo indígena. Conta-se que, no passado, os antigos, mesmo trabalhando para os madeireiros, tiravam escondidos dos patrões, pequenas mudas e as plantavam em outros lugares, longe da exploração.

O trabalho realizado hoje é apenas de fortalecimento, em vista da necessidade de reposição do mogno, cedro e outras madeiras de lei, afetadas pela devastação. Além disso, são feitas a recuperação e revitalização das capoeiras que estavam abertas, para não serem abertas outras, o que custaria o derrubamento de mais árvores.

O ciclo da natureza é bastante respeitado. Os índios têm consciência de que qualquer processo natural interfere em outro. Um exemplo disso é o cuidado que se tem em não plantar nas matas virgens. Isso porque os animais se localizam nessas áreas para sua recuperação.

Os povos indígenas aprenderam com a natureza que se deve evitar o plantio de uma só espécie. É melhor para a produção plantar várias espécies, selecionando as que podem ser plantadas no mesmo roçado. Depois de utilizado, o lugar tem que passar cinco anos “descansando” para poder se recuperar.

Isaac Pinhanta Ashaninka

O plantio de frutíferas

A cultura do plantio de frutíferas é uma cultura nova para nós. Ela chegou com as plantas desconhecidas junto com a invasão de nossos territórios como a laranja, manga, cupuaçu, fruta-pão e outras.

Agora, os Agentes Agroflorestais estão trabalhando dentro de suas aldeias, plantando muitos tipos de frutas de forma consorciada, recuperando as capoeiras com as árvores de frutas.

Mas esse plantio só vai dar resultado depois de quatro ou cinco anos, com a primeira produção. A intenção do plantio de árvores que produzem frutos não é para amanhã, mas para o futuro, para as novas gerações.

Algumas frutas como o maracujá e o abacaxi estão produzindo em menos tempo e são consumidas pelo pessoal da aldeia.

Jaime Lullu Manchineri

ESPÉCIES EXÓTICAS E NATIVAS QUE ESTÃO SENDO PLANTADAS E/OU MANEJADAS EM COMUNIDADES INDÍGENAS

Nome da Frutífera	Utilidade	Cuidados no Plantio
Abacate	Fruta: Alimentação, misturado com açúcar. (<i>piojota</i>)	Quando está com um metro de altura, está bom para pegar sol; os galhos começam a engrossar e vai formando os frutos.
Goiaba	Fruta: Alimentação dos homens e passarinhos. Folha: chá para estancar o sangue machucado.	A goiabeira nasce em qualquer lugar, na terra baixa ou terra firme, no plano, no roçado ou perto de casa. Não demora para dar fruta.
Mamão	Fruta: Alimentação	É plantando no roçado, é feito uma cova para enterrar as sementes. Depois de 4 meses dá o mamão.
Jambo	Fruta: Alimentação	Pega a semente, que é grande, e planta direto no saquinho. Depois enche de substrato de areia, composto com terra preta, e leva para o viveiro. Quando está com 40 cm de altura, está no tempo de levar para o local definitivo. O berço é aberto com a medida de dois palmos de largura e dois palmos de fundura, aduba com estrume, paú, cinza, folha de ingá e folha de mulungu.

Fonte: Arquivo Setor de Agricultura e Meio Ambiente - CPI/ AC

Manejo e segurança alimentar



Manejo comunitário no sistema agroflorestal da aldeia Peri - Terra Indígena Mamoadate. Foto: Adriano Dias

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se reproduzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

Com o desmatamento, são tirados todos os recursos da floresta. Um dos maiores prejuízos é a alimentação. A floresta é como um grande roçado: se você planta e zela, você come os frutos dela o tempo todo. Além disso, a floresta oferece alimentos não só para os povos da floresta, como também para os animais. Eles precisam de frutas para comer, de espaço para se produzir. Para os peixes, é dado um tempo de três a cinco anos sem pescaria para que aconteça a reprodução. Se acabar a mata da beira do rio, os peixes vão se afastar porque não têm os frutos para seu alimento.

A riqueza, para os povos que vivem nela é ter a floresta, com os animais se reproduzindo. Aprendemos um meio de explorar a floresta de uma forma que não prejudicasse o meio ambiente, de uma forma que os animais tenham a parte deles, necessária para se multiplicar. Não se deve pensar apenas no presente, mas no amanhã, porque a riqueza não é o dinheiro da exploração da floresta.

O manejo da caça e da pesca faz parte da cultura indígena , para que se tenha um equilíbrio dos animais que são consumidos.

O manejo do tracajá também é realizado. Antes, era comum vê-los em filas, nas praias da região, porém os posseiros e patrões levavam canoas abarrotadas desses quelônios para vender nos municípios do estado.

As aldeias ainda sofrem os efeitos do desmatamento do passado, pois não se encontram mais palmeiras e paxiúbas, árvores nativas da região, que foram vendidas pelos comerciantes de madeira.

Queremos que no futuro digam: “o nosso povo conservou desse jeito”. Nós estamos sobrevivendo por causa dos nossos antigos, que moraram aqui, que lutaram por isso e deixaram essa herança para nós. Isso é criar uma história. E tem que ser uma história bonita, que possa ser vista por todo mundo.

Joaquim Maná Kaxinawá

O manejo tradicional dos Manchineri

Nós Manchineri, há tempos temos o costume de fazer o manejo da palha. Quando começamos a estudar o manejo de palha para a cobertura, não achei estranho, porque já estou acostumado com esse conhecimento.

O manejo de palha é muito importante para nós índios que moramos na aldeia. Em primeiro lugar, para fazer o manejo, a gente tira um pau na base de cinco a oito degraus para poder subir na palheira. Tem que ter muito cuidado para tirar a palha, porque lá em cima pode ter cobra, caba ou lacraia. Também é preciso ter cuidado para não se acidentar com o talo da palha que foi cortado, que é bem afiado.

Nós também fazemos o manejo da palha da jarina, para botar no capote da casa de moradia. Assim conservamos a nossa floresta indígena.

O manejo quer dizer que não vai precisar só de uma vez, vai ser para toda a vida, pois quando a gente quer tirar a palha, já temos no seu lugar. Sabemos de onde tirar, fica perto de casa e dá menos trabalho pra carregar. É mais favorável para todos.

Paulo Emídio Manchineri - (Chegou o tempo de plantar as frutas - CPI/AC, 2000)



Manejo de palha para cobertura de casa

Levantamentos dos recursos naturais

Na nossa comunidade, estamos fazendo o controle dos roçados onde cada pessoa pode ter seus legumes e plantios, para não causar impacto dentro da nossa terra indígena.

Algumas vezes a comunidade pensa em criar gado achando que está encontrando outra alternativa econômica. Então é preciso que se fale para comunidade que a nossa economia depende da nossa organização. Por isso, começamos a trabalhar na implementação do Plano de Uso dos Recursos Naturais. Estamos fazendo levantamentos dos recursos naturais e socioculturais; os bichos das águas (rios, igarapés e lagos), caça comestível e não comestível, recursos florestais, tipos de comida e etc.

Elaboramos os materiais e mapas com os alunos sobre as frutas que estão acabando, e discutimos de que maneira podemos manejar para não acabar.

Estamos fazendo a relação de quantas espécies de madeira de lei, de plantas frutíferas, dos animais que estão dentro da comunidade, quais estão acabando, os que estão em abundância, os que precisamos conservar e cuidar para não explorar como as espécies que estão desaparecendo.

Lucas Artur Manchineri



Arquivo do Setor de Agricultura e Meio Ambiente, CPI/AC.

A situação da caça



Desenho: Aldemir Luis Mateus Kaxinawá

A caça na terra indígena é um dos recursos fundamentais para a estrutura de saúde e alimentação. A situação da caça nas aldeias está equilibrada pelo trabalho de conscientização realizado. Essa situação está assim porque utilizamos apenas para o consumo da comunidade.

Hoje estamos fazendo avaliação do que é consumido. Não estamos afetando todos os animais que existem, e em muitos casos, o número está aumentando, pois estão se reproduzindo. Utilizamos uma quantidade que não causa prejuízo para as espécies.

O importante é buscarmos alternativas para o uso dos recursos. Por exemplo, pensar junto com a comunidade a época de comer o porquinho, se está no tempo de reprodução ou se está de filhote. Trabalhar com a comunidade, que todos saibam do ciclo de reprodução das espécies para fazer um controle, mesmo que ainda não seja um problema atual para várias comunidades, porém é importante pensar o futuro.

O manejo tem que ser discutido por todos, pelas famílias e lideranças, se responsabilizando e contribuindo com esse trabalho.

O principal problema é a invasão das madeireiras que afeta as maiores áreas de manejo e refúgio das caças de algumas terras indígenas.

Nas aldeias próximas dos municípios, de fazendas e assentamentos, a situação é complicada pela falta desses recursos que são fundamentais à sobrevivência dessas comunidades.

O problema é de quem invade as T.Is. É preciso ter o controle da entrada das terras, a consciência e entendimento de trabalhar o manejo das caças.

Os locais de caça

Os mais velhos têm a experiência de buscar certo tipo de caça. Eles sabem onde caçar e orientar os caçadores novos por onde devem caçar diversos tipos de animais.

As caças que moram nos buracos têm que ser procuradas no terreno baixo. Se quiser pegar macaco tem que procurar em vários lugares, porque existem vários tipos de macaco. Uns gostam da beira do rio, outros de lugares mais fechados, e existem os que gostam da terra firme. Tem também a anta, o porquinho, eles gostam da beira do rio quando tem muita fartura. Outros gostam de ficar no meio da mata.

Joaquim Maná Kaxinawá

Manejo de caça

O manejo de caça deve acontecer principalmente na época do inverno que é tempo de produção, cria de animais, mamíferos e não mamíferos da mata.

A primeira coisa é saber se a caça é fêmea, porque se ela estiver prenha, morrem dois ao mesmo tempo. Temos que deixar as fêmeas reproduzirem.

Outra coisa é não caçar com cachorro, porque espanta a caça. Foi criada a lei, que não pode mais caçar com cachorro. Hoje fazendo o manejo as caças estão mais fáceis de pegar, e mais perto da aldeia.

Se não cuidarmos do manejo das caças, elas vão se acabar cada vez mais, e pode chegar um dia, que tudo acabe de vez. Disso depende a nossa sobrevivência.

Devemos ensinar para os nossos filhos e netos, aprender o conteúdo do manejo. Isso é nossa riqueza.

José Mateus Itsairu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS ANIMAIS DE CAÇA COMESTÍVEIS DO POVO MANCHINERI

Nº	L. P	L. I	Habitat	Abundância
	Queixada	Hiyalu	Todos lugares da mata	Pouco
	Anta	Jema	Todos lugares da mata	Pouco
	Porquinho	Mrtixi	Todos lugares da mata e no buraco	Pouco
	Veado	Kchoteru	Na terra firme de baixo do bauceiro	Pouco
	Capivara	Hipetu	Na beira do rio e do lago	Muitos
	Tatu	Kchiwna	Na terra firme no buraco	Muitos
	Paca	Kayatu	No buraco da grotta	Muitos
	Cutia	Pejri	No roçado	Muitos
	Jabutí	Knoya	Todos os lugares da mata, nos bauceiros	Pouco
	Macacos preto	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Capelão	Mtshira	Mora na mata alta	Muitos
	Macacos pregos	Tshkotu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Cairara	Kletu	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Zogue	Kwaha	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Quati	Kapchi	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco da noite	Hyame	Nas moitas da mata	Pouco
	Quatipuru	Yopixri	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Macaco de cheiro	Tshkotu hanuru	Em qualquer lugar da mata	Muitos
	Mutum	Hiyeka	Em qualquer lugar da mata	Pouco
	Jacu	Totunta	Todo lugar da mata	Muitos
	Cujubim	Kanalu	Nos baixos do rio	Muitos
	Jacamim	Hixixi	Em todo lugar no mato	Muitos
	Aracuã	Plejnako	Na mata fina	Muitos
	Arara	Pamlo	Nos galhos de pau	Muitos
	Papagaio	Hapro	Nos galhos de pau	Muitos
	Maracanã grande	Saweto	Nos frexeral	Muitos
	Nambu azul	Tseklu	Terra firme	Muitos
	Nambu galinha	Yoko	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu mucura	Makokawo	Em todo canto da mata	Muitos
	Nambu suja	Kajpoptsho	Capoeira	Pouco
	Nambu canela rocha	Kwuru	Capoeira	Pouco

Elaborado por agentes agroflorestais, professores e membros da comunidade da Terra Indígena Mamoadate, durante oficina de gestão ambiental, em 2003.

Mito do Manikari

O Manikari é Ashaninka mesmo, tem um chapéu, uma kushma dele, tudo assim como nós. Às vezes, quando vamos caçar, ele vem atrás sem dizer nada, não se pode vê-lo. Aí, andamos, andamos, andamos...

Qualquer caçador que vai no mato tem que pedir a ele assim:

- Eu quero ser teu amigo, eu quero uma comida para eu levar em minha casa, não tem nada para comer lá.

Aí, Manikari está escutando, não se pode vê-lo, mas ele está escutando. Aí, quando tu acaba de rezar, tu vai mais lá (na frente), aí tu encontra caça, um porquinho, um veado, aí pode matar: pan, pan!. Já tem comida que tu rezou, tu pediu e ele é teu amigo. Aí, tu chega em casa com a caça, não pode comer só macaxeira, né? (...).

Um dia, tinha um Ashaninka que matava mesmo, matava tudo, gostava de matar e estragar. Aí, um dia, quando ele foi no mato, ele não encontrou mais nada. Aí, o Manikari estava escondido, aí ele saiu e conversou:

- Eu estou procurando qualquer animal para matar e levar em casa - disse o Ashaninka.

- E esses dias, por que tu estragou? Por que tu não deu a outro pessoal? Por que tu deixou ficar (a caça) podre? Tu estragou mesmo. Agora, pode agüentar com fome.

Aí, ele (o Ashaninka) veio embora, não encontrou mais nada, chegou em casa com fome, sem nada. Por isso é que Ashaninka não pode estragar, tem que matar para comer mesmo. Nós, por exemplo, temos nossas galinhas e, se mata para estragar, o dono pode ficar com raiva, né? Quando mata, tem que comer tudo (...). Manikari é a mesma coisa: quando estraga, ele esconde. Por exemplo, esse tempo, quando tinha branco, já não tinha mais nem rastro de queixada, veado e anta. Andava, andava e não tinha nada, nada, nada. Estava acabando porque quando tinha branco por aqui, matava, matava e estragava. Aí, branco começou a sair, aí ficou mais calado e começou a vir de novo (...). Foi Manikari que escondeu porque matava muito e estragava. Como branco faz, né? Tira a carne e estraga a cabeça. (...). Ashaninka mesmo não estraga a cabeça não. Ele come tudo, come a carne e moqueia a cabeça.

Narrado por Aricemio Ashaninka

Pesca, uma prática tradicional



Desenho: Acelino Sales Kaxinawá

A prática da pesca é uma tradição dos povos indígenas na alimentação.

As nossas práticas não são tão predatórias comparadas a quem pratica fora da aldeia usando rede e pescando em grandes quantidades, como acontecem nos rios, principais, onde as pessoas enchem de rede na época da piracema. Os peixes não

sobem mais para os afluentes, igarapés e lagos, onde ocorrem os maiores problemas de escassez.

É necessário mudar a forma de pescar, fazer um controle da pesca. A prática do mergulho, para alguns povos, é um tipo de diversão e esporte. Mas essa diversão pode estar prejudicando os peixes grandes, como o jaú e o surubim. Esses peixes fogem com o mergulho. Criando os remansos de reprodução, podemos suspender por um tempo a pesca de mergulho e diminuir a pesca com tingüi. Hoje tem bastante peixe em várias terras indígenas, mas muito distante das aldeias.

Estamos fortalecendo a criação de peixe em cativeiro não só para dar suporte aos peixes nativos, também para criar uma estrutura próximo da aldeia que facilite o trabalho comunitário, e que as pessoas possam contribuir com a natureza.

Isaac Pinhanta Ashaninka

A situação da pesca

Algumas espécies de peixes para se reproduzir não dependem apenas de um único local. Em várias regiões a reprodução do peixe está muito prejudicada porque depende da situação de vários rios que percorrem a região. Em alguns rios, não sobe mais piracema por causa da pesca predatória.

As espécies, que não se reproduzem num mesmo rio e dependem de outros rios para soltar suas ovas ou para crescer nos rios menores não estão conseguindo chegar para esses locais, por isso está tendo escassez dessas espécies.

É importante trabalhar o manejo das espécies que se reproduzem no local, para isto estamos pensando na reprodução desses peixes em cativeiro. Queremos fazer um plano de manejo, por exemplo, do peixe cascudo que é uma espécie muito apreciada, ou do caranguejo. Temos que achar outro meio para substituir na alimentação da comunidade por um tempo, para dar um descanso a essas espécies locais.

Joaquim Maná Kaxinawá

ANIMAIS COMESTÍVEIS QUE VIVEM NA ÁGUA - POVO MANCHINERI

O peixe para os Manchineri é um recurso escasso na T.I e é considerado a mais importante dieta alimentar. Nos últimos anos se tem trabalhado para recuperar o peixe na TI, um dos exemplos é a aldeia Jatobá que elaborou em 2003 um projeto para criação de peixe em cativeiro.

Nº	LP	LI	Habitat	Situação de abundância	Quando pesca
1.	Curimatã	Kapiripa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
2.	Mandi	Kolyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
3.	Branquinha	Kalyapalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
4.	Jundia	Wakawa	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
5.	Sabaro	Ksamire	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
6.	Raia	Hpuyo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
7.	Piranambu	Heprahaha	Rio, igarapé	Pouco	Verão, inverno
8.	Piranha	Homa	Rio, lago, igarapé	Mais ou menos	Verão
9.	Piaba	Kopaji	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
10.	Tambuatã	Tsojri	Lago	Mais ou menos	Verão
11.	Piau	Hyanutu	Rio, lago, igarapé	pouco	Verão
12.	Surubim	Kayonalo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão
13.	Pescada	Kajnakojiro	Rio, lago	Pouco	Verão
14.	Sirigado	Kokchitshi	Rio, lago	Pouco	Verão
15.	Cuiu	Kaplalo	Rio	Pouco	Verão
16.	Pacu	Pathu	Rio, lago	Pouco	Verão
17.	Peixe cachorro	Hoyhiknalu	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
18.	Peixe sabão	Kapchichina	Rio, igarapé	Pouco	Verão
19.	Bico de pato	Hopchijramta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
20.	Puraqué	Putsofu	lago, rio	Pouco	Verão
21.	Giju	Pone	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
22.	Soia	Slotamta	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
23.	Cascudo	Hatshiki	Rio, igarapé	Pouco	Verão
24.	Cará	Tsuwu	Igarapé, lago	Pouco	Verão
25.	Traira	Ksakjeru	Igarapé, lago	Pouco	Verão
26.	Jacaré	Kchiyejru	Rio, lago igarapé,	Mais ou menos	Verão, inverno
27.	Tracajá	Supru	Rio, lago	Pouco	Verão
28.	Tartaruga	Soklu supre	Lago, igarapé	Pouco	Verão
29.	Caximbo	Chotwa	Igarapé, lago	Pouco	Verão
30.	Mané besta	Kyeplo	Igarapé, lago	Pouco	Verão
31.	Camarão	Hektshi	Rio, igarapé	Pouco	Verão
32.	Caranguejo	Yotlo	Rio, lago, igarapé	Pouco	Verão, inverno
33.	Sarapó	Yatsapi	Rio, lago igarapé,	Pouco	Verão
34.	Tambaqui	Hamjiru	Rio	Pouco	Verão
35.	Peixe lenha	Tsharawa	Rio	Pouco	Verão
36.	Mapará	Poptshihapuru	Rio, lago	Pouco	Verão

Elaborado por Paulo Emídio Manchineri durante curso de agentes agroflorestais indígenas, em 1996.

Manejo de tracajá



Filhotes de quelônios, Aldeia Mucuripe - Terra Indígena Praia do Carapanã. Foto: Renato Gavazzi

No passado, era comum ver um monte de tracajá nas praias. Mas, depois, vieram os comerciantes, os levavam em canoas abarrotadas para vender nos municípios. Nós, índios, gostamos muito de tracajá, faz parte da nossa alimentação. E, por isso, hoje estamos cuidando, fazendo o manejo, para que não acabe.

Manejo de Tracajá passo a passo- Terra Indígena Igarapé Humaitá:

- 1 - Reuniões comunitárias todos os meses para discutir os manejo de tracajá.
- 2 - Nos meses de julho e agosto, expedições para a coleta de ovos.
- 3 - Julho e agosto: transporte dos ovos das praias para os tabuleiros.
- 4 - Julho e agosto: registro do número de ovos.
- 5 - Julho e agosto: construção dos tabuleiros nas praias.
- 6 - Julho, Agosto, Setembro e Outubro; vigiar os tabuleiros nas praias.
- 7 - Julho: construção do açude (cativeiro manual).
- 8 - Julho: Cerramento em torno do açude.
- 10- Agosto e Setembro: transporte dos tracajás do tabuleiro para a aldeia, dentro de uma gaiola durante uma semana.
- 11- Janeiro e Fevereiro: repovoamento do igarapé, igapós, rios.

José de Lima Kaxinawá

Manejo de pesca

Hoje, a idéia é não colocar o tingui nos rios. No passado, quando era utilizado, matava tudo, os peixes menores e os grandes. Têm época que pode pescar e outras não, como na época da desova, porque eles não se reproduzem.

Quando essas idéias começaram a ser colocadas, algumas famílias contestaram, porque no início não estavam entendendo o motivo da preocupação e a importância do manejo.

A tendência é continuar com essa idéia. Colocando os jovens, pois futuramente são eles que estarão fazendo isso, para não utilizar o tingui, ter o conhecimento da técnica de reproduzir mais peixe.

Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre

Plano de gestão territorial e ambiental de uma Terra Indígena

O Plano de Gestão Territorial e Ambiental é trabalhado pelas comunidades locais durante as oficinas de etnomapeamento, sistematizando as atividades em prática ou planejadas. É um instrumento para a comunidade orientar o uso dos recursos naturais que têm na terra indígena, planejar para que não faltem no futuro.

A comunidade precisa sempre estar discutindo, para construir coisas que possam estar relacionadas com o plano de uso. Nem tudo que existe na natureza, na forma que existe desde sua criação, o homem vai conseguir controlar para sempre.

Os temas discutidos e organizados nas aldeias durante as oficinas para a elaboração do Plano de Gestão são: floresta, caça, pesca, roçado, plantios agroflorestais, manejo e criação de animais silvestres, criação de animais domésticos, aldeia, lixo e saneamento básico, recursos hídricos, vigilância e fiscalização e a relação da terra indígena com o entorno.

Benki Pianko Ashaninka

A seguir, os exemplos de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental. O primeiro foi elaborado na Terra Indígena Ashaninka do Rio Amônia trata sobre o uso e cuidados com a floresta e o trabalho com o lixo e saúde ambiental. o segundo foi realizado na Terra Indígena Ashaninka Kaxinawá do Rio Breu e trata do uso e dos cuidados com a caça e com os recursos hídricos.

T.I Ashaninka do Rio Amônia

Floresta

Murmuru: coletar o murmuru para a comercialização. Usar o murmuru localizado nas margens dos rios, nos caminhos próximos das casas de moradias. Quando fizer a coleta nas margens dos rios procurar deixar sempre alguns murmurus para as caças se alimentarem. Não fazer a coleta dentro da mata para deixar para as caças se alimentarem como, por exemplo, o porquinho, a queixada, a cotia, a cotiara, o quatipuru etc. Coletar até 300 metros, a partir da margem dos rios e igarapés, na área de uso da aldeia.

Semente florestal: de 1993 a 1996, a comunidade se organizou para fazer a coleta e a comercialização de algumas espécies de sementes florestais, mutamba, atopa, mulateiro, mulungu da várzea, copaíba, cedro, aguano, bálsamo, san pedro, cumaru, pau d'arco, etc. Um dos objetivos da coleta de sementes florestais era o plantio e o reflorestamento dentro da terra indígena e fora dela. De 1996 em diante, cada família continuou a coleta e o plantio para manter essas espécies. Já existe planejamento para reiniciar o comércio a partir de 2005 no plano de negócios.

Sementes de artesanatos: plantar próximo das casas de moradias as sementes que são utilizadas para os artesanatos. Não derrubar as árvores para fazer a coleta da semente, fazer sempre um manejo sustentável para usá-las, usando material de alpinismo.

Tintas da floresta (pigmentação): fazer o manejo não tirando toda a casca em volta da árvore, pois a árvore morre se anelar. Plantar estas espécies perto das casas ou nos SAFs. Guardar protegido para que a casca coletada dure bastante tempo, evitando desperdícios.

Cipó – Kamarãpy: fica proibido o comércio do kamarãpy, pois ele é considerado uma planta sagrada para o povo Ashaninka e não deve ser vendido. As pessoas responsáveis pelo seu uso devem sempre fazer o manejo sustentável da planta, plantando na mata, SAF ou próximo de sua moradia.

Txamayro: espécie que não se encontra dentro da terra indígena. Planta sagrada e muito importante na cultura dos Ashaninka. Existe a necessidade de trazer a espécie para dentro da terra indígena, fazer o seu repovoamento.. Está sendo feita pesquisa para observar os locais de plantio em que se desenvolve melhor. Planejar reunião com os moradores do Assentamento e Reserva Extrativista para informar o que é o txamayro, a importância na cultura Ashaninka, informar da pesquisa e solicitar autorização da coleta e zelo da área onde ele se encontra. Localizar junto com eles os locais onde estão os partidos de txamayro.

Plantas medicinais: cada família deve ter um canteiro com várias plantas medicinais próximo de sua casa uma farmácia viva e deve estar sempre preocupada em enriquecer o viveiro com várias plantas medicinais. Este seria um centro medicinal com todas as espécies e variedades das plantas que curam, sendo o centro administrado pelos pajés e agentes de saúde indígena. Cada família deve observar as plantas importantes que estão longe de casa e trazer para perto, atendendo aos imprevistos. Recuperar a pesquisa sobre plantas medicinais feitas em colaboração com a antropóloga Margarete.

Madeira para construção de canoas e tambores: escolher bem as árvores para construir canoas e tambores. Derrubar e aproveitar bem todos os paus, as cascas e galhos. Fazer uma pesquisa sobre a abundância das de madeira-de-lei, as mais usadas, e suas taxas de crescimento. Os caçadores podem trazer e fazer o registro. Não usar cedro e aguano para construção de casas. Pensar em pesquisa para ver o quanto existe de cada espécie. Aproveitar madeiras derrubadas e caídas, solicitar oficina de aproveitamento dessas espécies.

Parcerias com as instituições: estabelecer e firmar parcerias com as instituições governamentais (IBAMA, IMAC, SEPRO, SEATER, Universidades) para apoiar a implementação dos planos de manejo dos recursos florestais na terra indígena.

Lixo e saneamento básico

Saúde ambiental

Lixo: a comunidade precisa se organizar para coletar o lixo não orgânico, levar para a cidade e ao mesmo tempo cobrar dos municípios um local correto para colocar este lixo.

Orientar a comunidade, para colocar separado o lixo orgânico (casca, resto de comidas, etc) do lixo não orgânico (latas, papeis, vidro, etc).

Orientar e fiscalizar os visitantes para não jogarem lixo na aldeia, levarem o lixo de volta de onde veio. A comunidade tem que se organizar para juntar as pilhas e baterias para levarem aos postos de coleta na cidade.

Privadas: cada família deve se organizar para ter uma privada.

Levantamento realizado na oficina de etnomapeamento, aldeia Apiwtxa - Terra Indígena Kampa do Rio Amônia.
CPI/AC - março de 2004

T.I Ashaninka/Kaxinawá do Rio Breu

Caça

- *Quando possível, evitar matar as caças grávidas ou com filhotes. No caso de matar, trazer o filhote para criar, mas não vender.*
- *Não pode caçar com cachorro a mais de 1 hora de distância. Caçar somente na beira dos roçados e do rio. Não se pode criar cachorros grandes de caça, como paulista, americano, etc.*
- *Não se pode vender carne de caça fora da terra indígena.*
- *Criação de animais silvestres: as comunidades interessadas em criar alguns animais como o jabuti, tracajá e outros, deve pesquisar e procurar apoio das instituições que trabalham com essas atividades (IBAMA, IMAC, SEATER, outros criadores, etc.).*
- *Caçar mais na área do Peru, evitando caçar nas áreas em volta das aldeias. Manter as áreas de refúgio dentro da TI, no Peru e na Reserva Extrativista.*
- *Incentivar e dar continuidade à atividade de monitoramento da caça, principalmente das que estão em escassez: anta, cojubim, macaco preto, etc.*

Recursos hídricos

- *Não jogar animais mortos na beira e dentro dos rios. Não jogar óleo, combustível, lubrificante dentro dos cursos d'água. Nas viagens, não jogar os lixos não orgânicos dentro dos rios.*
- *Organizar a privada longe dos rios, cacimbas e caminhos. Organizar as cacimbas para não contaminar as suas águas.*
- *Tratar sempre a água que bebe.*
- *Planejar e fazer um sistema de coleta de águas das chuvas.*
- *Pesquisar, organizar para criar o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Breu e Juruá.*

Levamento realizado na oficina de etnomapeamento em na aldeia - Terra Indígena Kaxinawá/Ashaninka do Rio Breu.
CPI/AC-2004

O monitoramento ambiental

No monitoramento ambiental da caça, em primeiro lugar, o agente agroflorestal faz anotações no seu diário de trabalho. Anota o dia da semana, o mês, o ano, o horário, a distância e o lugar em que foi caçar e matou o animal. De que tipo era esse animal, se era grande ou pequeno, de pêlo ou de casco. Deve anotar também as informações que pegar com as pessoas da comunidade sobre o que eles mataram na caçada.

Sobre monitoramento da criação, aprendi que devemos anotar quando vemos os rastros, a dormida, marcas de riscado, cocô, penas, ninho de ovos e também quando ouvirmos o canto, o grito ou quando sentirmos o piché. Dos animais da água, devemos ter anotações de quando encontrarmos no poço, praia, lago, igapó ou pauzada, escrever a quantidade que tinha e onde fica o seu habitat, o lugar onde ele vive. Esse monitoramento deve ser feito junto com a comunidade e o suplente do agente agroflorestal.

Além de aprender como monitorar animais mortos e vivos, também se aprende a monitorar palheiras e a demarcar um lugar para fazer a contagem das mudas.

O monitoramento ambiental serve para observar os recursos da nossa terra indígena, tanto faz se são os animais da mata, da água, animais que voam ou madeiras de lei como: mogno, cedro, cerejeira, jacaréúba, palmeiras como palheira, paxiubão... Também serve para avaliar esses recursos com a passagem do ano, se antes tinha muito, agora têm pouco, ou se antes tinha muito perto e agora só têm longe, e o que não tiver, que já acabou, que antes não tinha. Em cima dessa avaliação, junto com a comunidade, dá para fazer um planejamento melhor de como devemos usar os recursos.

O monitoramento serve para que eu oriente melhor o meu povo nos cuidados que temos que ter com os recursos naturais. Por isso, é um trabalho fundamental dentro da terra indígena: saber como cuidar dos recursos, e não só cuidar, mas saber usar com manejo e junto com a comunidade.

Jorge Domingos Kaxinawá

Propostas para o entorno das Terras Indígenas

As propostas são resultados das discussões que viemos tomando entre nós, professores indígenas, no sentido de encontrarmos soluções para os problemas causados pelos impactos negativos provocados nas terras indígenas.

Nos últimos anos, a Amazônia vem acumulando uma herança ambiental de 630.000 de hectares de área bruta desmatada. Essas pessoas que fazem as derrubadas, não pensam que estão causando agressão à natureza pensam somente no progresso e no dinheiro. Em nome disso, eles prejudicam não somente o ser humano, como também a todo ser vivo. Matam os animais, os rios e o espírito da floresta. Para nós, o vento soprando, é uma felicidade dentro de cada mundo espiritual.

Nós não somos acostumados com grandes derrubadas. Para nós, povos indígenas, um roçado de dois hectares é considerado muito grande. Sabemos que a derrubada destrói e que ali se cria um outro tipo de vegetação. O que a natureza plantou, não volta mais, se for derrubada e queimada. Estamos preocupados, porque queremos a floresta com seu espírito vivo. Onde colocemos o nosso conhecimento, tudo será vida. E o que não pode voltar a ser como era antes, que seja ao menos semelhante ao que era.

Nani Yawanawá
Lucas Artur Manchineri

Propostas para o entorno de algumas terras indígenas

T.I. Arara do Igarapé Humaitá

(demarcada / com projeto de vigilância pelo PPTAL)

- Foi enfatizado que existe certa facilidade de se fazer acordos com vizinhos desta terra indígena, com a prefeitura, famílias assentadas e ribeirinhas;
- Educação com os AAFIs;
- Conscientização do trabalho com ajuda dos professores e comunidade;
- Proteção das cabeceiras e matas ciliares;
- Com a terra indígena já homologada, a reivindicação é no sentido de uma ampliação da área rumo às cabeceiras do rio Nilo.

T.I. Praia do Carapanã

- Conscientizar os vizinhos do entorno da terra indígena, como os ribeirinhos;
- Acordo para efetivar essa proteção;
- Recuperação da mata ciliar e áreas degradadas;
- Manejo de lixo, para quem viaja no rio;
- Proposta de educação ambiental para as escolas dos vizinhos;
- Cidade do Jordão – discussão para a questão do lixo.

T.I. Cabeceira do Rio Acre

- Discutir a proteção da fronteira com país vizinho (Peru);
- Proteger as margens dos rios com mata ciliar com faixa por volta de 5 km;
- Fiscalizar a fronteira e reforçar isso com as autoridades;
- Comunicação imediata com o país vizinho para se tomar providências quanto a extração de madeira;
- Comunicar as invasões;
- Fiscalização da fronteira internacional;
- Vigilância da terra indígena.

T.I. Kaxinawá /Ashaninka do Rio Breu

- Ampliação da terra indígena;
- Conservação e/ou recuperação das matas ciliares com reflorestamento de capoeira;
- Fiscalização com participação dos professores, AAFIs, lideranças e caciques;
- Firmar parceria com os órgãos do governo, ONGs e organizações locais, regionais e município;
- Intercâmbio com outros povos;
- Fazer trabalho de mobilização.

T.I. Kampa do Rio Amônia

- Trabalhar a mobilização das terras indígenas de fronteira;
- Reserva extrativista – não ter morador numa faixa limite da terra indígena;
- Monitoramento da água;
- Recuperação da mata ciliar.

T.I. Kaxinawá do Seringal Independência

- Ampliação da terra indígena;
- Proteção das matas ciliares;
- Reflorestamento de uma faixa no entorno da terra indígena;
- Não permitir ramais;
- Fiscalização da faixa dos limites da terra indígena.

T.I. Kaxinawá do Baixo Rio Jordão

- Reflorestamento para a recuperação das áreas degradadas;
- Lixo – implementação de trabalhos para organização do lixo na aldeia;
- Comunicação para a proteção da terra indígena;
- Posto de vigilância.

T.I. Kaxinawá do Rio Jordão

- Buscar sementes dentro da terra indígena para o reflorestamento de áreas degradadas;

T.I. Igarapé do Caucho

- Ampliação da terra indígena;
- Acordo com fazendeiro vizinho para ampliação da terra indígena;
- Conscientização dos moradores do entorno;
- Acordo de reflorestamento junto com o governo, prefeitura, fazendeiros e comunidade;
- Programa de recuperação das matas ciliares;
- Manejo de pesca;
- Políticas públicas para manejo adequado junto com vizinho do entorno;
- Posto de fiscalização;
- Apoio de ONGs, governo, associações locais e regionais.

Elaborado pelos professores indígenas no V Curso de Formação Continuada, CPI/AC - 2005

Uso sustentável dos recursos da floresta

A idéia de uso sustentável é uma reflexão para o manejo, significa a utilização equilibrada dos recursos naturais. Mas não o manejo numa relação apenas para o comércio. Quando se tem idéia de produzir muito, acaba-se por explorar a sua própria terra, fazendo grandes plantios para comercializar e destruir muito.

Os recursos naturais têm que ser utilizados com equilíbrio. É possível sobreviver no mundo de hoje, sem causar danos à natureza, sem prejudicar as espécies. Os povos indígenas possuem esse conhecimento há muitos anos e vem sobrevivendo. Não deram problemas para a natureza.

Os novos conhecimentos que estão chegando às aldeias precisam ser discutidos com toda a comunidade, de forma inteligente, para não trazer problemas. O contato trouxe devastação, poluição da terra, porque tentaram modificar o que antes os povos indígenas não eram. Não se pensava em fazer grandes plantações de macaxeira para fazer farinha para vender, nem plantar arroz, feijão, porque não havia essa necessidade.

A produção tem que ser organizada, para dar suporte à comunidade. É preciso haver uma produção organizada para garantir a alimentação das famílias, senão vamos depender sempre do mesmo sistema.

A tradição sustentável do índio não pode ser mudada, como produzir banana para comprar bolacha na cidade, ou a idéia de escola para que as crianças estudem pensando apenas num emprego.

Se não for trabalhado com consciência, nenhum produto pode ser ecológico. A farinha, por exemplo, é um produto que pode ser ecológico ou não. Uma pessoa pode estar produzindo farinha para todo o país, mas prejudicando sua floresta. Mas se ela usar uma outra maneira de produzir, fazendo o manejo, vai estar produzindo uma farinha ecológica.

Se formos trabalhar, por exemplo, vendendo todos os côcos da mata, vamos estar prejudicando as espécies que também se alimentam do côco. Daqui a alguns anos, o que se está tirando da floresta, vai servir também para os animais.

Por isso, além da roça, a gente pode também, comercializar outros produtos para conseguir comprar roupa, o sal, a faca, o terçado. Qualquer produto que a gente beneficie tem que ser ecológico e econômico para não causar danos ambientais.

Isaac Pinhanta Ashaninka



Foto: José Garcia

A regionalização da merenda escolar

A regionalização da merenda é um assunto que estamos discutindo em nossa comunidade. A nossa preocupação é substituir a merenda convencional pelos produtos de nossa comunidade, ou seja, produzidos em nossa própria agricultura.

Queremos a regionalização da merenda porque estamos recebendo a merenda industrializada de péssima qualidade. Isso traz prejuízo aos nossos filhos por motivo do uso de produtos químicos. Além dos alunos deixarem de apreciar sua própria culinária, eles se intoxicam com os produtos industrializados.

A regionalização, além de melhorar a merenda dos alunos, irá possibilitar a comercialização dos produtos da comunidade, trazendo seu desenvolvimento. Também estimula a revitalização da culinária tradicional da comunidade, que é um alimento mais nutritivo, hábito do próprio povo. Os produtos são de conhecimento do nosso povo, onde as mulheres não têm dúvidas na preparação do alimento.

Esperamos que as instituições e principalmente a Secretaria de Educação solucionem o problema com o Ministério de Educação, pois nossas comunidades estão trabalhando para produzir diversos tipos de produtos que sirvam de alimento para a nossa escola.

Francisco das Chagas Domingo Bina Shubu Kaxinawá

LEVANTAMENTO DOS PRODUTOS PARA A MERENDA ESCOLAR INDÍGENA NA TERRA INDÍGENA ALTO PURUS

Nº	Produto – LI	Produto - LP	Onde é encontrado
01	Mani	Banana	Roçado, terreiro
02	Sheki	Milho	Roçado, praia
03	Tama	Mudubim	Praia, roçado
04	Atas	Macaxeira	Roçado
05	Tawá	Cana	Roçado
06	Puá	Inhame	Roçado
07	Yubi	Tayoba	Roçado
08	Karí	Batata doce	Roçado, praia
09	Nixi barã	Abóbora	Praia e roçado
10	Katsa barã	Mamão	Roçado, terreiro, praia
11	Shati	Arroz	Roçado
12	Yusu	Feijão	Roçado e praia
13	Mashe	Urucum	Roçado
14	Kākã	Anana	Roçado
15	Takara	Galinha	Terreiro
16	Awá	Gado	Campo
17	Nawāti	Folha nativa	Floresta
18	Atsa pei	Folha de macaxeira	Roçado
19	Yubxiwã	Pimentão	Roçado, terreiro
20	Panã isã	Açai solteiro	Floresta
21	Pedi isã	Bacaba	Floresta
22	Isã kui	Patoá	Floresta
23	Kuti	Jaci	Floresta
24	Txachu desha	Cacauí	Floresta
25	Shena	Ingá de metro	Floresta
26	Maxi barã	Melancia	Praia
27	Nani	Carne de caça	Floresta
28	Istxibi	Sapota	Floresta
29	-	Lima	Sistema agroflorestal, quintal
30	Banimãwã	Pupunha	Sistema agroflorestal, quintal
31	Budutã	Maracujá	Floresta
32	Bimi maxã	Graviola	Sistema agroflorestal, quintal
33	Ata mãwã	Biribá	Sistema agroflorestal, quintal
34	Hi tetu	Cupuaçu	Sistema agroflorestal, quintal
35	Isã pakanha	Açai de touceira	Sistema agroflorestal, quintal
36	Duru	Farinha	Roçado
37	Sheki misi	Cuscuz	Roçado
38	Bepu	Pitomba	Floresta
39	Baka	Peixe	Lago, rio, igarapé, igapó
40	Buna bata	Mel de abelha	Floresta
41	Batxi	Ovos de galinha	Terreiro
42	Nõnõ	Pato	Terreiro
43	Yawá	Porco	Terreiro

Elaborado por agentes de saúde, agroflorestais, professores e membros da comunidade da T.I Kaxinawá do Alto Purus na oficina de gestão ambiental em 2004.

Iniciativas comunitárias

Ainda ligada a proposta de regionalização da merenda, segurança alimentar e o trabalho do agente agroflorestal indígena temos a iniciativa desenvolvida pelos moradores da Terra Indígena Kaxinawá Praia do carapanã, através de sua associação, e relatada abaixo pelo AAFI José deLima Kaxinawá

Alternativas de Desenvolvimento para a Terra Indígena Kaxinawá da Praia do Carapanã

O projeto elaborado pela Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá, da Praia do Carapanã tem como objetivo melhorar as condições de uso dos recursos naturais da terra indígena, com atenção para a produção agrícola local. O objetivo também é que comunidade possa produzir, comercializar e fornecer merenda escolar regionalizada para as seis escolas da terra indígena.

A merenda convencional, fornecida pela Secretaria de Educação tem causado alguns problemas como a não adaptação das comunidades com alimentos enlatados, que possuem conservantes e produtos químicos; aumento da quantidade de lixo externo através das embalagens de enlatados; gastos para transportar a merenda e outros. Com este projeto, a Associação dos Criadores e Produtores Kaxinawá da Praia do Carapanã-ASKPA quer ter condições de organizar a produção da própria merenda para as escolas, além das comunidades terem produção suficiente para o abastecimento de suas necessidades.

As comunidades da TI Indígena Praia do Carapanã cultivam, anualmente, roçados tradicionais com uma diversidade de espécies agrícolas de subsistência como: mandioca, milho, mamão, banana, inhame, cará, batatas, amendoim e outros. A partir do ano de 1996, com a criação do Programa de Formação de Agentes Agroflorestais Indígenas, as comunidades começaram a implantar sistemas agroflorestais e estão cultivando espécies perenes de frutíferas: açaí, pupunha, bacaba, buriti, patoá, citros, cupuaçu, graviola, carambola e outras frutíferas. Além dos roçados e dos sistemas agroflorestais implantados nas comunidades, a floresta vem sendo usada, nos últimos anos, com práticas de manejo que estão garantindo sua sustentabilidade.

Com o trabalho realizado pelos agentes agroflorestais estão sendo criadas novas alternativas para melhorar e diversificar os benefícios comunitários: um deles é o fornecimento de produtos para a merenda escolar. Este produto é frutífero e nativo, importante fonte de nutrientes, e compõe a dieta regional. Por esta razão a ASKPA quer incluir as frutíferas na merenda escolar. Para se conseguir essa alternativa, foi elaborado recentemente um plano de manejo que possa garantir a abundância dessas espécies de forma que futuramente não haja extinção desses recursos.

O projeto representa a consolidação de alternativas sustentáveis, que relaciona e considera fatores ambientais, sociais, econômicos e culturais expressos tão fortemente em nossa alimentação.

José de Lima Kaxinawá

INICIATIVAS COMUNITÁRIAS PARA A MELHORIA DA ALIMENTAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES INDÍGENAS

Terra Indígena	Povo	Projetos Desenvolvidos
Kampa do Rio Amônia	Ashaninka	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de peixes; • Criação de abelha nativas para a produção de mel;
Kaxinawá do Rio Jordão	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Criação de abelhas;
Kaxinawá da Praia do Carapanã	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de quelônios; • Merenda regionalizada
Kaxinawá do Rio Humaitá	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta de tracajás;
Kaxinawá da Colônia 27	Kaxinawá	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de peixes; • Agro-extrativismo;

Fonte: Setor de Agricultura e Meio Ambiente / CPI-AC

Terra indígena protege mais que parque

Se você acha que os índios do Brasil já têm terra demais, como afirmou o presidente da Funai, mas também quer ver a floresta amazônica preservada, pense duas vezes. Será preciso escolher uma das duas opiniões. Segundo um estudo publicado na edição de fevereiro do periódico "Conservation Biology", as terras indígenas são tão boas -ou melhores- que parques nacionais para conter a destruição da mata. É a primeira vez que se mede, de fato, um efeito que já era conhecido. Basta olhar fotos de satélite ou mesmo sobrevoar áreas em torno do Parque Indígena do Xingu em Mato Grosso, por exemplo,

para ver que a devastação é muito menor dentro do que fora dele. Havia, no entanto, uma convicção difundida entre algumas correntes ambientalistas de que parques eram melhores que reservas indígenas para proteger a biodiversidade. A nova pesquisa prova que não é bem assim.

A base do estudo são imagens de satélite. Para quantificar o efeito inibidor do desmatamento de um dos quatro tipos mais importantes de reserva do país (parque, terra indígena, reserva extrativista ou floresta nacional), pesquisadores de sete instituições brasileiras e americanas

compararam o desmatamento e a ocorrência de queimadas dos dois lados da linha demarcatória de cada área. O método foi escolhido para diminuir o peso daquelas reservas que, por ficarem muito longe da fronteira agrícola, só estão preservadas por falta de pressão (atividades econômicas, como agricultura e extração de madeira). "A idéia de que muitos parques nos trópicos existem somente "no papel" precisa ser reexaminada, assim como a noção de que as terras indígenas são menos eficazes do que os parques na proteção da natureza", afirmou o ecólogo Daniel Nepstad num comunicado do Centro de Pesquisa de Woods Hole (Massachusetts, EUA). Ele é o autor principal do estudo, ao lado de vários americanos e de Ane Alencar, geógrafa do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), uma ONG de pesquisa de Belém, e de Márcio Santilli e Alicia Rolla, do ISA (Instituto Socioambiental), de São Paulo.

É uma antiga controvérsia: reservas inabitadas (parques) são mais eficazes que as habitadas ou aquelas que permitem alguma exploração (terras indígenas, reservas extrativistas e florestas nacionais)? Os autores concluem que não, e se apóiam em números. Há cerca de 1 milhão de km² de terras indígenas (TIs) no Brasil, a maior parte na Amazônia. É muita terra: 1/5 da floresta e metade de tudo que existe como área protegida. Foram consideradas no estudo 121 TIs (40% do total de sua área na Amazônia), no caso do desmatamento, e 87 TIs (35% da área total), no das queimadas.

Entraram na comparação 15 parques, 10 Resex (reservas extrativistas) e 18 Flonas (florestas nacionais), na primeira amostra, e 11

parques, 4 Resex e 12 Flonas, na segunda. Das imagens de satélite extraíram-se dados sobre desmatamento numa faixa de 10 km de largura de cada lado da fronteira da área protegida. No caso do fogo, as faixas foram mais largas, de 20 km (as discrepâncias entre as duas amostras decorrem de minúcias metodológicas, como a resolução espacial do satélite).

À primeira vista, os parques parecem proteger mais contra desmatamento: comparando áreas sem cobertura registradas em 1997 e 2000, observou-se 20 vezes mais destruição na faixa de 10 km fora dos parques do que na de dentro. Para TIs, o coeficiente não foi tão alto (8,2 vezes), similar ao das Flonas (9,5 vezes). No quesito inibição de queimadas, as TIs se saíram melhor: o coeficiente de pontos de fogo identificados por satélite foi quase duas vezes mais positivo no caso das reservas indígenas do que na zona equivalente em unidades de conservação.

A razão disso deve ser buscada na maior pressão que sofrem as TIs, pois os parques em geral são criados pelo governo federal longe das frentes agrícolas e madeireiras, como o de Tumucumaque -um dos maiores do mundo, com 38.867 km², mas nos confins da fronteira norte do país. Já a TI Mãe Maria, dos índios gaviões (Pará), é cortada por uma rodovia estadual e uma linha de transmissão elétrica e tem como vizinha a estrada de ferro de Carajás.

Se quiser conter a sanha devastadora de pecuaristas, madeireiros e sojicultores, parece que o melhor que o governo federal tem a fazer é dar mais terra para os índios, porque sabem protegê-la.

Capítulo 5

Educação e meio ambiente

Dia 23 de fevereiro 2004

Diário de Trabalho do AAF
Normei Caderninho diário
trabalhei na aula prática junto com
2 alunos na aula: pegamos
40 sacos de semente, fumes
para safrão de pupunhas.
Para pega a terra preta,
para mistura nutrientes,
para cuido a rea. pineramos
tuolos. e fumes uma panela
de sã de a pupunha e fumes sã
merenda fizemos repicagem
Semente de cupuaçu, trabalho
mas, uma hora de serviço.
Anosso aula prática, terminamos
três horas, da tarde. Juntamos
Anosso material, nessa hora
fomos participa a piquete
reunião do professor namato paulino
Juntos com comunidade e com
Vereador João sales para ela
Bela nosso projeto arte zanata e
nosso cultura tradicional.



Diário de Trabalho do AAFI Raimundo Paulo Kaxinawá

As práticas e reflexões desenvolvidas por lideranças, professores, agroflorestais, agentes de saúde indígenas tem possibilitado a criação de espaços de ensino/aprendizagem complementares à educação tradicional. Como esses novos saberes se relacionam com a cultura própria a cada povo é a principal questão para a educação intercultural, mostrada nos textos a seguir.

Por uma educação diferenciada

Por uma educação diferenciada, as comunidades indígenas lutaram muito. Hoje, as escolas indígenas trabalham dentro da realidade do povo, para fortalecer o trabalho da comunidade. Os conhecimentos tradicionais são aplicados e os conhecimentos que vem de fora são o complemento para o desenvolvimento.

É elaborado um currículo e calendário escolar, que atenda as necessidades das atividades desenvolvidas na comunidade. Isso é um incentivo aos alunos para que cada vez melhorem a produção, auxiliando a prática educacional, dentro e fora da sala de aula.

A escola também trabalha a riqueza, o espírito, que dá origem ao povo, o espírito que fica na floresta e traz o conhecimento de sinais quem canta as músicas, quem pode cantar determinada música e com que idade pode cantá-las.

Além disso, o branco também aprende com o índio. Isso porque nas escolas indígenas, a educação se faz além da escola, abrangendo mais do que saber ler e escrever.

É importante trabalhar com a realidade da comunidade, se for Ashaninka ou se é Katukina. Baseado nisso, todos desenvolvem seus trabalhos, envolvidos na cultura e na realidade da comunidade.

Muitas vezes os professores indígenas trabalhavam nas escolas, e as avaliações vinham das secretarias municipais. Essa realidade não tem nada a ver com o cotidiano das crianças. Agora, essas avaliações são voltadas para a cultura e para o ensino específico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação garante às populações indígenas ter sua própria educação.



Educação diferenciada. Desenho de Francisco das Chagas

Professores Indígenas do Acre

Elaborado no V curso de formação continuada, CPI/AC-2005

O Conhecimento tradicional e o conhecimento das leis

Conhecer as histórias indígenas é muito importante, porque através do conhecimento das nossas histórias de pajé, mito, batismo, dança, pintura, rituais, podemos encontrar a nós mesmos e saber da importância de nossas tradições.

Também precisamos ter o conhecimento das leis dos brancos para que possamos defender as questões de nossa terra, de nosso povo, de nossa educação e valorizar a nossa identidade. Que sejam cumpridos os nossos direitos de cidadãos afirmados na Constituição Federal.

Precisamos entender como funciona a educação escolar do mundo não indígena para, através dele, construirmos uma educação escolar que considere nossa cultura, juntando a pesquisa com os mais velhos, o cotidiano e a sala de aula.

Alderí Francisco da Silva Apurinã

O incentivo à língua indígena



Prof. Isaac Pinhanta em sua escola. Foto: Malu Ochoa

Nos últimos dez anos, temos lutado bastante para que as línguas indígenas não desapareçam. Nas terras indígenas, os professores vêm incentivando a elaboração de materiais didáticos para que os alunos possam iniciar a leitura e a escrita na língua materna. Em muitas aldeias, mesmo entre as famílias, houve um avanço na questão lingüística.

No entanto, observamos que, em algumas comunidades muito próximas à cidade, houve um envolvimento maior com a língua portuguesa. Nessas aldeias, as escolas enfrentam muitas dificuldades. Mas, o incentivo tem que partir das próprias famílias dos alunos. Se elas não estão interessadas, é difícil para a escola fazer esse papel.

Mas, a idéia é não desistir. Por mais que uma língua não seja dominante para uma família, para um povo, ela é uma língua de comunicação. Isso é uma tentativa que todos os povos das línguas minoritárias têm que enfrentar. Uma identidade pura, original, implica no domínio da cultura e da língua. Por esse motivo, nós, povos indígenas do Acre, viemos investindo muito na questão da escrita da língua. Atualmente, temos materiais registrados, o que é um grande privilégio. Assim, as crianças, no futuro, vão observar e aprender. E quando elas aprendem a escrita, aprendem também as histórias que estão ali.

Falar da questão lingüística é falar da cultura, da identidade. A identidade original está na língua, na pintura, nos artesanatos e nos desenhos que a gente faz. Porque na língua, está toda sua cultura: o uso das ervas, a história dos antepassados, as músicas que sabemos interpretar, o que elas realmente estão detalhando.

A legislação garante que todos os povos indígenas têm o direito de continuar aprendendo ou ensinando a sua própria língua. Ou seja, nas escolas, podem ser ensinadas as suas línguas próprias e o português. A Constituição Federal de 1988 também se refere às organizações indígenas próprias, suas culturas e suas línguas. Tudo incentivado de acordo com as necessidades de cada comunidade.

São esses os direitos que conquistamos. Se realmente não se consegue praticá-los, nem as pessoas que fizeram as leis vão nos apoiar. Esses direitos devem ser praticados pelos próprios povos, pelos índios, famílias e comunidades, para que as Políticas Lingüísticas se fortaleçam cada vez mais.

O Estado também pode colaborar, implantando programas que incentivem a prática da língua e cultura indígena, em dois aspectos: técnica e financeiramente.

Tecnicamente, se pode levar um professor que domine a língua, para que dê condições de orientar o seu povo, acompanhando o que vem sendo realizado. No aspecto financeiro, o Estado pode oferecer recursos, para que esse professor realize viagens às comunidades, para estudar sobre a situação lingüística, além de estimular o povo .

Joaquim Maná Kaxinawa

EDUCAÇÃO INDÍGENA.



ENSINANDO PARA O FILHO
COMO CAÇAR NA MATA.
Hiyotayiri EETSITE IKATSIWAYA
ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
COMO TRABALHAR, ESCOLHER UM
LOCAL, MELHOR NA NEÇADO
PARA PLANTAR MACAXEIRA, BANANA ETC.
Hiyotayiri EETSITE ATAWAYRĒTSI
TSIKA ONITSI KANIRI, PAZIANSI.



ENSINANDO PARA O FILHO
MEDICINA TRADICIONAL, PARA
CONHECER MELHOR, PARA QUE SERVE
Hiyotayiri EETSITE AWITAWŌTSI
ASHĒKA DAKIKAWO ĀTANIKI.



ENSINANDO PARA OS FILHOS
VIAGRAR NO RIO, APRENDER VAREJAR NO CANOIA
MERGULHAR, NADAR NO RIO, APRENDENDO
COMO FAZER BANHADA NA PRAIA QUE CONHE-
CIDO "TAPIRI".
Hiyotayiri EETSITE, OTSIATNA PITOTSIKI,
HIYOTĒKO RAVATE HIYAKI, RĀTE PĀKŌTSI
ĪPAWEKITĒKI.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, SABER NOSSO
ARTESANATO COMO:
FLECHA, COLAÇO ETC.
Hiyotayiri EETSITE
ĀTE TXEKŌPI, TXŌSHIKI
MAWŌYNE TSIKA ORĀTSI
ĀTSIKI, AYOTAYĒRI EETSĪ.



ENSINANDO PARA OS
FILHOS, CONSTRUÇÃO DA
CASA.
Hiyotayiri EETSITE ĀLE
PĀKŌTSI RIYŌTIXAWŌRI, TSIKA
IKĀTAYTSIRO PĀKŌTSI.

O valor da cultura na educação

Precisamos de um conhecimento adequado à realidade indígena, para que possamos decidir como passar para a sociedade envolvente o valor de nossa cultura, a força e o espírito do nosso povo, assim conservando e protegendo os ensinamentos e conhecimentos. Não somos mais índios isolados, querendo ou não, fazemos parte de tudo o que está acontecendo. Somos diferentes na cultura, no modo de viver, mas somos iguais na capacidade, na inteligência. Não somos seres de outro lugar, temos direitos às oportunidades.

Na minha aldeia, tinha crianças, adultos e velhos que não cantavam, não dançavam, não queriam mais falar a língua. Quando a escola veio e trouxe a importância da cultura, minha aldeia começou a querer dançar, a ver a importância da língua, e querer aprender mais. Então, acho que o fato de estarmos sempre discutindo esses assuntos é uma ajuda que podemos levar para a comunidade, de uma forma bem devagar, analisando os pontos. Porque, às vezes, nós pensamos que estamos levando uma coisa boa e podemos estar levando algo, sem perceber, que é ruim.

O que estamos querendo mostrar para os nossos alunos é a nossa cultura, o respeito com os mais velhos, a tradição. Isto faz parte de um ensino diferenciado. É por isso que nós temos que estar aqui discutindo para defender essa diferença.

Neste mundo de fora, as pessoas acham que nós não temos conhecimento da nossa tradição. Temos domínio da terra, da alma, do espírito, do poder de matar e curar, não através de armas, mas através do nosso conhecimento. É isso que queremos conservar.

Raimundinha Yawanawá

A revitalização cultural

A minha comunidade e todo o povo Poyanawa foram obrigados a se adaptar ao sistema do homem branco muito cedo, tendo como resultado a quase extinção de nossa cultura. Em 1985, ficamos livres dos padrões seringalistas e, sem sombra de dúvidas, a nossa cultura estava bastante fragmentada. Durante todos esses anos, tiraram muitas coisas de nós, mas nunca o direito de sermos índios. Por esta razão, estamos trabalhando na revitalização de nossas tradições, principalmente a língua materna, que é uma das identidades de um povo.

Estamos considerando como base para esse resgate as nossas escolas. Sabemos que o progresso de uma comunidade torna-se fortalecido através do ensino escolar, porque as crianças são o futuro.

Assim, esperamos recuperar nossos rituais, nossas músicas, danças. E viveremos com dignidade e respeito, como um povo diferenciado, pois ser diferente não é ser inferior.

Francisco Devanir Wetsa Poyanawa,

Entre diversas culturas



A prática da pesquisa com os velhos da comunidade

As pessoas colocam que temos que voltar ao que éramos antes. Na verdade, devemos revitalizar e fortalecer aquilo que nós somos. O importante é a valorização do que ainda possuímos, para que não se perca completamente. As ciências indígenas representam no mundo muita coisa importante. Os professores contribuem para fortalecer o conhecimento tradicional junto com a comunidade, mostrando a importância desses conhecimentos, preparando os nossos alunos.

Mesmo assim, devemos ter cuidado com o trabalho que a escola propõe, pois os alunos estão vivendo entre diversas culturas diferentes, entre diversos conhecimentos e práticas: prática tradicional e prática escolar teórica, convivendo com costumes diferentes, línguas diferentes. Claro que não dá mais para ser um Kaxinawá de antigamente, um Ashaninka de antigamente, de dois séculos atrás. Mas, os alunos vão valorizar o seu costume, os seus conhecimentos tradicionais. Porque isso é o que está aceso, que ainda está vivo. A língua e os plantios são coisas que podem ser fortalecidas. Isso é possível, depende do interesse de cada um.

Com relação à língua indígena, por exemplo, ela pode ser trabalhada dentro de um *kupixawa*, com um cacho de banana no meio e um velho no centro, contando aos jovens as histórias do povo. É tudo uma questão de trabalhar a oralidade na prática, no cotidiano da comunidade.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Pensando no futuro

Como professor, venho desenvolvendo o meu trabalho dentro da comunidade, refletindo junto com os alunos sobre o que podemos fazer dentro da nossa terra indígena, como cuidar da nossa floresta, do nosso meio ambiente.

O que faço com os meus alunos e com a comunidade é orientar para cuidar dos nossos rios, não acabar com os nossos peixes, nossos tracajás. Peço para os alunos escreverem e entre eles discutirem.

Se cuidarmos do meio ambiente, no futuro, o resultado será bom, todos os nossos rios vão ter muitos peixes. Faço reunião com a comunidade, refletindo que, dentro da nossa terra indígena, vamos ter mais saúde com uma boa floresta, um bom espírito e um bom alimento. A comunidade discute que se não cuidar, vamos causar impactos na nossa terra indígena e na nossa vida.

Lucas Arthur Manchineri



Aula prática de viveiro. Terra Indígena Mamoodate. Foto: Adriano Dias

O que entendemos por educação ambiental

A Educação Ambiental é um processo onde se tem que estar atento a tudo que se está desenvolvendo. É uma relação com a vida das pessoas, o comportamento das pessoas, o jeito das pessoas. Quando se fala em educação, é bastante abrangente e se aplica também a educação ambiental: porque se está falando de vida e dos recursos que tocam à vida, de que pode haver paz dentro de um ambiente quando se consegue entender o papel, a função de cada elemento que faz parte do seu mundo.

Os choques entre as populações, no caso do povo indígena e a natureza, acontecem a partir de orientações e da introdução de conceitos que são de outra realidade ou cultura, que são impostos dentro da comunidade. No caso dos povos indígenas se percebe que a educação está ligada à estrutura social do povo e sua relação com a natureza. Porque esta relação se constrói, não se cria regras, não se impõe sobre a natureza, obedece-se do que a natureza orienta, se planeja de acordo com o que a natureza oferece.

É um processo comum perceber, por exemplo, no dia que chove, na época de chuva, se faz determinado tipo de trabalho. No dia que faz verão, se aproveita e se faz outro tipo de trabalho. Então, existem coisas que não dá para fazer quando está chovendo, e coisas que não se faz,

quando está seco. É esse o entendimento que se tem, onde as pessoas se obrigam a obedecer ao que a natureza coloca como regra. Porque quando se criam regras para contrapor o que a natureza coloca como orientação, entra-se em choque com ela.

É muito forte essa relação indígena com a natureza, porque existe um jeito de distribuir ao longo do tempo o descanso para cada uma das espécies. Áreas de refúgio, de reprodução, seja da fauna ou da flora. A natureza tem um jeito de lidar com essa questão.

Há situações que hoje a comunidade indígena está sofrendo porque foi orientada, muitas vezes, a deixar o seu jeito de ser, de estar respeitando as orientações da natureza para impor uma política diferente.

Francisco Pianko Ashaninka

A educação não está somente na sala de aula

Não é de agora que os povos indígenas sofrem doenças. Desde que as comunidades surgiram, havia doenças; mas sempre havia também os remédios para curar. E, de onde vem este conhecimento? Estes remédios? Vêm todos da natureza.

Portanto, é papel do agente de saúde começar a fazer pesquisas, plantios, e, principalmente, convidar os velhos que ainda dominam essa ciência para resgatar e ensinar esse trabalho. Não podemos ficar limitados aos medicamentos de laboratório, pois isso, economicamente, não é viável. É impossível conseguir recursos para comprar esses medicamentos, enquanto poderíamos estar fazendo uso de nossas ervas medicinais. Também é um papel do educador, porque a educação não está somente na sala de aula.

E no que cabe ao agente agroflorestal indígena, que colocamos no planejamento da nossa associação, é que ele é uma pessoa que dá orientação sobre os direitos ambientais. É ele que vai levar o conhecimento para os invasores das terras indígenas, que muitas vezes não sabem o que significa a palavra *conservar*.

Alderina Luíza Yawanawá

Velho Luís Yawanawá ensinando os tipos de ervas medicinais. Foto: Ingrid Weber



Nossos sonhos

Na **Terra Indígena do Rio Jordão**, estamos vendo uma forma de manejar esses recursos para trazer de volta os peixes dos nossos rios e as caças também chegando mais perto. Através dessa situação, nós vamos pensar melhor e incentivar mais cada aldeia. Porque os animais gostam de comer as frutas, pode ser no inverno ou no verão.

Tadeu Mateus Siã Kaxinawá

Nós da **Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá**, lutamos pela demarcação da nossa Terra. Esse foi o nosso grande sonho. Vamos agora acabar com os conflitos e com as invasões que estão acontecendo.

Outro sonho que temos é que todos os nossos projetos de educação, saúde e meio ambiente sejam realizados. E que no futuro, os professores, agentes agroflorestais e de saúde sejam capacitados. E, principalmente, queremos ver todas as famílias vivendo bem, usando suas riquezas naturais com sabedoria.

Isso é o nosso sonho: que todas as pessoas da comunidade possam usar aquilo que é nosso: culturas, tradições, pinturas, o resgate que nós estamos tentando até hoje da língua, costumes e crenças. Esse é um esforço que temos há 10 anos, desde que começamos a participar dos cursos. E hoje, este esforço resultou em uma planta bem crescida. E é o nosso sonho cada vez mais buscar isso, com mais sabedoria, respeito para o nosso futuro.

É também o nosso sonho que o nosso Estado respeite e conheça os povos indígenas. Isso é uma luta que estamos enfrentando.

Edilson Arara

Nós conseguimos a ampliação da nossa terra demarcada. As fontes de água estavam fora. E se elas estiverem fora, os fazendeiros vão poluir. A nossa grande preocupação é essa. Corremos o risco de não termos mais essa riqueza, para termos a nossa caça, nossa área de proteção para que os nossos filhos possam caçar, fazendo as suas atividades tradicionais.

Outro sonho é fazer uma criação de queixada porque é do nosso povo. Segundo dizem os nossos antepassados, nós viemos desses animais, nós fazemos parte dele. Por isso os respeitamos. Viajando, vimos que existe uma possibilidade de fazermos criação nativa. Penso que cada povo tem essa intenção de fazer o que ele gosta de criar. Então, nós temos essa intenção, é um sonho nosso.

Que todos os Yawanawá tenham condições de harmonia, respeito, paciência pelo ser humano e pela natureza, pela história e tradição do nosso povo. Isso depende muito do nosso trabalho é um projeto de grande valor.

A comunidade conscientizada é importantíssimo para a vida de qualquer povo e de qualquer etnia.

Aldayso Vinnya Yawanawá

O nosso grande sonho, na **Terra Indígena Igarapé do Caucho**, é a ampliação da nossa terra. A nossa população, em 1984, era de 250 pessoas. Hoje, somos 534. Então, isso demonstra um aumento da nossa população e a nossa terra indígena está ficando pequena limitada.

Temos o sonho de no futuro ter um pajé formado na terra indígena todas as pessoas cantando e falando e dançando, de acordo com a nossa tradição.

Também queremos as caças mais próximas da nossa aldeia; vários tipos de peixes sendo criados dentro do nosso açude ter uma professora artesã que ensine todas as mulheres artesãs da terra indígena, queremos muito artesanato sendo produzido, nossa terra já ampliada, melhor comunicação.

Nós também queremos a ampliação, porque temos os nossos cemitérios do passado, com os nossos parentes. Eles já morreram, mas, com certeza, o espírito deles está lá e, portanto ainda fazem parte do nosso povo Kaxinawá.

Francisco Célio Maru Kaxinawá e Josias Braz Yube

Temos o projeto de ampliar a nossa **Terra Indígena Katukina do Campinas**. E manter fortalecida a nossa língua, a cultura, a nossa tradição, ter as lideranças, os presidentes, mesmo que velhos fiquem, mas, a cada tempo, vai surgindo outro representante.

E no social sempre ter as festas, reuniões, trabalhos, conversa, alimentação e pintura.

E os recursos naturais que nós queremos é o solo recuperado, da parte que as máquinas tiraram, quando pavimentaram a BR- 364. E sempre poder está manejando os recursos naturais. Fazer o manejo da caça, e no futuro fazer a criação de animais, da pesca e a criação de quelônios.

Benjamin Chere Katukina

O que nós queremos no futuro? Queremos ampliar mais a terra, porque, atualmente, não temos mais espaço para caçar e onde morar. Queremos ter mais madeira, que vamos manejar ainda, e mais caça. Criar peixe, ter um pajé na aldeia. Ter mais professores, uma boa escola, motor de luz, uma televisão, mais população, uma boa organização, material da escola, computador para produzir e escrever um texto para os alunos e o orelhão. São os nossos sonhos.

Francisco Wayo Ashaninka

O que mais sonhamos para o futuro é nos livrarmos das invasões de madeireiros peruanos. Gostaríamos muito que o Brasil se responsabilizasse junto com nosso povo, e fizesse a abertura da linha da fronteira. Que possamos fazer juntos o marco vivo, que seriam algumas espécies nativas, que a gente pudesse futuramente manejar e não perder mais. Isso facilitaria a fiscalização do nosso território. Queremos uma área, onde possamos fazer os nossos caminhos, nossos roçados, para plantar os nossos legumes, e fazer as nossas moradias. E também que tenha muito peixe no açude. O nosso mapa do sonho é esse.

Isaac Pinhanta Ashaninka

Na comunidade **Água Preta**, estamos discutindo os projetos para delimitar nossa terra com marco vivo. Estamos também fazendo um novo estudo da terra para ampliação, pensando no crescimento da população. Estamos conversando com a Secretaria do Meio Ambiente, para, no futuro, termos um projeto consorciado de frutíferas, para fazer a recuperação das capoeiras. Estamos articulando também para a implantação de saneamento básico dentro dessa Terra Indígena.

Alderí Apurinã

Para o futuro, nós queremos as nossas coisas tradicionais da nossa cultura, a nossa língua, o nosso remédio tradicional, o nosso pajé a nossa artesã, que lá ainda é forte. A gente quer manejar e ampliar nossa terra todinha.

Lucas Artur Manchineri

AGENDA DE FUTURO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS MUNICÍPIO DE MARECHAL THAUMATURGO

Problemas	propostas	Responsáveis	Tempo
Melhoria no transporte	Barco, motor	Uni, Funasa, Prefeitura ou Governo do Estado do Acre;	
Invasão por madeireiros e caçadores	Reavivar as linhas de fronteira, Brasil e Peru e fiscalização da comunidade para denúncia	Comunidade, governo estadual e federal e órgãos competentes: Ibama, PF, 61 bis, Itamarati, Governo peruano, Onu	
Falta de peixe próximo a aldeia	Formação de pessoas para produção de alevinos e construção de açudes	Comunidade, prefeitura e órgãos do governo (Ibama, Imac, Secretaria indígena)	
Falta de Quelônios	Coleta de ovos para a reprodução de crias, repovoar os rios e lagos, também criando em cativeiros e encaminhar uma pessoa para participar de treinamento	Comunidade, Ibama, Imac, Secretaria indígena e vizinhos	
Pragas no algodão (Apiwtxa)	Precisamos de uma pesquisa adequada para descobrir o problema da doença	Comunidade, Embrapa	
Insetos, baratas, cupim, carapanã etc. (Cruzeirinho)	Providenciar e solicitar pessoal da Sucam	comunidade	
Desmatamento	Reflorestar/Plantar árvores na capoeira	AAFI, professores, alunos, comunidade	
Enfraquecimento da cultura tradicional	Incentivar a comunidade a praticar a língua, músicas e danças, produzir artesanatos e ensinar os alunos na sala de aula	Pajé, professor, velhos e as mulheres artesãs da comunidade	
Necessidade de ampliação de nossa terra (TI Kaxinawá/Kampa do rio Breu)	Fazer reunião com comunidade geral, solicitar Funai, Governo Federal e Estadual	Cacique geral, lideranças, professor, AS, AF, comunidades	
falta de posto de saúde	Conversar com comunidade, solicitar ao prefeito, FUNASA	Agente de Saúde	
Território em processo de delimitação (Arara Apolima do Breu)	Organização entre liderança e comunidade	Funai e governo Federal	
Assentamento do Incra (Arara Apolima do Breu)	Tirar os intrusos da área	Governo Federal	
Narcotráfico	Retirada dos brancos e peruanos da área	Orgãos Federais	
Revitalização da língua de origem	Incentivar os mais velhos a repassarem a língua e registrá-la	Professores, velhos e toda a comunidade com apoio da SEE e SEMEC	
Desmatamento permitido sob licença do IMAC (TI Arara do rio Amônia)	Não autorizar desmatamento na T.I. Arara do rio Amônia	Governo do Estado do Acre	
Falta de água (poços, cacimbas, água não tratada)	Construção de poços, cacimbas e saneamento básico	FUNASA e governo do Estado do Acre	

Elaborado por agentes de saúde, agentes agroflorestais, professores e lideranças presentes na oficina ocorrida na Terra Indígena do rio Amônia, em 2003.

Posfácio

Como tudo começou

A temática socioambiental apresentada neste livro expõe o trabalho que a Comissão Pró-Índio do Acre vem desenvolvendo para Gestão Territorial/Ambiental das Terras Indígenas, por meio de práticas educativas voltadas a formação de professores, de agentes agroflorestais indígenas e, no passado, também de agentes de saúde. Esse trabalho tem envolvido os setores de educação e agricultura/meio ambiente criando um espaço de debate multidisciplinar e intercultural, marcado pelo protagonismo indígena.

Já no seu início, o Programa de Educação “Uma Experiência de Autoria” tinha uma proposta curricular que relacionava a questão produtiva, segurança alimentar, saúde, meio ambiente, com a ocupação territorial e o manejo dos recursos naturais. Nos cursos de formação e nas viagens de assessoria realizadas às terras indígenas, o interesse por essas questões e sua relação com o cotidiano das comunidades indígenas demandou novos esforços que resultaram na criação de um setor de agricultura e meio ambiente e o início da formação de agentes agroflorestais indígenas.

Nos cursos de formação de professores, as questões socioambientais são tratadas encontrando nas áreas curriculares de História, Geografia, Línguas e Ciências, o seu lugar de estudo e debate. Discute-se nessas áreas o processo histórico de ocupação territorial e os impactos socioambientais decorrentes; a construção de mapas mentais e o emprego de novas tecnologias como imagens de satélites e geoprocessamento para diagnóstico e planejamento ambiental; e ainda, leitura e produção de textos, organização de glossários e elaboração de propostas e materiais didáticos de conteúdo socioambiental.

Em 2002 a CPI/AC e a Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC) foram convidadas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para participarem do processo de difusão das informações obtidas com a elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE/AC) realizado dois anos antes. Naquela primeira fase do ZEE, a Comissão Pró-Índio e professores indígenas participantes de seu programa já haviam colaborado na revisão de informações do *componente indígena* desse estudo. A proposta nessa segunda fase com a publicação do livro “Guia para o Uso da Terra Acreana com Sabedoria” (resumo educativo do ZEE), foi de incorporá-lo à formação e capacitação dos professores indígenas durante o III Curso de Formação Continuada, ocorrido nos meses de janeiro e fevereiro de 2003.

Para isso, foi organizada uma oficina, durante esse curso, para o estudo dessa obra e análise das possibilidades de seu uso nas escolas indígenas. Os assuntos escolhidos e presentes no *resumo educativo* do ZEE foram trabalhados como temas transversais. Cada consultor, de posse do material didático, trabalhou conforme os objetivos do seu campo de estudo, com atenção especial para as

reconceitualizações necessárias dos textos, para seleção e estudo de assuntos de interesse mais específico em uma linguagem contextualizada próxima do cotidiano das comunidades indígenas.

Foi essencial nessa construção a valorização dos conhecimentos tradicionais, considerada a apropriação de novos conhecimentos e conceitos gerados pelos professores nessa inter-relação entre o tradicional e o novo, entre o específico de cada cultura e o intercultural, entre a comunidade indígena e o mundo externo. Observou-se que trabalhar com esse *resumo didático* requeria também um conhecimento prévio sobre os povos indígenas do Acre para complementar as informações que se encontravam ainda superficiais e carentes de maiores detalhamentos.

A partir da leitura e discussão das informações contidas no material e avaliação do modo como são apresentadas, surgiu a proposta da OPIAC e CPI/AC de realização de outras oficinas – chamadas *Oficinas de Educação e Gestão Ambiental* – agora, em algumas terras indígenas para continuidade e ampliação do debate e construção de uma *versão indígena*, numa visão mais próxima do contexto sociocultural das aldeias e expondo sugestões para definição de políticas públicas no estado. Ganhava destaque, portanto, a contribuição da educação indígena e a escola, para a formulação de propostas ligadas a gestão ambiental. As primeiras oficinas ocorreram nas terras indígenas Ashaninka do rio Amônia, Kaxinawá do Igarapé do Caucho e Kaxinawá da Praia do Carapanã, envolvendo membros de todas as aldeias e representantes de outras terras indígenas próximas, que foram convidados a participar e compartilhar experiências.

As oficinas e seus participantes

As oficinas nas aldeias são uma estratégia de articulação muito proveitosa e positiva envolvendo um número maior de pessoas. Além dos atores sociais aqui citados participam velhos, mulheres, crianças, pajés, chefes de famílias e lideranças. Temas como organização comunitária, uso sustentável dos recursos naturais, limites territoriais e a fiscalização, são discutidos com o objetivo de qualificar os participantes para que sejam os principais formuladores de suas políticas internas, relacionadas diretamente com as áreas de educação, saúde, meio ambiente e alternativas econômicas.

Através desses diferentes participantes, encontramos uma diversidade de experiências e conhecimentos, que impulsionam o debate dos temas de interesse e enriquecem as possibilidades de colaboração. Quando deles participam também convidados de terras indígenas vizinhas, de outras regiões ou mesmo não indígenas que moram no entorno delas, potencializa-se esse intercâmbio, os resultados positivos desse diálogo.

Com o apoio do Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas (PDPI/MMA) a OPIAC deu início também as suas *Oficinas de Sensibilização*, propostas como continuidade e aprimoramento das experiências obtidas no Amônia, Caucho e Carapanã. Muitos dos temas trabalhados nessas oficinas foram mantidos, outros novos incluídos, favorecendo a OPIAC na divulgação do seu trabalho, dos seus objetivos e princípios defendidos.

Temas, conceitos geradores e os passos realizados

Alguns temas discutidos nessas oficinas foram tirados do material resumo didático do ZEE. Contudo, a maior parte deles surgiram como proposta dos participantes em cada evento. O critério da escolha temática é a correspondência que poderá ter com a realidade das comunidades/terras indígenas participantes. Portanto, com essa escolha, é produzido também um rápido diagnóstico local que proporcionará: a) a identificação de problemas comunitários, estabelecendo com eles uma matriz que aponte as soluções e as responsabilidades dos diferentes atores e, b) a construção de “agendas de futuro”, visando contribuir a partir das reais demandas, com a elaboração e discussão das políticas públicas do estado do Acre, assim como as sugestões para a revisão e atualização do Zoneamento Ecológico-Econômico, em sua segunda fase.

Alguns temas tratados nas oficinas:

Biodiversidade e Sociodiversidade

Organização comunitária

Educação indígena

Valores culturais

Gestão ambiental

Políticas públicas etc.

Realizou-se um debate aberto, com todos os presentes reunidos, onde foram expostas as primeiras impressões sobre cada tema, das experiências e problemas a ele relacionados, conduzido por um facilitador. A participação de cada um foi livre e espontânea. As idéias levantadas foram registradas (quadro negro, cartolinas, folhas de papel madeira) para que todos pudessem ver. Uma vez produzido este registro, fez-se uma consulta para que as pessoas verificassem se o que estava escrito correspondia às suas intervenções. Em seguida, foi proposta a formação de grupos específicos, a partir do interesse ou conhecimento por alguma área, por exemplo, agentes agroflorestais reunidos discutindo temas diretamente relacionados a sua atuação, ou grupo com diferentes atores pertencentes a mesma comunidade/terra indígena, refletindo sua realidade através dos temas geradores.

Depois, uma nova fase nas discussões teve início, com vistas a elaboração de uma opinião do grupo, com base nas respostas comuns, compartilhadas, tentando integrar nelas opiniões discordantes ou complementares. Nesse momento, esperava-se atingir a participação de todos, principalmente daqueles que no debate aberto não se pronunciaram. Concluído o tempo previsto para a discussão em pequenos grupos, estes, através de um representante apresentaram suas conclusões. Foram expostas produções como textos, desenhos, painéis, utilizados como recurso de expressão e

representação de experiências, individuais e coletivas. Um novo registro foi produzido a partir dessas exposições. Como resultado desta tarefa, vai sendo escrita, à vista de todos os participantes, uma lista de idéias, problemas, necessidades, de acordo com a natureza do tema tratado.

Ao final de cada tema debatido ou mesmo como fechamento da oficina, foi proposto aos participantes que formulem “agendas de futuro”, isto é, projetos sociais, educativos, culturais, produtivos ou ambientais que se proponham resolver as dificuldades e necessidades percebidas por cada comunidade.

Outras experiências

Além das oficinas de *Educação e Gestão Ambiental* e de *Sensibilização*, apoiadas pelo Programa de Gestão Ambiental Integrada (PGAI) e Subprograma Projetos Demonstrativos dos Povos Indígenas (PDPI), outros momentos contribuíram para a afirmação dos professores indígenas como articuladores, incentivando a reflexão sobre questões socioambientais relacionadas às terras indígenas e seu entorno e divulgando experiências demonstrativas no uso da floresta. Isso vem ocorrendo durante as *Oficinas Itinerantes* e de *Etnomapeamento*, ambas promovidas pelo setor de agricultura e meio ambiente em parceria com a Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais (AMAAIAC). Ambas as ações ocorrem através de projetos apoiados por organizações como Rainforest Foundation Noruega (RFN) e The Nature Conservancy (TNC)/Fundação Moore.

Foram, portanto, das experiências construídas nesses diversos encontros que surgiram as reflexões apresentadas aqui e que revelam um olhar indígena sobre questões, cada vez mais presentes no diálogo entre esses povos e a sociedade nacional.

Gleyson de Araújo Teixeira
Maria Luiza Pinedo Ochoa
organizadores

Co-autores do livro durante as oficinas realizadas nas Terras Indígenas

Isaac Pinhanta Asheninka, Komayari Asheninka, Moisés Pinhanta Asheninka, Marinaldo Tsirotsi Asheninka, Alexandrina Pinhanta Asheninka, Maria Dorinete Pinhanta Asheninka, Valdete Pinhanta Asheninka, Otxe Romão, Francisca de Fátima de Souza, Minari Asheninka, Maria Elimar Pinhanta Asheninka, Benjamim Sherê Katukina, Francisco Pinhanta Asheninka, José Pitxanka Asheninka, Mário Pepis, Armando Henrique, cacique Oliveira, Maria Adriana Nascimento, José Luiz, Anazeldo Pereira, Remilde Henrique Kaxinawa, Derli Henrique, Fernando Henrique Kaxinawa, Chagas Luz Kaxinawa, Aldemir Luiz Matheus, Elimar Henrique Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Anailton Sereno Kaxinawa, Vandete Sereno Kaxinawa, José Paulo Alfredo Kaxinawa, Gaudêncio Sereno Kaxinawa, Acelino Sales, Ruinete Sereno, Flaviano Medeiros, Edgar da Silva Sereno Kaxinawa, José Luiz Massal Kaxinawa, Raimundo Adalto Kaxinawa, Walmir V. Batista Kaxinawa, Altevir da Silva, Raimundo Nonato, Sebastião Siqueira, José Batista Siqueira, Melissa da Silva, Antônia Acelina Santos, José Avelino, Francisco Jaminawa, Francisco Siqueira Arara, José Antônio Macedo Avelino Jaminawa, Remilde Kaxinawa, Manoel Paulo Kaxinawa, Floriano Kaxinawa, João Carlos Kaxinawa, Vander Sereno Kaxinawa, Vivaldo Borges Kaxinawa, Amauri Sereno Kaxinawa, José Paulo Kaxinawa, Raimundo Kaxinawa, Gaudêncio Kaxinawa, Anazildo Paulo Kaxinawa, Pedro Paulo Kaxinawa, Olimar Samuel Kaxinawa, Josimar Kaxinawa, Gilberto Paulo Kaxinawa, José Samuel Kaxinawa, Raimundo Martins Kaxinawa, Felipe Sereno Kaxinawa, Edgar Sereno Kaxinawa, José Sabino Kaxinawa, Edson Medeiros Ixã Kaxinawa, Maria, Francisco das Chagas, Francisca Arara, Inácio Yawanawa, João da Silva Agostinho Yawanawa, Idílio Lima Yawanawa, Gilberto Yawanawa, Sebastião Luiz Yawanawa, Manoel de Jesus Yawanawa, Alderina Yawanawa, Lídia Yawanawa, Manoel da Silva Yawanawa, Isaura Yawanawa, Arlindo Yawanawa, Edécio Araújo Katukina, Isaias, Antonio Guedes, Aldelicia Yawanawa, Júnior Yawanawa, Cesário Yawanawa, Antônio Moreno da Silva Yawanawa, Celina Yawanawa, Angelina Yawanawa, Adelina Yawanawa, Ana Yawanawa, Marlúcia Yawanawa, Helena

Yawanawa, Maria de Fátima Yawanawa, Raimundo Luiz Yawanawa, Vaulino Nunes Ferreira Kaxinawa, Valdo Fernandes Barbosa Kaxinawa, Elizomar de Lima Barbosa Kaxinawa, Estefânia Barbosa Ferreira Kaxinawa, Sylvania Barbosa Ferreira Kaxinawa, Nora Barbosa Ferreira Kaxinawa, Ivone de Lima Barbosa Kaxinawa, Eloi Nunes Kaxinawa, Maria José Kaxinawa, Antonio José Barbosa Kaxinawa, Ivanildo Fernandes Kaxinawa, Jaime Barbosa Kaxinawa, Wilson do Nascimento Barbosa Kaxinawa, Gorcelina Pereira da Silva Kaxinawa, Jorge Fernandes Barbosa Kaxinawa, Aldenir Nunes de Matos Siã Kaxinawa, Josimar Matos da Silva Kaxinawa, Francisco Egiano de Souza Barbosa Kaxinawa, Aldecino Lima Kaxinawa, Cleilson Damasceno Kaxinawa, José Francisco Nunes Kaxinawa, Maria Juciléia Kaxinawa, Marinho Kaxinawa, Luís Carlos Gomes da Silva Kaxinawa, Assis Gomes da Silva Kaxinawá, Raimundo Mateus Kaxinawá, Maria Kaxinawa (Paroá), José Barbosa da Silva Kaxinawa, Roberto Nunes Barbosa Kaxinawa, Ricardo Teixeira Batista Kaxinawa, Francisco da Silva Kaxinawá, Pedro Barbosa da Silva Kaxinawa, Anita Pereira Kaxinawa, Francisco Célio Tavares Kaxinawa, Albanir Siã Kaxinawa, Raimundo Ferreira Kaxinawa, Francisco Alcidésio de Souza Kaxinawa, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawa, José Nilson Carlos Brandão Kaxinawá, Francisco Mário de Araújo Kaxinawá, Edinés Batista de Araújo Kaxinawá, Francisco Macelio Borges Biló Kaxinawá, Josias Braz de Araújo Kaxinawá, Francisco Alcidésio Ferreira de Souza Kaxinawá, Valmar Francisco Moreira de Araújo Kaxinawá, Edivaldo Pereira de Araújo Kaxinawá, Francisco da Chagas Kaxinawá, Fernando de Araújo Bonaparte Kaxinawá, Amilton Pereira de Araújo Kaxinawá, Mardilce Pereira de Araújo Kaxinawá, Manuel da Silva Botoza Kaxinawá, Antônio José Bezerra Kaxinawá, Maria Lúcia Baltazar Kaxinawá, Gilson Monteiro Kaxinawá, Geovane Baltazar da Silva Kaxinawá, José Serlete Kaxinawá, José Benedito Ferreira Kaxinawá, Evaldo Sérgio Kaxinawá, Aldenor Kaxinawá, Joaquim Maná Kaxinawá, Jocemir de Paula Sabóia Kaxinawá, Valdecir Sérgio Kaxinawá, Manoel de Paula Sabóia Kaxinawá, Vaulino Nunes Kaxinawá, Antônio José Barbosa Kaxinawá.

Bibliografia

AQUINO, Terri Valle. IGLESIAS, Marcelo Piedrafita; Povos e terras indígenas no estado do Acre- relatório preliminar. Governo do estado do Acre- Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais/ Programa Estadual de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Acre- Fase II. Rio Branco: 2005.

ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS DO ACRE. Relatório do I Fórum dos AAFIs do Acre. Rio Branco:2004.

CADERNO DE CULTURA DO ACRE: Novembro 2003/ concepção e supervisão pedagógica Vilma Guimarães; roteiro e redação dos textos Ana Jurema Loureiro- Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

COMISSÃO PRÓ ÍNDIO DO ACRE. Atlas geográfico indígena do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Chegou o tempo de plantar as frutas. 2ª ed. Rio Branco: 2000.

_____. Índios no Acre – história e organização. 2ª ed. Rio Branco: 2002.

_____. Jung, Natália Ôchoa; Maria Luiza Pinêdo; Relatório de atividades realizadas no seminário de educação escolar indígena e gestão ambiental. Rio Branco: 2003.

_____. Setor de agricultura e meio ambiente. Monitoramento da Terra Indígena do Rio Humaitá: 2003

_____. Lima, Jairo; Ochoa, Maria Luiza Pinêdo. Relatório da oficina de reflexão pedagógica: analisando as práticas do professor indígena. Rio Branco: 2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Alto Purus. Rio Branco:2003.

_____. Dias Adriano. Relatório da Oficina de Gestão Ambiental na Terra indígena do Mamoadate. Rio Branco:2003.

_____. Constantino Pedro. Relatório XII curso de formação de agentes agroflorestais indígenas do Acre, modulo sobre Ecologia Indígena, Manejo e criação de quelônios,. Rio Branco: 2005.

_____. Gomide Maria Lúcia. Relatório XXV curso de formação inicial e V curso de formação continuada de professores indígenas do Acre, modulo de Geografia. Rio Branco: 2005.

_____. Legumes, frutas, bichos e os índios- a ecologia da floresta –. Comissão Pró Índio do Acre. 1ª ed. Rio Branco: 1996.

_____. Implantação de tecnologias de manejo agroflorestal em terras indígenas do Acre. Brasília: 2002.

_____. NOKE SHOVIITI – Mitos Katukina:2000.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, 2004.

_____. Tavares, Roberto de Alcântara. Relatório da I Oficina de Etnomapeamento na Terra Indígena Kaxinawá / Ashaninka do Rio Breu, 2004.

CORREIA, Cláudio de Souza. Projeto de tese- Etnozoneamento, Diagnóstico Etnoambiental e Etnomapeamento: uma abordagem antropológica à gestão ambiental em terras indígenas no estado do Acre. Universidade de Brasília- Programa de Pós Graduação em Antropologia Social: 2005.

Guia para Uso da Terra Acreana com Sabedoria. Zoneamento Ecológico Acreano: 2001.

Grupo de Trabalho Transfronteiriço para proteção da biodiversidade das comunidades indígenas e populações tradicionais. Brasil/ Peru. Ano, 2005.

ORGANIZAÇÃO DOS PROFESSORES INDÍGENAS DO ACRE. Valorização Tradicional em Terras Indígenas do Acre (projeto apresentado ao PDPI): 2003

_____. Relatório Semestral para o PDPI. Ano, 2005.

_____. Ferreira, Vaulino; Jung, Natália; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Nukini do rio Moa. Rio Branco: 2004.

_____. Arara, Francisca; Maia, Djacira; Pinhanta, Pinhãnta. :Relatório de viagem à terra indígena Yawanawa do rio Gregório. Rio Branco: 2004.

_____. Brasil, Lucas Artur; Pinhãnta, Wewito; Teixeira, Gleyson. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Asheninka/ Kaxinawa do rio Breu. Rio Branco: 2004.

_____. Galdino, Mayara; Lima, José de; Pinhãnta, Isaac. Relatório da oficina de sensibilização realizada na terra indígena Katukina/ Kaxinawa do rio Envira. Rio Branco: 2004.

_____. Shenipabu miyui. 2ª ed. Belo Horizonte: UFMG. 2000.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Almanaque Brasil socioambiental. São Paulo: 2005